

# TESE DE DOUTORAMENTO

## JUSTIÇA, MEDIA E OPINIÃO PÚBLICA

### Uma questão de democracia

Abril de 2017

Ana Sofia Gil Agostinho, JUSTIÇA, MEDIA E OPINIÃO PÚBLICA  
Uma questão de democracia

---

**Doutoramento em Comunicação e Ciências Sociais**  
**Doutoranda: Ana Sofia Gil Agostinho**  
**Orientadora: Professora Doutora Maria Lucília Marcos**  
**Co-Orientador: Professor Doutor Hermenegildo Ferreira Borges**

# **TESE DE DOUTORAMENTO**

## **JUSTIÇA, MEDIA E OPINIÃO PÚBLICA**

### **Uma questão de democracia**

**Tese de Doutoramento**

**apresentada na especialidade de Comunicação e Ciências Sociais**

**Abril de 2017**

---

**Doutoramento em Comunicação e Ciências Sociais**  
**Doutoranda: Ana Sofia Gil Agostinho**  
**Orientadora: Professora Doutora Maria Lucília Marcos**  
**Co-Orientador: Professor Doutor Hermenegildo Ferreira Borges**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de -  
Doutora em Comunicação e Ciências Sociais realizada sob a orientação científica da  
Professora Doutora Maria Lucília Marcos e do Professor Doutor Hermenegildo Ferreira  
Borges

## DEDICATÓRIA

*À minha Mãe, pelo exemplo de vida que é e sempre foi!*

*Por me ter ensinado a ser o que sou e a querer ser sempre melhor do que alguma vez já fui...*



*Paula Rego. O Anjo, 1998.*

## AGRADECIMENTOS

**Muito obrigada...pelo apoio, pela paciência, pela solicitude, pelo amparo, pelo abraço, pela troca de ideias, por tanto e tudo que me deram e partilharam comigo ao longo desta jornada.**

O trabalho que envolve a redacção de uma tese de doutoramento é, garantidamente um trabalho solitário, mas não é um trabalho que se deva fazer na solidão. Uma tese de doutoramento compreende muito mais do que as palavras vertidas na mesma e embora o acto de redacção seja solitário, a jornada empreendida até se atingir o resultado desejado não o é.

A minha jornada – esta jornada de cinco anos – foi garantidamente muito mais do que a aprendizagem que reflecto nas palavras que compõem esta tese.

Foi uma jornada muito dura pela temática da tese em si, pelo plano metodológico escolhido mas também pelas circunstâncias em que a própria tese foi escrita.

Foi uma jornada de muito trabalho, mas também uma jornada de muita amizade, de muita compreensão e de muito apoio. E essa jornada só chegou a bom porto porque teve a colaboração directa ou indirecta de diversos intervenientes que merecem sinceras palavras de gratidão, reconhecimento e apreço.

À Professora Maria Lucília, muito mais que uma orientadora, foi uma amiga, uma palavra de amizade, de apoio e conforto face às circunstâncias, porque foi um voto de confiança e acima de tudo porque foi um grande incentivo até quando não parecia possível. - Professora muito obrigada por ter acreditado em mim e por ter tido tanta paciência comigo.

Ao Professor Hermenegildo a quem agradeço por ter estado na génese deste percurso, por o ter acompanhado de perto e de forma tão presente, com uma amizade tão grande e uma co-orientação que apenas a sapiência de um verdadeiro Mestre permite.

À Dr.<sup>a</sup> Isabel Horta e ao Dr. Edgar Lopes pela disponibilidade e solicitude perante os pedidos de entrevista, à forma clara, esclarecedora e elucidativa como responderam às diversas questões, ao muito que acrescentaram a este trabalho!

A todos os que se disponibilizaram para responderem aos inquéritos: muito obrigada, a vossa ajuda e contributo foram preciosos!

À Dr.<sup>a</sup> Lurdes Ferreira e à Dr.<sup>a</sup> Leonor, do Público, cuja ajuda foi de igual modo preciosa na percepção real da amostra de análise, na congregação dessa amostra e descoberta de novas ferramentas.

Às minhas colegas de trabalho da NMS|FCM – em especial à Ana e à Dulce – por me aturarem a papaguear da tese, por viverem comigo as vitórias de cada etapa vencida.

À Dr.<sup>a</sup> Madalena, um especial obrigada, pela forma humana, pela amizade, pelo carinho e pelo apoio que sempre me deu – mais que minha Superior Hierárquica – foi e é uma grande amiga e um grande exemplo de um verdadeiro ser-humano.

À Adelina, à Ana e à Susana por me terem incentivado a prosseguir e a candidatar-me ao doutoramento, garantidamente sem vós não seria possível – Muito Obrigada pelo repto! A estas “mosqueteiras” cabem ainda sérios agradecimentos por terem sido sempre um incentivo e acima de tudo por serem um exemplo de vida.

À Otília, por ser uma referência, uma aprendizagem sempre cheia de vida e irreverência, acima de tudo por ser tão diferente de mim e ter paciência para partilhar tanto comigo – Obrigada também a ti!

A dois anjos na terra – por terem estado sempre lá, por me darem colo nos momentos mais difíceis e por terem sempre acreditado em mim- aos meus dois anjos – à minha Lena e ao meu Rui – tenho em crer que por muito que escreva obrigada vai soar-me sempre a pouco para vos agradecer.

Ao Frederico e à minha Mãe... Sem palavras que se bastem.

E para aquela estrelinha que brilha no céu...

A todos vós: MUITO OBRIGADA POR TUDO...

## RESUMO

### JUSTIÇA, MEDIA E OPINIÃO PÚBLICA - UMA QUESTÃO DE DEMOCRACIA

Ana Sofia Gil Agostinho

A presente tese encontra o seu objecto na dinâmica que se estabelece entre os diversos intervenientes judiciais, os media e o cidadão em sede de processo penal.

Iniciando-se com um breve enquadramento dos conceitos de liberdade de imprensa, espaço público, pressupostos e fins da justiça penal, ao qual se segue um esboço das principais diferenças entre os media e a justiça, a presente tese desenha-se através da paulatina definição do seu objecto ao longo dos capítulos subsequentes.

O enquadramento teórico explanado no Capítulo I visa essencialmente fornecer os quadros mentais nos quais se alicerçam e estruturam os capítulos seguintes nomeadamente o Capítulo II que procura aferir da legitimidade de cada campo social – justiça, media e opinião pública – no âmbito da função social que lhes cabe.

Subjacente à premissa inicial e apresentando-se como força motriz da dinâmica em análise, a justiça penal e o crime assumem-se como notícias de valor acrescentado, face às demais notícias sobre outras temáticas (Capítulo III) e definem parcialmente a dinâmica entre os media, a justiça e a opinião pública na fase de inquérito e, por outro, entre os media, a justiça e a opinião pública na fase de julgamento. (Capítulo IV, V e VI).

Para além do valor-notícia de valor acrescentado da justiça penal, existem ainda outros elementos essenciais na consideração da dinâmica em análise – a performatividade do léxico jurídico gerada pelo seu uso incorrecto e a cobertura noticiosa (Capítulo VII e VIII).

A presente tese recorre ainda, após a caracterização da dinâmica triangular que se estabelece entre os media, a justiça e o cidadão (Capítulo IX), aos exemplos holandês e australiano, como realidades a considerar na resolução das diversas questões erigidas, tentando equacionar estas realidades a uma luz multidisciplinar.

Conclui-se propondo uma plataforma de entendimento entre o campo judicial e o campo dos media, através da estruturação de diversas sugestões, para uma maior abertura do campo judicial, para um maior rigor e compromisso por parte dos media, na formação de uma opinião pública mais esclarecida que torne possível ao cidadão o exercício de uma cidadania participativa e competente na esfera pública.

**Palavras-chave:** cidadão, democracia, investigação criminal, independência judicial, imparcialidade judicial, justiça penal, liberdade de expressão, liberdade de imprensa, media, opinião pública, segredo de justiça, valor-notícia.

## ABSTRACT

### JUSTICE, MEDIA AND PUBLIC OPINION – A QUESTION OF DEMOCRACY

Ana Sofia Gil Agostinho

The following thesis finds its object in the dynamic established between the various judicial actors, the media and the public in the criminal process.

Beginning with a brief framework of the concepts of freedom of the press, public space, assumptions and purposes of criminal justice, which follows an outline of the main differences between media and justice, this thesis design's through the gradual definition of its object over the following chapters.

The theoretical framework explained in chapter I aims to provide the mental frameworks that build and structure the following chapters namely chapter II which seeks to assess the legitimacy of each social field – justice, media and public opinion – within the social function of each one of them.

Underlying the initial premise and presenting itself as a driving force of the dynamics in analysis, criminal justice and crime are both news-value with added value, in opposition to other news about other topics (Chapter III) and define, partially, on one hand, the dynamics between the media, justice and public opinion at the stage of investigation and, on the other, between the media, justice and public opinion during the trial. (Chapter IV, V and VI).

In addition to the value-added of the news value of criminal justice, there are other essential elements in consideration in the analysis of this dynamic — the performativity of the legal lexicon generated by its misuse and the news coverage (Chapter VII and VIII).

This thesis resorts also, after the characterization of the triangular dynamic between the media, justice and the citizen (Chapter IX), to the Dutch and Australian examples, as realities to consider in resolving the various issues.

It concludes by proposing a common ground between the judicial field and the field of the media, through the structuring of various suggestions, for greater openness in the judicial field, for a greater rigor and commitment on the part of the media, to a more informed citizen and a public opinion true and fully informed.

**Keywords:** citizen, criminal justice, criminal investigation, democracy, freedom of expression, judicial impartiality, judicial independence, media, public opinion, press freedom, secret justice, news value.



## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	1
METODOLOGIA E ESTRUTURAÇÃO.....	7
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....	14
I.1 - LIBERDADE DE EXPRESSÃO E LIBERDADE DE IMPRENSA NA EUROPA .....	14
I.2 - LIBERDADE DE EXPRESSÃO E LIBERDADE DE IMPRENSA EM PORTUGAL .....	21
I.3 - A NOÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO .....	31
I.4 - PRESSUPOSTOS E FINS DA JUSTIÇA PENAL .....	37
I.5 - OS MEDIA E A JUSTIÇA: PRINCIPAIS DIFERENÇAS .....	43
CAPÍTULO II - JUSTIÇA, MEDIA E OPINIÃO PÚBLICA: QUE LEGITIMIDADES? .....	52
II.1 - BREVE ABORDAGEM A ALGUMAS CONCEPÇÕES SOBRE A NOÇÃO DE LEGITIMIDADE .....	52
II.2 - O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO JUDICIAL: A LEGITIMIDADE JUDICIAL.....	60
II.3 – OS MEDIA E A LIBERDADE DE IMPRENSA EM PORTUGAL – A LEGITIMIDADE DE E PARA INFORMAR.....	68
II.4 – O EXERCÍCIO DA CIDADANIA E O ESPAÇO PÚBLICO: A LEGITIMIDADE, EM DEMOCRACIA, DO DIREITO DO CIDADÃO A SER INFORMADO .....	76
II.5 - A LIMITAÇÃO POR VIA DO CHOQUE DE LEGITIMIDADES: UM REPTO À ANÁLISE CASUÍSTICA DOS LIMITES DA LIBERDADE DE IMPRENSA E DO DIREITO, DO CIDADÃO, A SER INFORMADO.....	83
CAPÍTULO III - JUSTIÇA PENAL E CRIME: A NOTÍCIA DE VALOR ACRESCENTADO? .....	89
III.1 – ABORDAGEM A ALGUMAS NOÇÕES ESSENCIAIS .....	89
III.2-A PRODUÇÃO DE NOTÍCIA COMO UM PROCESSO DE VALORAÇÕES: AS NOÇÕES DE NOTICIABILIDADE E VALOR-NOTÍCIA .....	101
III.3 - O CRIME COMO MATÉRIA-PRIMA PARA A NOTÍCIA - UM VALOR ACRESCENTADO? .....	111
III.4- A MEDIATIZAÇÃO DO CRIME E A ÉTICA DA COMUNICAÇÃO .....	120
CAPÍTULO IV - A FASE DE INQUÉRITO, O SEGREDO DE JUSTIÇA E A FASE DE JULGAMENTO .....	129
IV.1 - A FASE DE INQUÉRITO: ENQUADRAMENTO GERAL .....	129
IV.2 - SEGREDO DE JUSTIÇA: ENQUADRAMENTO GERAL .....	136
IV.2.1 - O SEGREDO DE JUSTIÇA COMO INSTRUMENTO DE PROTECÇÃO DA INVESTIGAÇÃO .....	148
IV.3 - A QUESTÃO DO ART.º 86.º, N.º 13 DO CPP: A AUTORIDADE JUDICIÁRIA .....	166
IV.4 - A FASE DE JULGAMENTO EM SEDE DE PROCESSO PENAL .....	173
IV.4.1 - A IMPARCIALIDADE E A INDEPENDÊNCIA JUDICIAL COMO GARANTIA DO CIDADÃO .....	177
IV.4.2 - A IMPARCIALIDADE E A INDEPENDÊNCIA JUDICIAL COMO LIMITES À LIBERDADE DE IMPRENSA .....	186
CAPÍTULO V – OS MEDIA E A JUSTIÇA PENAL NA FASE DE INQUÉRITO .....	189

V.1 - A FASE DE INQUÉRITO, OS MEDIA E O MINISTÉRIO PÚBLICO .....	189
V.2 - A FASE DE INQUÉRITO, OS MEDIA E A POLÍCIA CRIMINAL .....	195
V.3 - OS RELATÓRIOS DE MONITORIZAÇÃO DA REFORMA PENAL DE 2007 .....	201
V.4 - A JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL EUROPEU DOS DIREITOS DO HOMEM.....	210
CAPÍTULO VI – OS MEDIA E A JUSTIÇA PENAL NA FASE DO JULGAMENTO.....	217
VI.1 - OS MEDIA E O JUIZ: LIBERDADE DE IMPRENSA VS. INDEPENDÊNCIA E IMPARCIALIDADE JUDICIAL.....	217
VI.2 - A JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL EUROPEU DOS DIREITOS DO HOMEM .....	223
CAPÍTULO VII – OS MEDIA, A NOTÍCIA CRIMINAL E O CIDADÃO: A PERFORMATIVIDADE DO USO INCORRECTO DO LÉXICO JURÍDICO POR PARTE DOS JORNALISTAS.....	232
VII.1 – O CORPUS E AS FERRAMENTAS DE ANÁLISE .....	232
VII.2 – A CORRESPONDÊNCIA ENTRE O SIGNIFICADO LEIGO/JORNALÍSTICO E JURÍDICO: A ANÁLISE DO CORPUS .....	240
VII.3 - A PERFORMATIVIDADE DO USO INCORRECTO DO LÉXICO JURÍDICO E A NECESSIDADE DA MANUTENÇÃO DA INTEGRIDADE DESSE MESMO LÉXICO .....	290
CAPÍTULO VIII - <i>CASE-STUDY</i> : MIGUEL RELVAS E A LICENCIATURA MÁGICA E MÃE PARA SEMPRE .....	297
CAPÍTULO IX – CARACTERIZAÇÃO DE UM RELACIONAMENTO TRIANGULAR POR VIA DA NOTÍCIA SOBRE O CRIME - MEDIA, CAMPO JUDICIAL E CIDADÃO: CONCEPÇÕES E PERCEPÇÕES MÚTUAS .....	306
CAPÍTULO X - OS MODELOS HOLANDÊS E AUSTRALIANO DE COMUNICAÇÃO NA JUSTIÇA PENAL – UMA EVENTUAL INSPIRAÇÃO .....	315
CAPÍTULO XI - PROPOSTA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM ENTENDIMENTO MÚTUO – PARA A FORMAÇÃO DE UMA MELHOR OPINIÃO PÚBLICA E UM EXERCÍCIO DE CIDADANIA INFORMADO E CONSCIENTE.....	330
CONCLUSÕES.....	340
BIBLIOGRAFIA .....	350
JURISPRUDÊNCIA CONSULTADA .....	376
ANEXO I – ENTREVISTAS .....	383
ANEXO II – INQUÉRITOS .....	397
ANEXO III – NOTÍCIAS DO JORNAL CORREIO DA MANHÃ .....	1168
ANEXO IV – NOTÍCIAS DO JORNAL PÚBLICO .....	1894
ANEXO V – NOTÍCIAS DE ANÁLISE DOS <i>CASE-STUDY</i> .....	2011

*Can saying make it so?* (Austin, 1962: 7)



*Hieronymus Bosch. Tentações de Santo Antônio, 1495 -1500. Painel Central do Tríptico*

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>Ac.</b>	Acórdão
<b>Art.</b>	Artigo
<b>Arts.</b>	Artigos
<b>CEDH</b>	Convenção Europeia dos Direitos do Homem
<b>CP</b>	Código Penal
<b>CSM</b>	Conselho Superior da Magistratura
<b>CPP</b>	Código de Processo Penal
<b>CRP</b>	Constituição da República Portuguesa
<b>DIAP</b>	Departamento de Investigação e Acção Penal
<b>EMJ</b>	Estatuto dos Magistrados Judiciais
<b><i>Ibidem</i></b>	Na mesma obra, no mesmo local
<b><i>Idem</i></b>	O mesmo autor
<b>IMTT</b>	Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres
<b>JIC</b>	Juiz de Instrução Criminal
<b>LOIC</b>	Lei da Organização da Investigação Criminal
<b>LOSJ</b>	Lei da Organização do Sistema Judiciário
<b>MP</b>	Ministério Público
<b>OA</b>	Ordem dos Advogados
<b>OPC</b>	Órgãos de Polícia Criminal
<b><i>Op. cit.</i></b>	Obra citada
<b>p.</b>	Página
<b>PGR</b>	Procuradoria-Geral da República

<b>PMU</b>	<i>Police Media Unit</i>
<b>Proc.</b>	Processo
<b>Rec.</b>	Recurso
<b>SNI</b>	Secretariado Nacional de Informação
<b>TEDH</b>	Tribunal Europeu dos Direitos do Homem
<b>EMJ</b>	Estatuto dos Magistrados Judiciais

## INTRODUÇÃO

A reflexão que propomos tem como premissa inicial a dinâmica que se estabelece entre a justiça, os media e o cidadão, na era da globalização.

As realidades em causa, tão complexas quanto o seu principal interveniente - o homem – são, de igual modo, tão complexas quanto a legitimidade dos mesmos, quanto o entendimento e leitura que se extraí da notícia, tão complexas quanto a leitura ou visão que se obtém de um determinado facto, ou seja, do crime, ou de um conteúdo noticioso. Tão complexas, por último, quanto os elementos que as compõem e quanto o que se extraí desses elementos.

A actualidade e pertinência do tema estão essencialmente ligadas ao crescente mediatismo da justiça nos últimos anos, relacionado em grande medida com processos e investigações, em sede de direito penal, leia-se justiça penal.

Quem não se recorda do manancial noticioso sobre processos como o da “Casa Pia”, “Esmeralda”, “Freeport”, “Apito Dourado” ou “Rui Pedro”? Ou até das reportagens e da cobertura em directo ou em tempo real de algumas das investigações, nomeadamente as que decorreram no âmbito do processo “Casa Pia”, do desaparecimento do jovem Rui Pedro, do desaparecimento de Madeleine McCann (Maddie), da investigação que decorreu no IMTT por alegadas burlas e falsificações, as investigações a familiares de antigos membros do governo liderado por José Sócrates, do processo penal envolvendo o advogado Duarte Lima, os processos envolvendo o antigo presidente da Câmara Municipal de Oeiras, dos recursos interpostos pelo mesmo ou até das investigações do alegado estripador de Lisboa? O manancial noticioso a propósito dos processos e das investigações envolvendo José Sócrates, o grupo Lena, Miguel Relvas, as rusgas em diversos bairros sociais, as investigações envolvendo Mustafá e Pereira Cristóvão, a detenção de inspectores da Polícia Judiciária acusados de tráfico e corrupção ou ainda o processo-crime que teve por base uma praxe violenta?

Processos como os acima referidos, bem como as respectivas investigações que decorreram, captaram e captam o interesse do cidadão, a sua curiosidade e através desta o interesse dos media.

A nível internacional, a problemática das relações entre a justiça e os meios de comunicação ganhou novos contornos com o caso Murdoch e Maddie, o arquivamento

do processo contra o Procurador-Geral angolano ou até o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.

A verdade é que a Justiça e os seus casos, em especial em sede de direito e processo penal, são “apetecíveis” do ponto de vista do valor-notícia e o desconhecimento que o cidadão tem sobre os mesmos ainda os torna mais apetecíveis e, por isso, mais vendáveis.

A matéria criminal, em sede de processo penal, assume para os media especial relevância enquanto fonte de notícia. Mas que dinâmica se estabelece a partir daí entre estes, o cidadão e o universo judicial?

Um dos principais objectivos desta reflexão passa, em larga medida, por procurar uma visão transversal, inter e multidisciplinar do relacionamento que se estabelece, em sede de processo penal, entre a justiça, os media e o cidadão, por via do crime enquanto facto com valor-notícia e, posteriormente como notícia.

A viagem reflexiva que ora propomos inicia-se obrigatoriamente com um quadro conceptual, através do qual se irá circunscrever o objecto da mesma ao estabelecer como cenário reflexivo o processo penal e definindo alguns conceitos operativos, nomeadamente media, campo judicial, campo dos media e operador judiciário.

Assim, no âmbito deste quadro conceptual, importa essencialmente estabelecer as noções elementares sobre a liberdade de imprensa e as principais diferenças entre os meios de comunicação social e a justiça, nomeadamente no que se refere à linguagem, ao *modus operandi*, ao local, ao tempo, à forma como ambos se manifestam, à função, à posição dentro da estrutura profissional, à fase processual que estiver em causa, tendo sempre em conta o objectivo que visam alcançar e, por último, a proximidade ao cidadão.

Partindo do quadro conceptual operacional enunciado, cumpre discorrer sobre um elemento constantemente presente e subjacente à problemática em análise: a legitimidade dos intervenientes para o exercício da sua função e dos seus direitos, ou seja, a legitimidade do poder judicial, a legitimidade dos media, e por essa via o direito do cidadão à informação e, consequentemente a sua legitimidade para o exercício desse direito. Para tanto é imperativo enquadrar e corporizar as noções de legitimidade de alguns autores, não tanto do ponto de vista do conteúdo em si e *per se*, mas outrossim da conflitualidade latente em apreço.

Qual então a legitimidade do poder judicial enquanto órgão de soberania, a legitimidade do juiz enquanto corporização desse órgão de soberania para decidir?

Por outro lado, qual a legitimidade dos media (enquanto contrapoder ou quarto poder), ao abrigo do exercício da liberdade de imprensa, para informar o cidadão?

E qual a legitimidade do cidadão para, por via dos media, ser informado?

Até que ponto há ou não um conflito de legitimidades?

No cerne da problemática das legitimidades enunciadas, bem como no cerne da problemática que ora propomos para análise, encontra-se o crime, o crime enquanto valor-notícia, o crime enquanto notícia.

Resgatando a questão inicial, importa então reflectir sobre a dinâmica que se estabelece entre a justiça, os media e o cidadão no decurso do processo penal, através do crime enquanto elemento catalisador desta dinâmica.

Para tanto, propomos principiar a reflexão sobre esta questão em concreto estabelecendo novamente um quadro conceptual, desta vez no que se refere à fase de inquérito e à fase de julgamento, porquanto são estas as fases do *iter* processual, como se referiu anteriormente, que se apresentam como cruciais na manifestação do Direito Penal. Conceitos como segredo de justiça, imparcialidade e independência do poder judicial, bem como a definição das entidades responsáveis pelo inquérito e pelo julgamento são obrigatória e necessariamente chamados à colação para a explanação do quadro teórico que se pretende e, como tal, também estes conceitos fazem parte desse mesmo quadro conceptual.

Explanado parte do quadro factual e jurídico em que se desenvolve a qualificação jurídica do facto como crime, bem como a imputação do acto, da culpa e das consequências dessa imputação, cumpre indagar se o crime, enquanto qualificação jurídica e factual de tal e conseqüentemente enquanto valor-notícia, é o elemento originador desta dinâmica - justiça, cidadão e media.

Mas o que se deve entender por valor-notícia?

Como se afere o valor-notícia de um facto juridicamente qualificável como crime?

Como se afere o valor-notícia da justiça penal?



Face a estas e outras questões impõe-se definir o que se entende por valor-notícia e saber quais as valorações que, no caso concreto, a mesma noção implica, estabelecendo quais os critérios e valorações para averiguar o valor-notícia de determinado facto, bem como se o crime, enquanto matéria-prima para a notícia, representa ou não um valor acrescentado face aos demais factos sem relevância penal.

Na senda do entendimento de que o crime é, de facto, um valor-notícia de valor acrescentado, cabe dissecar a dinâmica que se estabelece entre a justiça e os media e, consequentemente, o cidadão durante o decurso do processo penal, porquanto, apesar de pertencerem a campos sociais distintos, os dois primeiros elementos estabelecem, com o cidadão, um relacionamento triangular no domínio da comunicação da justiça. É esta correlação triádica que aqui nos propomos analisar.

Reconhecendo-se a extensão da temática, cumpre, num esforço de delimitação da mesma, circunscrever a reflexão a dois momentos cruciais de manifestação da justiça na aplicação do direito penal: a fase do inquérito e a fase do julgamento.

No primeiro momento seleccionado, a fase do inquérito, a problemática reside na devassa do segredo de justiça e do eventual prejuízo que essa mesma devassa possa trazer à investigação criminal.

Qual a dinâmica de cada um dos elementos desta correlação (justiça, media e cidadão) durante a fase de recolha dos indícios?

Qual a relação durante a fase de apuramento da prova e fixação da mesma?

E em que termos?

Até que ponto a investigação deve ser sacrificada face à liberdade de imprensa?

Quem decide?

No segundo momento seleccionado, a problemática foca-se essencialmente na fase de julgamento e na questão de averiguar se os meios de comunicação podem ou não afectar a imparcialidade e independência judicial, aquando do exercício da liberdade de imprensa.

A escolha das fases referidas não se apresenta como inócua, pois é precisamente nestas fases que surgem factos, actos ou ocorrências cuja probabilidade de terem conteúdo de valor-notícia é maior, nomeadamente na fase de investigação.

De que forma então se equacionam os valores constitucionais mencionados?

A liberdade de expressão e a liberdade de imprensa, enquanto direitos fundamentais, são direitos oponíveis *erga-omnes*, mas serão direitos absolutos face a outros valores fundamentais num Estado de Direito?

Sabendo que o tempo da justiça não é igual ao tempo dos media, no mundo globalizado em que a informação corre à velocidade da luz, como poderão e deverão M.P. e juiz salvaguardar direitos fundamentais aparentemente contraditórios?

Aprofundando a reflexão sobre a dinâmica que se estabelece entre os media, o universo judicial e o cidadão, tomando por base o crime e a justiça penal, enquanto matéria-prima de valor-notícia acrescentado, impõe-se discorrer, por um lado, sobre a eficácia performativa do uso incorrecto do léxico jurídico e, por um outro lado, sobre a caracterização do relacionamento triangular, objecto e fio condutor desta temática reflexiva.

A este propósito propomos analisar, detidamente, a seguinte questão: qual a extensão da eficácia performativa do uso incorrecto do léxico jurídico, nomeadamente de conceitos como arguido, suspeito, prisão, detenção, furto e roubo, por parte dos jornalistas?

A eficácia performativa surge também nos casos em que os meios de comunicação usam indistintamente noções juridicamente distintas?

A partir da análise empírica de dois *case study*, propomo-nos fazer uma reflexão sobre a dinâmica que se estabelece entre a justiça, os media e o cidadão e avançando, na senda dessa mesma reflexão, uma proposta para a construção de um entendimento mútuo entre os elementos em correlação deste triângulo comunicacional.

Se com este trabalho se pretende, por um lado, demonstrar que o sistema judicial e os media se devem encontrar num mesmo ponto, e esse mesmo ponto é o respeito pelo direito à informação e restantes valores constitucionalmente protegidos, pretende-se, de igual forma, afirmar que o proporcionar desse encontro de forma vigiada e controlada, deve ter sempre em conta que uma boa e verdadeira informação é a que respeita, pondera e tem em conta o princípio da proporcionalidade, em prol do cidadão.

Quer isto dizer que os princípios como o acesso ao direito e tutela jurisdicional efectiva, segredo de justiça, liberdade de imprensa, direito à informação e a ser

informado devem ser protegidos, de tal forma, que quem conduz o inquérito e quem apura a prova não vejam em mãos alheias o que lhe foi dado para administrar, ou seja, a justiça. O mesmo se aplica a quem compete informar. Que não seja privado ou impedido, dentro dos limites do Estado de Direito, a proceder em conformidade, informando o cidadão, a bem deste mesmo cidadão, destinatário último das decisões da justiça, enquanto membro da Comunidade Jurídica, e, por vontade expressa de normativo constitucional, titular do direito a ser informado.

A indagação em torno destes elementos e da dinâmica que se estabelece entre os mesmos convida a um esforço intelectual adicional, mas que, todavia, pode e deve ser sintetizado em três linhas de força que compõem esta dinâmica triangular, que encontra no seu centro o crime enquanto valor-notícia de valor acrescentado: a relação que se estabelece entre os media e a justiça, entre os media e o cidadão, e entre o cidadão e a justiça.

Resgatando a questão principal, propõe-se a seguinte reflexão: qual é a dinâmica que se estabelece entre a justiça, os media e o cidadão no decurso do processo penal, através do crime enquanto elemento catalisador desta dinâmica triangular?

Qual é a dinâmica que se estabelece, em sede de processo penal, entre a justiça, os media e o cidadão, por via do crime enquanto facto com valor-notícia e posteriormente como notícia?

O crime, enquanto acção ou omissão humana grave, tipificada pela lei penal como ilícita e punível, a título de dolo ou mera culpa e, consequentemente, enquanto valor-notícia, é o elemento originador desta relação triangular - justiça, cidadão e media.

A viagem reflexiva que nos propomos tem como objectivo para a dinâmica que se estabelece entre os elementos compósitos desta dinâmica triangular, de forma a permitir a todos os intervenientes alcançar um entendimento mútuo, por via do reconhecimento da condição e função de cada um, da sua legitimidade, condutor da identificação e caracterização de novas dinâmicas que permitam uma verdadeira comunicação, em prol de uma justiça imparcial, independente, eficiente e transparente, em prol de uma informação verdadeira, fidedigna, independente e imparcial, em prol de um cidadão informado, condição decisiva para a formação de uma opinião pública esclarecida e habilitada para legitimar o discurso dos media e da justiça.

## METODOLOGIA E ESTRUTURAÇÃO

A presente tese de doutoramento tem como objectivo a reflexão transversal e interdisciplinar das dinâmicas que se estabelecem entre os campos dos media e da justiça, como ambos se equacionam e relacionam mútua e concomitantemente com o cidadão, por via do crime como notícia.

Este estudo e visão transversal e interdisciplinar incentivaram, impulsionaram e guiaram a metodologia adoptada. Esta mesma metodologia procura fornecer uma visão transversal do relacionamento que se estabelece entre os media, a justiça e o cidadão em sede de processo penal, conforme referido anteriormente.

A dinâmica que se pretende analisar e que, por sua vez, se subdivide noutras de menor dimensão, é, como qualquer outra dinâmica que se estabelece em sociedade, de génese humana e social. Como tal, o estudo e a reflexão impõem obrigatoriamente uma abordagem interdisciplinar, sob pena de uma análise fragmentada.

Tendo em vista tal objectivo, uma abordagem conjunta e completa, tanto quanto o possível, adoptámos ao longo da construção da presente dissertação um “plano metodológico ou misto” (Coutinho, 2011: 311), congregando várias metodologias de investigação.

As metodologias de investigação dividem-se em três paradigmas ou modelos possíveis:

1. o modelo positivista ou quantitativo;
2. o modelo qualitativo ou interpretativo;
3. o modelo “socio-crítico ou hermenêutico” (*ibidem*).

O modelo positivista ou quantitativo consiste essencialmente numa investigação orientada para a comprovação ou não de uma teoria, é a investigação pura para a comprovação da teoria, onde o facto e o que é objectivo são os elementos essenciais para que se alcance as respectivas conclusões e a comprovação da teoria. Importa para esta teoria a explicação, previsão e controlo dos factos e/ou acontecimentos.

Por sua vez, o modelo qualitativo ou interpretativo consiste essencialmente na interpretação da realidade, já não importam tantos os factos, mas a interpretação que resulta dos mesmos e uma abertura a novas formas de interpretação. O enfoque é então a acção baseada na compreensão e no significado apreendido.

Por último, o modelo socio-crítico ou hermenêutico que vai mais além que os dois primeiros na análise da realidade, procura apreender a interpretação que lhe é dada mas de uma forma crítica, ou seja, na consciência de que as perspectivas ou interpretações possíveis sobre determinado fenómeno ou acontecimento geralmente nascem associadas a um interesse ou como fruto desse mesmo interesse, concluindo que o bom conhecimento é aquele que nasce livre de quaisquer suspeições e/ou interesses e que permite ser explanado num “discurso ideal” (Coutinho, 2011: 19).

Os três possíveis caminhos metodológicos são passíveis de ser combinados entre si alcançando-se por esta via uma triangulação metodológica, também denominada de “métodos mistos”, que resulta, essencialmente, da combinação de diferentes metodologias ou paradigmas metodológicos – métodos quantitativos e métodos qualitativos.

Assim, considerando que as metodologias acima mencionadas se complementam e podem aplicar-se conjuntamente permitindo assim a visão transversal e interdisciplinar que procuramos alcançar, adoptámos um plano multi-metodológico ou misto, não descurando o problema a investigar mas adaptando a metodologia de acordo com o desenvolvimento da investigação, sempre com uma perspectiva crítica fundamentada.

Estabelecido o tema, conforme se explanou sumariamente na introdução, foi realizado um levantamento bibliográfico aprofundado de modo a reunir as referências bibliográficas consideradas como pertinentes para a abordagem interdisciplinar do tema.

No levantamento bibliográfico levado a cabo, procurou-se reunir o máximo de material documental, recorrendo-se a legislação, obras publicadas, artigos de jornais, acórdãos, intervenções em colóquios, actas de congressos, relatórios, entre outros, no sentido de obter o maior número possível de perspectivas sobre cada temática.

Após o levantamento bibliográfico, a selecção e triagem dos vários elementos de informação disponíveis foram feitas de acordo com o cruzamento de diversos critérios, nomeadamente a relevância para o tema, importância e relevância do autor, diversidade e consistência dos argumentos apresentados e diversidade da perspectiva, entre outros.

Após uma revisão cuidada e a devida triagem da literatura disponível, recorreu-se à metodologia reflexiva ou qualitativa no sentido da interpretação e reflexão sobre elementos recolhidos de cada fonte, indagando as várias posições definidas em relação

aos quadros teóricos estabelecidos, assumindo-se uma posição crítica, mas simultaneamente com abertura a novos argumentos ou posicionamentos diferentes, recorrendo, para esse feito, a uma metodologia socio-crítica ou hermenêutica.

Recorrendo aos ensinamentos de Heidegger e de Paul Ricoeur, procurou-se, por via da ontologia, questionar e compreender a história, o texto e a realidade na finitude do ser, bem como, pela compreensão linguística através da qual se realiza a interpretação textual, por via da observação e da reflexão, o texto em si e o texto como um todo, na vida que o mesmo revela, procurando deste modo discorrer sobre a experiência humana à luz da temática que ora propomos para análise.

Na metodologia adoptada, incluímos ainda a análise de conteúdo.

Caso a análise de conteúdo siga um cunho mais quantitativo, a mesma se debruçará na verificação da frequência de determinados elementos nas comunicações, sendo a preocupação principal a procura de novas formas de medir os dados identificados. No entanto, caso a análise de conteúdo tenha uma vertente qualitativa, a preocupação será então a verificação da presença ou ausência de uma determinada característica ou de um conjunto de características.

No que se refere à aplicação concreta desta metodologia, nomeadamente a tópicos de reflexão como sendo a performatividade do uso incorrecto do léxico jurídico, recorreremos aos ensinamentos da Professora Marisa Torres da Silva (2008 e 2009), encetando as sete etapas da análise de conteúdo (FAIRCLOUGH, 1992, 2001 e 2003):

1. definição do problema de pesquisa;
2. selecção da amostra;
3. definição das categorias de análise;
4. estabelecimento de unidades;
5. construção de uma codificação;
6. condução e teste dessa codificação;
7. preparação e análise dos dados.

Recorremos ainda, neste plano metodológico triangular, à análise crítica do discurso que se caracteriza por ser uma metodologia qualitativa, que para lá da análise do discurso, considera ainda o contexto e as construções ideológicas subjacentes a um discurso e que ao longo da História se tornam aceitáveis e como partes desse mesmo discurso.

Tomando por base os ensinamentos de Fairclough (1992), optámos por realizar uma Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO), na qual o discurso é analisado e entendido numa tripla perspectiva, enquanto:

1. texto (análise linguística - determinados aspectos do texto, nomeadamente, a estrutura textual, a gramática, a coesão e o vocabulário);
2. prática discursiva (análise da produção e interpretação do texto - elementos de produção de texto, distribuição do texto, consumo de texto e condições da prática discursiva);
3. prática social (análise dos elementos institucionais de influência no discurso - matriz social do discurso, a ordem do discurso, bem como os efeitos ideológicos e políticos do discurso).

Enquanto metodologia de análise crítica do discurso, a ADTO, engloba três etapas: a primeira etapa reporta-se à recolha e selecção dos dados, seguindo-se os diversos tipos de análises conforme acima identificados, culminando na apresentação de dados.

A análise crítica do discurso permite a análise e percepção do mesmo para lá do textualmente cognoscível, permitindo, desta forma, ao investigador um quadro amplo de análise.

Ainda no que se refere à execução do plano multi-metodológico traçado, recorreu-se a outras ferramentas metodológicas, nomeadamente ao método da entrevista, procurando assim novas perspectivas ou clarificando algumas das já existentes, seleccionado, para tal, personalidades do campo da justiça e do campo dos media, com base nos critérios já apontados para a selecção bibliográfica.

Neste âmbito, optámos por entrevistas semiestruturadas, ou seja, entrevistas baseadas num roteiro previamente elaborado cujas respostas originaram novas questões. As entrevistas são essencialmente constituídas por perguntas que visam conceder aos entrevistados uma ampla liberdade reflexiva e expositiva, tendo-se aplicado posteriormente uma metodologia qualitativa de análise de conteúdo para a análise dessas mesmas entrevistas.

Recorreremos, ainda neste âmbito, à realização de inquéritos de forma a aferir causas, consequências, sensibilidades mútuas, entre outros elementos, de alguns grupos

em concreto, optando assim por um inquérito de cariz exploratório para a temática ora em análise.

Para o efeito, seleccionámos os grupos alvo que no caso serão jornalistas, operadores judiciais e cidadãos comuns, através dos quais iremos extrair uma amostra representativa que será posteriormente inquirida, sobre conteúdos, dados ou factos específicos da temática que ora propomos para análise.

A análise jurisprudencial e doutrinária também serve como uma importante fonte de informação, permitindo o conhecimento de alguns dos argumentos e soluções adoptadas na prática judiciária.

Recorrendo-se, também neste âmbito, a uma análise de conteúdo, de uma perspectiva qualitativa dos argumentos e soluções apresentadas, procura-se reflectir sobre os mesmos, assumindo, no entanto, uma perspectiva crítica fundamentada, ou seja, terminando com uma análise hermenêutica.

No que se refere ainda ao cumprimento do plano multi-metodológico procedemos à análise de dois blocos de *case-study*.

O primeiro bloco de *case-study* procura, através da análise da realidade portuguesa, mais concretamente dos casos seleccionados, traçar um retrato da dinâmica que se estabelece entre os media e justiça.

A actualidade, o impacto, a gravidade e a pertinência foram os critérios subjacentes à selecção dos casos para este primeiro bloco de *case-study*, procurando-se desta forma assegurar a maior adequação possível e, de igual modo, a actualidade para a temática que nos propomos tratar.

O segundo bloco de *case-study* procura o conhecimento e estudo de outras realidades sociológicas onde a aproximação dos campos dos media e da justiça é bem-sucedida, contribuindo, também, em parte para algumas das propostas que são posteriormente enunciadas.

A escolha da análise dos dois *case-study*, o modelo holandês e o modelo australiano, teve a ver, essencialmente, com o facto de proporcionarem um novo conhecimento ou uma nova forma de abordagem mútua entre o campo da justiça e os media, representando assim uma evolução institucional e de relacionamento institucional considerados como positivos e que podem, de alguma forma, ser



equacionados no contexto português, embora com as devidas adaptações e salvaguardas que o contexto sócio educacional português impõe que se tenha em consideração.

Por último, no que se refere à execução do plano multi-metodológico traçado, recorreremos à análise dos gráficos apresentados num dos Relatórios da Reforma Penal, procedendo à análise quantitativa de dados numéricos que, enquanto dados objectivos, devem ser primeiramente tratados de um ponto de vista objectivo para posteriormente servirem como elementos complementares de uma análise, essa já, qualitativa e crítica.

O plano multi-metodológico ou de triangulação metodológica adoptado corresponde à proposta da temática para análise e à forma como se pretende abordar esta mesma temática, de forma transversal e interdisciplinar, procurando-se desta forma, ir para além da visão fraccionada, redescobrimo a realidade na sua complexidade.

De igual modo, a estruturação adoptada nesta dissertação procura e espelha a reflexão transversal da temática que propomos para análise.

O primeiro capítulo serve como enquadramento teórico geral dos conceitos essenciais em causa: liberdade de expressão, liberdade de imprensa, espaço público, justiça penal.

Por sua vez, os capítulos II a VI, têm como objectivo a explanação dos quadros teóricos específicos e essenciais para a problematização dos conceitos fundamentais da presente reflexão e a aplicação desses quadros teóricos aos campos sociais em análise de uma forma dinâmica – a visualização da marcha processual penal – com enfoque na fase de inquérito e na fase de julgamento.

Nos capítulos subsequentes – V, VI e VII – aprofunda-se a análise das dinâmicas estabelecidas entre a justiça, os media e o cidadão, tomando por referência os quadros teóricos gerais e específicos estabelecidos nos capítulos anteriores.

No capítulo VIII a análise foca-se nalguns *case study* através dos quais se procuram elementos que permitam, no capítulo subsequente, caracterizar a dinâmica triangular que se estabelece por via da notícia sobre o crime entre os media, o universo judicial o cidadão.

Por sua vez, no Capítulo X, retomamos a metodologia de estudo de caso, analisando uma eventual inspiração internacional, nomeadamente os modelos judiciais, holandês e australiano, de comunicação na justiça penal.

Concluindo no Capítulo XI, procuramos gizar uma proposta para a construção de um entendimento mútuo entre justiça e media, para o benefício do cidadão e da comunidade.



Salvador Dalí. *Criança Geopolítica Assistindo ao Nascimento do Novo Homem*, 1943.

## **CAPÍTULO I – Enquadramento teórico**

### **I.1 - Liberdade de expressão e Liberdade de imprensa na Europa**

A liberdade de imprensa e a liberdade de expressão estão intimamente ligadas, têm as mesmas origens e percursos semelhantes, no que se refere à sua afirmação enquanto direito fundamental constitucionalmente consagrado.

A liberdade de imprensa não existiria sem a liberdade de expressão, porquanto nela tem as suas origens e, por isso mesmo, para se encontrar as origens da liberdade de imprensa tem de se procurar as origens da liberdade de expressão.

Associadas a estas liberdades fundamentais e, intrinsecamente conectadas com as mesmas, surgem as noções de espaço público e comunicação, cujas origens mais remotas passíveis de reconstituição, ainda que parcial, remontam à Antiguidade clássica.

Impõe-se, deste modo, a necessidade de um breve enquadramento histórico, iniciado na Antiguidade clássica.

Os primeiros registos passíveis de serem reconstituídos, no que concerne às noções de comunicação, liberdade de expressão e espaço público remontam à Antiguidade clássica, e remetem concretamente para as noções helénicas e para a forma como se experienciava e se vivia no espaço público grego. Os vocábulos, a comunicação e forma de comunicar helénica, reflecte a cultura helénica enquanto resultado de um processo de assimilação por parte do povo grego das tradições, da cultura, da língua (vocábulos) de outros povos com os quais entraram em contacto. A partir desse cadinho cultural e aprendizagem nasce o que se considera e conhece como povo helénico e com este a génese da democracia, da liberdade de expressão, de espaço público e, consequentemente, a dita opinião pública (*doxa*).

A invenção da escrita não pertence aos gregos, mas foi a utilização que os helénicos lhe conferiram que deu à invenção dos povos que habitavam as margens do mar Egeu (Rodrigues, 2011: 119), uma nova dimensão, uma nova importância. Com utilização da escrita de uma forma mais comum, a palavra e a comunicação ganham

uma nova dimensão e importância, especialmente através da redacção de obras épicas e de relatos ancestrais.

Se a escrita, enquanto dispositivo técnico de transmissão de informação, assumiu grande importância, de igual modo a oralidade e a tradição comunicacional baseada na oralidade, manteve e assumiu progressivamente um grande relevo no espaço público grego. As noções de democracia e espaço público nascem num ambiente de liberdade de expressão e a opinião pública ainda que de modo embrionário começa a formar-se. Aos cidadãos gregos (elementos do género masculino, nascidos em solo grego, livres, adultos, proprietários de terras e em cumprimento dos deveres militares) era reconhecida plena liberdade de expressão no que concerne ao exercício e ao cumprimento dos seus deveres em democracia – a participação nas decisões relativas a questões públicas, com a formação da *doxa* (opinião pública) através dos debates (discussão, troca de ideias, reflexão e aprofundamento) que se realizavam na ágora (enquanto espaço público).

Todo este manancial cultural dos Gregos foi recebido pelos Romanos e aprofundado nas escolas romanas, pela transmissão e disseminação através do Latim, ao longo de toda a extensão territorial do Império Romano. O maior legado dos Romanos é garantidamente o Latim, enquanto matriz de todas as línguas latinas e instrumento de comunicação e transmissão de conhecimento que se mantém até à actualidade.

Com a queda parcial do Império Romano (Ocidente), a Europa submerge na Idade Média e a obediência cega à Igreja e ao poder feudal constrói caminho para sociedades fechadas em si próprias. Não obstante este encarceramento cultural, é precisamente nesta época que é trazida para a Europa, pelas mãos dos Árabes, talvez uma das mais importantes invenções para e no domínio das liberdades de expressão e imprensa – o papel. Produzido na China desde o século II d.C, o papel, com as características que é conhecido na actualidade, apenas foi apresentado ao continente europeu em plena Idade Média, sensivelmente a partir do século XI.

Com Gutenberg e a invenção da impressão por tipos móveis, sensivelmente em 1439, a massificação do conhecimento, através da impressão em grande escala de livros, enquanto instrumento de comunicação, geradora da liberdade de pensamento e consequentemente geradora de liberdade de expressão contribuiu, irrefutavelmente, para a evolução da imprensa escrita, da noção de liberdade de imprensa e de opinião pública.

Concomitantemente com o desenvolvimento da imprensa escrita, a noção de liberdade de imprensa vai ganhando forma e, em 1644, John Milton, considerado como o “pai da liberdade de imprensa” (Machado, 2002: 60), num discurso dirigido ao Parlamento de Inglaterra, defendeu de forma assertiva esta liberdade e a necessidade da sua existência.

Em “Areopagítica – Discursos sobre a Liberdade” (1644), John Milton revoltou-se contra a censura prévia e defendeu a liberdade de imprensa, considerando que cada ser humano dotado de racionalidade seria capaz de discernir entre o bem e o mal, mas para tal teria de estar informado, teria de conhecer.

Para John Milton, o conhecimento advinha precisamente da discussão e da troca de opiniões, algo que a censura prévia não permitia. No seguimento de John Milton, John Locke, começa por defender a liberdade religiosa e termina defendendo a liberdade de expressão, na sua obra “*Epistola de Toleranti*” ou “*A Letter on Toleration*” (1689). O pensamento de filósofos como John Milton e John Locke inspiraram a Gloriosa Revolução no Reino Unido, que deu origem a uma declaração de direitos dos cidadãos (“*Bill of Rights*”), onde se incluía a liberdade de expressão como um direito.

Outro marco importante na história da liberdade de expressão foi a Revolução Francesa e a consequente proclamação da “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” (1789), que consolidou os ideais subjacentes à revolução: “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. Com a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” ficou constitucionalmente solidificado o princípio que todos os homens nascem livres e com direitos iguais, entre os quais a liberdade de expressão.

Os regimes liberais proliferaram na Europa e com a consagração das liberdades e direitos do homem e do cidadão, a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa ganharam uma nova dimensão. A constante evolução da imprensa escrita, através da inovação e criação de novos processos produtivos, gizados em torno da invenção de Gutenberg, acompanhada das noções de homem e cidadão, enquanto titular de direitos e deveres, conferiu uma maior importância à liberdade de imprensa.

Todavia, o panorama europeu, no início do século XX, começou a alterar-se com a ascensão ao poder de três ditadores, cujo percurso destrutivo marcou a Europa de forma inegável no que concerne, entre outros factores, aos direitos do homem e do cidadão, ao exercício dos respectivos direitos e à protecção conferida aos mesmos.

Inicialmente defensor de uma ideologia política socialista, Benito Mussolini assumiu e comandou a partir de 1922 os destinos da nação italiana de acordo com uma ideologia política fascista. Benito Mussolini, após ter sido gravemente ferido em combate e como tal impedido de regressar à frente de guerra, forma os *Fasci Italiani di Combattimento*, organização que posteriormente daria origem ao Partido Fascista. No final do ano de 1922 (Outubro), é convidado pelo Rei Vítor Emanuel III, a formar um novo governo. Paulatinamente Mussolini desmantela todas as instituições próprias de um governo democrático, avocando para si todo o poder decisório. Auto-intitulando-se, a partir de 1925, 'Il Duce', Benito Mussolini assume a partir dessa data o cariz ditatorial e fascista do regime político italiano por si liderado até 25 de Julho de 1943.

Muito próximo de Benito Mussolini, surge Adolf Hitler, criador do regime e ideologia nazi na Alemanha. Em 1933, Adolf Hitler, após uma tentativa falhada de derrubar o regime alemão, torna-se Chanceler da Alemanha, por força dos resultados eleitorais e das circunstâncias e jogos políticos. Procurando suprimir todos os vestígios democráticos, à semelhança de Mussolini, Hitler paulatinamente extermina todas as instituições e representações democráticas. Com a morte de Hindenburg (Presidente Alemão) a 2 de Agosto de 1934, Hitler avoca as funções de Presidente, congregando numa única pessoa, as funções de Presidente e de Chanceler, autodenominando-se desde então Líder da Alemanha (Führer).

Na senda da ascensão de regimes políticos ditatoriais e autoritários, surge em Espanha o regime Franquista. Também com origens na carreira militar, Francisco Franco Bahamonde assume o poder em 1939, com o apoio de Hitler.

De facto, e a partir de 1936, descontente com o rumo político de Espanha, Franco dá início a diversas conspirações de modo a derrubar as estruturas políticas então existentes. Durante a guerra civil espanhola, Hitler e Mussolini prestaram auxílio a Franco, enviando tropas, fornecendo armas e munindo Franco com um claro poderio militar superior. No correr do ano de 1939, Franco assume o poder que manteve até à sua morte em 1975.

Com a subida ao poder de figuras como Benito Mussolini em Itália, Adolf Hitler na Alemanha e Franco em Espanha, o panorama europeu começou, no que concerne à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa, entre outras liberdades e direitos, a sofrer diversas alterações.

Com Mussolini e a criação do Fascismo Italiano, foram suprimidas todas as liberdades. A censura tinha lugar de destaque para evitar golpes ou revoltas de insurrectos contra o poder instalado, a imprensa italiana estava completamente controlada e era usada para a divulgação de propaganda estatal.

Na Alemanha, o panorama foi similar do ponto de vista da censura, mas bem mais grave do ponto de vista humano. Para atingir os seus objectivos, Hitler não se poupou a esforços recorrendo a todas as ferramentas necessárias, entre elas a censura dos meios de comunicação social, da liberdade de expressão, a repressão dos dissidentes políticos e ideológicos e das respectivas publicações e o uso de uma vasta propaganda estatal.

Em Espanha, o regime franquista de inspiração fascista, começou por ser totalitário e posteriormente ditatorial, e de igual modo aniquilou todas as formas de liberdade de expressão e imprensa.

Neste período da história europeia, floresceram os regimes fascistas, ditatoriais e totalitários, e com eles o retrocesso na liberdade de expressão e de imprensa e o extermínio de ambas as liberdades, entre outros direitos e liberdades, funcionou como um meio para garantir a estabilidade desses mesmos regimes. De igual modo foram diversas as vozes que se insurgiram contra estes regimes, contra a repressão, contra a extinção de diversas liberdades e direitos.

A este propósito, seria possível destacar diversos autores, pensadores, filósofos. Destaca-se, no entanto, apenas um pensador deste período – Hannah Arendt, atendendo às especificidades do seu trabalho filosófico, altamente marcado, do ponto de vista intelectual e emocional, pela sua experiência com o regime nazi e, de igual modo, pelo facto de abarcar diversos temas, nomeadamente política, educação, liberdade e a condição humana, cuja ligação com a temática ora em causa é inevitável.

A noção de liberdade, na obra Hannah Arendt, surge inevitavelmente associada à política e de igual modo à educação. Profundamente marcada pelo regime nazi e pela repressão que este exerceu sobre os pensadores, filósofos e autores, bem como pelo facto de ser judia, Hannah Arendt reflecte essas marcas ao longo da sua obra, mas especialmente na abordagem às temáticas totalitárias e políticas. Esta autora, procurando compreender a condição humana e o fenómeno político, traçou a noção de liberdade clara e intimamente ligada ao exercício da política, e em clara oposição à

noção de totalitarismo, enquanto negação do *Homo politicus*, do ser político. Se o totalitarismo foi claramente a negação de toda e qualquer liberdade, a negação do ser humano enquanto ser pensante, foi de igual modo a negação do espaço público, que permitiria em liberdade (fosse esta liberdade de expressão ou de imprensa), em confronto e conformação da liberdade individual de cada um com a do seu próximo, o exercício da actividade política e consequentemente a dimensão humana de cada ser humano em toda a sua multiplicidade decorrente dessa condição.

Neste contexto pós-regime totalitarista e numa óptica de exilada e apátrida, H.Arendt procura perceber a dimensão da condição humana, através da sua experiência enquanto prisioneira do regime nazi, da dialéctica subjacente a estes conceitos, do permanente diálogo do devir do tempo na acção humana e na fragilidade dessa condição.

Com o final da II Guerra Mundial (1945) e com a substituição de alguns regimes por democracias, a dignidade da pessoa humana ganha uma nova dimensão, assim como as mais importantes liberdades decorrentes dessa mesma dignidade, nomeadamente a liberdade de expressão e imprensa. Este novo fôlego da liberdade de expressão e de imprensa radica igualmente na sua função essencial em democracia.

Em virtude de várias alterações políticas decorrentes da II Guerra Mundial e desta “nova consciência” da dignidade da pessoa humana, surgem no panorama internacional e europeu diversos tratados e acordos que visam precisamente a consagração em pleno desta nova consciência e de todos os direitos e deveres conexos.

O primeiro de muitos textos internacionais de referência, no que concerne à consagração de direitos individuais, entre estes a liberdade de imprensa e de expressão, foi a Carta das Nações Unidas, assinada em São Francisco, a 26 de Junho de 1945, à qual se seguiu a Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH) de 10 de Dezembro de 1948. Não obstante a DUDH não ter carácter vinculativo para os Estados, afinal como o próprio nome indica trata-se uma Declaração, ao invés de um tratado, a sua adopção através do *jus cogens*, enquanto direito internacional consuetudinário, conferiu-lhe uma dimensão de parametrização para os Estados no que concerne às matérias relacionadas com os direitos do homem e ainda o estatuto de guia na elaboração de diversos tratados internacionais, enquanto catálogo de direitos do homem.



Outro marco importante e no cenário internacional, no que se refere à defesa de direitos do homem, foi o *Pacto Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos (PIDCP)*, que entrou em vigor a 23 de Março de 1976, mas cuja entrada em vigor em Portugal apenas ocorreu no dia 25 de Abril de 1976. Na esteira da defesa dos direitos individuais, decorrentes dos ideais políticos revolucionários francês, inglês e americano, o PIDC consagra, entre outros direitos, o direito à liberdade de pensamento (artigo 18.º) e o direito à liberdade de expressão (artigo 19.º) cuja única limitação, numa clara inspiração decorrente dos acontecimentos da II Guerra Mundial, é precisamente o discurso de ódio, conforme enunciado no artigo 20.º.

Concretamente no contexto europeu é adoptada em Roma em 1950, a “Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais” (também conhecida por “Convenção Europeia dos Direitos do Homem”). Nesta convenção, ficaram desde logo enunciadas a liberdade de expressão e imprensa como direitos fundamentais. Ainda no início da segunda metade do século XX começa a expansão internacional dos meios de comunicação de massas. Esta expansão decorrente das liberdades que refloresciam e da “nova consciência” da dignidade do ser humano e respectivos direitos contribuiu em grande medida para o exercício pleno dos direitos à liberdade de imprensa e expressão e, consequentemente, para uma maior consciencialização da existência destes direitos e da sua aplicabilidade.

Em virtude de ser um Estado-Membro do Conselho da Europa, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem revela-se essencial para Portugal, no que concerne à aplicação e defesa plena da liberdade de expressão e de imprensa em toda a sua amplitude e plenitude. Importa então, para que a liberdade de imprensa possa ser totalmente compreendida, no contexto europeu em que estamos interligados, que a sua interpretação seja feita à luz do artigo 10.º da CEDH aplicável por força do artigo 8.º, n.º 2 e 3 da CRP. A importância da CEDH advém simultaneamente do facto de ser “instrumento clássico de Direito internacional convencional” (Machado, 2002: 296), mas também por integrar “os princípios gerais do Direito europeu” (*ibidem*: 297). Todavia, a importância da CEDH, porquanto faz parte do acervo comunitário, advém ainda da densificação jurisprudencial da noção de liberdade de expressão (cf. artigo 10.º da CEDH) feita pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (doravante TEDH), enquanto elemento norteador dos Estados membros, orientando-os na “definição do que é ou deve ser a liberdade de expressão” (Mota, 2009: 20).

A análise da importância da CEDH, a sua relevância no ordenamento jurídico português, bem como a densificação jurisprudencial, feita pelo TEDH, dos conceitos de liberdade de expressão e liberdade de imprensa, será adiante retomada a propósito da temática das relações entre os media e a justiça penal na fase de inquérito e na fase de julgamento. Por ora, importa apenas reter a importância da CEDH no ordenamento jurídico português.

## **I.2 - Liberdade de expressão e Liberdade de imprensa em Portugal**

Ainda que com características específicas decorrentes de diversos factores, nomeadamente de cariz social, político, comunitário e humano, em Portugal, o traçado percorrido, no que concerne à evolução das noções de liberdade de expressão e liberdade de imprensa, foi bastante similar aos dos demais países europeus, como por exemplo Espanha, França e Alemanha.

Com o advento do liberalismo em 1820 e a Constituição de 1822, é criado o ambiente jurídico-político necessário para o afloramento de um regime democrático, ainda que de forma muito ténue. Ajuramentada pelo Rei, D. João VI, a 1 de Outubro desse mesmo ano, a Constituição de 1822 cria o primeiro regime de cunho parlamentar em Portugal, através da instituição das Cortes. O texto constitucional, de inspiração francesa, abre caminho aos ideários franceses, entre eles a noção de liberdade. Por via desta alteração jurídico-política, através da qual a liberdade de imprensa é constitucionalmente reconhecida, a censura prévia, existente à data em Portugal, cede dando origem a um período de evolução, bastante produtivo para o jornalismo e para os jornalistas.

Não obstante este grande avanço, introduzido por via da Constituição de 1822 (de curta vigência porquanto o término ocorreu na sequência da Revolução do Setembrismo em 1836), a liberdade de expressão e de imprensa, após e durante os anos que se seguiram e até ao final da Primeira República, conheceram na óptica da sua densificação jurídica, do seu exercício legítimo e legitimado vários avanços e recuos que conformavam as respectivas liberdades de acordo com os interesses republicanos e estatais, fruto do clima, da vivência e da ideologia política.

A censura prévia continuava a existir, pelo que não se verificava ainda um exercício pleno da liberdade de imprensa, consequentemente ainda não existia de facto uma verdadeira liberdade de imprensa, mas outrossim a sua forma embrionária.

O exemplo mais ilustrativo da aplicação de mecanismos de censura, e concomitantemente o impedimento do pleno exercício da liberdade de imprensa, era a censura prévia feita a todos os textos de cariz não republicano, monárquicos, católicos, anarquistas e até aos textos de cariz sindical, cujo culminar era na maior parte das situações o encerramento das estruturas produtivas que publicavam esses mesmos textos/jornais.

Com o declínio dos regimes liberais e das estruturas republicanas e a respectiva derrocada, o povo português assistiu a um golpe ainda maior no que se refere aos direitos e liberdades, em especial na liberdade de expressão e na liberdade de imprensa.

No início do ano de 1928, António Oliveira Salazar iniciou a sua ascensão política, que culminou em 1933 com a aprovação, através de sufrágio directo, de uma nova Constituição.

Em 1933, com o nascimento de um regime de clara inspiração ditatorial e fascista, orientado pelos princípios conservadores e autoritários, pela doutrina social da Igreja Católica e por uma forma de organização corporativa, com a instituição do Estado Novo, termina o período do liberalismo em Portugal.

A Constituição de 1933, também denominada de Constituição Política da República Portuguesa, consagrava, sob a epígrafe de Direitos e garantias individuais dos cidadãos portugueses, no artigo 8.º e mais concretamente no inciso 4, “A liberdade de expressão do pensamento sob qualquer forma.”. Não obstante esta consagração genérica, a liberdade de expressão e consequentemente a liberdade de imprensa encontravam-se claramente circunscritas pelo artigo 20.º do mesmo preceito constitucional.

No supra indicado artigo, a opinião pública, que é precisamente formada pelo exercício pleno da liberdade de imprensa e pelo exercício livre da liberdade de expressão, é apresentada como o “elemento fundamental da política e administração do País, incumbindo ao Estado defende-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum”.

A redacção do artigo 20.º não admite grandes margens ou desvios da opinião pública, dos factos ou das premissas que o Estado considera como verdade, justiça e conducentes a uma boa administração e ao bem comum, sendo precisamente pela via da contrariedade daquilo que o Estado considerava desviante para e na formação da opinião pública, que se procurava encontrar a legitimidade e legitimação formal para a negação das liberdades de expressão e de imprensa.

Com um regime claramente antiliberal, antiparlamentar e antidemocrático, Portugal ficou manietado, a opinião pública portuguesa estrangida, a liberdade de expressão estrangulada e a liberdade de imprensa em estado comatoso. Sob a dependência directa de António Oliveira Salazar, o Secretariado Nacional de Informação controlava todo o fluxo informativo, independentemente da sua forma de emissão.

Não obstante o império da censura, onde o lápis azul era “rei”, os *media*, ainda assim contribuíram de forma decisiva para o desenvolvimento cultural (ainda que orientado) do país.

Este desenvolvimento iniciou-se desde logo pela difusão radiotelefónica, cujas temáticas, programas, registo linguístico e jogo de linguagem variavam de acordo com o público-alvo, que essencialmente se dividia em quatro grandes grupos, de acordo com o género e grau de instrução/escolaridade. Até meio da década de cinquenta, a rádio foi a companheira garantida de um público muito abrangente, que incluía entre outros elementos as domésticas, cujas preferências radiofónicas eram essencialmente os folhetins<sup>1</sup> e os homens instruídos e de negócios cujas preferências radiofónicas eram os noticiários e os concertos de música clássica (Mattoso, 2011: 308-309).

No correr do ano de 1957 iniciaram-se as emissões de televisão, cuja grande importância assumida nos lares portugueses introduziu alterações nas rotinas familiares, de forma a permitir a fruição em família da programação então disponibilizada. Na programação televisiva, bem como na forma como a família fruía dessa programação e da própria televisão era notória a influência do regime, fosse através do enquadramento de conteúdos (por exemplo TV Rural, Festival da Eurovisão), fosse através do uso regulado da televisão (às crianças apenas é permitida a visualização de conteúdo televisivo dentro de horários muito rígidos e apenas com conteúdos considerados

---

<sup>1</sup> Poder-se-ia referir diversos folhetins, recordamos apenas no entanto, “A força do Destino”, também conhecida por “A coxinha do Tide” (Mattoso, 2011: 309).

apropriados pelo regime, como por exemplo *Hood* ou *Bonanza*) (Mattoso, 2011: 310 – 316).

No que concerne às publicações periódicas (jornais, revistas e periódicos) todas passavam pela máquina estatal e através do organismo de censura, o SNI encarregava-se de garantir que nada que não devesse ser lido (na óptica do regime), não o fosse efectivamente. Proliferavam os romances de cordel, as revistas temáticas e vocacionadas para as actividades de acordo com o género, estatuto social e representações patriarcais aceites e defendidas pelo regime.

No entanto, em tudo o que se referia ao exercício reflexivo sobre as instituições políticas, ideologias e outras mundividências, o estrangulamento da liberdade de expressão e de imprensa foi atroz. De facto, esse estrangulamento foi de tamanha dimensão que até para fundar um jornal ou revista era necessária a respectiva autorização do SNI, o que tornava tal tarefa numa autêntica odisseia.

A censura prévia, mais voltada para as publicações periódicas, como os folhetos e os jornais, obrigava a que aquando da redacção de qualquer texto fossem ponderadas e repensadas quaisquer palavras mais ousadas, revolucionárias ou que pudessem ser encaradas como tal. Não raras vezes, face à obrigação de ter de cortar partes de textos ou até textos inteiros (notícias ou artigos mais simples) os chefes de redacção eram forçados a alterar todo o alinhamento da publicação em causa.

Os jornalistas e os escritores tornaram-se então exímios num registo linguístico essencialmente metafórico, que para além de um esforço de criatividade redobrado, obrigava a que dentro do próprio autor nascesse uma figura de censor, num diálogo esquizofrénico de si para consigo de modo a garantir que a mensagem era transmitida e não apreendida. Relativamente aos livros, não havia censura prévia, no entanto havia um catálogo que elencava os livros (e até documentos) cuja leitura, circulação ou divulgação não era permitida. Ainda assim, os livros não estavam isentos de serem apreendidos, após a sua publicação, caso a mensagem transmitida fosse considerada como subversiva ou menos própria à leitura.

No final da década de 60 com a ascensão de Marcello Caetano ao poder, aparentemente a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa iriam conhecer um novo fôlego, por via de uma nova densificação legal destas liberdades, nomeadamente através da redacção de uma nova Lei de Imprensa, mais permissiva. Não obstante, esta

nova aparência de modernidade e uma tentativa de readequação do regime às novas necessidades culturais de uma nova classe média, em ascensão na década de 60, apenas originou uma mudança nos nomes dados aos mecanismos e organismos de censura.

No correr da década de 70, massificou-se o uso da televisão e aumentou de forma significativa a existência desses aparelhos nas casas dos portugueses. A televisão tornou-se, através do Canal 1, sob a tutela da Emissora Nacional (antiga denominação da Rádio e Televisão Portuguesa, vulgo RTP), um meio de o regime doutrinar ideologicamente a população. No *Conversas em Família*, programa transmitido na Emissora Nacional, Marcello Caetano procurou abraçar todas as famílias portuguesas, através da sua aparente participação política na “discussão” de questões públicas e políticas, atingida por via da explanação, feita pelo próprio governante máximo do país – Marcello Caetano, de diversas temáticas, como sendo, por exemplo, a reforma administrativa, o desenvolvimento económico, os salários e a inflação (Mattoso, 2011: 318-319).

O modelo de suposta e aparente abertura e proximidade, governante-governados, criado por Marcello Caetano através do programa *Conversas em Família*, em nada alterou a posição do regime face ao verdadeiro exercício das liberdades de expressão e de imprensa (*ibidem*).

Na prática e de facto, tudo se manteve inalterado e não se podia fazer nada sem a autorização da Secretaria de Estado da Informação e do Turismo, cuja nova denominação não escondia a sua génese - serviços de censura ao serviço da máquina repressiva do regime.

A Marcello Caetano eram entregues os relatórios integrais das intervenções que eram feitas nos periódicos, nos jornais, como por exemplo no “Jornal do Comércio”, no “Diário Popular”, no “Diário de Lisboa” e na “Capital”, nas informações das agências noticiosas, bem como os relatórios de apreensões de discos, livros ou das intervenções feitas em festivais.

A existência de um catálogo de livros e peças de teatro proibidos, contando-se entre eles “As Novas Cartas Portuguesas” da autoria de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa (as três Marias como ficaram internacionalmente conhecidas) e “Felizmente há Luar” de Luís de Sttau Monteiro, era por si só já atentatório do pleno exercício das liberdades de expressão e de imprensa, que

acompanhado de medidas para o seu cumprimento asseguravam ao regime o verdadeiro estrangulamento destas liberdades.

Os campos da censura estendiam-se para lá das publicações e das peças de teatro, chegando ao campo da música com a apreensão de discos cubanos, proibição da difusão de canções de Luís Cília ou até com a censura do Festival de Jazz em Cascais, durante o qual foram atirados para a assistência panfletos de campanha contra a guerra colonial. As malhas da censura mantinham-se então apertadas, a liberdade de expressão e de imprensa não eram mais do que uma miragem, não obstante das promessas de Marcello Caetano no sentido de uma liberalização e abertura progressiva de Portugal ao mundo.

A 25 de Abril de 1974, terminou, com a Revolução dos Cravos, o Estado Novo e as liberdades ressurgiam.

A liberdade de expressão, em toda a dimensão com que é actualmente conhecida, fica definitiva e constitucionalmente consagrada no artigo 37.º, da Constituição da República Portuguesa de 1976. Nasce, desse modo, uma sociedade verdadeiramente democrática, onde o homem português passa a poder dar um verdadeiro uso à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa e informação e a todas as formas de expressão. Não obstante a consagração das liberdades de expressão e de imprensa em toda a sua plenitude, o poder político da época ainda detinha e permitia alguns mecanismos de controlo relativamente à comunicação social, nomeadamente através de várias intervenções nos meios de comunicação social, facilitados pela estatização do sector. Assim, até meados dos anos 80, os meios de comunicação social caracterizavam-se essencialmente por uma televisão estatal, imprensa e rádio em regime público e privado.

No rescaldo da revolução, e até meados dos anos 80, a grelha televisiva do único canal até à data existente, a RTP 1, era essencialmente dominada por temáticas políticas e pela abordagem de temáticas inéditas como o corpo feminino, o aborto e a sexualidade. De igual modo, iniciam-se as transmissões da primeira novela brasileira em Portugal, “Gabriela”, bem como a emissão do primeiro concurso televisivo, “A visita da Cornélia” (*Ibidem*: 323).

A década de oitenta é pautada por uma estabilização da grelha televisiva da RTP 1, pela continuidade dos concursos televisivos, pelo início da produção nacional de

telenovelas (“Vila Faia” e “Origens”), bem como pelo início da emissão de séries estrangeiras, como por exemplo “Dallas” (*Ibidem*: 324-327).

Nesta nova imagem da televisão em Portugal, reajusta-se a programação ao público infantil, importando os clássicos da animação e as adaptações infantis de obras literárias, sempre altamente marcadas pelo cunho pedagógico.

A rádio, neste novo mercado televisivo, vai perdendo público, no correr da década de oitenta e é relegada para segundo plano, sendo essencialmente utilizada em contextos em que os ouvintes desenvolvem uma certa tarefa (trabalho) enquanto ouvem rádio.

Na imprensa escrita, surgem as revistas femininas (“Maria”, “Máxima”, entre outras), nas quais o corpo feminino, a sexualidade e todos os temas conexos assumem novas dimensões e quebram o silêncio, deixando paulatinamente de ser temas tabus.

No início dos anos 90, mais concretamente entre 1992 e 1994, o panorama altera-se através de uma abertura e liberalização passando o sector dos media a estruturar-se em três pilares fundamentais: “privatização, comercialização e concentração da propriedade” (F. Correia: 1997 *apud* Figueiras, 2005:1). Esta liberalização, que se iniciou com a criação e as emissões televisivas da SIC (Sociedade Independente de Comunicação) e da TVI (Televisão Independente), não foi isenta de efeitos menos positivos, consigo nasceu a concorrência nos media, a disputa pelas audiências e o recurso a estratégias menos correctas com vista à obtenção do lucro através da informação.

Conforme as liberdades de expressão e de imprensa foram sendo exercidas de modo cada vez mais consciente do poder que enformavam e enformam, e consequentemente, foram, por essa via, quebrando as fronteiras dos assuntos até então tabu e relegados para o espaço privado, mais se foi atenuando, até aos dias de hoje, a fronteira entre o domínio privado e o domínio público.

Actualmente, a fronteira entre o público e o privado é tendencialmente inexistente, sendo cada vez mais comum, e especialmente notório no fenómeno televisivo, uma cultura de *voyeurismo* do privado, impulsionada por uma cultura televisiva de interacção, vocacionada para a criação de uma relação de partilha e



exploração mútua dessa existência da cada vez mais frágil e ténue fronteira entre o público e o privado<sup>2</sup>.

Concomitantemente à evolução da forma de experienciar a televisão, surgem de igual modo novas formas de experienciar a rádio e a imprensa escrita. A rádio evoluiu na senda da evolução tecnológica, adaptando-se e criando novas formas de emitir rádio, envolvendo o público, com recurso à interacção com o auditório e ao uso de novas tecnologias como o Facebook, Twitter e outras redes sociais, usando e fruindo em pleno da liberdade de expressão e de imprensa. De igual modo, também a imprensa escrita, cada vez mais imediata, célere e acutilante, evoluiu em consonância com as novas tecnologias, procurando a rápida transmissão da informação para as redacções, o imediato recurso às agências noticiosas, bem como adaptou as edições em formato papel para formato electrónico, fornecendo ou procurando fornecer ao leitor a notícia de última hora, no imediato, sem censura, em pleno exercício da liberdade de expressão e de imprensa.

Constitucionalmente consagradas, apenas as liberdades de expressão e de imprensa, exercidas, fruídas e experienciadas na sua plenitude asseguram o fundamento e a base de uma sociedade verdadeiramente democrática – sendo o reconhecimento deste facto o óbice político à sua consagração plena nas sociedades ditatoriais que se alimentam essencialmente do medo, da ignorância e do culto reverenciado da figura do ditador.

Actualmente a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa, constitucionalmente consagradas, fazem parte de um catálogo vasto de direitos denominado de “Constituição da informação” (Gomes Canotilho e Vital Moreira, 1993: 225 *apud* Pinto, 1994: 94) e cuja sede constitucional se encontra nos artigos 37.º a 40.º da CRP.

A liberdade de expressão, enquanto “Direito mãe” (Machado, 2002: 370), está intimamente ligada às restantes liberdades e directamente correlacionada com a liberdade de informação e de comunicação social (Miranda, 2000: 454).

Elencada no n.º 1 do artigo 37.º da CRP, a liberdade de expressão é uma liberdade fundamental que concede a todos o direito de “expressar e divulgar livremente

---

<sup>2</sup> Reportamo-nos concretamente a programas televisivos como o “Big Brother”, cuja primeira emissão se iniciou a 3 de Setembro de 2000.

o seu pensamento”, sendo que essa divulgação pode revestir as mais diversas formas, ou nas palavras de Jorge Miranda “a liberdade de expressão abrange qualquer exteriorização da vida própria das pessoas” (*ibidem*: 453).

A liberdade de expressão pode ser entendida em dois sentidos, num sentido mais estrito, como anteriormente referido e, num sentido mais amplo, também designado por liberdade de comunicação. Este sentido mais amplo da liberdade de expressão, também denominado de liberdade de comunicação, abarca a liberdade de expressão em sentido estrito ou liberdade de opinião, a liberdade de informação, a liberdade de imprensa e os direitos dos jornalistas (Machado, 2002: 371).

Por sua vez, a liberdade de imprensa, consagrada no n.º 1 do artigo 38.º da CRP, é “o exercício da liberdade de expressão e do direito de informação (na sua tríplice perspectiva de direito a informar, de se informar e de ser informado) através dos órgãos de comunicação de massa independente da sua forma” (Gomes Canotilho e Vital Moreira, 1993: 225 *apud* Pinto, 1994: 24).

A liberdade de imprensa está por isso profundamente ligada à liberdade de expressão e à liberdade de informação, com três pertinentes notas distintivas relativamente a estas duas últimas liberdades enunciadas: é dirigida a uma série de destinatários, dispõe de uma ampla difusão e admite qualquer espécie de reciprocidade recorrendo aos meios mais adequados para tal, como por exemplo a imprensa escrita e a internet.

O “âmbito normativo”<sup>3</sup> do artigo 38.º da CRP, abarca actualmente muito mais que a letra do seu texto parece invocar, porquanto a liberdade de imprensa, quando equacionada para lá da tradicional forma de comunicar dos tradicionais meios de comunicação social (televisão, imprensa escrita, etc.) ganha uma nova dimensão decorrente da evolução dos meios de comunicação.

Importa, por isso mesmo, sublinhar desde já que a liberdade de imprensa terá tendência a alargar-se a todos os meios de comunicação e cada vez mais a ser considerada e reconhecida como um direito do público em geral, em virtude do aumento dos meios de partilha de informação e comunicação e da permeabilidade deste ramo de direito face às constantes alterações tecnológicas.

---

<sup>3</sup> Ricardo Leite Pinto refere como âmbito normativo as “realidades da vida que as normas consagradoras de Direitos captam como objecto de protecção.” (Pinto, 1994: 24).

O âmbito normativo do direito à liberdade de imprensa pode ser dividido em dois parâmetros: individual-subjectivo e institucional-objectivo<sup>4</sup>.

O primeiro parâmetro enunciado (individual-subjectivo) refere-se à protecção que deve ser assegurada às posições jurídicas dos jornalistas e dos órgãos de comunicação social. Por seu turno o parâmetro institucional-objectivo alude à “tutela dispensada ao valor da imprensa livre” (Machado, 2002: 505), ou seja, à protecção do fundamental papel da imprensa para a formação da opinião pública.

Cumprir ainda referir que o n.º 2 do artigo 38.º concretiza o conjunto de direitos e liberdades que configuram a liberdade de imprensa, nomeadamente, a liberdade de expressão e o direito à informação (já referidos), o direito à protecção da independência e o sigilo profissional, entre outros direitos.

Em síntese, a liberdade de imprensa consubstancia-se no conjunto de direitos constitucionalmente consagrados, atribuídos às pessoas físicas e colectivas ligadas profissional e institucionalmente à imprensa.

Por último, cumprir fazer uma breve referência ao artigo 39.º da CRP que consagra a “entidade administrativa independente”, a quem compete a regulação da comunicação social.

Outrora, denominada de Alta Autoridade para a Comunicação Social, a actual Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) é o órgão competente para essa regulação. Criada em 2005, através da Lei n.º 53/2005, de 8 de Novembro, a ERC, iniciou funções no início do ano seguinte.

Organicamente a ERC é constituída pelo Conselho Regulador, pela Direcção Executiva, pelo Conselho Consultivo e pelo Fiscal Único, cujas competências se encontram estatutariamente definidas.

Juridicamente a ERC é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira cuja dignidade constitucional deriva das funções que lhe foram confiadas, imbuídas elas próprias de dignidade constitucional.

À Entidade Reguladora para a Comunicação Social compete a regulação de um campo onde pulsa um dos bens mais importantes de uma sociedade democrática: a liberdade de expressão, compete-lhe por isso entre outras funções, assegurar o efectivo

---

<sup>4</sup> Jónatas E.M. Machado refere “as dimensões individual-subjectiva e institucional-objectiva” (Machado, 2002: 505).

respeito pela liberdade de imprensa, pelo direito à informação e pela independência dos media face aos poderes político e económico.

No âmbito do exercício das suas competências, a ERC pode elaborar regulamentos, directivas, recomendações e decisões, sendo que, e de acordo com o artigo 66.º da Lei n.º 53/2005, de 8 de Novembro, o incumprimento ou “a recusa de acatamento ou o cumprimento deficiente” “constitui crime de desobediência qualificada”, punível nos termos do preceituado em sede de Direito Penal.

Para além da tutela penal conferida aos direitos constitucionalmente protegidos por via da acção da ERC, essa mesma entidade reguladora pode lançar mão, em conformidade com o disposto no artigo 67.º da Lei n.º 53/2005, de 8 de Novembro, à tutela contra-ordenacional. De facto, e nos termos deste artigo, também compete à ERC, o exercício e efectivação da tutela contra-ordenacional, podendo essa mesma entidade “processar e punir a prática das contra-ordenações previstas nos presentes [naqueles] Estatutos, bem como aquelas que lhe forem atribuídas por qualquer outro diploma, em matéria de comunicação social”. De igual modo e no cumprimento daquele dispositivo legal, “incumbe ainda à ERC participar às autoridades competentes a prática de ilícitos penais de que tome conhecimento no desempenho das suas funções”, auxiliando assim na efectivação da tutela penal dos direitos constitucionalmente protegidos, em especial todos aqueles que se reconduzam à liberdade de expressão e de imprensa.

### **I.3 - A noção de espaço público**

A noção de espaço público, bem como a sua distinção do espaço privado, remonta desde logo à polis grega, mais concretamente à *ágora* grega.

A *ágora* grega foi a origem da noção do espaço público e consequentemente o berço da dicotomia – espaço público e espaço privado. Enquanto praça pública, a *ágora* foi, na polis grega e na organização do espaço físico da cidade, o espaço dedicado à discussão das questões públicas, à discussão das decisões referentes ao colectivo

público, ou seja, da cidade, à discussão de questões políticas, por todos os cidadãos gregos<sup>5</sup>, enquanto homens livres e iguais.

No correr da idade média e da idade moderna, a noção grega de espaço público foi-se perdendo, concentrando-se a discussão e decisões políticas, anteriormente pertencentes à esfera pública, no monarca e no poder político instituído, muito distante do quadro político democrático ateniense.

De igual modo, com a emergência, no século XX, de regimes ditatoriais, comprimiu ainda mais a noção de espaço público em toda a sua plenitude. No contexto pós-Segunda Guerra Mundial e no rescaldo da queda dos diversos regimes ditatoriais que até àquela data existiram na Europa, reacende-se a noção de espaço público, enquanto espaço de liberdade de e para a discussão de temáticas políticas em pleno exercício de cidadania, uso e fruição da liberdade de expressão e de imprensa.

Actualmente a densidade da noção de espaço público é mote inspirador para diversos autores e objecto de densificação por diversas áreas científicas.

No que concerne ao direito, a distinção entre o espaço público e o espaço privado encontra-se subjacente à teoria alemã das três esferas (“Sphärentheorie”). De acordo com esta teoria é possível distinguir, no âmbito da personalidade humana e na existência de cada cidadão, três esferas essenciais: esfera íntima, esfera privada e esfera pública<sup>6</sup>.

A estas três esferas correspondem níveis de exposição do ser humano enquanto pessoa e cidadão no espaço privado e no espaço público.

A esfera íntima corresponde àquele espaço vital que engloba a vida íntima de toda a pessoa, essencialmente sentimentos e pensamentos de cariz emocional, e que se encontra subtraída a todos os outros, sendo que todos os elementos que se encontram nesta esfera apenas se tornam conhecidos de outrem se o seu titular o permitir.

Por sua vez, a esfera privada de cada cidadão engloba todos os elementos, essencialmente a família e a vida familiar, que se reportam à sua vida privada, a tudo o que existe no espaço privado de cada cidadão.

---

<sup>5</sup> Recordamos que a noção ou o estatuto de cidadão se encontrava reservado a elementos do género masculino, não estrangeiros, pecuniariamente capazes, proprietários de terras, livres e cujas obrigações militares estivessem cumpridas.

<sup>6</sup> A este propósito recorremos aos ensinamentos de Pedro Pais Vasconcelos e David Festas (Vasconcelos, 2003: 63-68 e Festas, 2004) e ainda ao vertido no Parecer da Procuradoria-Geral da República n.º 95/2003.

A esfera pública engloba tudo o que é referente ao próprio, mas de conhecimento público ou que se encontra à disponibilidade de todos os outros para conhecimento e que engloba essencialmente toda a participação de cada um na vida colectiva.

A dicotomia espaço público e espaço privado recupera, no pensamento de Hannah Arendt, as noções clássicas em torno da pólis grega. Na obra *A Condição Humana* (1958: 31-83), ao longo do Capítulo II, esta autora reflecte sobre as noções de espaço privado e espaço público a partir da afirmação de que a natureza humana, o homem, é naturalmente político, naturalmente social, sendo inegável a essencialidade dessa natureza social, fundamental à própria natureza humana para que essa mesma natureza possa ser efectivamente definida como humana. Recuperando o pensamento grego, Hannah Arendt distingue duas esferas existenciais do Homem – a sua existência ou vida política e a sua existência ou vida familiar. Partindo desta distinção, Hannah Arendt define o espaço público por oposição ao espaço privado, apresentando o espaço público como o espaço de união de todas as pessoas, onde cada um se apresenta como e na qualidade de cidadão da pólis, apto para nesse espaço público (ágora), reflectir, discutir e decidir os destinos da *polis*.

À semelhança de Hannah Arendt, Habermas, na obra *L'Espace Public-Archéologie de la Publicité comme Dimension Constitutive de la Société Bourgeoise* (Habermas, 1992), encontra a noção de espaço público na dicotomia público-privado, todavia Habermas parte da noção de publicidade, associada às preocupações próprias de uma sociedade burguesa, para esta definição.

A publicidade, ou seja, a transparência, enquanto corolário de constitutivo de uma sociedade (burguesa), é o elemento essencial no processo decisório colectivo dessa sociedade permitindo a todos os envolvidos a apreensão cognitiva da argumentação que fundamenta ou fundamentou essa decisão do colectivo.

Para Habermas, o espaço público apresenta-se como um conjunto de lugares, onde homens livres através do reconhecimento recíproco como sujeitos expõem, justificam e tomam decisões de cariz político através da palavra, da argumentação e da abertura ao diálogo, concertando acções segundo a deliberação colectiva, cujo conteúdo nasce da necessidade de acomodar interesses da burguesia por oposição, mas em consonância, com as necessidades do Estado.

Habermas que inicialmente associa a ideia de espaço público à noção de burguesia e aos interesses específicos dessa classe acaba, ao longo da sua vasta obra, por ampliar essa noção de espaço público, tornando-a menos circunscrita do ponto de vista dos sujeitos envolvidos. Numa noção mais contemporânea, Habermas amplia a noção de espaço público, ultrapassando o limite gerado por via da circunscrição dos interesses burgueses.

Habermas reequaciona então a noção de espaço público à imensidão que a mesma abarca face ao aumento da esfera pública por via da evolução tecnológica cujo pináculo foi e é a criação de uma rede de comunicação, com uma capacidade inimaginável de transmissão e armazenamento de opiniões e conteúdos, associados a uma disseminação e acessibilidade tecnológica sem precedentes e a uma fácil apreensão cognitiva dos instrumentos de partilha e apropriação desses mesmos conteúdos e opiniões<sup>7</sup>.

Manuel Castells, parte da noção de esfera pública de Habermas, afirmando que a mesma varia consoante o contexto histórico e a tecnologia existente (Castells, 2008: 78 e 79).

Para Castells, o espaço público, actualmente, ressurgue com uma nova natureza, englobando para além do espaço físico (a ágora na pólis grega), também o espaço cibernético (a rede, enquanto espaço de comunicação), bem como os próprios media. No entendimento de Castells, o espaço de comunicação cibernético desenvolve-se a partir do plano individual e do sujeito, formando-se a partir deste e em ligação directa com a rede e com as massas que essa rede engloba e acolhe, multiplicando-se em diferentes pólos e planos, tantos quantos aqueles que é possível abarcar física e virtualmente (*ibidem*: 79-80). Definido este novo espaço público como um espaço de comunicação multimodal (*ibidem*: 90), Castells reequaciona o mesmo à luz do espaço comunicacional cibernético e do espaço de comunicação gerado pelos media, avançando com uma noção global de esfera pública que se apresenta simultaneamente como local e global.

Por sua vez, Maria João Silveirinha (Silveirinha, M.J., 2005), numa reflexão profunda, repensa o espaço público à luz do conceito de democracia deliberativa perspectivada pelo espectro condicionante do género feminino numa sociedade

---

<sup>7</sup> A este propósito apoiamo-nos nos ensinamentos de Habermas (Habermas, 1992) e em Elida Neiva Guedes (Guedes, s.d.).

predominantemente masculina. Percorrendo autores como Habermas, John S. Dryzek e Iris Marion Young, Seyla Benhabib e Nancy Fraser, Maria João Silverinha aborda as noções de espaço público e privado equacionados à luz das questões suscitadas pela participação na vida pública, no espaço público e no fenómeno da democracia deliberativa do e pelo género feminino, no âmbito da dicotomia privado e público.

Numa concepção moderna, João Pissarra Esteves (Esteves, 2005, 2007), propõe uma noção de espaço público também equacionada à luz da individualidade própria do ser humano, do universo político, do uso, influência e impacto das novas tecnologias na forma de comunicar e de partilhar informação a uma escala mundial.

Partindo da noção do individual, da individualidade e do indivíduo, Pissarra Esteves constrói a noção de espaço público, através do acto de exposição e partilha dessa individualidade com o mundo, potenciada e ampliada pela plena fruição da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa. A noção de ser-humano<sup>8</sup>, enquanto ser, único, individual e irrepetível assume ponto fulcral na teoria de Pissarra Esteves, porquanto é esse mesmo ser-humano, através da exteriorização dessa mesma individualidade, o ponto inicial da construção do espaço público.

Deste modo, é através da exteriorização dessa unicidade própria do ser humano, ou seja, da manifestação dessa individualidade, geralmente circunscrita à esfera privada, na esfera pública que se forma a nova noção de espaço público gizada por Pissarra Esteves. Na definição e para a definição de espaço público, contribuem em grande medida, para além deste quadro de expansão da exteriorização da individualidade e unicidade de cada ser-humano, as noções e valorações morais dos conceitos subjacentes a essa mesma exteriorização e do impacto dessas valorações nos quadros legais, nomeadamente na consagração constitucional da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa (Esteves, 2011: 170-181).

Esta exteriorização do individual, da unicidade própria do ser humano, na esfera pública (enquanto espaço de exteriorização por excelência), através da extrapolação, transposição e transferência dessa individualidade do ser-humano, para lá do seio familiar (esfera privada), para um espaço próprio – espaço público - de partilha e reconhecimento mútuo dessa individualidade, só é possível no pleno uso e fruição da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa, na concepção do século XX,

---

<sup>8</sup> A este propósito cruzamos a noção de indivíduo, existente em Pissarra Esteves, com a noção de ser humano gizada por Lévinas ao longo da sua vasta obra.



enquanto direito humano essencial. É neste contexto de consagração constitucional e fruição plena da liberdade de expressão e de imprensa, que ocorre a exteriorização dessa unicidade num plano para lá do seio familiar, mais concretamente na esfera pública, onde a celebração e partilha dessa individualidade e das diversas individualidades que compõem esse espaço, dão origem e formam uma nova noção de espaço público para lá da noção clássica de espaço público gizada em torno da pólis grega.

A experiência resultante dessa partilha em público, da individualidade, da unicidade própria de cada ser humano e do que é privado e interior, enquanto “ (...) mediação de público e privado que se realiza no interior do próprio espaço publico e que supõe, em simultâneo, uma distinção (a separação do mesmo) dos dois conceitos, mas ao mesmo tempo em articulação (na forma, por assim dizer, da sua mútua dependência) ” (*ibidem*: 170), origina a própria distinção entre ambas as esferas ou espaços – público e privado. Todavia, essa experiência de partilha não se encontra dissociada de quadros morais e normativos e, se de igual modo foi a evolução dessas noções e valorações morais dos conceitos subjacentes à liberdade de expressão e de imprensa que permitiu e exponenciou essa experiência de partilha, foram e são também esses valores e concepções morais que condicionam os limites dessa mesma experiência.

Assim, para Pissarra Esteves, o espaço público, numa concepção moderna, nasce da reestruturação simbólica do espaço público e do espaço privado, por via da acção e do impulso do que é privado ou do que é considerado como eminentemente privado, em pleno exercício da liberdade de expressão e imprensa, de acordo com as valorações morais e sociais modernas, e que na simultaneidade do privado se expõe para além dessa esfera privada, gerando *per si* um desenvolvimento dessa interioridade, dessa unicidade de cada ser-humano, por via da sua afirmação enquanto tal, e simultaneamente acrescentando e aumentando o espaço público e o que é público (*ibidem*: 170, 172 e 180).

Congregando todos os traços comuns às noções de espaço público gizadas pelos autores anteriormente referenciados, com as possibilidades de comunicação criadas pelas “novas tecnologias”, nomeadamente pela criação de novos espaços de afirmação pessoal (blogues, páginas pessoais do Facebook, etc.), pelo impacto da expansão da exposição da unicidade e individualidade de cada ser-humano e, colhendo os

ensinamentos de Pissarra Esteves, é possível propor uma nova definição de espaço público.

O espaço público (físico ou não), disponível e acessível a todos, no qual todos os sujeitos se reconhecem reciprocamente como indivíduos, onde cada um se pronuncia sobre uma determinada temática, expondo, criticando ou justificando uma determinada opinião ou ideia, demonstrando por essa via a individualidade e unicidade caracterizadora de cada ser humano, que é acessível e cognoscível pelas pessoas ligadas a esse espaço ou a essa pessoa, onde a experiência expositiva (condicionada pelos valores morais e legais) e a mediação que opera por essa via gera a dicotomia entre espaço público e privado e, conseqüentemente, a expansão do espaço público por via do aprofundamento do interior e da unicidade de cada ser humano.

#### **I.4 - Pressupostos e fins da justiça penal**

Os pressupostos da justiça penal são o conjunto que resulta do somatório dos pressupostos do direito penal, do processo penal e da aplicação da pena, ou seja, são os elementos, ou quadro teórico, que originam e conduzem a actuação do direito penal em processo penal e que norteiam de igual modo a aplicação dessa pena.

Por sua vez, os fins da justiça penal nascem da união dos fins do direito penal, do processo penal e das penas, gizados tanto no plano individual como no colectivo.

Para que se possa entender melhor, na perspectiva da presente reflexão, os pressupostos e fins da justiça penal, porquanto os mesmos resultam do somatório de diversas noções, impõe-se que se demarque, com a devida clareza, os pressupostos e fins do direito penal substantivo, os pressupostos e fins do direito processual penal, ou seja do processo penal e, por último, os pressupostos de aplicação das penas e os fins das mesmas, sendo que os pressupostos e fins da justiça penal resultam da união dos pressupostos e fins dos três parâmetros supra referidos.

Acolhendo os ensinamentos de Fernanda Palma, podemos definir, desde logo, o direito penal “ (...) como a expressão do *jus puniendi* do Estado, delimitando os fundamentos e as condições de uma intervenção estatal na esfera dos particulares que se caracteriza, especificamente, no exercício do poder punitivo.” (Palma, 1994: 64)

O direito penal substantivo tem como objecto a tipificação e qualificação, de forma geral e abstracta, de comportamentos humanos, mediante a hierarquização dos bens jurídicos (vida, integridade física, património, etc), prescrevendo, através da determinação de uma moldura penal, a sanção aplicável aos agentes que lesem esses bens jurídicos (Dias, 2004: 7).

O direito penal tem como pressupostos de aplicação o comportamento humano lesivo de um bem jurídico<sup>9</sup>, ou seja o crime<sup>10</sup> e a respectiva condenação do agente que praticou o respectivo crime em sede de processo penal.

Por sua vez, o fim do direito penal, que acaba por ser simultaneamente o seu próprio objecto, é o ordenamento da vida em sociedade, mediante a definição do que é crime, ou seja, do que é uma conduta lesiva de um determinado bem jurídico e da definição da estatuição da respectiva sanção.

Numa relação de instrumentalidade face ao direito penal substantivo, o direito processual penal estabelece o conjunto de regras pelas quais se forma e se rege a demanda penal, ou seja, o processo pelo qual se verifica e se prova a ocorrência do crime, o quadro factual desse crime, se determina o seu agente ou agentes e se aplica a respectiva pena ou medida de segurança.

O processo penal é um conjunto ordenado de actos praticados, conforme o estatuído pela lei processual penal, por pessoas juridicamente legitimadas (juízes), com vista à decisão sobre a prática ou não do crime, bem como a aplicação das respectivas sanções penais, no caso de ser aferida a culpa do agente.

Os pressupostos processuais penais são as condições necessárias para que se inicie uma marcha processual, ou seja, são os requisitos sem os quais não é possível existir processo penal ou tão pouco que seja proferida uma sentença ou acórdão. Os pressupostos processuais podem ser relativos aos sujeitos processuais e ao objecto do processo.

Os pressupostos relativos aos sujeitos processuais podem ser referentes ao tribunal, ao Ministério Público ou ao arguido.

A jurisdição e a competência são os pressupostos relativos ao tribunal.

---

<sup>9</sup> Deve entender-se por bem jurídico um valor ou interesse, digno da tutela penal, bem esse que tanto pode pertencer à pessoa visada pelo crime ou à comunidade em geral.

<sup>10</sup> Conforme o estatuído na alínea a) do artigo 1.º do CPP, ou seja, “o conjunto de pressupostos de que depende a aplicação ao agente de uma pena ou medida de segurança criminais.”

A jurisdição, elencada no artigo 202.º da CRP, consubstancia o conjunto de poderes e deveres que permitem ao tribunal decidir os casos que lhe são submetidos para apreciação, a aplicação ou não da respectiva pena ao agente, bem como a execução dessa mesma pena, em suma a “competência para administrar a justiça”<sup>11</sup>. Por seu turno, a competência é a parcela de poder jurisdicional que cabe a cada tribunal, ou seja, é a divisão da jurisdição pelos diversos tribunais.

Compete ao Ministério Público, enquanto órgão do Estado, a representação do Estado, a defesa dos interesses que a lei determina, a participação na execução da política definida pelos órgãos de soberania, o exercício da acção penal e a defesa da legalidade democrática<sup>12</sup>. Contrariamente ao Tribunal, o Ministério Público não é um órgão de soberania, mas um “órgão da administração da justiça” (Dias, *apud* Marques da Silva, 2008: 242) e como tal “goza de um estatuto próprio e de autonomia nos termos da lei”<sup>13</sup>.

Em especial, em sede de direito penal, compete ao MP a recepção e apreciação de denúncias, queixas e participações, bem como o seguimento das mesmas, a direcção do inquérito, a dedução da acusação e defesa da mesma (acusação) na instrução e julgamento e ainda “colaborar com o tribunal na descoberta da verdade e na realização do Direito, obedecendo em todas as intervenções processuais a critérios de estrita objectividade”<sup>14</sup>.

No caso dos crimes públicos ou no caso dos crimes semipúblicos, a ausência da acção penal por parte do Ministério Público, é especialmente relevante, porquanto a sua inércia originará a falta de um pressuposto processual<sup>15</sup> ou a falta de um requisito de validade.

Relativamente ao arguido, cumpre distinguir a noção de arguido e de suspeito, considerado que as palavras em causa não são sinónimas, e que a sua significância processual é diferente.

---

<sup>11</sup> Artigo 202.º da CRP.

<sup>12</sup> Cfr. neste sentido o n.º 1 do artigo 219.º da CRP.

<sup>13</sup> N.º 2, do artigo 219.º da CRP.

<sup>14</sup> Artigo 53.º do CPP.

<sup>15</sup> A ausência de acção penal do MP consubstancia uma nulidade insanável nos termos do artigo 119.º do CPP.

O suspeito, ao contrário do arguido, não é sujeito processual, pois, sobre e relativamente a este, apenas existe o “indício de que cometeu ou se prepara para cometer um crime, ou que nele participou ou se prepara para participar”<sup>16</sup>.

Por sua vez, sobre o arguido recai uma forte suspeita, já relativamente documentada, de o respectivo agente ter cometido o crime, sendo que formal e processualmente, para que uma pessoa possa ser considerada ou reportada como arguida, é imperativa a sua constituição como tal, ou seja, como arguido através de comunicação feita ao próprio pela autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal competente<sup>17</sup>.

Para que haja processo penal, impõe-se que a partir da acusação já esteja constituído o respectivo arguido, ou seja, que a pessoa a quem se imputa a autoria do crime, material ou formal, seja conhecida e que lhe tenha sido informado a sua constituição como arguido, assumindo por esta via a qualidade de sujeito processual, com direitos e deveres legalmente estipulados.

A constituição de um suspeito como arguido, bem como todas as questões erigidas por via deste acto (constituição como arguido) não são de resolução pacífica, porquanto a definição desta qualidade assume particular relevância no que concerne à garantia de todos os direitos de defesa, em sede de processo penal, de qualquer cidadão.

No reconhecimento desta particular relevância, procurando assegurar a defesa desses direitos, o legislador preceituou, nos termos do artigo 120.º, n.º 2, alínea d), do Código de Processo Penal, que a inexistência de constituição de arguido configura uma nulidade processual, dependente de arguição, nos casos em que é obrigatória essa mesma constituição de arguido<sup>18</sup>.

Por sua vez, o conceito de acusação, que ora nos importa, a acusação pelo MP, encontra-se plasmado no artigo 283.º do CPP.

É obrigatório para o MP deduzir uma acusação tendo em vista submeter o arguido a julgamento (este princípio da legalidade é a regra, mas na pequena e media criminalidade admitem-se excepções como a suspensão provisória do processo e a dispensa de pena nos casos e termos previstos na lei) nos casos em que o MP,

---

<sup>16</sup> Alínea e) do artigo 1.º do CPP.

<sup>17</sup> Nos termos do artigo 58.º do CPP.

<sup>18</sup> Cfr. neste sentido o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa (2007) - Proc. n.º 5985/07 e ainda o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça (2005) – Proc. n.º 1/2006.

coadjuvado pelos órgãos de polícia criminal (OPC), conseguiu reunir prova e meios de prova que permitem caracterizar os factos e o crime como “suficientemente indiciados”.

Por isso mesmo, a acusação, deduzida pelo MP, deverá conter elementos essenciais, como a identificação do arguido, a imputação do crime, uma proposta de sanção a aplicar, considerando a tipificação do crime e a pronúncia sobre as medidas de coacção e de garantia patrimonial consideradas com necessárias e adequadas.

O objecto do processo é o crime, a prova ou não de que determinado indivíduo teve uma conduta ou omissão que invoca e impele a tutela do Direito Penal, ou seja, a imputação do facto ao indivíduo, facto esse que desencadeia, desencadeou ou vai desencadear o processo penal.

O direito processual penal tem como fim a aplicação do direito penal ao caso concreto, ou seja, que o agente que cometeu o crime seja punido, que se faça justiça e que seja restituída a paz e a confiança da população no ordenamento jurídico.

De uma forma muito singela, pode então dizer-se que a punição do agente é conseguida mediante a aplicação de uma pena, através da decisão judicial, fruto do processo penal, do labor do juiz e do que é carreado para esse mesmo processo, seja pelas partes, seja pelo M.P.

O crime<sup>19</sup> apresenta-se como o pressuposto base, enquanto conjunto de pressupostos dos quais dependem a aplicação da pena ao agente, no entanto, para que haja a aplicação da pena ao agente também tem de haver uma acusação e uma sentença, enquanto resultado de um processo penal.

O disposto no artigo 97.º do CPP define as sentenças, como actos decisórios dos juízes “quando conhecerem a final do objecto do processo”, repartindo-se em sentenças absolutórias quando declaram a extinção de qualquer medida de coacção e ordenam a imediata libertação do arguido preso preventivamente e em sentenças condenatórias quando especificam os fundamentos que presidiram à escolha e à medida da pena aplicada.

Cumpram então aprofundar os pressupostos de aplicação das penas e os fins das mesmas. Têm sido diversos os entendimentos históricos e doutrinários relativamente aos fins das penas. Cabe então explanar, ainda que a breve trecho, as teorias sobre os

---

<sup>19</sup> Enquanto comportamento (acção ou omissão) tipificado como ilícito, culposo e punível.

fins das penas e que se agrupam essencialmente em três grandes pólos: as teorias absolutas, as teorias relativas e as teorias mistas ou unificadoras.

As teorias absolutas consideram a pena criminal como um instrumento de “retribuição, expiação, reparação ou compensação do mal do crime” (Dias, 2004: 43). Do ponto de vista das teorias absolutas a pena seria o espelho do crime, ou seja, a pena enquanto castigo igual ou equivalente ao mal ou dano causado. Centrada num pensamento inspirado pela Lei de Talião, este tipo de teorias adopta como linha básica a ideia de “olho por olho, dente por dente”, ou seja, “pagar na mesma moeda”. Assim sendo, na óptica desta teoria o mal causado pela pena teria de igualar ou compensar, pela mesma medida, o mal causado pelo crime, sendo a pena um imperativo categórico, uma necessidade imperiosa sem a qual a existência humana não tem sentido.

No pólo oposto às teorias absolutas, situam-se as teorias relativas que consideram a pena como um instrumento de prevenção. As teorias relativas dividem-se por sua vez em dois grandes grupos: as teorias de prevenção geral e as teorias de prevenção especial ou individual. A linha geral de pensamento comum às teorias relativas (geral e especial) considera a pena como um mal que é causado ao agente que praticou o crime, mas também como uma forma de prevenção criminal, sendo este o acento tónico deste grupo de teorias (*ibidem*: 47-56).

Entre as teorias absolutas e as teorias relativas encontram-se as teorias mistas ou unificadoras, que se subdividem em teorias da prevenção integral e em teorias onde “reentra ainda a ideia da retribuição” (*ibidem*: 58). O primeiro grupo de teorias tenta conciliar a pena, enquanto instrumento de retribuição, com os fins de prevenção geral e especial. Por sua vez, as teorias de prevenção integral afastam a ideia de retribuição como fim da pena e tentam conciliar a prevenção geral e especial, enquanto fins das penas.

No contexto português, os fins das penas são de prevenção geral e especial, sendo a pena aplicada no caso concreto limitada no seu máximo pelo limite da culpa, dentro de uma determinada moldura penal. A este propósito invocamos Pedro Vaz Patto, ao indicar peremptoriamente que “O direito penal não pode ficar-se pela superficialidade, esquecendo o âmago de cada ser humano, onde reside a sua liberdade e responsabilidade.” (Patto, 2011: 27), sendo que “Encontrar a “justa retribuição”, a “pena merecida” constitui a finalidade primeira da sanção, embora logo seguida das finalidades preventivas, especial e geral.” (*ibidem*: 27), cabendo ao julgador o esforço

“por conseguir a concordância prática das três finalidades” (*ibidem*: 27), tendo sempre como um limite inultrapassável da pena a culpa.

Explicados os pressupostos e fins do direito penal substantivo, do direito penal processual e das penas pode então concluir-se que os pressupostos da justiça penal são o crime, os pressupostos processuais penais e a respectiva condenação do agente em processo penal, ou seja, a sentença. Diferentemente os fins da justiça penal são o ordenamento da vida em sociedade mediante a definição do que é crime e a estatuição da respectiva sanção, cuja violação origina o processo penal e culmina com a aplicação de uma pena ao agente que praticou o crime, pena essa que tem fins de prevenção geral e especial.

### **I.5 - Os media e a justiça: principais diferenças**

Os campos dos media e da justiça, ou poder judicial, são bastante diferentes, acentuando-se actualmente ainda mais essa diferença em virtude da circulação da informação a uma velocidade vertiginosa graças aos novos meios de comunicação que propiciam a notícia ao minuto e “em cima do acontecimento”.

No que concerne à noção de campo ora gizada e simultaneamente aplicada aos media e à justiça seguimos os ensinamentos de Pissarra Esteves, para quem a noção de campo social é simultaneamente uma estrutura e processo, é simultaneamente criação e parte da dinâmica entre indivíduo e sociedade. Colhendo os ensinamentos do autor, seguimos-lhe as pisadas, afirmando a noção de campo social como uma “estrutura estruturada e estruturante” (Esteves, 2003, p. 134). Se, por um lado, um campo social é, sem sombra de dúvida, uma estrutura dentro de um sistema social, é de igual modo inegável que esse mesmo campo social é simultaneamente um processo dentro das dinâmicas sociais que impele a estruturação ou reestruturação do sistema social.

A formação de um campo social inicia-se a partir da necessidade de controlo ou do estabelecimento de regras de relacionamento de uma determinada sociedade com o que lhe é externo e alheio e, conseqüentemente, com a criação de subsistemas dentro de uma determinada estrutura social, que visam essencialmente suprir essa necessidade, organizando por essa via os processos de socialização.



A transformação, autonomização e consolidação de um determinado campo social, enquanto processo de evolução social, apresenta-se por isso enquanto estrutura, dotada de uma dimensão física e espacial, para lá da dimensão simbólica que assume, estruturada (pelo desenvolvimento de regras próprias) e estruturante enquanto introdutória de mudança na própria estrutura social na qual se desenvolve, porquanto aumenta e reestrutura as áreas de influência dessa mesma estrutura social.

Enquanto construção conceptual, os campos dos media e da justiça assumem-se simultaneamente como estruturas e processos, no âmbito de um quadro geral de interacção social, enquanto “contextos de sociabilidade nos quais indivíduos e a sociedade são uma e a mesma matéria” (*ibidem*: 137).

Ambos os campos dos media e da justiça têm, à semelhança do que sucede com outros campos sociais, funções de mediação próprias e específicas. Todavia há entre ambos os campos, entre várias diferenças, uma especialmente notória – no campo dos *media* a mediação é ela própria, além de função, a razão de existência desse mesmo campo.

Para além desta diferença basilar, existem ainda outras diferenças entre estes dois campos sociais – media e justiça. As principais diferenças entre ambos os campos sociais são a linguagem, o tempo, a posição dentro da estrutura profissional, *praxis*, a função, o objectivo que visam alcançar e a proximidade com o cidadão.

A primeira diferença entre estes dois campos é o tipo de linguagem.

O universo judicial possui uma linguagem formal, hermética, codificada e fechada, própria do direito decorrente dos termos técnicos, do rigor e das formalidades a que a aplicação da justiça obriga. As características da linguagem do universo judicial são patentes nas codificações legais (por exemplo: Código Civil e Código Penal), nos textos legislativos e nas sentenças e acórdãos.

Por sua vez, os media têm uma linguagem mais simples, clara e mais aberta à compreensão do cidadão, decorrente do facto de ser (a linguagem) claramente vocacionada para a transmissão da informação, onde “ (...) o discurso jornalístico é, na verdade uma recomposição do real a partir de fragmentos e dá ao público uma semelhante impressão de poder ser compreendido a despeito da sua complexidade, pela arrumação aparentemente controlada das suas contradições e incoerências.” (Cornu, 1994:281).

A segunda diferença é a noção de tempo campo que os media têm e a noção de tempo no campo judicial.

No campo dos media tudo se processa a uma velocidade vertiginosa, tão ou mais rápida que a circulação da própria informação. Impõe-se a celeridade, a rapidez numa corrida pelo exclusivo ou pela notícia “em primeira mão”.

A notícia quer-se “aqui e agora”, quer-se enquanto novidade, enquanto é “a notícia” e não apenas mais uma notícia. Importa que se seja rápido, que se consiga a notícia ou o exclusivo antes de todos os outros, de forma a conseguir captar mais espectadores ou a conseguir uma maior tiragem. Subjacente a esta necessidade de obter o exclusivo e o imediato, encontra-se uma nova concepção da notícia, enquanto notícia-mercadoria que gera e potencia “ (...) a aposta mediática e televisiva (...); o aumento da concorrência entre os media; (...) a vontade de estabelecer uma forte relação com o consumidor baseada numa linguagem apelativa.” (Mesquita, 2004: 55) e consequentemente a “ (...) informação jornalística é mais rápida, [mas mais] fragmentária, incompleta.” (*ibidem*: 55).

Por sua vez, o sistema judiciário com todo o seu formalismo processual obriga a que tudo se processe não a uma velocidade vertiginosa, mas a um compasso ritmado e ponderado que assegure uma decisão justa, correcta e reflectida, com base na prova produzida e no respeito pelos envolvidos. Mas a justiça e o universo judiciário, não raras vezes acusados de uma lentidão tremenda, são também prejudicados pelo uso de expedientes dilatórios, como por exemplo pedidos de aclaração ou requerimentos infundados, que entravam a marcha processual já de si legalmente morosa.

Todos estes elementos contribuem de uma ou de outra forma para a morosidade da marcha processual, originado assim um tempo próprio no qual se movimenta o campo da justiça e respectivos operadores.

A terceira diferença que se pode apontar entre estes dois campos é a posição dentro da estrutura profissional, a ausência ou presença de hierarquia.

Enquanto titular órgão de soberania, o poder judicial (o juiz) é independente devendo apenas obediência à lei, conforme consagrado no artigo 203.º da CRP. O juiz não está sob o jugo ou sob a orientação de nenhum superior hierárquico, estando sujeito apenas à lei.

Por sua vez, os media, leia-se os jornalistas, encontram-se inseridos em estruturas hierárquicas cujos interesses produtivos e económicos por vezes obnubilam a sua verdadeira “função informativa, essencial em democracia” (Afonso, 2001).

As palavras de Pierre Bourdieu ao referir que “o universo do jornalismo é um campo, mas que está sob a pressão do campo económico por intermédio do índice da audiência.” (Bourdieu, 1996: 77), não poderiam ser mais ilustrativas da referida realidade.

De facto, é exercida sobre os jornalistas, de forma directa ou indirecta, alguma pressão de forma a garantir que conseguem a notícia em primeira mão ou em exclusivo, delegando para segundo plano o cumprimento de algumas regras deontológicas, preceitos legais ou simplesmente morais, de forma a assegurar o maior número de espectadores ou a maior tiragem possível. Ou, como escreve Mário Mesquita, na senda da reflexão de Daniel Cornu, “Os meios de comunicação social constituem elementos estruturantes da sociedade, dependentes (...) do poder político, das empresas mediáticas, e dos grupos económicos a que pertencem, das tendências determinadas pelo mercado e da própria categoria profissional dos jornalistas.” (Mesquita, 2004: 76).

Outra diferença notória entre o campo dos media e da justiça é a *praxis* (*ibidem*: 58).

O poder judicial está obrigado a seguir um conjunto de regras muito específicas que se consubstanciam na estrutura processual e que se pautam por um conjunto de valores cujo fundamento reside no respeito pela dignidade da pessoa humana e pela lei.

O desrespeito pelas normas processuais poderá originar uma nulidade ou irregularidade<sup>20</sup>. Não sendo a nulidade sanável, será inválido o acto em que se verificou, os actos que dele dependerem e que a nulidade possa afectar, obrigando à repetição de todos os actos declarados como nulos<sup>21</sup>.

Por sua vez, a irregularidade, quando arguida atempadamente determina a invalidade do acto a que se refere e dos termos subsequentes que possa afectar, podendo ser ordenada oficiosamente a sua reparação.

---

<sup>20</sup> Cfr. neste sentido o artigo 118.º do CPP.

<sup>21</sup> Cfr. neste sentido o n.º 1 e n.º 2 do artigo 122.º do CPP.

Assim sendo, nas situações em que o desvalor aplicável seja o de nulidade insanável, o desrespeito pela *praxis* processual implicará a invalidade dos actos e quando possível a sua repetição.

No caso de não ser possível a repetição dos actos considerados como inválidos, a marcha processual fica afectada podendo todo o processo tornar-se inútil e obrigar a uma renovação da instância ou a uma perda de elementos de prova, por exemplo.

Deste modo o poder judicial, por força dos princípios da legalidade e da dignidade da pessoa humana, tem a sua *praxis* definida através da estrutura e normas processuais (Marques da Silva, 2008: 24).

Por sua vez, os media têm uma *praxis* muito própria e mais livre, não obedecendo por isso a regras tão rígidas, não obstante terem as suas regras deontológicas, como por exemplo o Código Deontológico dos Jornalistas. Apesar da *praxis* profissional dos jornalistas também obedecer a regras próprias, o desvalor a aplicar à violação dessas mesmas regras não é tão grave (do ponto de vista do resultado sobre o trabalho até então feito), não culmina numa anulabilidade, nulidade nem tão pouco numa irregularidade, ou seja, não culmina em trabalho infrutífero.

O jornalista poderá ser sancionado, em caso de desrespeito pelas normas estatuídas, no entanto a notícia, o resultado do seu trabalho, é publicado, atingindo o efeito pretendido.

Os media (jornalistas) dispõem então de uma ampla margem de manobra no seu processo de redacção, na sua *praxis* profissional, sendo que o desrespeito pelas normas profissionais não acarreta a destruição da notícia, contrariamente o poder judicial (juízes) encontra-se espartilhado numa estrutura processual rígida, adstrito a uma *praxis*, cujo desrespeito poderá afectar de forma severa a marcha processual, o resultado da mesma e os próprios envolvidos.

Ainda no âmbito da *praxis* é imperativo que se refira que os media seleccionam os assuntos que querem publicar ou analisar, ou seja, há um poder de escolha quanto ao tema, o que influencia claramente o modo como abordar esse mesmo tema e consequentemente a *praxis*. Segundo Pierre Bourdieu, “não há discurso, nem acção que, para ter acesso ao debate público, não deva submeter-se a essa prova de selecção jornalística, isto é, a essa formidável censura que os jornalistas exercem, sem sequer saber disso, ao reter apenas o que lhes interessar” (1996: 67).

Os jornalistas fazem uma selecção ou triagem das temáticas que querem ou que devem abordar de acordo com o valor-notícia, interesse público e interesse suscitado no público e consoante essa mesma temática seleccionada, escolhem o modo como redigir a notícia, definindo assim a sua *praxis*.

A subjectividade na *praxis* jornalística assume ainda a sua existência por via da forma como a notícia é redigida, podendo o jornalista assumir por essa via três perfis possíveis: o jornalista-observador (a quem cabe simplesmente investigar e relatar), jornalista-intérprete (a quem cabe interpretar e relacionar os eventos) e o jornalista-narrador (a quem cabe contar com algum recurso à criatividade)<sup>22</sup>.

Por sua vez, o poder judicial tem de dar seguimento a todos os processos que lhe são entregues aquando da distribuição, não havendo assim qualquer poder de escolha de quais os casos a apreciar, obedecendo a *praxis* a uma estrutura processual rígida, conforme foi anteriormente explanado. A única escolha possível é entre as provas oferecidas ao tribunal na busca da verdade material.

Outra diferença entre os dois campos reside na função específica ou missão social de cada um.

Os jornalistas (órgãos de comunicação) têm como missão ou função social, informar, divulgar, fazer chegar ao conhecimento geral do público os factos, as notícias de interesse geral, de interesse público, numa linguagem clara, perceptível e acessível ao cidadão comum e do interesse deste, sendo que “Tradicionalmente, entende-se que o jornalismo defende o interesse público (...)” (Mesquita, 2004:202) por via do “«ideal» de informação desinteressada, inerente ao jornalismo” (*ibidem*: 202).

Por sua vez, compete aos juízes (poder judicial) decidir no âmbito dos processos que são submetidos à sua apreciação.

As suas decisões podem ser impostas aos respectivos destinatários.

Em suma, o juiz julga os actos e pondera os factos que são chamados à colação no âmbito dos respectivos processos, não emite nem oferece opiniões, pontos de vista ou manchetes, simplesmente decide. O que resulta do trabalho do juiz vincula as partes visadas, contrariamente o que resulta do trabalho de um jornalista não vincula, ainda

---

<sup>22</sup> Cfr. neste sentido Mesquita, (2004: 58) e Cornu (1999: 326-370).

assim tal não significa que não marque para sempre a vida dos visados, não obstante de não os vincular.

Da função específica de cada um dos campos ora em análise decorre o objectivo próprio de cada um e esta é outra diferença a assinalar entre ambos.

O poder judícia e os tribunais têm como objectivos “assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, reprimir a violação da legalidade democrática e dirimir os conflitos de interesses públicos e privados”<sup>23</sup>, ou seja, assegurar a boa administração da justiça com base no respeito pela lei e pela dignidade da pessoa humana.

O objectivo dos media é, ou deve ser, informar. No entanto, esse mesmo objectivo encontra-se por vezes ofuscado pelos interesses económicos subjacentes a toda a estrutura jornalística, ou seja, se o objectivo for o lucro, quer seja através da maior audiência ou da maior tiragem, a função informativa poderá perder-se ficando preterida a informação ou a notícia relevante, isenta e clara face a uma notícia “sensacionalista” cujo conteúdo é ou poderá ser duvidoso, mas que ainda assim gera lucro.

Neste sentido, Pierre Bourdieu distinguia dois pólos através dos quais o jornalismo se estrutura: o «pólo intelectual», no qual se situam os jornalistas que privilegiam o reconhecimento dos seus pares e cumprimento das normas deontológicas enquanto matriz de conduta profissional e o «pólo comercial», no qual se situam os jornalistas que preferem utilizar como matriz de conduta profissional o critério da audiência e da clientela, afirmando-se este último como cada vez mais predominante e decisivo (Pierre Bourdieu, 1994: 3-9 *apud* Mesquita, 2004:232, 233).

Contrariamente aos media, os tribunais não visam, nem dependem do lucro.

Ou seja, a preponderância ou influência do factor económico na produção ou no resultado final obtido por ambos os sectores, varia de acordo com o grau, maior ou menor, da dependência desse sector do poder económico.

A última diferença a enunciar é a proximidade ao cidadão, ou seja, a relação que é estabelecida com este, quer pelo poder judicial, quer pelos media.

---

<sup>23</sup> Conforme referido no artigo 202.º da CRP, sob a epígrafe de *Função Jurisdicional*.

O poder judicial, devido à sua própria natureza, é distante do cidadão, a aura de mistério, as pesadas vestes, a solenidade e o formalismo, bem como a linguagem hermética contribuem bastante para este distanciamento.

Para além disso, é de certa forma imposto e até expectável, de modo a garantir a boa administração da justiça que o poder judicial seja distante para que possa ser verdadeiramente imparcial, assegurando por isso que não fica ofuscado ou pressionado pelos cidadãos ou por algum cidadão em específico, garantido que transmite uma imagem de imparcialidade, mas que acima de tudo é verdadeiramente imparcial.

Esta imposição sistémica, jurídica e até social, acaba por decorrer, de forma natural, por um lado das exigências constitucionais preceituadas para o exercício da função jurisdicional, mas de igual modo pela necessidade de assegurar a igualdade de todos perante a lei, seja em sede de inquérito, de julgamento ou de sentença, enquanto resultado final.

Os juízes devem ser distantes do cidadão, até certo ponto, de forma a garantir a imparcialidade e a independência judicial, bem como a boa administração da justiça, ou seja, de modo a garantir que a função jurisdicional é exercida de forma independente e imparcial.

Por sua vez, os media são mais próximos do cidadão mais acessíveis a este, devido à sua própria natureza dos media e à linguagem clara e mais facilmente compreensível utilizada por estes na redacção das notícias.

A proximidade entre os media e o cidadão também provém do facto de os jornalistas, enquanto corporização dos media, serem necessariamente figuras mais próximas do cidadão, ou seja, são geralmente “caras conhecidas” ou cujo estilo de escrita se torna tão familiar do cidadão que gera neste a capacidade de associar um estilo de escrita a um jornalista que, de tanto se ver ou ler, já se considera como próximo, familiar, ou seja, já se considera como uma cara conhecida.

Outra diferença entre os media e o poder judicial reside na capacidade impositiva do resultado do trabalho realizado por ambos: a notícia e a sentença.

O jornalista não tem a função nem o dever de impor uma decisão contra a vontade popular ou contra uma figura pública, compete-lhe apenas e tão-somente relatar factos com clareza, isenção e imparcialidade, que apesar de ser uma tarefa igualmente árdua não é tão antagonizadora, nem geradora de tanta animosidade entre os

destinatários. Contrariamente, a capacidade impositiva da sentença, seja essa condenatória ou absolutória, assegura a concretização dos efeitos definidos nessa decisão, impondo-se por isso aos seus destinatários.

Para além das diferenças há um ponto em comum que aproxima os media e o poder judicial: o trabalho de ambos versa sobre factos, sobre um retalho da história de vida de uma pessoa, sobre uma história real que pode ainda não ter terminado.

Mas até neste ponto comum radica uma diferença muito importante que remete em parte para a *praxis* anteriormente mencionada.

O poder judicial trabalha com factos, tentando reconstruir a história através da produção de prova relativamente a cada um dos factos, num processo com regras e procedimentos rígidos.

Após a reconstrução da história, cumpre ao juiz fazer a subsunção dos factos às normas e decidir em conformidade, tendo sempre em conta a reconstrução que foi feita da história e os factos que foram considerados como provados.

O juiz tem então a obrigação de ver a questão que lhe é apresentada e os factos através dos “olhos da lei” com base na experiência profissional e tendo em conta todos os elementos que integram o processo, não pode nem o deve fazer de outra forma.

Por sua vez, os media operam uma selecção de factos e seguidamente reconstroem esses factos (a história) consoante a sua visão, ou seja, “os jornalistas têm “óculos” especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem” (Bourdieu, 1996: 25). Esta selecção de factos, bem como a reconstrução da história ou posterior narração dos factos, não obedece a um procedimento rígido ou tão rígido quanto o formalismo subjacente à elaboração de uma sentença ou decisão, não obstante de ter as suas regras.

Novamente neste aspecto a subjectividade ou o grau de subjectividade do jornalista influenciará a forma como a notícia é redigida reconduzindo-o aos perfis anteriormente mencionados: o jornalista-observador, jornalista-intérprete e o jornalista-narrador<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Cfr. neste sentido Mesquita (2004: 58) e Cornu (1999: 326-370).



Em suma, são muitas as diferenças que existem entre o universo judicial e o universo dos media, tais diferenças são inegáveis, mas de igual modo também são inegáveis os pontos de contacto que se estabelecem entre ambos os campos.

## **CAPÍTULO II - Justiça, media e opinião pública: que legitimidades?**

### **II.1 - Breve abordagem a algumas concepções sobre a noção de legitimidade**

O conceito de legitimidade presta-se a vários entendimentos e significâncias, consoante o contexto onde seja enunciado ou a forma como é enunciado.

Legitimidade judicial, legitimidade processual ou legitimidade política, apresentam-se como expressões compostas onde o conceito de legitimidade surge ou pode surgir associado a vários contextos consoante o jogo de linguagem em que esteja enquadrado, apresentando-se como um conceito indeterminado à luz da filosofia de Ludwig Wittgenstein.

A noção do conceito indeterminado, equacionado à luz do pensamento de Wittgenstein é apresentado como o nome, a denominação ou a palavra que não é unívoca no seu sentido, nem de entendimento universal.

Para Wittgenstein “ (...) o sentido de uma palavra é o seu uso na linguagem” (1953, § 43), pelo que o conceito indeterminado significará tanto quanto o contexto em que está enquadrado lho permitir.

O conceito indeterminado é o tanto ou o todo que o mesmo pode significar em toda a sua amplitude, definindo-se o seu sentido concreto de acordo com o respectivo jogo de linguagem em que esteja inserido.

Mas o que significa legitimidade?

De onde advém esta noção?

Genericamente, legitimidade é a qualidade ou o carácter de legítimo, sendo que legítimo significa, também em termos muito genéricos, fundado no direito, na razão (leia-se na racionalidade) ou na justiça.

A noção de legitimidade foi especialmente trabalhada no campo da ciência política, onde a mesma (legitimidade) é definida em correlação com a noção de Estado. Assim, a noção de legitimidade, no campo da ciência política, é apresentada como a capacidade para gerar obediência, sem que para tal se tenha de recorrer à força física ou à coerção. Nesta óptica, assumindo esta noção de legitimidade, um Estado será reportado como legítimo quando por via do consenso entre os membros da comunidade política há uma aceitação da autoridade do Estado, ou seja, quando os membros da comunidade política validam a autoridade estatal.

Conscientes de que o conceito de legitimidade e o que o mesmo comporta resulta em larga medida do contexto em que é usado, o presente subcapítulo procurará o significado deste mesmo conceito por via das reflexões e teorizações gizadas por alguns autores que trabalharam esta mesma noção<sup>25</sup>.

Procurando atingir essa diversidade de perspectivas, colhemos os ensinamentos de Johannes Althusius (1563-1638); Edmund Burke (1729-1797); Max Weber (1864-1920); Guglielmo Ferrero (1871-1942); Hans Kelsen (1881-1973); Carl Schmitt (1888-1985); Hannah Arendt (1906-1975); Niklas Luhmann (1927-1998); Jürgen Habermas (1929); Pierre Rosanvallon (1948); Adriano Moreira (1922), Gomes Canotilho (1941) e David Beetham, enquanto autores que teorizaram sobre a noção de legitimidade<sup>26</sup>.

Althusius, na obra *Politica* (1995) constrói a noção de legitimidade, a partir da definição de política, enquanto arte de associar e congregar os homens em torno de um objectivo comum, na constatação de que o homem enquanto ser social tem uma tendência natural para a associação.

Por esta via, Althusius define a legitimidade como a capacidade de um determinado nível político para satisfazer as necessidades, do nível político imediatamente inferior, considerado enquanto colectivo.

Seguindo a lógica de Althusius, a legitimidade do governante resultaria então da capacidade para prover e satisfazer as necessidades dos governados, considerados como

---

<sup>25</sup> Reconhecemos que alguns dos autores seleccionados não seriam a escolha mais óbvia. No entanto, tal não significa que a mesma foi de alguma forma menos ponderada, muito pelo contrário, de facto procurámos tanto quanto possível perspectivas diversificadas e que de certa forma reflectissem a evolução ou diferentes formas de teorizar o conceito de legitimidade.

<sup>26</sup> Iniciamos esta parte desta viagem reflexiva, conscientes de que apenas será possível para descodificar apenas uma ínfima parte do conceito, alertando para o facto de que a noção de legitimidade surge associada a outros conceitos, nomeadamente a conceitos como soberania, povo, poder e política, sendo que os autores que enunciámos acabam também por teorizar em torno destes conceitos.

o colectivo e como o todo, porquanto nenhum homem pode viver dissociado, alienado do seu colectivo. Inspirado em parte em São Tomás de Aquino, na doutrina cristã e calvinista, Althusius define o governante como a alma que conduz e comanda os demais órgãos do corpo, leia-se, do colectivo.

Numa diferente perspectiva, a noção de legitimidade avançada por Edmund Burke surge desde logo associada à noção de Estado. No ensaio *Reflections On the Revolution In France* (1790), é possível apreender a noção de legitimidade gizada por este autor, na oposição que o mesmo faz entre o conceito de revolução e o conceito de legitimidade (1790: 14-48).

Na óptica de Burke, a revolução é sinónimo de tensões e conflitos, ao invés da legitimidade que é considerada como sinónimo de estabilidade e segurança.

Para Burke, a legitimidade do Estado nasce da necessidade de estabilidade e segurança, obtida simultaneamente por via da soberania pertencente ao povo e da tradição. A instituição ou pessoa colectiva – Estado - apenas seria verdadeiramente legítima, quando o povo detentor da soberania permitisse a sua existência enquanto ente colectivo, por via do cumprimento, do assentimento e da sua satisfação (leia-se satisfação do povo) com os institutos e tradições incorporadas na vida em sociedade.

Desta forma, Burke associa a ideia de legitimidade ao conceito de tradição, sendo que a primeira se fundamenta necessariamente na segunda, ou seja, a legitimidade será sempre um produto da tradição e do cumprimento dessa mesma tradição, apresentando-se a legitimidade do Estado como a validação dessa mesma tradição.

Guglielmo Ferrero segue em parte esta ideia de tradição, apontando no entanto como fundamento para o cumprimento dessa tradição o consentimento. Na obra *The Principles of Power: The Great Political Crises of History* (1942), Ferrero distingue as noções de legalidade e legitimidade, por via da circunscrição de aplicação de ambos os conceitos.

A noção de legalidade é para este autor apenas aplicável à esfera jurídica, enquanto critério de aferição do cumprimento de regras, por sua vez a noção de legitimidade é associada à esfera política, enquanto legitimidade de um regime.

Na obra supra indicada, Ferrero elenca quatro justificações ou princípios justificadores da aquisição e manutenção do poder - hereditário, electivo,

aristocrático/monárquico e democrático, concluindo por via desse elenco que à priori nenhum governo ou regime é *ipso facto* legítimo.

Partindo do pressuposto que nenhum governo é inicialmente legítimo, o autor vai associar os princípios justificadores da aquisição e manutenção do poder a períodos históricos específicos, concluindo que a legitimidade de um governo dependeria, para além da aceitação e obediência da população, do decurso do tempo (criação da tradição).

Assim, para Ferrero um governo seria legítimo na medida em que cumpre o acordo que existe para regular as relações entre governantes e governados e que estabelecem os limites do poder e em virtude de se apoiar no consentimento do povo, adquirido por via do decurso do tempo, recorrendo por isso o mínimo possível ao emprego da força.

Contemporâneo e oposto de Ferrero, Max Weber define a legitimidade, numa óptica relacional, a partir da noção de adesão e/ou consentimento e dominação (Weber, 1985).

A legitimidade é, para este autor, a obediência por via da adesão a uma crença reportada como válida, ou seja, por via da adesão dá-se a validação de uma determinada estrutura, que é simultaneamente, e por essa via, respeitada e obedecida, em conformidade com o consentido e desejado pelos envolvidos, entenda-se, comunidade. Dito de uma outra forma, a legitimidade é apresentada como um consentimento à dominação, obediência e respeito pelo ente colectivo – Estado.

Max Weber prossegue esta ideia, definindo ainda três tipos puros de legitimidade, também por vezes identificados como sendo, três tipos puros de poder ou de dominação: a carismática (baseada essencialmente em líderes, ideologia ou religião); a tradicional (baseada em símbolos e instituições) e por último a legal ou racional (baseada na legislação e em conteúdos normativos e/ou legais que estabelecem as condições de eleição dos representantes e respectivos procedimentos para a mesma) (1985: 63-71).

Kelsen, enquanto jurista, concebe a *Teoria pura do Direito* (1934), que tinha como objectivo essencial a teorização da norma, em todo o seu alcance, mas considerada *per si*, expurgada de todas as influências morais e sociais.

Apartando desta forma o direito das demais ciências, e de todas as demais influências, Kelsen preocupou-se com a norma e com o conteúdo da norma deixando para trás os demais “constrangimentos” que poderiam obnubilar a reflexão e a compreensão de uma teoria que se queria pura e livre de todas as influências de outras áreas científicas, como sendo por exemplo a sociologia<sup>27</sup>.

Através da *Teoria Pura do Direito* é possível alcançar a noção de legitimidade, precisamente por via da noção do direito, numa perspectiva totalmente estatal, sendo que Kelsen considerava como sinónimos as noções de legalidade e legitimidade (1934: 290-291).

Partindo da identificação entre legitimidade, legalidade e validade e tomando como premissa inicial a norma fundamental (leia-se a Constituição) Kelsen, olvidando a necessidade de explicar a legitimidade da norma fundamental, considera que a mesma (leia-se legitimidade) é a validade de uma norma, até que a validade dessa mesma norma termine conforme enunciado pela ordem jurídica estabelecida ou então pela sua substituição por uma outra norma também validada pela ordem jurídica.

Kelsen explica então uma noção de legitimidade que acaba por se confundir com uma noção de legalidade. Para o autor, será legítimo o que estiver dentro do critério da legalidade, entenda-se em obediência à norma fundamental. Pertinentemente questionável, a legitimidade da norma fundamental não é devidamente explicada por Kelsen.

Na senda deste entendimento, o autor defende então que para que um governo ou governante seja legítimo ou que a aquisição desse poder seja legítima basta que a escolha do mesmo, a eleição ou a aquisição seja feita de acordo com o que está estabelecido na norma fundamental, fundamentando-se deste modo a legitimidade do poder ou da sua aquisição por via da noção da legalidade.

Habermas, enquanto crítico das noções apresentadas por Weber<sup>28</sup> e por Kelsen, recusa desde logo a relação que ambos os autores estabelecem entre a legitimidade e a legalidade. Habermas, recusando desde logo a “Teoria pura do Direito” de Kelsen, procura a noção de legitimidade por via do direito e da moral. O autor expõe na reflexão intitulada “Como es Posible la Legitimidad por Via de la Legalidad?” (Habermas,

---

<sup>27</sup> Cfr. neste sentido o prefácio da primeira edição (KELSEN, 1934).

<sup>28</sup> Cfr. neste sentido *Theorie des kommunikativen Handelns* (Habermas, 1981: 197- 493, trad. por Manuel Jiménez Redondo)

1988), uma noção de legitimidade alicerçada numa união entre o direito e a moral. A este propósito o autor distingue as duas noções: direito e moral.

Para Habermas, o direito consiste essencialmente num sistema regulatório cuja força sistémica lhe atribui uma força de acção muito específica, ou seja, que assegura a máxima e imediata eficácia dos valores e posições jurídicas que tutela e cuja projecção cultural e social assegura um ainda maior raio de acção. Por sua vez, a moral, pese embora seja de igual modo um sistema regulatório, não dispõe dessa força injuntiva, que assegure a protecção plena dos valores que tutela.

O direito constitucional, na óptica de Habermas, tem, enquanto direito natural que se consagrou em direito positivo, essa dupla natureza: moral e legal, assumindo por isso um papel preponderante na legitimidade obtida através da legalidade.

Deste modo, a fé na moral e que permite a criação das normas fundamentais, válidas e validadas pela racionalidade argumentativa, de cariz geral e vinculantes que possibilitam e enquadram o surgimento do poder político, bem como justificam e enformam o poder coercitivo do aparelho estatal, são a fonte de legitimidade do Estado e de um governo (1988: 25, 29 e 42)

Na presente reflexão, importa também referir Carl Schmitt e Hannah Arendt – nomes emergentes no regime nazi e período posterior.

Carl Schmitt, o mais conhecido jurista do III Reich, acabou por ter o trabalho teórico que desenvolveu conotado de forma negativa. Para lá de tais valorações, cumpre identificar a noção de legitimidade avançada pelo autor na obra intitulada *Legalidade e Legitimidade*, publicada em 1932.

Nesta obra, Schmitt, recusando a identificação da legitimidade com a legalidade, defende uma noção de legitimidade, alcançada por via da análise do conceito de democracia e a partir de duas importantes noções presentes ao longo da sua vastíssima obra: poder estatal e estado de excepção. Schmitt configura a legitimidade como a manifestação da vontade de uma comunidade, política e socialmente organizada e soberana.

A legitimidade para Schmitt reside então na decisão e na vontade política soberana, concreta e reconhecida, ao invés de residir na legalidade que na óptica deste autor é identificada como um critério eminentemente jurídico.

Por sua vez, Hannah Arendt pensa o conceito de legitimidade a vários níveis, indagando, por exemplo, sobre a legitimidade da filosofia.

No entanto para a presente reflexão, importa apenas a legitimidade relacionada com o universo político, estatal ou a legitimidade do poder que na óptica de Hannah Arendt nasce por via da troca de opiniões, ideias e da acção, à semelhança do que sucedia na pólis grega. Na formação do ente colectivo, por força da vontade colectiva expressa por todos em condições de igualdade em sede de esfera pública, encontra-se e fundamenta-se, de acordo com a autora, a legitimidade política do poder e/ou do poder político que terá de ser sempre justificada à luz e com recurso àquele momento de originalidade fundacional (1958: 211 – 303).

Niklas Luhmann teorizou sobre diversas noções como a justiça, o poder, o direito e consequentemente a legitimidade<sup>29</sup>. Luhmann perspectivou a noção de legitimidade através da aplicação dessa mesma noção ao direito e ao processo ou procedimento (1969).

Partindo da noção de processo/procedimento Luhmann defende a noção de legitimidade adquirida ou fundada por via desse procedimento, ao invés, de defender a legitimidade enquanto resultado do conteúdo decisório. Ou seja, para Luhmann é o processo em si, enquanto *iter* decisório, que confere legitimidade à decisão e não o inverso. Adoptando a noção de procedimento como um sistema de acção, Luhman analisa três procedimentos jurídicos essenciais para coexistência do homem e da sociedade: jurídico, legislativo e administrativo – afastando claramente a noção de legitimidade do da valoração ou mérito da valoração que o procedimento origina (1969: 30).

Contemporaneamente, autores como Pierre Rosanvallon, David Beetham Adriano Moreira e Gomes Canotilho também têm teorizado sobre o conceito de legitimidade.

Pierre Rosanvallon, na obra “La Legitimité Democratique” (2008), analisa a noção de legitimidade a par da noção de confiança e a partir do conceito de democracia, numa perspectiva simultaneamente dinâmica e estática. Para este autor a noção de

---

<sup>29</sup> A este propósito são de destacar: “Legitimation durch Verfahren” (1969), “Rechtssoziologie I” e “Rechtssoziologie II” (1972) e “Das Recht der Gesellschaft” (1993).

legitimidade encontra-se no mesmo patamar que a noção de confiança, no entanto a primeira deve ser distinguida desta última.

Rosanvallon define então a legitimidade, a partir do procedimento eleitoral, como resultado ou qualidade jurídica que emana, ou resulta da realização das eleições, bem como a partir das decisões ou opções políticas seguidas pelo governo legitimado por via dessa eleição.

Deste modo, Rosanvallon define a legitimidade a partir de uma perspectiva estática, enquanto acto de legitimação que se extingue na emanção de um governo que por esta via se torna legítimo para governar, mas também numa perspectiva dinâmica analisada numa óptica de ausência de legitimidade ao afirmar que a legitimidade da eleição não é *per si* sinónimo da legitimidade dos actos e decisões do governante.

Em clara oposição à teoria de Max Weber, surge David Beetham (1991). Para este autor, a legitimidade é, à semelhança de outros autores, gizada em torno do conceito de democracia e num contexto relacional. Na obra “The Legitimation of Power” (1991) Beetham define que o poder ou a relação de poder legitima-se em virtude de se encontrar justificada ou explicado à luz do quadro das crenças políticas e todo o referencial teórico-político de uma determinada colectividade e que por essa via, na medida em que se encontra e está justificada, assegura a adesão dessa colectividade.

Adriano Moreira, na obra “Ciência Política” (1984), define a legitimidade numa óptica relacional, considerando esta noção como a relação que o poder estabelece com um sistema de valores, crenças, instituições e regime político. A este propósito cumpre referir a pertinente distinção que o autor estabelece entre a legitimidade na aquisição do poder para governar e a legitimidade para o exercício desse poder governativo, sendo que a primeira é adquirida por via do voto em sede de exercício democrático e a segunda corresponde ao cumprimento, por parte de quem governa e que foi democraticamente eleito, das promessas e dos objectivos propostos em sede de campanha eleitoral.

Gomes Canotilho associa, na qualidade de notável constitucionalista, a noção de legitimidade ao processo democrático e à norma fundamental – ao imperativo constitucional (Canotilho, 1999: 7- 12 e 2003). A legitimidade da Constituição, enquanto norma fundamental, nasce desde logo da sua conformação aos ideais de direito, num dado momento e contexto histórico, por sua vez dessa legitimidade nasce a



legitimidade jurídico-constitucional parcialmente fundamentadora, da legitimidade de um governo democraticamente eleito.

A este propósito, Gomes Canotilho distingue ainda entre legitimidade por competência e procedimentos e a legitimidade fundamentada no consenso. Na óptica do autor e na senda do pensamento de Luhmann a legitimidade por competência e procedimentos reportar-se-ia a uma legitimidade adquirida pelo cumprimento do procedimento, totalmente abstraída de qualquer concepção valorativa, por sua vez e no que concerne à legitimidade baseada no consenso, essa seria adquirida, numa óptica contratualista, por via do resultado do contrato social.

Conscientes da ingrata tarefa que encetámos, reconhecemos que sobre a definição da legitimidade muito ficou por escrever.

Para lá das querelas em torno dos conceitos de legitimidade e legalidade, invocamos, para terminar o presente subcapítulo, as palavras de Orlando Afonso que define a legitimidade como a expressão da “adequação a determinada escala de valores, (que) pode e deve reportar-se quer ao título, quer ao exercício do Poder, quer a ambas as coisas, o que acarreta uma complexidade adicional.” (Afonso, 2004: 49).

Após este breve excursus sobre a noção de legitimidade e munidos de um quadro conceptual relativamente abrangente é possível reflectir sobre esta noção aplicada aos media, à justiça e ao cidadão, procurando assim gizar um quadro conceptual da legitimidade de cada um destes campos.

## **II.2 - O exercício da função judicial: a legitimidade judicial**

Iniciamos o presente subcapítulo desconstruindo parte da definição gizada por Orlando Afonso, que refere que a legitimidade tanto se pode reportar ao título, como ao próprio exercício da função jurisdicional.

A este propósito invocamos, desde já, as Conclusões do Congresso de Justiça de 2003, onde o autor distingue entre legitimidade democrática e não democrática, indicando *ab initio* que “Para além da legitimidade originária há que considerar a legitimidade de exercício” (Afonso, 2003).

De igual modo, na defesa deste entendimento, indica-nos Orlando Afonso que “Bastará pensar que a legitimidade de exercício dos juízes v.g., pressupõe todo um debate acerca dos fins do poder judicial ou, melhor, sobre o sistema de “crenças” ou “ideologia” destes o que, por seu turno, não deixa de ter repercussões sobre a legitimidade do título.” (2004: 50).

Assim, a legitimidade do campo judicial, deve ser equacionada, obrigatória e necessariamente, e sob pena de se amputar parte do entendimento do seu núcleo essencial, numa óptica dinâmica – enquanto legitimidade de exercício e numa óptica estática – enquanto legitimidade originária.

Para a presente reflexão, importa em especial as noções de legitimidade originária e legitimidade de exercício, no entanto e porquanto se revela pertinente, cumpre, ainda que de forma breve, a explanação das noções de legitimidade democrática e não democrática aplicáveis ao campo judicial.

A distinção entre a legitimidade democrática e não democrática relativa ao poder judicial advém da questão:

- Tem ou não o poder judicial legitimidade democrática?

Esta questão, à partida e sem mais reflexão, originaria uma resposta negativa porquanto os órgãos a quem está confiada a administração da justiça, ou seja, os tribunais e consequentemente os juízes, não são democraticamente eleitos através do voto popular, como sucede com o poder executivo ou legislativo.

Todavia esta resposta não se afigura como correcta e inclusive colide com o enunciado constitucional.

Então “se o poder legislativo e o poder executivo têm a sua fonte de legitimidade na vontade popular – e por aí no cidadão – onde encontra essa fonte o poder judicial?” (Dias, 1996: 88).

Quando se questiona o conceito de legitimidade democrática, a associação imediata de palavras conduz o pensamento às noções de eleição, voto, maioria e povo.

No entanto, a democracia e a legitimidade democrática não se esgotam neste conjunto de noções, equacionadas numa óptica de processo electivo ou de sufrágio cujo fim é a eleição de um governo que conduza um povo ou uma nação de acordo com um

determinado conjunto de crenças e valores. Actualmente, a noção de democracia não se esgota e abarca muito mais do que o acto electivo em si próprio.

Conscientes de que ainda não lográmos uma efectiva resposta à indagação da fonte de legitimidade democrática do poder judicial, chegamos à noção de legitimidade originária que cumpre explicar.

A legitimidade originária do poder judicial está sediada na Constituição da República Portuguesa, enquanto Lei Fundamental que enforma e conforma todos princípios e directrizes basilares para o funcionamento da República Portuguesa. Precisamente por via da análise da legitimidade originária, radicada na CRP, é que se encontra a legitimidade democrática do poder judicial.

A CRP encerra em si, conforme anteriormente afirmado, a organização jurídica e política da sociedade, em conformidade com o consenso político, democraticamente expressado pelo povo português.

Desta forma, a CRP instituiu, criou, enformou e definiu o modo e âmbito de funcionamento, bem como os princípios basilares subjacentes ao poder legislativo, executivo e judicial, repousando pois neste acto fundacional - consubstanciado na CRP - a legitimidade originária do poder judicial, sediada no “Título V – Tribunais” (artigos 202.º e ss.) na Lei Fundamental.

Do enunciado constitucional, em especial do artigo 202.º, resulta de forma clara a legitimidade do poder judicial:

#### ***“Artigo 202.º***

#### ***Função jurisdicional***

*1. Os tribunais são os órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo.*

Como bem realça Rui do Carmo, a propósito deste mesmo preceito: “A justiça é administrada no respeito por opções legislativas substantivas e por regras processuais aprovadas por órgãos de soberania cuja composição resulta de uma escolha popular (...)” (Simões et al., 2013:147).

Encontrada a legitimidade originária, consubstanciada no enunciado constitucional, regressamos então à questão inicial: tem ou não o poder judicial legitimidade democrática ainda que os juízes não sejam democraticamente eleitos?

Noutros ordenamentos jurídicos, os juízes, corporização do poder judicial, são eleitos ou nomeados.

O exemplo mais paradigmático de tal realidade é o ordenamento norte-americano, no qual por diversas vezes já foi debatida a questão das pressões políticas e económicas exercidas sobre os juízes.

No entanto, os juízes na tradição europeia continental são recrutados através de concurso público, precisamente para assegurar a democraticidade, independência e imparcialidade dos mesmos e, também por essa via, a respectiva legitimidade de exercício que adiante abordaremos.

Munidos desta informação, seríamos novamente tentados a considerar que o poder judicial não tem legitimidade democrática, no entanto, defendemos precisamente o oposto, em consonância com as Conclusões do Congresso de Justiça de 2003, bem como em consonância com o defendido pelo Juiz Desembargador Pedro Orlando Rodrigues.

A função jurisdicional está constitucionalmente consagrada (cfr. neste sentido o artigo 202.º da CRP), sendo certo que o enunciado constitucional conforma as principais directrizes do poder judicial (Badía, 1988: 483).

A CRP resulta de um consenso político, validado democraticamente pelo povo português, pelo que todo o seu conteúdo e o que do mesmo resulta encontra-se democraticamente legitimado. Inclui-se no conteúdo da CRP a enunciação das estruturas de poder, leia-se órgãos de soberania, formas de designação dos titulares e princípios norteadores dos mesmos. Considerando que o poder judicial é um órgão de soberania, a par dos demais órgãos de soberania, também este está incluído nesse conteúdo, sendo que é de concluir que também o poder judicial, ainda que de forma indirecta, tem legitimidade democrática.

Ainda que se possa arguir que os titulares do órgão, entenda-se juízes, não são eleitos, temos em crer que o argumento não procede.

Novamente na senda das conclusões resultantes do Congresso de Justiça de 2003, entendemos que estando o poder judicial constitucionalmente consagrado, a par dos demais, poder executivo e legislativo, numa República, proclamada por quem de direito, como democrática, tem de igual modo legitimidade democrática.

Negar a legitimidade democrática de um órgão, legislativo, executivo ou judicial, significaria amputar ou sacrificar a legitimidade desse órgão de soberania para exercer a respectiva função, ou seja, impedir o exercício pleno dessa função em igualdade com os demais poderes/órgãos de soberania constitucionalmente instituídos e reportados como legitimamente democráticos.

Explicadas as noções de legitimidade originária e democrática do poder judicial, ainda que de forma muito sucinta em virtude da presente reflexão não comportar considerações mais extensas, cumpre explicar a legitimidade do exercício do poder judicial.

A este propósito, resgatamos os ensinamentos de Luhmann e de Gomes Canotilho, para que possamos discorrer sobre a legitimidade procedimental, enquanto legitimidade do exercício do poder judicial, bem como sobre as três condições ou pressupostos que, de acordo com o nosso entendimento, são essenciais para que possa de facto existir um exercício legítimo do poder judicial, enquanto procedimento.

O resultado do exercício do poder judicial consubstancia-se na decisão que relativamente ao caso concreto, é emanada pelo órgão, por via do titular daquele órgão, corporizado na pessoa do juiz.

A legitimidade do exercício do poder judicial nasce desde logo por via da forma como é exercido o próprio poder judicial – por via do processo, ou seja, do procedimento<sup>30</sup>.

Na óptica de Luhmann, o sistema jurídico, à semelhança de outros sistemas, é concebido como um sistema autopoietico, ou seja, como um sistema estruturado de acções, externo e exterior ao homem mas que coexiste em função e para este, e que estrutura e define os critérios e limites das interacções em sociedade, garantindo a

---

<sup>30</sup> Não obstante a distinção, feita em Direito, entre processo (enquanto conjunto de documentos que corporiza o procedimento) e procedimento (enquanto conjunto ordenado de actos legalmente definidos e que visam um determinado fim – a decisão – seja esta de cariz administrativo ou judicial) utilizamos a este propósito estas noções de forma indistinta.

protecção das legítimas expectativas e a estabilização, numa óptica de segurança jurídica, dos comportamentos e dos efeitos decorrentes desses comportamentos.

Ainda de acordo com a teorização de Luhmann, os procedimentos são os “Sistemas sociais que desempenham uma função específica, designadamente a de aprofundar uma única decisão obrigatória (...)” (1969: 40).

Prosseguindo, na perspectiva de Luhmann os “ (...) procedimentos judiciais controlam as decisões da burocracia no caso particular ou podem conceber-se até mesmo como formalidades burocráticas sob o domínio do Direito (...) ” (*ibidem*: 22 e 23) sendo que “Em todos estes procedimentos consolida-se a ideia duma verdade e duma justiça independentes dos detentores do poder” (*ibidem*).

Equacionando Luhmann a noção de legitimidade numa óptica procedimental, a legitimidade do exercício do poder judicial - do *iter* decisório, nascerá da validade racional decorrente desse processo e que fundamenta, no Outro, em todos os Outros, a crença da legalidade das ordens definidas, ou seja, “uma disposição generalizada para aceitar decisões de conteúdo não definido, dentro de certos limites de tolerância” (*ibidem*:30).

Explorando as noções de Gomes Canotilho, a legitimidade do exercício do poder judicial será sinónimo da legitimidade por competência ou por procedimento.

Seguindo a óptica do autor, a legitimidade do exercício do poder judicial resultará do cumprimento dos preceitos legais aplicáveis, ou seja, do dispositivo legal processual e material aplicável. Assim sendo, o poder judicial será legítimo, sempre que actue dentro das formas processuais legalmente estabelecidas, e que as mesmas obedeçam a um determinado conjunto de pressupostos, regras e formalismos que permitam uma validação lógico-racional.

A legitimidade do exercício do poder judicial pode também ser constatada no enunciado que resulta desse mesmo exercício, ou seja, da decisão resultante de um processo ou procedimento judicial.

Poderíamos garantidamente a propósito desta temática invocar um conjunto muito amplo de condições, pressupostos e valores que devem estar presentes e subjacentes a todo o processo conducente à emanação de uma decisão, bem como presentes na própria decisão ou na sua elaboração.

No entanto, e porque a presente reflexão não comporta muito mais, optamos por destacar apenas alguns valores e pressupostos sem os quais, na nossa óptica, não é possível existir um legítimo exercício da função judicial:

1. Verdade;
2. Defesa das liberdades e direitos dos cidadãos;
3. Independência;
4. Imparcialidade;

Por verdade, deve entender-se a verdade processual resultante do processo cognoscitivo do tribunal e que é trazida à luz por via da prova produzida em sede de audiência de julgamento.

Deve, esta verdade, ser absolutamente mais nada do que o objecto de subsunção ao preceito normativo que enquadra ou conforma a situação em causa, devendo todos estes elementos ser carreados para a decisão, assegurando que a factualidade subjacente ao teor decisório é cognoscível por qualquer cidadão.

A verdade e o processo conducente à descoberta da mesma não poder ser dissociado de uma perspectiva mais geral sobre o objectivo do poder judicial e que se concretiza na defesa das liberdades e dos direitos dos cidadãos.

De facto, e conforme estipulado pelo n.º 2, do artigo 202.º da CRP, compete aos “tribunais assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos”, sendo que a efectividade desta tutela é garantida e reforçada por via de uma coerência lógica, substantiva e processual no âmbito da unidade judiciária.

Para assegurar a boa administração da justiça, em conformidade com o supra enunciado, os tribunais têm de ser necessariamente independentes e imparciais.

A imparcialidade implica desde logo que o juiz deverá ser neutro face ao litígio que lhe é apresentado, obriga a que este não seja parte nas contendas que tenha de apreciar e ainda que “não possa ter qualquer relação directa com o facto que lhe compete julgar, nem com as pessoas directamente interessadas no sentido da decisão a tomar” (Tribunal da Relação de Lisboa, 2003, Processo n.º 8136/2002-3).

Condição necessária para haver de facto imparcialidade é a existência de independência. A independência judicial, consagrada no artigo 203.º da CRP é condicionante, pressuposto e garantia da independência e imparcialidade do juiz,

enunciada no artigo 4.º da Lei da Organização do Sistema Judiciário - Lei n.º 62/2013, de 26 de Agosto (abreviadamente LOSJ). O artigo 203.º da CRP é inequívoco ao estipular que “os tribunais judiciais são independentes e apenas estão sujeitos à lei”. A independência dos tribunais, enquanto órgão, salvaguarda e assegura a independência e a imparcialidade do juiz, enquanto aplicador da lei.

Por sua vez, o artigo 4.º da LOSJ, estabelece, no que se refere às profissões judiciárias, mais concretamente aos juízes, a sua independência, ao determinar que “Os juízes julgam apenas segundo a Constituição e a lei e não estão sujeitos a quaisquer ordens ou instruções, salvo o dever de acatamento das decisões proferidas em via de recurso por tribunais superiores”.

Na ausência destes valores e pressupostos, não é possível existir legitimidade de exercício por parte do poder judicial.

A legitimação do mesmo e o expoente dessa mesma legitimação passa e é assegurado por uma efectiva comunicação do poder judicial com o cidadão, seja por via da decisão, compreensão e cumprimento da mesma pelos respectivos destinatários, seja por via da noção de *accountability*<sup>31</sup>, tão em voga nesta era da mediatização, ou seja, por via deste reforço da autoridade e autonomia o poder judicial reforça a sua legitimidade.

A legitimidade/legitimação do poder judicial e do exercício da função judicial desenha-se, no ordenamento jurídico e na sociedade portuguesa, por via de diversas linhas de força, não se cingindo nem se esgotando no enunciado constitucional, devendo o poder judicial procurar, na actual era da globalização, essa mesma legitimidade/legitimação na comunicação com aquele em nome de quem administra o bem que lhe é confiado – a justiça.

---

<sup>31</sup> Reportamo-nos à noção de *accountability* judiciária, embora se reconheça desde já outras noções para além desta. Esta noção, aplicada ao meio judicial, define-se como um conceito mais fluído que, para além da responsabilização (decorrente de relações de poder ou estrutura), abrange também uma conduta de explanação, explicação e justificação perante o cidadão.



## **II.3 – Os media e a liberdade de imprensa em Portugal – A legitimidade de e para informar**

Qual a legitimidade dos media de e para informar?

Actualmente serão os media realmente um quarto poder ou um contrapoder?

Qual a legitimidade, dos media (no exercício da liberdade de imprensa), enquanto poder, quarto poder ou contrapoder, quando equacionado a par do poder legislativo, executivo e judicial?

Equacionada em diversos níveis diferentes, os media encontram-se legitimados para o exercício da liberdade de imprensa, através da:

- Legitimidade histórica;
- Legitimidade constitucional;
- Legitimidade em virtude do contrato social e da função social desempenhada;
- Legitimidade por via do processo.

A legitimidade dos media advém desde logo da evolução e do contexto histórico da liberdade de expressão e de imprensa, da actual conformação legal destas liberdades e do importante papel dos media nas sociedades democráticas.

No que se refere à legitimidade histórica, reportamo-nos à legitimidade dos media, trazida à luz por via da evolução histórica da liberdade de imprensa, em directa co-relação com o reconhecimento, ao longo da história, do impacto e importância desta liberdade fundamental.

Em Portugal, à semelhança do que sucede em qualquer outro país com um regime democrático, a liberdade de imprensa, e consequentemente aqueles que a exercem – os jornalistas – assumem e têm uma especial importância no colectivo em que se inserem e para o qual contribuem de forma activa.

Todavia, em Portugal, essa relevância é acrescida face ao recente garrotear desta liberdade, ainda bastante presente na consciência colectiva portuguesa. Em Portugal, o enquadramento legal da liberdade de imprensa modificou-se ao longo dos tempos de acordo com o regime e enquadramento político então vigente.

A Constituição de 1822 reconheceu a liberdade de imprensa, todavia fê-lo de

acordo com os ideais republicanos e estatais.

A partir de 1933, com uma nova Constituição, o Estado Novo aniquila a liberdade de imprensa e de expressão e consagra diversos instrumentos de censura de forma a silenciar os jornalistas.

O panorama político altera-se em 1974 por via do desígnio revolucionário e, com a redacção de uma nova Constituição (1976) e a instituição de um regime democrático, renasce a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa.

A liberdade de expressão e de imprensa ficam definitiva e constitucionalmente consagradas na Constituição da República Portuguesa de 1976.

Conforme se retira do esboço anteriormente gizado, a evolução histórica da liberdade de imprensa não foi algo pacífico.

Estas liberdades, em virtude da importância que os regimes políticos lhes reconheciam, face ao poder que lhes é adjacente, sofreram diversos constrangimentos e supressões ao longo dos tempos.

Em Portugal, após várias décadas de supressão desta liberdade fundamental, a consagração constitucional após a Revolução do 25 de Abril e respectiva instauração das estruturas democráticas atribuíram uma nova dignidade, novas dimensões e contornos amplificados a esta liberdade fundamental.

O actual quadro constitucional português estabelecido para a liberdade de imprensa consubstancia-se essencialmente no conjunto de direitos constitucionalmente consagrados, atribuídos às pessoas físicas e colectivas ligadas profissional e institucionalmente à imprensa, entenda-se aos media e aos jornalistas.

A legitimidade constitucional dos media advém, por um lado da consagração constitucional da liberdade de imprensa e por outro lado da consagração constitucional da existência de todos os elementos necessários para o exercício efectivo dessa liberdade de imprensa.

Constitucionalmente consagrada no artigo 38.º da CRP a liberdade de imprensa deve ser entendida como “o exercício da liberdade de expressão e do direito de informação (na sua tríplice perspectiva de direito a informar, de se informar e de ser informado) exercido através dos órgãos de comunicação de massa” (Gomes Canotilho e Vital Moreira, 1993: 225 *apud* Pinto, 1994: 34).

O n.º 2 do artigo 38.º da CRP, completa a definição de liberdade de imprensa por via da consagração de alguns pressupostos necessários para o exercício efectivo da desta liberdade:

- a) A liberdade de expressão e criação dos jornalistas e colaboradores, bem como a intervenção dos primeiros na orientação editorial dos respectivos órgãos de comunicação social, salvo quando tiverem natureza doutrinária ou confessional;*
- b) O direito dos jornalistas, nos termos da lei, ao acesso às fontes de informação e à protecção da independência e do sigilo profissionais, bem como o Direito de elegerem conselhos de redacção;*
- c) O direito de fundação de jornais e de quaisquer outras publicações, independentemente de autorização administrativa, caução ou habilitação prévias.*

Deste modo, o quadro constitucional gizado, que assegura a legitimidade constitucional da liberdade de imprensa, consagra esta liberdade (de imprensa) enquanto liberdade de expressão e criação dos jornalistas, enraizada no direito de informação (na sua tríplice perspectiva de direito a informar, de se informar e de ser informado), livre, independente e fundamentada através das fontes e da informação obtida.

Este quadro constitucional nasce em grande medida em virtude da evolução histórico-social da liberdade de imprensa, sendo que a forma como a mesma é exercida, bem como o modo como é encarada é um produto resultante dessa evolução.

Mas então porque é que a liberdade de imprensa e consequentemente quem a exerce, é tão importante para os regimes, para as sociedades, para as pessoas que compõem essas sociedades, e constitucionalmente tutelada nas sociedades verdadeiramente democráticas?

Desde cedo na história da Humanidade, a informação e o conhecimento foram e são fontes de poder, sendo os possuidores desse conhecimento e informação, detentores de poder, em toda a extensão e implicações que daí possam advir.

No reconhecimento deste poder, surge a noção, defendida por alguns autores, dos media como quarto poder a par dos demais poderes - poder judiciário, executivo e legislativo. De acordo com a sua formulação originária, a expressão quarto poder reportava-se a um jornalista em concreto, cujo estilo panfletário, era particularmente

temido na sua época.

A expressão quarto poder foi posteriormente resgatada numa tentativa de legitimar os media e o exercício da liberdade de imprensa (Mesquita, 2004:72). Actualmente esta designação é contestada por diversos autores, nomeadamente William Safire, André Fontaine e Mário Mesquita<sup>32</sup>.

Mário Mesquita, na obra “O Quarto Equívoco”, crítica a designação de quarto poder referindo que a mesma “ (...) carece de rigor analítico (...) ” e que apenas pode ser considerada como “uma hipérbole que visa colocar a imprensa ao nível das instituições do poder constituído” (*ibidem*: 73 e 74).

Em contestação à noção de quarto poder, surgiram outras designações, nomeadamente a de contrapoder ou de *watchdogs*, para designar os media.

Mário Mesquita, acolhendo a designação de contrapoder encara a imprensa “como parte integrante do *sistema de pesos e contrapesos* característico dos regimes democráticos” (*ibidem*: 74).

Na senda deste entendimento, encontra-se a jurisprudência do TEDH que, em reconhecimento da importância dos jornalistas e da imprensa para o debate público e para formação da opinião pública esclarecida, configura os mesmos como “guardiões da vida em sociedade e da democracia” (*watchdogs*<sup>33</sup>).

Quer sejam considerados como quarto poder ou contra poder é inegável que os media, enquanto sistemas, organizados para a transmissão de informação e conhecimento, assumem e avocam para si, ainda que eventualmente sem noção disso, esse grande poder que é o conhecimento e a sua respectiva disseminação – e é precisamente neste aspecto que reside o grande poder dos media, enquanto sistemas privilegiados de disseminação de informação.

Se a informação é poder, a palavra é a arma capaz de construir, destruir ou reconstruir - pessoas, empresas, colectivos, regimes e sistemas.

Ora, sendo os media sistemas privilegiados de disseminação de informação, são estes, enquanto detentores de um poder simultaneamente criador e destruidor, capazes de, por via do exercício da liberdade de imprensa, através do uso da palavra (escrita ou

---

<sup>32</sup> A este propósito cfr. Esteves, 2005: 26.

<sup>33</sup> A expressão traduzida à letra significaria cães de guarda, preferimos no entanto a expressão de guardiões da sociedade e da democracia.

falada), criar ou destruir um regime político ou uma pessoa.

Para além das considerações que possamos tecer sobre os efeitos dos media<sup>34</sup>, sobre como é exercida a liberdade de imprensa e sobre a dignidade constitucional da mesma que confere aos media e à função por estes desempenhada legitimidade constitucional, importa ainda considerar as formulações avançadas por Bernier e Cornu – autores que configuram a legitimidade dos media por via da noção de contrato social.

Marc-François Bernier (2003 e 2008) e Daniel Cornu (1994) avançam com a ideia de contrato social aplicada aos media. No entendimento de ambos os autores a legitimidade dos media adveio do contrato informal celebrado com os cidadãos, através do qual é atribuída aos primeiros a obrigação de por via de uma informação isenta e imparcial zelar pelo cumprimento dos valores e das instituições democráticas.

Na óptica de Bernier, a legitimidade dos media (2003: 5) resulta da co-relação de diversos factores que originam a representatividade decorrente do já referido contrato social, de acordo com a seguinte esquemática<sup>35</sup>:

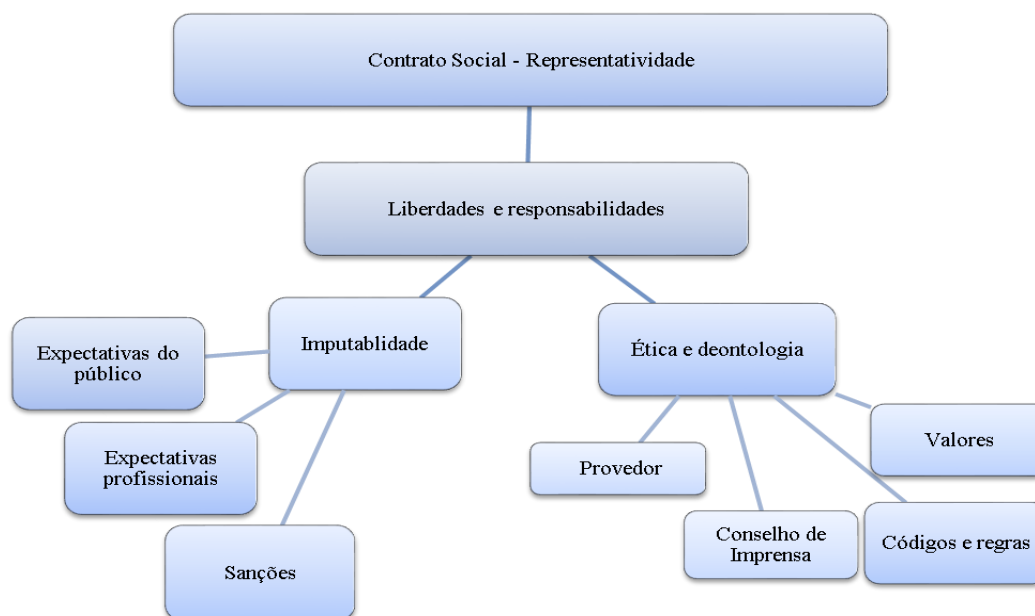


Figura 1- Representação gráfica abreviada do esquema gizado por Bernier (2003: 5)

<sup>34</sup> Colhendo os ensinamentos de Pissarra Esteves (2011: 313-433), indicamos a breve trecho, com o intuito de desenvolver posteriormente, algumas das teorias relativas aos efeitos gerados pelos media, repartidas em três grandes grupos:

- a) perspectiva objectivista: efeitos totais e efeitos limitados;
- b) os efeitos sobre o conhecimento;
- c) cognitivos: *agenda-setting*, tematização, perspectiva crítica.

<sup>35</sup> Seguimos o esquema gizado por Bernier (2003: 5) pese embora o apresentemos de uma forma mais simplificada.

Assim para o autor, a legitimidade dos media advém do contrato social, mas esse mesmo contrato social tem por base um conjunto de liberdades e responsabilidades (ou deveres) dos jornalistas, alicerçados nas noções de imputabilidade, ética e deontologia corporizadas através das expectativas do público, das expectativas profissionais, das sanções e também dos Códigos, das regras, dos valores, do Provedor e do Conselho de imprensa.

Deste modo, se por um lado é reconhecido aos media essa representatividade que deriva de um contrato social tácito, é, por outro lado, exigido aos media o cumprimento do seu dever de “guardiões da vida em sociedade e da democracia”, por via do exercício dos direitos e das liberdades que lhes são atribuídos e reconhecidos pela sociedade enquanto ente colectivo.

Ainda na óptica de Bernier a legitimação dos media, enquanto processo social, encontra-se permanente em aberto, porquanto a sua legitimidade deriva da forma como exercem a sua função social, ou, na formulação de alguns autores o seu poder.

De igual modo, para Cornu (1994) a legitimidade dos media advém do cumprimento do referido contrato social tácito, baseado no exercício da liberdade de imprensa e no cumprimento da sua função social. À semelhança de Bernier, também para Cornu a forma como o jornalista exerce a sua função social é influenciada pelo seu método e por uma ética própria, relacionando-se ambas com a noção de imputabilidade e com os efeitos dessa mesma imputabilidade. Ambos os autores reconhecem a posição muito específica e privilegiada dos media e o estatuto que detêm, adquirido por via desse contrato informal, todavia reconhecem também que os mesmos não dispõem de nenhuma força coerciva ou de autoridade para gerar obediência.

Desprovidos de um poder em sentido rigoroso, Cornu, reconhece desde logo que, para efeitos de legitimidade, os media “ (...) não podem ser colocados sobre as mesmas condições de legitimidade que os poderes legislativo, executivo e judicial” (1994:386).

Invocando, a par da missão e da função social dos media, o processo e o fim a que se destina esse processo, prossegue Cornu referindo que “O jornalista só tira a sua legitimidade da discussão (...) sobre a verdade da sua informação e sobre a maneira como essa informação revela as preocupações reais da sociedade” (*ibidem*: 386 e 387).

Nesse mesmo processo, a legitimidade do jornalista passa de igual modo pelo assumir da influência das convicções pessoais do jornalista no processo de construção da notícia, mas também pelo reconhecimento da sua subordinação às normas éticas e à deontologia (*ibidem*: 387). O jornalista surge então como corporização ou representante desse quarto poder ou contra poder, enquanto “ (...) parte dos «que falam a verdade» ” (Cornu, 1994: 388), verdade essa enquanto elemento que nasce do processo de construção da notícia responsabilidade ética do jornalista, trazida à luz pelo uso da objectividade do método.

A legitimidade dos media não se esgota no reconhecimento do seu percurso e evolução histórica, na evolução, percurso e posterior consagração constitucional da liberdade de imprensa, na formulação da liberdade de imprensa como contra poder ou quarto poder e nem tão pouco no reconhecimento da sua legitimidade por via do já referido contrato social tácito.

A legitimidade dos media, como se referiu anteriormente e na senda do defendido por Bernier e Cornu, nasce ainda do processo pelo qual é exercida a liberdade de imprensa e do modo como é conduzido esse processo, enquanto processo permanentemente inacabado.

Na senda deste entendimento também se encontra Pissarra Esteves ao referir que “Este processo de consolidação da legitimidade do campo dos media consiste no reconhecimento da competência própria do campo para seleccionar e distribuir informação a uma escala alargada do tecido social (...)” (2007: 148).

Prossegue o autor indicando que este mesmo processo depende de igual modo da formação do campo dos media, concretizada através da visibilidade e da transparência, dos princípios gerais e específicos de direito aplicáveis à concretização da liberdade de imprensa, bem como da legitimidade, exigível e transversal a todas as sociedades modernas, mas que resulta da própria função social e do próprio campo dos media enquanto instância de mediação social (*ibidem*: 149 e 150).

Questionada por diversas a legitimidade dos media apresenta-se como uma temática geradora de diversas reflexões.

Rejeitando a noção de quarto poder que se mostra desactualizada, acolhemos a noção de contra poder.

Em conformidade com esta noção de contrapoder, defendemos que a legitimidade dos media nasce, numa primeira análise, por via do contrato informal, em conformidade com a perspectiva de Bernier e Cornu, que atribui aos media a função de guardiões da democracia e da vida em sociedade, conforme por diversas vezes salientado pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

Pugnando a designação de contrapoder, na senda do TEDH e de Mário Mesquita, reconhecemos o poder dos media, afinal “detêm um monopólio real sobre os instrumentos de produção e difusão em grande escala de informação” (Bourdieu, 1996: 65), sendo que através da informação veiculada educam, treinam ou modelam o pensamento do público, podendo assim informar e até enformar a opinião de muitos cidadãos.

No entanto, no ordenamento jurídico português a legitimidade dos media advém ainda da dignidade constitucional, das origens e da evolução histórica quer da liberdade de imprensa, quer dos próprios media.

De facto, a evolução histórico-social da liberdade de imprensa, tolheu a evolução dos media, pelo que após o advento da Revolução dos Cravos, a consagração constitucional da liberdade de imprensa originou o florescimento e proliferação dos media legitimados por força dessa mesma evolução que rompeu com os grilhões da censura que imperava em Portugal, trazendo à luz a liberdade de imprensa.

Concluindo, a legitimidade dos media advém do contrato informal, conforme gizado por Bernier e Cornu, da importância da sua função social, enquanto guardiões da vida em sociedade e da estruturas democráticas, ou seja enquanto contra poder, cuja dignidade constitucional, por via da consagração da liberdade de imprensa na Lei Fundamental, resultante das origens e da sua evolução histórica confere-lhe (leia-se à legitimidade dos media) suporte legal de força acrescida que surge coadjuvado do eternamente inacabado processo de legitimação por via do exercício da sua função social - enquanto instância de mediação social.



## **II.4 – O exercício da cidadania e o espaço público: a legitimidade, em democracia, do direito do cidadão a ser informado**

O direito de informação encontra-se em grande medida ancorado na liberdade de expressão e na liberdade de imprensa.

A legitimidade histórica do direito de informação reside na legitimidade histórica da liberdade de expressão e de imprensa.

Remetemos a este propósito, sob pena de repetições desnecessárias, para o excuro histórico anteriormente explanado para a liberdade de imprensa e de expressão, porquanto as origens são as mesmas e a evolução do direito de informação foi feita a par e passo com a evolução da liberdade de imprensa e da liberdade de expressão.

Mas então em que consiste este direito de informação?

O direito de informação encontra-se consubstanciado em diversos preceitos internacionais, por via da noção da liberdade de expressão.

Consagrado no artigo 19.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem o Direito à informação surge a par da liberdade de expressão, enquanto conteúdo essencial desta liberdade:

### ***Artigo 19.º***

#### ***(Liberdade de expressão e de informação)***

*Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.*

Por sua vez, na *Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais*, o direito de informação é apresentado como uma liberdade englobada na noção mais ampla de liberdade de expressão.

## **Artigo 10.º**

### **(Liberdade de expressão)**

*1. Qualquer pessoa tem direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de opinião e a liberdade de receber ou de transmitir informações ou ideias sem que possa haver ingerência de quaisquer autoridades públicas e sem considerações de fronteiras.*

*O presente artigo não impede que os Estados submetam as empresas de radiodifusão, de cinematografia ou de televisão a um regime de autorização prévia.*

*2. O exercício desta liberdades, porquanto implica deveres e responsabilidades, pode ser submetido a certas formalidades, condições, restrições ou sanções, previstas pela lei, que constituam providências necessárias, numa sociedade democrática, para a segurança nacional, a integridade territorial ou a segurança pública, a defesa da ordem e a prevenção do crime, a protecção da saúde ou da moral, a protecção da honra ou dos direitos de outrem, para impedir a divulgação de informações confidenciais, ou para garantir a autoridade e a imparcialidade do poder judicial.*

De igual modo, o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos prevê no artigo 19.º o direito de informação por via da liberdade de expressão.

## **Artigo 19.º**

*1. Ninguém pode ser inquietado pelas suas opiniões.*

*2. Toda e qualquer pessoa tem direito à liberdade de expressão; este direito compreende a liberdade de procurar, receber e expandir informações e ideias de toda a espécie, sem consideração de fronteiras, sob forma oral ou escrita, impressa ou artística, ou por qualquer outro meio à sua escolha.*

*3. O exercício das liberdades previstas no parágrafo 2 do presente artigo comporta deveres e responsabilidades especiais. Pode, em consequência,*

*ser submetido a certas restrições, que devem, todavia, ser expressamente fixadas na lei e que são necessárias:*

*a) Ao respeito dos Direitos ou da reputação de outrem;*

*b) A salvaguarda da segurança nacional, da ordem pública, da saúde e da moralidade públicas.*

Nos instrumentos jurídicos internacionais apresentados, cientes que poderiam certamente ser invocados outros tantos, o direito de informação é apresentado como um direito e uma liberdade estrutural e essencial directamente associada e correlacionada com a liberdade de expressão.

Da mesma forma, na ordem jurídica portuguesa, mais concretamente na Constituição da República Portuguesa e na Lei de Imprensa encontra-se consagrado o direito de informação em clara associação e co-relação com a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa.

Mas então em que consiste este direito de informação?

Mais concretamente, em que consiste este direito de informação no ordenamento jurídico português?

A consagração e o fundamento constitucional do direito de informação confere a este, à semelhança do que sucede com a liberdade de expressão e de imprensa, legitimidade constitucional, que por sua vez, atribui a este direito uma força específica e legitima constitucionalmente o seu exercício em pleno.

Na segunda parte do n.º 1, do artigo 37.º da CRP, o direito de informação surge a par da consagração constitucional da liberdade de expressão.

### ***Artigo 37.º***

#### ***(Liberdade de expressão e informação)***

*1. Todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações.*

- 2. O exercício destes direitos não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura.*
- 3. As infracções cometidas no exercício destes direitos ficam submetidas aos princípios gerais de direito criminal ou do ilícito de mera ordenação social, sendo a sua apreciação respectivamente da competência dos tribunais judiciais ou de entidade administrativa independente, nos termos da lei.*
- 4. A todas as pessoas, singulares ou colectivas, é assegurado, em condições de igualdade e eficácia, o direito de resposta e de rectificação, bem como o direito a indemnização pelos danos sofridos.*

De igual modo, no n.º 2, do artigo 1.º da Lei de Imprensa e, mais concretamente por via da garantia desta mesma liberdade, é consignado o direito de informação.

### ***Artigo 1.º***

#### ***Garantia de liberdade de imprensa***

- 1 - É garantida a liberdade de imprensa, nos termos da Constituição e da lei.*
- 2 - A liberdade de imprensa abrange o direito de informar, de se informar e de ser informado, sem impedimentos nem discriminações.*
- 3 - O exercício destes direitos não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura.*

Em ambos os preceitos o direito de informação é apresentado na sua tríplice constituição, ou nas três vertentes essenciais, que o compõe e o enformam enquanto direito essencial:

- direito a informar;
- direito de se informar;
- direito de ser informado.

O direito a informar consiste essencialmente na liberdade plena e irrestrita de transmitir ou comunicar informações a outrem.

Por sua vez, o direito de se informar consiste num direito absoluto de procurar e recolher informações que origina nos demais sujeitos o dever geral de não obstar ou impedir essa procura e recolha.

Por último, o direito de ser informado confere ao cidadão, enquanto titular desse direito, o direito a ser adequada e verdadeiramente informado.

Aparentemente inócua, esta tripla configuração tem uma grande relevância, porquanto é a partir da mesma que o direito à informação se assume como um verdadeiro direito na acepção clássica desta definição – enquanto direito individual e enquanto direito e garantia institucional essencial a qualquer ordem democrática.

Actualmente, o direito de informação, não obstante a configuração clássica e as noções liberais que lhe deram origem, deve de igual modo ser interpretado à luz de uma modernidade líquida<sup>36</sup>.

Assim, o direito de informação na sua tríplice vertente, enquanto direito de cada um a ser informado e a informar-se livremente e sem impedimentos e restrições, engloba:

- o direito de transmitir ou comunicar livremente informações;
- o direito do cidadão a procurar e a recolher, livremente e de forma não condicionada, fontes de informação;
- o direito do cidadão a procurar e a recolher, livremente e de forma não condicionada, informações;
- o direito a “ser mantido adequadamente e verdadeiramente informado, desde logo pelos meios de comunicação social (cf. arts. 38.º e 39.º) e pelos poderes públicos (art. 48.º n.º 3) sem esquecer outros Direitos específicos à informação reconhecidos na Constituição, directamente (...) ou indirectamente (...)” (Gomes Canotilho e Vital Moreira, 2007: 225 e 226).

A consagração legal e o núcleo essencial do direito de informação do cidadão, conforme exposto, permite antever a sua articulação com a essência democrática, com o espaço público e consequentemente com a opinião pública.

---

<sup>36</sup> Reportamo-nos ao conceito de modernidade líquida de Zygmunt Bauman (2000).

De facto, é face aos regimes políticos e ao Estado que o direito de informação assume a sua relevância enquanto direito de obter “ (...) no confronto com os poderes públicos e com os particulares, as informações indispensáveis às relações políticas, económicas e sociais de um cidadão, numa sociedade democrática.” (Pinto, 1994: 50).

Bastante esclarecedora da importância fáctica e da relevância jurídica do direito de informação é a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem que apresenta este direito como um corolário da liberdade de expressão.

Este mesmo Tribunal entende a liberdade de expressão como um dos fundamentos essenciais para a existência de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Alicerçada no artigo 10.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, a jurisprudência do TEDH é unânime e consistente ao longo dos diversos acórdãos ao defender a importância deste direito.

### **Artigo 10.º**

#### ***Liberdade de expressão***

*1. Qualquer pessoa tem direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de opinião e a liberdade de receber ou de transmitir informações ou ideias sem que possa haver ingerência de quaisquer autoridades públicas e sem considerações de fronteiras.*

*O presente artigo não impede que os Estados submetam as empresas de radiodifusão, de cinematografia ou de televisão a um regime de autorização prévia.*

*2. O exercício destas liberdades, porquanto implica deveres e responsabilidades, pode ser submetido a certas formalidades, condições, restrições ou sanções, previstas pela lei, que constituam providências necessárias, numa sociedade democrática, para a segurança nacional, a integridade territorial ou a segurança pública, a defesa da ordem e a prevenção do crime, a protecção da saúde ou da moral, a protecção da honra ou dos direitos de outrem, para impedir a divulgação de informações*

*confidenciais, ou para garantir a autoridade e a imparcialidade do poder judicial.*

O exercício pleno do direito de informação, enquanto elemento essencial de um regime verdadeiramente democrático, é um exercício de cidadania na medida em que configura ou configurará o escrutínio desse regime para além do escrutínio operado por via da legitimação conferida através do processo electivo.

O espaço por excelência para o exercício do direito de informação é o espaço público.

De facto, o espaço público, equacionado também à luz da modernidade líquida, enquanto espaço disponível e acessível a todos, permite, garante, assegura e potencia o exercício pleno desse direito de informação, porquanto facilita e proporciona um espaço para a discussão de uma determinada temática e para a demonstração plena da individualidade e unicidade de cada ser-humano.

É precisamente neste espaço público, neste contexto de modernidade líquida, onde é exercida a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e o direito de informação, que nasce uma das mais impressionantes formas de escrutínio público, concebido a partir da divulgação, partilha e troca de informações e opiniões que permitem a criação, formação e divulgação de uma opinião pública.

Acolhemos a noção de Pissarra Esteves (2007:187) de opinião pública “ (...) como prática comunicacional e com um carácter ético-moral (...) ”. O público enquanto elemento de promoção de uma convicção partilhada dá origem à noção de opinião pública, como expressão máxima desse mesmo público. (*ibidem*: 189).

A opinião pública assume, atendendo à sua actual configuração e consagração, uma dimensão ético-moral resultante do papel e intervenção política que têm através da exigência de uma racionalidade lógica colectiva e comumente aceite junto do Estado, enquanto ente colectivo. (*ibidem*: 198). A opinião pública surge então como uma instância crítica e expressão do uso público da razão (racionalidade) por parte dos cidadãos, no espaço da esfera pública. Enquanto exercício crítico dotado de racionalidade lógica, por parte dos cidadãos, a opinião pública torna-se simultaneamente crítica e legitimadora do exercício do poder político do Estado.

A opinião pública concebida nestes termos, apenas se pode efectivar por via de um exercício livre da liberdade de expressão, de imprensa e de informação, porquanto sem a existência destas liberdades e direitos enquanto requisitos cumulativos, inexistente o ambiente favorável e propício ao desenvolvimento de uma opinião pública gerada através do uso público da razão que encontra na publicidade, na crítica e no debate reflexivo o seu florescimento e a justificação da sua existência.

A opinião pública, a vontade colectiva, enquanto processo de crítica e legitimação do Estado apresenta-se assim como um exercício de cidadania que, como elemento estrutural de uma sociedade verdadeiramente democrática, consagra-se, legitima-se e efectiva-se, entre outras formas, por via da defesa da liberdade de imprensa, da liberdade de expressão e do Direito de informação exercidos no espaço público pelos cidadãos, no seu todo, mas de igual modo na unicidade que caracteriza cada ser humano.

## **II.5 - A limitação por via do choque de legitimidades: um repto à análise casuística dos limites da liberdade de imprensa e do direito, do cidadão, a ser informado**

Procurámos nos subcapítulos anteriores indagar sobre a legitimidade do poder judicial, sobre legitimidade dos media e sobre a legitimidade do exercício do direito de informação por parte do cidadão.

Procurámos explanar alguns dos fundamentos da legitimidade do universo judicial, em especial dos juízes para, no âmbito da função jurisdicional, julgarem; dos media para, no exercício da liberdade de imprensa, informarem; e do cidadão, para no âmbito do exercício do direito de informação, informar-se. No entanto, cumpre indagar se a dinâmica que se estabelece entre estes três elementos é geradora de conflito<sup>37</sup>?

Há um confronto no exercício das funções sociais de cada um dos campos – media e judicial? E, conseqüentemente, do cidadão no exercício do direito de informação?

---

<sup>37</sup> Note-se que a este propósito equacionámos a noção de legitimidade numa perspectiva muito abrangente, não distinguindo com muita precisão a legitimidade originária, da legitimidade de exercício, sob pena de apenas conseguirmos uma análise fragmentária, ao invés de uma análise global como pretendemos.



Decorrerá desse exercício das respectivas funções sociais, que são *per se* poderes, um confronto de legitimidades?

E a legitimidade do cidadão? Como se posiciona face às duas primeiras, porquanto é este mesmo cidadão, enquanto colectivo, o fundamento para a criação e existência das duas primeiras?

Da dinâmica que se estabelece entre o campo judicial e o campo dos media, por conta daquelas que são as principais diferenças entre ambos os campos, nomeadamente a linguagem, o tempo, a posição dentro da estrutura profissional, o *modus operandi/praxis*, a função, o objectivo que visam alcançar e a proximidade com o cidadão, origina-se um choque de legitimidades.

Este choque entre o campo dos media e o campo judicial, bem como entre as respectivas funções, é notório nos casos de processos penais mediáticos, em que, por um lado, os media procuram informar e, por outro lado, o universo judicial procura manter o segredo de justiça, a respectiva independência e imparcialidade judicial.

Mas este choque de funções é sinónimo de um choque de legitimidades?

Equacionámos a noção de legitimidade como ponto de partida do presente capítulo e procurámos equacionar este conceito à luz do campo dos media, do universo judicial e do direito do cidadão a informar-se.

Analizou-se a noção de legitimidade de forma dinâmica, considerando as especificidades de cada campo, procurando-se demonstrar que a legitimidade não é algo estanque, dissociado da realidade e que não é tão pouco um conceito abstracto sobre o qual operam realidades jurídicas com corporização orgânica por via daqueles que exercem legitimamente um poder.

Conscientes de que a legitimidade do poder judicial tem sido por diversas vezes questionada, em virtude da suposta falta do elemento democrático, leia-se da eleição, procurámos o fundamento da mesma tentando por um lado demonstrar a existência desse elemento democrático, ainda que indirectamente, e por outro lado por via da legitimidade proveniente do enunciado constitucional e da legitimidade de exercício.

Encontrámos a legitimidade originária do poder judicial no enunciado constitucional, mais precisamente nos artigos 202.º e seguintes da CRP, cuja criação e

emanação, enquanto resultado de um consenso político legítima democraticamente, ainda que indirectamente, a função jurisdicional.

Associada à legitimidade originária e à legitimidade democrática surge necessariamente a legitimidade de exercício, cuja exteriorização mais notória para o cidadão e que mais se projecta e influencia a vida do mesmo consubstancia-se na decisão judicial.

A função jurisdicional<sup>38</sup> e o exercício da mesma, bem como a liberdade de imprensa e a legitimidade que confere aos media para o exercício da respectiva função são bens constitucionalmente protegidos.

A legitimidade dos media colide com a legitimidade do universo judicial quando no exercício das suas funções e da liberdade de imprensa, os media não respeitam a protecção e a dignidade constitucional conferida à função jurisdicional e a importância social dessa mesma função.

Mas de que forma o exercício da liberdade de imprensa pode colidir com a função jurisdicional e desta forma ocorrer um choque de legitimidades?

Não é a liberdade de imprensa, enquanto direito fundamental, um direito ilimitado e como tal o seu exercício também ilimitado?

Respondemos peremptoriamente a esta questão de forma negativa, porquanto a liberdade de imprensa como qualquer outra liberdade, independentemente de ser fundamental ou não, conhece desde logo os limites impostos também pelo próprio ordenamento que a consagrou como fundamental.

Para estabelecer os limites da liberdade de imprensa é necessário chamar à colação os artigos 37.º e 38.º da CRP e o artigo 3.º da Lei de Imprensa.

O artigo 38.º n.º 1 da CRP garante a liberdade de imprensa “como um direito fundamental e como uma instituição, basilar e irrenunciável da sociedade democrática e do Estado de Direito” (Tribunal da Relação de Lisboa, 2004, Processo n.º 9777/2004-6) que se fundamenta no direito à informação.

O artigo 37.º, n.º 2 da CRP refere claramente que o direito à liberdade de expressão e de informação não pode ser impedido ou limitado por qualquer forma de censura. Por seu turno, o n.º 3 do mesmo artigo reconhece a “existência de limites ao

---

<sup>38</sup> Cfr. artigo 202.º da CRP.

exercício dos direitos de expressão e de informação” (Tribunal Central Administrativo Norte, 2010, Acórdão n.º 224/2010).

Os limites referenciados devem ser entendidos como os necessários para “a salvaguarda, promoção e prossecução de valores ou interesses de inequívoca dignidade” (Tribunal da Relação de Lisboa, 2004, Processo n.º 9777/2004-6), pelo que apenas nesta medida poderá haver limites à liberdade de imprensa.

O desrespeito pelos limites supra enunciados poderá originar infracções cometidas no exercício destes direitos, no caso no exercício da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa, designadamente quando colidem “com outros direitos ou institutos constitucionalmente protegidos” (Tribunal Constitucional, 2007, Acórdão n.º 605/2007).

Assim sendo, o “direito de informar e, por extensão, a liberdade de imprensa não são direitos ilimitados e absolutos” (*ibidem*), ou seja, estão limitados por outros direitos cuja importância obriga a um esforço de compressão, na medida do necessário, do direito de informar e da liberdade de expressão.

O mesmo raciocínio é seguido pelo artigo 3.º, n.º 1 da Lei de Imprensa que refere que os limites a essa mesma liberdade “são os que decorrem da lei - fundamental e ordinária - de forma a salvaguardar o rigor e a objectividade da informação, a garantir os direitos ao bom nome, à reserva da intimidade da vida privada, à imagem e à palavra dos cidadãos e a defender o interesse público e a ordem democrática” (Tribunal da Relação de Lisboa, 2003, Processo n.º 8136/2002-3).

Os referidos limites são “por um lado e desde logo, imanentes ao próprio direito em si (por princípio nenhum direito é absoluto nem ilimitado, não constituindo a liberdade de expressão excepção a esse princípio) e, por outro, os limites estabelecidos por lei mediante autorização constitucional” (Tribunal Central Administrativo do Norte, 2005, Processo n.º 00070/04).

Importa em especial para a problemática em análise os limites imanentes.

Os limites imanentes (também designados por “limites aos direitos fundamentais imanentes à própria Constituição” (Machado, 2002: 711)) devem ser entendidos como os limites necessários para que o exercício do direito da liberdade de imprensa não possa “pôr em causa o conteúdo essencial de outro direito ou atingir intoleravelmente a moral social ou os valores e princípios fundamentais da ordem constitucional” (Tribunal

Central Administrativo do Norte, 2005, Processo n.º 00070/04), ou seja, são limites que resultam de uma análise articulada dos vários “bens constitucionalmente protegidos inscritos no espírito da lei fundamental” (Machado, 2002: 710).

Não cabe no presente subcapítulo discutir todos os limites à liberdade de imprensa, mas apenas um limite em específico, igualmente tutelado pela CRP, a função jurisdicional. Poder-se-ia de igual modo invocar como limites à liberdade de imprensa, a independência e a imparcialidade judicial, no entanto essa temática será objecto de tratamento autónomo em capítulo próprio.

Ficou anteriormente determinado que quer a liberdade de imprensa quer a função jurisdicional são bens constitucionalmente protegidos, precisamente pelo seu valor no seio de uma sociedade democrática, cujo fundamento radica essencialmente na dignidade e liberdade da pessoa humana.

Em virtude de a função jurisdicional ser um bem jurídico constitucionalmente protegido, devido à importância do seu conteúdo, a mesma constitui desta forma um limite à liberdade de imprensa, imanente à própria Constituição, circunscrevendo assim o âmbito daquela liberdade. Assim, como a CRP consagra a liberdade de imprensa, consagra também os respectivos limites, entre os quais se inclui a função judicial.

Fruto das limitações mutuamente estabelecidas entre a liberdade de imprensa e a função jurisdicional, enquanto bens constitucionalmente protegidos e de igual interesse e dignidade, surgem por vezes situações de conflito.

Então de que forma o exercício da liberdade de imprensa pode colidir com a função jurisdicional, ou vice-versa, e desta forma ocorrer um choque de legitimidades?

Entre o campo judicial e o campo dos media estabelece-se uma dinâmica muito própria, fruto das diferenças entre ambos e originadora de um choque entre as funções próprias de cada um dos universos. Deste choque de funções nasce o choque de legitimidades de exercício e um choque das legitimidades originárias que enformam e conformam as respectivas funções sociais de ambos os campos – judicial e *media*.

Este choque de legitimidades ocorre quando ambos os universos extravasam o exercício do respectivo poder para lá do constitucionalmente gizado e em rota de colisão com outros bens constitucionalmente protegidos, munidos também de legitimidade constitucional ou, por outras palavras, quando se verifica uma inadequação do exercício da liberdade de imprensa quando equacionada perante a

função judicial, ou seja, quando aquela liberdade fundamental extravasa o seu núcleo, para lá do constitucionalmente gizado, ao ponto de colidir com a função jurisdicional.

Reportamo-nos assim a um choque de legitimidades de exercício e a um choque das legitimidades originárias que enformam e conformam as respectivas funções sociais de ambos os campos – judicial e media – em directa co-relação com o direito do cidadão a informar-se.

Então de que forma este choque de legitimidades se relaciona com o direito à informação do cidadão?

O direito à informação do cidadão é actualmente, maioritariamente, exercido através dos media, do labor dos jornalistas, no exercício da liberdade de imprensa, conseqüentemente qualquer limitação, ainda que na decorrência de uma análise casuística, à liberdade de imprensa, significará uma limitação ao direito à informação por parte do cidadão, uma diminuição do espaço público e um constrangimento ao desenvolvimento da opinião pública.

Perante um choque de legitimidades que tem subjacente bens constitucionalmente protegidos, como é o caso, a única hipótese de uma harmonização repousa sobre uma análise casuística, sob pena de se amputar parte do núcleo essencial desses mesmos bens constitucionalmente protegidos ou dos institutos que directamente deles emanam.

A resolução das situações de conflito entre vários bens constitucionais tem sido objecto de estudo e de reflexão no que se tem denominando por direito constitucional de conflitos. No entanto apenas uma análise casuística permite dar resposta cabal à forma como devem ser equacionados por um lado a função judicial e por outro a liberdade de imprensa.

Impõe-se um repto à análise casuística, porquanto a dignidade constitucional e a importância dos bens jurídicos assim o obrigam.

A análise casuística terá sempre de ser uma análise articulada que não pode, nem deve ser abstractamente equacionada, pois o conteúdo dos bens em causa não se compadece, sob pena de uma limitação arbitrária do seu âmbito e conteúdo, com uma análise desgarrada da realidade do caso concreto.

Note-se que tal análise casuística, sob pena de ser também completamente déspota, não se pode distanciar do núcleo essencial dos bens jurídicos em causa, porquanto esse núcleo essencial ainda que em sede de confrontação e choque de legitimidades tem de ser sempre, obrigatória e necessariamente assegurado, correndo o risco de na situação inversa se subverter o fito da análise casuística, bem como olvidar o fundamento dos respectivos bens jurídicos.

Existindo de facto uma limitação mútua entre a liberdade de imprensa, leia-se media, e função judicial, leia-se tribunais, em virtude do choque de legitimidades gerado no exercício de ambas as funções sociais, esse choque apenas pode ser solucionado com recurso a uma análise casuística dos limites da liberdade de imprensa e dos núcleos essenciais dos bens jurídicos envolvidos.

A compreensão da legitimidade dos media e da legitimidade do poder judicial e das funções de ambos os campos, adquire uma nova dimensão e uma nova luz, tomando por referência uma análise casuística norteada pelo preceito constitucional e pelo espírito existente na Lei Fundamental.

Equacionar a legitimidade de ambos os campos, é equacionar os valores e fundamentos da existência dos mesmos enquanto concretizadores de funções essenciais em democracia – justiça e liberdade de expressão - e, consequentemente os direitos do cidadão em democracia, mais concretamente o direito à informação e o direito à justiça e a uma tutela jurisdicional efectiva.

### **CAPÍTULO III - Justiça Penal e Crime: a notícia de valor acrescentado?**

#### **III.1 – Abordagem a algumas noções essenciais**

Como nasce ou se produz a notícia?

“Porque são as notícias como são?” (Traquina, 2005a: 145)

Várias teorias do jornalismo têm procurado a derradeira resposta a esta questão (*ibidem*: 145-201 e Sousa, s.d.):

1. Teoria do Espelho;

2. Teoria do Gatekeeper ou Teoria da Acção Pessoal;
3. Teoria Organizacional;
4. A Teoria de Acção Política ou Teoria Instrumentalista;
5. Teoria da “Distorção Involuntária”;
6. Teoria Etnográfica ou Interaccionista;
7. Teoria do Agendamento (Agenda-Setting);
8. A Perspectiva da Espiral do Silêncio;
9. Teoria do Newsmaking ou Teoria Construtivista;
10. Teoria Estruturalista.

### Teoria do Espelho

A teoria do espelho é, entre todas as teorias enunciadas, a mais antiga e nasce por via da deontologia profissional dos jornalistas (Traquina, 2005a: 146).

De acordo com Nelson Traquina, “Central à teoria é a noção-chave de que o jornalista é um comunicador desinteressado, isto é, um agente que não tem interesses específicos a defender e que o desviam da sua missão de informar, procurar a verdade, contar o que aconteceu, do a quem doer” (2005a: 148).

O jornalista actuaria então como um espelho da realidade, cabendo-lhe apenas, na notícia, descrever de forma verdadeira, informativa e expurgada de quaisquer influências ou interesses essa mesma realidade.

Subjacente a esta noção chave e à teoria do espelho, encontra-se a “santa objectividade” (Mesquita, 2004: 2007), enquanto deontologia jornalística que foi massificada “a partir do séc. XIX, no período designado pelos historiadores como fase industrial da imprensa” (*ibidem*).

Durante os séculos XIX e XX “com a comercialização do jornalismo e a profissionalização dos seus agentes, os Jornalistas”, nasce um novo modelo de notícias como informação (Traquina, 2005a: 147).

Traquina aponta dois momentos essenciais no desenvolvimento desta corrente jornalista ideológica: um primeiro momento em meados do século XIX e um segundo momento em pleno século XX (*ibidem*).

No primeiro momento referenciado, o jornalista assume-se como um simples observador que se limita a relatar o que acontece à sua volta com objectividade e clareza, expurgado de opiniões.

O marco temporal decisivo deste primeiro momento é o ano de 1856, quando um correspondente da *Associated Press* proferiu a doutrina essencial deste novo conceito de jornalismo ao ditar que o seu trabalho era comunicar factos e que as suas instruções não lhe permitiam qualquer tipo de comentários sobre esses mesmos factos (*ibidem*).

Na senda da *Associated Press*, a doutrina da separação entre factos e opiniões foi seguida por outras agências noticiosas, nomeadamente pela *Havas* (França), *Reuters* (Inglaterra) e *Wolfe* (Alemanha) (*ibidem*).

No segundo momento referenciado, o marco temporal decisivo, em pleno século XX, foi o surgimento da noção de objectividade, a referida “santa objectividade” onde a notícia passa a ser resultado de um processo e de um procedimento definido para o apuramento do facto, através do qual até o próprio facto pode ser colocado em causa. (Schudson, 1978:122 *apud* Traquina, 2005a: 148). A negação da subjectividade por via do cumprimento de procedimentos e processos de produção da notícia seria então a garantia máxima do cumprimento da imperiosa objectividade indispensável na redacção da notícia, como forma de demarcação do jornalista de outros profissionais.

### Teoria do *Gatekeeper* ou Teoria da Acção Pessoal

O termo *gatekeeper* da autoria do psicólogo Kurt Lewin (Traquina, 2005a: 150), surge pela primeira vez num artigo publicado em 1947 para explicar o processo doméstico selectivo da aquisição de alimentos.

Nos anos 50, David Manning White apropria-se do termo, carreando a sua essência para a Teoria do *Gatekeeper* ou a Teoria da Acção Pessoal no campo do jornalismo, onde a tónica é a subjectividade do jornalista e a influência dessa mesma subjectividade na escolha da notícia (*ibidem*).

De acordo com esta teoria, o jornalista assume o papel de *gatekeeper* no processo produtivo da notícia, filtrando a informação através dos “ (...) diversos gates, isto é, “portões” que não são mais do que as áreas de decisão em relação às quais (...)



tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não”. Assim, de acordo com esta teoria, uma notícia que não passasse por um dos portões, não seria publicada, findando nesse momento o seu percurso ou processo produtivo. Caso contrário, se a notícia passasse os diversos portões, aí sim, seria publicada, culminando o seu processo produtivo precisamente no pináculo de qualquer informação/notícia – a respectiva publicação (*ibidem*).

Seguindo ainda os ensinamentos de Traquina, e olhando novamente para o estudo de White, o mesmo concluiu, após acompanhamento (durante uma semana) e análise das decisões de Mr. Gates<sup>39</sup>, que o referido processo de selecção das notícias era altamente subjectivo, dependendo em grande medida “de juízos de valor, baseados no conjunto de experiências, atitudes e expectativas do *gatekeeper*” (*ibidem*). Os diversos motivos que compunham o leque de justificações para a rejeição de uma notícia, num total de cinquenta e seis, foram reconduzidos por White a duas categorias essenciais: “1) rejeição do incidente devido à sua pouca importância, e 2) selecção a partir de muitos relatos do mesmo acontecimento” (White, 1950/1993: 145, *apud* Traquina, 2005a: 151).

Diversas críticas foram erigidas contra a teoria de White, porquanto a mesma privilegia uma abordagem micro-sociológica e redutora do processo produtivo noticioso, reduzindo-o a uma estrutura produtiva subjectiva e puramente interna.

### Teoria Organizacional

Da autoria de Breed, a teoria organizacional, em claro contraponto à teoria do *gatekeeper*, tem como enfoque a importância da estrutura organizacional na actividade do jornalista, deslocando a análise desta actividade para um plano macro-sociológico.

O jornalista, por via do seu enquadramento na respectiva estrutura produtiva, acabaria por absorver e interiorizar toda a política editorial da referida estrutura, num processo “natural” de socialização organizacional (Traquina, 2005a: 152). A política editorial, conforme assinala o estudo de Breed, nunca é directamente revelada ao jornalista ou ao aspirante a jornalista. De facto, essa política editorial vai sendo absorvida e interiorizada pelo jornalista ou aspirante a jornalista ao longo da sua

---

<sup>39</sup> “Jornalista de meia-idade, num jornal médio norte americano” (Traquina, 2005a: 150).

formação dentro da respectiva estrutura produtiva, naquilo que é descrito por Breed como uma aprendizagem por osmose que permite ao jornalista o reconhecimento dos seus “ (...) direitos e as obrigações do seu estatuto, bem como as suas normas e valores (...) ” e “ (...) a antever aquilo que se espera dele, a fim de obter recompensas e evitar penalidades.” (Breed, 1955/1993: 155 *apud* Traquina 2005a: 153).

Então, como opera este processo de socialização organizacional? Breed esclarece que o mesmo ocorre por via da acção de seis factores essenciais (*ibidem*), nomeadamente:

- 1- “A autoridade institucional e as sanções” (Traquina, 2005a: 153);
- 2- “Os sentimentos de obrigação e de estima para com os superiores (*ibidem*: 154);
- 3- “As aspirações de mobilidade” (*ibidem*);
- 4- “A ausência de grupos de lealdade em conflito” (*ibidem*);
- 5- “O prazer da actividade” (*ibidem*);
- 6- “As notícias como valor” (*ibidem*).

No reconhecimento deste processo de socialização organizacional, Breed identifica também alguns factores, cuja exploração por parte do jornalista permite ultrapassar a ditadura editorial (Traquina, 2005a: 153-157):

- 1- A pouca clareza das normas da política editorial;
- 2- A ignorância de alguns directores ou decisores;
- 3- A “prova forjada”;
- 4- A própria autonomia do jornalista;
- 5- O estatuto do próprio jornalista.

A dinâmica apontada pela teoria organizacional parte desta ditadura editorial, de uma autonomia consentida ao jornalista, mas também depende dos meios que a estrutura produtiva dispõe. De facto, como refere Traquina, “o jornalismo é um negócio” (2005a: 158), sendo o factor económico parte da resposta à questão de Schudson, “Por que é que as notícias são como são?” (Schudson, 1988) e parte da influência exercida pela linha editorial, subordinada também “ (...) aos custos e à lógica do lucro (...) ”, que impõem “ (...) constrangimentos ao trabalho jornalístico pelo orçamento da empresa.” (Traquina, 2005a: 159).

### A Teoria de Acção Política ou Teoria Instrumentalista

Na década de 70, os estudos sobre o jornalismo focam a sua atenção, numa análise macro-sociológica, no estudo da relação que se estabelece entre o jornalismo e a sociedade, mais concretamente sobre “ (...) as implicações políticas e sociais da actividade jornalística, o papel social das notícias e a capacidade do Quarto Poder em corresponder às enormes expectativas em si depositadas pela própria *teoria democrática*.” (*ibidem*: 161). Com a atenção dos académicos vocacionada para parcialidade enquanto elemento natural do jornalismo, os media passam a ser vistos como um instrumento que serve determinados interesses políticos.

Nesta teoria surgem dois polos políticos opostos.

Numa visão política de direita, “ (...) Efron (1971), Kristol (1975) e, em particular, de Rothman e Lichter (1986) (...) ” mas dentro do mesmo espectro de análise, tendem a ver esses mesmos media como instrumentos de questionamento desse mesmo sistema capitalista.

De acordo com Kristol (1975) e Efron (1971) os media, em especial “ (...) as grandes cadeias de televisão, fazem parte de uma “nova classe” de burocratas e intelectuais que tem interesse em expandir a actividade reguladora do Estado à custa das empresas privadas”, sendo que os media funcionam como instrumento de divulgação e propagação do ideário anti-capitalista (*ibidem*:163). Na mesma esteira, autores como Rothman e Lichter focam a análise nos próprios jornalistas que consideram como um grupo político, na sua maioria com uma visão política de esquerda, pelo que e, enquanto “nova classe” anti-capitalista, os media surgem como produtores de conteúdo noticioso de esquerda.

Na visão preconizada por autores como Chomsky e Herman (1988), os media, enquanto estrutura produtiva ou de negócio, são considerados como instrumentos de manutenção de um sistema capitalista. Nesta visão de esquerda, inserida numa perspectiva marxista ortodoxa e macro-económica, Chomsky e Herman defendem o papel “insignificante” dos jornalistas como meros executores ao serviço do capitalismo.

De acordo com esta teoria, explanada em *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media* (1988), o conteúdo noticioso não é determinado ao nível interior, nem ao nível interno (Traquina, 2005a: 164), mas outrossim estabelecido ao

nível da estrutura produtiva que, através de diretrizes estabelecidas pela classe capitalista e transmitidas aos directores dos jornais, dita o que os jornalistas e os jornais publicam, defendendo, por esta via, o poder instituído. Chomsky e Herman traçam três factores que potenciam e comprovam a dinâmica estabelecida: “ (...) a) o papel determinante dos media e a ligação estreita entre a classe capitalista, as elites dirigentes e os produtores mediáticos; b) a existência de um acordo entre personalidades da classe dominante e produtores mediáticos; c) a total concordância entre o produto jornalístico e os interesses dos proprietários das elites.” (*ibidem*:165).

Prosseguindo, esta visão de esquerda da teoria de acção política concebe o jornalista e a cobertura noticiosa dos acontecimentos como sendo parcial, na medida em que apenas parte dos acontecimentos, de acordo com o gizado pelo quadro ideológico e propagandística em que o jornalista se encontra inserido, é que são divulgados. Na estruturação desta teoria, os dois autores avançam ainda com a indicação de cinco factores que, na sua óptica, explicam a submissão do jornalismo aos sistemas capitalistas, nomeadamente: “ (...) 1) a estrutura da propriedade dos media; 2) a sua natureza capitalista, isto é, a procura do lucro e a importância da publicidade; 3) a dependência dos jornalistas nas fontes governamentais e das fontes do mundo empresarial; 4) as acções punitivas dos poderosos; 5) a ideologia anti-comunista dominante entre a comunidade jornalística norte-americana.” (*ibidem*: 164 e 165). Chomsky e Herman concluem que “(...) o campo jornalístico é uma arena fechada.” (*ibidem*: 167).

### Teoria da “Distorção Involuntária”

Situada entre a teoria do *gatekeeper* e do *newsmaking*, a teoria da distorção involuntária foca a análise na “ (...) «distorção inconsciente» (*unwitting bias*) ou de «estruturas inferências» (*inferential structures*) para indicar os critérios fundamentais que orientam a selecção dos acontecimentos e a sua apresentação” (Wolf, 1995: 81).

A teoria da distorção involuntária amplia e aprofunda o quadro de análise inicialmente gizado pela teoria do *gatekeeper*, aumentando o espectro temporal da análise para uma análise de efeitos a longo prazo e analisando mais profundamente os elementos influenciadores da escolha das notícias.

De acordo com a teoria da distorção involuntária, a influência na escolha das notícias ou dos acontecimentos que são dignos de serem considerados como notícia não resulta apenas do próprio jornalista, mas também da “ (...) organização e [da] produção rotineira dos aparelhos jornalísticos (...) ” (*ibidem*).

Seguindo autores como Golding e Elliott (1979), Wolf analisa o impacto do “ (...) profissionalismo, com os seus valores e as suas rotinas (...) ” na produção noticiosa (Golding - Elliott, 1979, 12 *apud* Wolf, 1995: 81).

Numa análise de efeitos a longo prazo, a teoria da distorção involuntária afirma que “ (...) as distorções inconscientes que, dia após dia, realçam uma determinada representação da realidade social, marginalizando alguns dos seus aspectos em favor de outros, são um elemento que entra em jogo na dinâmica da difusão de efeitos cognitivos ligados àquela imagem da realidade (...) ” (Wolf, 1995: 81), à imagem que vai sendo construída pelo jornalista através do conteúdo noticioso que diariamente produz.

De acordo com esta teoria, importa pois, ter, em simultâneo, no foco de análise os “ (...) sistemas de valores, de representações, de imaginário colectivo que eles propõem, mas também o modo, os processos, as restrições e as limitações em que tudo isso acontece (...) ” “ (...) mas também os elementos mais especificamente comunicativos, isto é, intrínsecos à peculiaridade da «matéria-prima» trabalhada” (*ibidem*: 81 e 82).

### Teoria Etnográfica ou Interaccionista

Também denominada de teoria etnoconstrucionista, esta teoria “ (...) encara o processo de produção das notícias como um processo interactivo onde diversos agentes sociais exercem um papel activo de negociação constante” (Traquina, 2005a: 184).

Seguindo Molotch e Lester, Traquina explica que o quadro gizado por estes dois autores assemelha-se a um xadrez jornalístico que tem como principais intervenientes três categorias de pessoas, com diferentes funções e/ou posicionamentos dentro da respectiva organização jornalística: os promotores da notícia, os *news assemblers* e os consumidores de notícias (*ibidem*).

Recusando a teoria do espelho, para Molotch e Lester a definição de um acontecimento como notícia é operada por via da consagração da sua existência pública, ou seja, por via da acção que o interveniente tem sobre o acontecimento, dando-lhe ou não existência e dimensão pública. Esta consagração do cariz público é operada, como sublinham Molotch e Lester (*ibidem*: 186), pelos *news promoters* que concorrem na definição das ocorrências e/ou questões que merecem ser constituídas como notícia:

1. Através da sua introdução na agenda noticiosa;
2. Através do seu enquadramento, apresentação e interpretação pela opinião pública.

Na linha dos ensinamentos de Molotch e Lester, Traquina identifica três tipos de acesso ao campo jornalístico (o habitual, o disruptivo e o directo), analisa a importância desse mesmo acesso, catalogando-o como vital “ (...) para responder ao desafio constante de dar conta da avalanche de acontecimentos, sobretudo os inesperados” (*ibidem*: 186 - 189).

Ainda no âmbito da mesma teoria, Traquina invoca os ensinamentos de Tuchman, Gans e Schudson para explicar a “ (...) relevância da rede noticiosa (...) no processo da produção da notícia”, a par da rotinização do trabalho jornalístico para obtenção de máxima eficácia, no reconhecimento do relacionamento que se estabelece entre e dentro da própria comunidade jornalística e entre o jornalismo e o poder (*ibidem*: 189-204).

### Teorias do Agendamento (*agenda-Setting*)

Invocando Lippmann, Lang e outros autores, Wolf explana a teoria do agendamento, enquanto teoria de análise dos efeitos dos media a longo prazo, com base nos vários espectros e hipóteses teóricas que lhe servem de fundamento.

A tónica destas teorias reside essencialmente, não tanto na forma como pensar, ou seja, na representatividade ou significância que deve ser atribuída a um determinado evento, mas sobre que temas deve a opinião pública ou o público pensar.

De acordo com teorias do agendamento, “em consequência da acção dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descura, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As

pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflecte de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas” (Shaw, 1979,96 *apud* Wolf, 1995: 144).

“Como afirma Cohen, se é certo que a imprensa «pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas como pensar, tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre que temas devem pensar qualquer coisa” (1963, 13 *apud* Wolf, 1995: 144).

Assim estas teorias analisam o efeito dos media, por via da forma como os mesmos “ditam” o que é assunto, ou o que é notícia, analisando não a forma como esse assunto é posteriormente discutido pela e na opinião pública, mas outrossim, o “poder” de impor as temáticas ou assuntos dignos de reflexão e de ocupar a agenda reflexiva da opinião pública. Condicionando as temáticas reflexivas da opinião pública, ditando sobre o que a opinião pública deve pensar, os media, apesar de não condicionarem directamente essa reflexão, ditam, logo à partida, o alvo desse esforço reflexivo, impedindo, ainda que indirectamente, que a opinião pública reflecta sobre outras questões.

### Teoria da Espiral do Silêncio

Cunhada por Noelle-Neuman, a teoria da espiral do silêncio é, como o próprio nome indica, graficamente representada por uma espiral que procura espelhar o processo silenciador que ocorre dentro da opinião pública por via da seleção noticiosa operada pelos media. Graficamente a teoria da espiral do silêncio assume a seguinte forma:

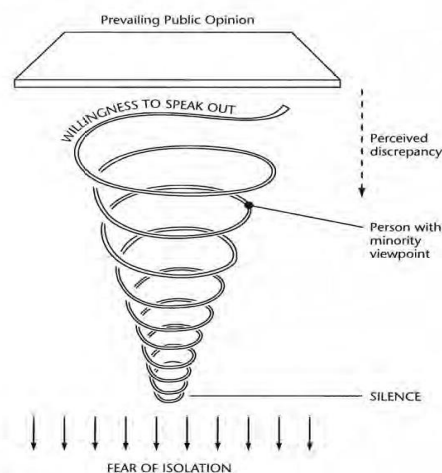


Figura 2 – Representação gráfica da espiral do silêncio (Griffin, s.d.: 378)

O entendimento da teoria da espiral do silêncio passa, em grande medida, pelo entendimento dos três mecanismos através dos quais os media influenciam a opinião pública, nomeadamente: 1) a acumulação (a repetição de temas e o excesso expositivo desses temas); 2) a consonância (a forma similar como as notícias são produzidas e transmitidas); 3) a onnipresença ou ubiquidade (o poder dos media de estar em todo o lado, a todo o tempo).

De acordo com a teoria de Noelle-Neuman, a imposição, através dos media, da posição ou opinião maioritária gera, nos indivíduos discordantes dessa opinião, um fenómeno progressivamente silenciador dessa mesma opinião discordante, pelo reconhecimento do isolamento que a manutenção dessa opinião acarretará em virtude de mesma não se enquadrar nessa maioria. O ciclo representado pela espiral do silêncio inicia-se então com a constatação, pelo próprio, da sua opinião divergente da maioria das opiniões. Este isolamento, e conseqüente silêncio, cresce na directa proporção da força da opinião pública maioritária e veiculada pelos media.

### Teoria do *Newsmaking*

A teoria do *newsmaking* apresenta-se como uma teoria construtivista e de investigação ou pesquisa etnográfica, porquanto se baseia na construção da notícia como a construção de uma história cuja desconstrução do processo produtivo apenas pode operar através de uma técnica de observação participante (Traquina, 2005a: 168 e Wolf, 1995: 186 e seguintes). Como nomes mais relevantes para a construção desta



teoria, Wolf cita nomes como “ (...) Warner, 1971; Elliott, 1972; Epstein, 1973; Altheide, 1976; Schlesinger, 1978a; Tuchman, 1978; Alvarado - Bunscombe, 1978; Golding - Elliott, 1979; Gans, 1979; Fishman, 1980; Bantz - McCorkle - Baade, 1981 (...)” (1995: 186).

De acordo com esta teoria, as notícias são fruto da rotina produtiva industrial. Face à existência de uma avalanche de factos quotidianos, os media foram forçados a criar uma organização e uma “máquina produtiva bem oleada” de modo a corresponder às necessidades informativas do público.

Este processo produtivo de cariz industrial segue três pontos essenciais:

- 1) Seleção dos factos que poderão ser eventualmente notícia (noticiabilidade);
- 2) Elaboração de formas sistematizadas de relatar assuntos (sistematização);
- 3) Senso comum existente nas redacções que permite a qualquer jornalista afirmar o que é ou não notícia (valores-notícia).

Assim, as notícias não reflectem a realidade (ao contrário do afirmado pela teoria do espelho), mas são, outrossim, uma construção dessa realidade que é feita pelo jornalista, após aferição da noticiabilidade de determinado facto, da verificação pelos valores-notícia e elaborada de uma forma sistematizada.

Adiante, será retomada a problemática da noticiabilidade e dos valores-notícia, mais concretamente no próximo subcapítulo, por ora importa reter as linhas gerais da teoria do *newsmaking*, enquanto teoria explicativa do processo produtivo da notícia.

### Teoria Estruturalista.

Partindo de uma análise macro-sociológica, em muitos aspectos similar à teoria Interaccionista, a teoria estruturalista foca a sua análise no processo produtivo da notícia, reconhecendo desde logo a relativa autonomia dos jornalistas no âmbito desse mesmo processo (Traquina, 2005a: 175).

De acordo com esta teoria, os media, dentro da escassa margem de manobra que lhes é reconhecida, funcionam como uma máquina de controlo e de propaganda estatal, estruturando a sociedade de acordo com uma certa padronização (*ibidem*).

Invocando Hall et.al. (1973/1993) e Althusser (1971), Traquina esclarece que, para estes autores, o processo produtivo noticioso resulta da conjugação de diversos factores, nomeadamente:

- 1) “organização burocrática dos media” (*ibidem*);
- 2) “a estrutura dos valores-notícia (...) que constituem o “elemento fundamental da socialização” e a prática e a ideologia profissional dos jornalistas” (*ibidem*);
- 3) o próprio momento de construção da notícia que envolve um processo de identificação e contextualização em que “mapas” culturais do mundo social são utilizados na organização” (*ibidem*: 176).

Na senda de uma perspectiva marxista, para os defensores desta teoria, a notícia surge como um produto de um processo produtivo condicionado, desde logo, pela própria ideologia e vocacionado para a construção de uma hegemonia ideológico-cultural que se quer e que, à partida, será a dominante. Sendo neste e noutros aspectos (nomeadamente na consideração da notícia como uma construção), muito semelhante à teoria interaccionista, a teoria estruturalista distingue-se pelo modo como encara as fontes, ou seja, com um excessivo determinismo que qualifica essas fontes oficiais como um bloco unido e uniforme, balizadas pelos definidores primários a quem cabe a definição da temática e a forma como essa mesma temática é abordada, em suma, o caminho para a construção de uma ideologia através da construção da notícia como processo condicionado e balizado por essa mesma ideologia (*ibidem*: 177 a 178).

### **III.2-A produção de notícia como um processo de valorações: as noções de noticiabilidade e valor-notícia**

No subcapítulo anterior a análise focou-se nas diversas teorias que têm por objecto a explicação do processo produtivo da notícia. Munidos desse enquadramento conceptual, impõe-se questionar:

A produção de uma notícia é um processo?

Que tipo de processo?

Em que moldes e de que forma?

“As notícias são um produto imaterial cujos elementos constitutivos o jornalista tem por tarefa essencial procurar, organizar e dar-lhes forma” (Cornu, 1994: 14).

Seguindo Roger Clausse, Cornu “define a informação de actualidade como a relação ou descrição pura e simples, mais ou menos circunstanciada de um facto – situação, acção, pensamento, opinião – pertencente ao presente mais imediato” (*ibidem*).

Por sua vez, Traquina ensina que “As notícias são o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias)” (Traquina, 2005a: 180).

Sendo que “Os acontecimentos constituem um imenso universo de matéria-prima; a estratificação deste recurso consiste na seleção do que irá ser tratado, ou seja, na escolha do que se julga ser matéria-prima digna de adquirir a existência pública de notícia” (Traquina, 2005a: 180).

Na senda destes ensinamentos, Traquina define “a notícia como construção, a notícia como estória” (2005b: 16). Invocando Tuchman, Traquina descreve a notícia como uma estória que se constrói através e de um enquadramento e da definição de uma realidade social, esclarecendo, todavia, que esta construção não retira valor ao produto do trabalho dos jornalistas: a notícia (1976:94 *apud* 2005b: 17 e 18).

O trabalho dos media, do jornalista, versa sobre factos, sobre um retalho da história de vida de uma pessoa ou de várias pessoas, sobre uma história real que pode ainda não ter terminado.

Os media operam uma selecção de factos e, seguidamente, reconstroem esses factos (a história) consoante a sua visão, ou seja, “os jornalistas têm “óculos” especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem” (Bourdieu, 1997: 25).

Esta selecção de factos não obedece a um procedimento rígido, não obstante de ter as suas regras, sucedendo o mesmo com a reconstrução da história ou com a posterior narração dos factos.

A este propósito, invocamos Gans que explica a necessidade da objectividade e da independência essenciais neste processo.<sup>40</sup>

---

<sup>40</sup> Gans dedica parte de um Capítulo áquilo que chama “Objectivity and Detachment” e que aqui ora se traduz em objectividade e independência (Gans, 1979: 180 e seguintes).

Na explanação dessa necessidade, Gans esclarece que a justificação dos jornalistas para o seu direito à autonomia individual reside precisamente no cumprimento da objectividade e da independência necessária (1979: 183).

Essa objectividade deriva do uso de métodos similares de selecção de factos para a produção da notícia, similar a um método científico, o método jornalístico é validado pelo consenso da classe<sup>41</sup>.

Para além da objectividade subjacente ao método, Gans invoca ainda a necessidade de independência do jornalista relativamente à estória em si ou à conclusão ou final daquela mesma estória (*ibidem*).

Mas então o que é esta independência face à estória?

De acordo com Gans, esta independência face à estória, significa que os jornalistas não escolhem a situação que será posteriormente notícia, com fundamento nas implicações que a divulgação dessa situação poderá originar. Os jornalistas escolhem as notícias aferindo se aquela estória será ou não uma boa notícia<sup>42</sup>.

“O que é notícia?” - questiona Traquina (2005a: 180), que inspirado em Shakespeare, procura ainda resposta à questão “Ser ou não ser notícia?” (2005b: 61).

Então como se define se um dado facto ou acontecimento é ou não notícia? Ou uma boa notícia?

Que critérios presidem à selecção dos factos e à forma como são posteriormente narrados?

Resgatando novamente os ensinamentos de Cornu, “A notícia ou a informação de actualidade responde a um certo número de critérios clássicos, que terão a sua importância quando se tratar de definir o que é uma «boa» informação” (Cornu, 1994: 14).

Falamos da noção de noticiabilidade.

De acordo com Mauro Wolf, a noticiabilidade consiste num conjunto de requisitos que definem a aptidão de um acontecimento para ser notícia, ou seja, a matéria-prima que dará origem à notícia. (Wolf, 1995: 195 e seguintes).

---

<sup>41</sup> Tradução nossa de Gans a propósito do método jornalístico (*ibidem*: 183).

<sup>42</sup> Tradução nossa de Gans a propósito do método jornalístico (*ibidem*: 183).

A noticiabilidade de um facto é definida através de diversos elementos que podem ser agrupados em dois pólos principais:

- 1) Primeiro pólo - a formação do jornalista, a estrutura hierárquica/produtiva e cultura em que o jornalista está inserido;
- 2) Segundo pólo - os valores-notícia.

Balizado por estes dois primeiros pólos, o jornalista tem de num curto espaço de tempo estabelecer o valor-notícia de uma série de acontecimentos.

A estrutura hierárquica/produtiva define desde logo as características necessárias para que possa haver notícia.

A este propósito, Wolf recorre a Tuchman e à metáfora do hospital, referindo que a estrutura hierárquica “Tem de reduzir todos os fenómenos a classificações elaboradas propositadamente, como os hospitais que «reduzem» cada doente a um conjunto de sintomas e de doenças [...]. Estas exigências, que são devidas à superabundância de factos que acontecem (...)” (1995: 195 e seguintes).

Assim, para que um acontecimento possa ser considerado como potencial notícia deve reunir três requisitos essenciais (Tuchman, 1977:45 *apud* Wolf, 1995: 195 e seguintes):

1. dar a conhecer um facto desconhecido (o que inclui todos os que são excepcionais);
2. encaixar-se nas formas pré-estabelecidas e uniformes de relatar diversos acontecimentos de modo a evitar um tratamento diferenciado;
3. não obrigar a uma planificação e organização temporal e espacial, específica para que possa ser trabalhado como facto noticiável.

O interesse no preenchimento destes três requisitos reside na necessidade e na permanente procura de redução do tempo despendido na selecção dos factos e numa maior rentabilização do tempo de trabalho mediante a criação de uma rotina de produção noticiosa estruturada.

A estrutura hierárquica/produtiva ainda interfere na selecção dos acontecimentos e na forma como a notícia é elaborada, de modo a assegurar que não há críticas negativas por parte do público e que a audiência ou tiragem gera lucro e suscita interesse para um posterior *follow up*.

Balizado ainda pela sua própria formação e pela cultura em que está inserido, o jornalista, ainda que inconscientemente, sofre ainda com os grilhões de uma determinada ideologia que define previamente os critérios de noticiabilidade, a forma de trabalho, bem como a concepção que o jornalista tem do que deve ser notícia.

Recorrendo a Garbarino, explica-nos Wolf que a formação e a cultura em que o jornalista se encontra inserido devem ser entendidas como “um inextricável emaranhado de retóricas de fachada e astúcias tácticas, de códigos, estereótipos, símbolos, tipificações latentes, representações de papéis, rituais e convenções, relativos às funções dos mass media e dos jornalistas na sociedade, à concepção do produto-notícia e às modalidades que superintendem à sua confecção” (Garbarino, 1982, 10 apud Wolf, 2005: 195 e seguintes). Na senda de Gabarino, prossegue Wolf explanando que a “ideologia traduz-se, pois, numa série de paradigmas e de práticas profissionais adoptadas como naturais” (*ibidem*).

Os valores-notícia servem posteriormente para definir “quais os acontecimentos suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem notícia” (Wolf, 1995: 195 e seguintes).

Traquina divide os valores-notícia em três épocas históricas distintas (Traquina, 2005b: 63), nomeadamente:

- 1) As primeiras décadas do século XVII;
- 2) Os anos 30 e 40 do século XIX;
- 3) Os anos 70 do século XX.

“O homem que morde o cão” (Stephens, 1988: 34, apud Traquina, 2005b: 63) – As “verdadeiras” notícias são aquelas que assumem qualidades duradouras, onde o facto subjacente é extraordinário, insólito, actual, reporta-se a uma figura proeminente, a uma questão de ilegalidade, a uma guerra, calamidade ou à morte. Prossegue Traquina, na senda de Stephens, explicando que ao longo dos tempos os valores-notícia não têm tido grandes variações.

Nas primeiras décadas do século XVII os mais importantes valores-notícia eram o insólito, seguido da figura proeminente e da morte. A este propósito, Traquina,

recorrendo a Stephens, invoca alguns exemplos retirados das folhas volantes da época<sup>43</sup>, nomeadamente (Traquina, 2005b: 63 a 66):

- Do insólito – Relatos de “ (...) milagres, abominações, catástrofes, acontecimentos bizarros (...) ” como por exemplo “O nascimento de um porco com duas cabeças (...)”;
- Da figura proeminente – “Os actos e as palavras das pessoas importantes, as crónicas e as proezas de personalidades da “elite”, como, por exemplo, o Rei e/ou a Rainha (...)”;
- Da morte – Relatos de homicídios, julgamentos de feiticeiras e enforcamentos de assassínios.

Nos anos 30 e 40 do século XIX, com o aparecimento dos jornais diários, verifica-se uma alteração do paradigma da imprensa escrita e nasce a *penny press* – dedicada essencialmente a “ (...) a assuntos políticos e económicos, e o respectivo comentário”, onde “O discurso parlamentar, as cotações da Bolsa, o câmbio, os conflitos militares, as informações comerciais preenchem o conteúdo da imprensa” (Traquina, 2005b: 67).

Resgatando os ensinamentos de Gans, Traquina conduz-nos até aos anos 70 do século XX, onde o valor-notícia predominante é a notoriedade ou a figura proeminente, seguido das questões políticas ou relacionadas com o governo, os crimes, escândalos e as investigações, registando-se em último, nesta escala, os protestos, os desastres e o insólito (Traquina, 2005b: 68).

Os valores-notícia variam consoante as épocas em análise e apesar de não serem categorias estanques e inertes funcionam em blocos.

Na procura da resposta à questão “como é que os acontecimentos se tornam notícia”, Galtung e Ruge foram pioneiros na identificação, sistemática e exaustiva dos valores-notícia (Traquina, 2005b: 69).

Galtung e Ruge identificaram doze valores-notícia, nomeadamente (Traquina, 2005b: 69 e seguintes):

- 1) Frequência – a duração do acontecimento;

---

<sup>43</sup> Naquela época não existiam os jornais diários, tal qual como conhecidos hoje em dia. No entanto, existiam as folhas volantes que eram uma “forma pré-moderna do jornal” (Traquina, 2005b: 64).

- 2) Amplitude do acontecimento – quanto mais amplo, mais abrangente e consequente capaz de chegar ou atingir mais pessoas;
- 3) Clareza ou falta de ambiguidade – quanto mais claro o acontecimento melhor, porquanto fica facilitado o seu entendimento;
- 4) Significância – enquanto impacto no leitor ou então enquanto proximidade cultural;
- 5) Consonância – a criação de uma nova narrativa com recurso a uma velha noção que imprime uma determinada expectativa de acontecimento;
- 6) Carácter Inesperado – simultaneamente inesperado e raro, não bastando apenas uma única destas características para que se possa considerar inesperado;
- 7) Continuidade – que um acontecimento que é definido como notícia possa continuá-lo a lê-lo após redução da respectiva amplitude;
- 8) Composição – este critério nasce por via do equilíbrio que é procurado na apresentação do conjunto noticioso;
- 9) Referência a nações de elite - este critério apresenta-se como auto-explicativo;
- 10) Referência a pessoas de elite – à semelhança do critério anterior, também este se apresenta como auto-explicativo;
- 11) Personalização – a referência às pessoas envolvidas;
- 12) Negatividade – expresso na máxima “*bad news is good news*”.

No estudo dos valores-notícia, Traquina invoca ainda, para além de Galtung e Ruge, Richard Ericson, Patricia Baranek e Janet Chan.

À semelhança de Galtung e Ruge, também estes autores elaboraram uma lista de valores-notícia, mas contrariamente aos primeiros tendem a não considerar a aferição de noticiabilidade como uma operação matemática somatória desses valores, mas, outrossim, como elementos que auxiliam o jornalista a reconhecer a importância noticiosa de um determinado acontecimento (Traquina, 2005b: 73).

De acordo com Ericson, Baranek e Chan os valores-notícia são (Traquina, 2005b: 73 a 75):

- 1) Simplificação – em tudo similar ao valor-notícia da clareza de Galtung e Ruge, no entanto, para Ericson, Baranek e Chan significa simultaneamente o



reconhecimento de um evento como significativo, claro e culturalmente próximo;

2) Dramatização – este valor-notícia de acordo, auto-explicativo na respectiva noção, de acordo com Ericson, Baranek e Chan encontra-se ligado aos valores-notícias proximidade cultural e personalização;

3) Continuidade - de acordo com a noção gizada por Galtung e Ruge;

4) Inesperado – também de acordo com a noção gizada por Galtung e Ruge;

5) Infracção - tomando por base a função de vigilantes da sociedade dos jornalistas, naquilo que é denominado de “policiamento da sociedade”<sup>44</sup>, Ericson, Baranek e Chan, identificam também este valor-notícia considerando que “a infracção das leis, a má gestão, o mau comportamento por parte de um funcionário ou qualquer autoridade responsável e mesmo uma sugestão de impropriedade, tem noticiabilidade.” (Traquina, 2005b: 75).

Mas então como se equacionam estes valores-notícia entre si? Como é que o jornalista os estrutura?

Será que, para tanto, o jornalista recorre a uma fórmula matemática, fazendo o respectivo somatório dos valores-notícia em jogo, conforme é sugerido por Galtung e Ruge?

Ou, ao invés disso, deve o jornalista recorrer a uma fórmula matemática que equacione os valores-notícia em jogo de forma ponderada?

Novamente, para respondermos a estas questões, seguimos os ensinamentos de Traquina e Wolf.

De acordo com Traquina, e contrariamente a Galtung, Ruge, Ericson, Baranek e Chan, Wolf conseguiu, tomando por base os valores-notícia elencados, operar a importante distinção entre valores-notícia de selecção e valores-notícia de construção.

Os valores-notícia de selecção são utilizados na selecção dos acontecimentos, servindo essencialmente para a escolha de um determinado acontecimento como matéria-prima para a notícia (Traquina, 2005b: 78 e Wolf, 1995: 195 e seguintes), encontram-se divididos em dois grupos (*ibidem*):

---

<sup>44</sup> Expressão usada por Traquina (*ibidem*: 76).

1) Critérios substantivos que se reportam directamente ao acontecimento que se irá ou não tornar notícia: aqueles que versam sobre as características do acontecimento que vai ser transformado em notícia e remete para a análise da importância e quantidade (ou potencial quantidade) dos indivíduos envolvidos no acontecimento, do impacto que tem no país e os eventuais desenvolvimentos do acontecimento;

2) Critérios contextuais que dizem respeito ao contexto da produção da notícia: aqueles que implicam a análise das características relativas ao produto informativo, nomeadamente actualidade, qualidade, ocorrência a forma de transmissão da informação e ainda o grau de dificuldade em aceder ao material necessário para redigir a notícia, bem como o grau de dificuldade no processo de produção e execução da notícia.

Os valores-notícia de construção operam directamente sobre o processo produtivo da notícia, servindo como guias ou traves-mestras para essa mesma construção/transformação do acontecimento em notícia.

Estes valores-notícia remetem para as características do público, ou melhor, para a projecção de público/destinatários que o jornalista cria mentalmente, à concorrência e ao modo de relacionamento com a mesma, ou seja, implica a análise da competição que se gera entre os diversos media.

Retomando a lição de Traquina, o autor cruza as noções de Wolf com os elencos de valores-notícia de Galtung, Ruge, Ericson, Baranek e Chan, elaborando uma complexa lista de valores-notícia agrupados de acordo com o critério subjacente.

Traquina agrupa e elenca os valores-notícia da seguinte forma (2005b: 78 e seguintes):

**I. Valores-notícia de seleção – critérios substantivos:**

**I.1. Morte** – “Onde há morte, há jornalistas” (*ibidem*:79) – o reconhecimento deste valor-notícia é consensual entre a comunidade jornalística;

**I.2. Notoriedade** – este critério remete para as pessoas envolvidas no acontecimento, para o critério que Galtung e Ruge identificam como a envolvimento de pessoas de elite;

**I.3. Proximidade** – este critério reporta-se tanto à proximidade

geográfica como à proximidade cultural;

**I.4.** Relevância – o impacto que a notícia tem na vida das pessoas, do país ou da comunidade;

**I.5.** Novidade – valor particularmente importante na comunidade jornalística;

**I.6.** Tempo – este valor-notícia assume três formas distintas – o tempo enquanto actualidade, o tempo enquanto evento passado recordado no presente e o evento/acontecimento dilatado no tempo;

**I.7.** Notabilidade – a qualidade de ser visível e tangível do acontecimento e não tanto da problemática subjacente;

**I.8.** O inesperado – o evento disruptivo;

**I.9.** Conflito ou controvérsia – este critério reporta-se tanto à violência física como à simbólica;

**I.10.** Infracção – a transgressão, a violação de regras, o crime;

**II.** Valores-notícia de seleção – critérios contextuais:

**II.1.** Disponibilidade – a facilidade em fazer a cobertura do acontecimento;

**II.2.** Equilíbrio - associada com a quantidade de notícias já publicas sobre aquele acontecimento;

**II.3.** Visualidade - os elementos visuais do acontecimento;

**II.4.** Concorrência – este valor-notícia remete para a noção de *scoop*;

**II.5.** Dia noticioso.

**III.** Valores-notícia de construção:

**III.1.** Simplificação;

**III.2.** Amplificação;

**III.3.** Relevância;

**III.4.** Personalização;

**III.5.** Dramatização;

**III.6.** Consonância.

Na senda de Wolf, Traquina, termina a explanação dos valores-notícia à luz da organização jornalística, tomando por base a política editorial da empresa jornalística, as rotinas jornalísticas e a produtividade dessas mesmas rotinas.

Por via da análise (ainda que pouco extensa) dos valores-notícia é possível

constatar que a produção de uma notícia é, de facto, um processo complexo de análise, selecção e preparação do acontecimento que será a notícia, onde a valoração de elementos próprios do acontecimento (valores-notícia de selecção – critérios substantivos), do contexto (valores-notícia de selecção – critérios contextuais), da construção da notícia (valores-notícia de construção) e até a própria política editorial, as rotinas jornalísticas e a produtividade desempenham um papel valorativo fulcral na definição do que é notícia ou do que pode ser notícia, sendo esta, inegavelmente, o resultado de um processo produtivo eminentemente valorativo.

### **III.3 - O crime como matéria-prima para a notícia - um valor acrescentado?**

É, ou não, o crime um valor-notícia de valor acrescentado?

A resposta para esta questão reside na catalogação desses valores e na aferição da existência dos mesmos no crime e em tudo o que este acontecimento disruptivo envolve ou desencadeia – as investigações, as buscas domiciliárias, as apreensões, as prisões, os julgamentos, as condenações, etc.

Identificado desde logo por Ericson, Baranek e Chan, o crime enquadra-se no valor-notícia denominado por estes autores de “infracção” (1987, *apud* Traquina, 2005b: 75).

Na noção de infracção, Ericson, Baranek e Chan englobam a infracção das leis em si, a má gestão, o mau comportamento, ou seja, o comportamento verdadeiramente disruptivo da ordem moral, social ou legal - o crime, o indício do crime, a ilegalidade, o indício da ilegalidade.

Para a construção deste valor os autores partem da função social dos jornalistas<sup>45</sup> - a função de “guardiões da vida em sociedade e da democracia” defendida por Bernier e Cornu, bem como pelo TEDH ao longo dos diversos julgamentos e cimentada na respectiva jurisprudência daquele Tribunal.

Partindo desta noção – a função social dos jornalistas - Ericson, Baranek e Chan invocam a “função de policiamento da sociedade, com particular atenção ao governo,

---

<sup>45</sup> Recordamos a este propósito o que foi anteriormente explanado relativamente à função social dos media e à legitimidade dos mesmo para o exercício dessa mesma função – a noção de *watchdogs* tão presente na jurisprudência do TEDH.

em que o desvio e o crime mobilizam a atenção dos membros dessa comunidade interpretativa” (Traquina, 2005b: 76) – os jornalistas.

A este propósito, Traquina esclarece que o policiamento da sociedade assume diversas formas e que no caso dos jornalistas esse policiamento é essencialmente informativo focando-se na corrupção, nos procedimentos legais e nos direitos humanos (*ibidem*).

Assumindo o crime, o próprio acontecimento, como valor-notícia, terá então este um valor acrescentado face aos demais?

Retomamos a classificação de Traquina relativa aos valores-notícia para responder a esta questão, analisando esses mesmos valores sob o espectro do crime.

## I. Valores-notícia de seleção – critérios substantivos

### I.1. Morte

A morte, como se referiu anteriormente, é um inegável valor-notícia entre a comunidade jornalística. A morte, enquanto perecimento e desaparecimento físico de uma pessoa, é um acontecimento emocionalmente violento – tanto para o bem, como para o mal.

Para lá da violência emocional presente neste acontecimento, de que forma o mesmo se relaciona com o crime? E estará este valor-notícia também presente no crime?

A morte é de facto um valor-notícia presente no crime que é *per se* um valor-notícia. A nível nacional são diversos os exemplos que podem ser citados – o caso Joana, os homicídios de Arouca imputados a Pedro Dias, o homicídio do ex-deputado da Madeira. A nível internacional também podem ser citados alguns exemplos – os ataques terroristas no Bataclan, ou então, o tráfico de refugiados sírios que muitas vezes terminam em tragédia, nomeadamente com a morte por afogamento ou asfixia.

Em Portugal, recorrendo às informações estatísticas disponíveis<sup>46</sup>, é possível traçar a seguinte tabela:

---

<sup>46</sup> Reportamo-nos concretamente à informação disponível na página institucional da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) e na página institucional da PORDATA.

Reclusos <sup>47</sup> condenados: total e por categoria de crime <sup>48</sup>			
Anos	Tipo de crime		
	N.º Total de crimes	Crimes contra as pessoas	Homicídios
1999	8.756	1.486	947
2000	8.917	1.689	1.017
2001	9.422	1.811	1.048
2002	9.553	1.803	1.057
2003	10.143	2.122	1.113
2004	10.152	2.459	1.253
2005	9.845	2.584	1.262
2006	9.715	2.537	1.234
2007	9.260	2.454	1.189
2008	8.699	2.371	1.102
2009	8.958	2.638	1.219
2010	9.306	2.488	1.149
2011	10.211	2.535	1.062
2012	10.953	2.690	1.065
2013	11.692	2.904	1.067
2014	11.673	2.900	1.009
2015	11.919	3.051	1.076

mes: Crimes contra as pessoas e homicídios

Resulta então da tabela em presença que no total do universo dos reclusos condenados por crimes contra as pessoas, metade ou mais de metade desses mesmos crimes contra as pessoas foram homicídios, ou seja, envolveram a morte de alguém.

Assim, associada ao crime aparece inevitavelmente a morte, seja como uma consequência directa do próprio crime seja por uma consequência indirecta, porquanto o esbulho de uma vida é ele próprio um crime – o crime de homicídio. E citando novamente Traquina - “Onde há morte, há jornalistas” (2005a:79).

## I.2. Notoriedade

De acordo com os ensinamentos de Galtung e Ruge é possível encontrar este valor-notícia quando as pessoas envolvidas no acontecimento são pessoas de elite.

Novamente é possível, reconhecer com alguma facilidade, este valor-notícia

<sup>47</sup> A este propósito cabe esclarecer que a opção pela análise da população reclusa (recluso - pessoa contra quem foi proferida sentença que aplique pena ou medida de segurança privativas da liberdade, pena pecuniária ou outra reacção criminal não detentiva) em determinimento da população de arguidos (informação também disponível na página PORDATA) residiu no facto de sobre o recluso, ou os reclusos, existir uma sentença definitiva ao invés de uma mera suspeita.

<sup>48</sup> A informação apresentada resulta de uma compilação de dados extraídos das páginas institucionais supra indicadas.

no crime e, para tanto, basta recordar casos paradigmáticos como o BES, onde a notoriedade advinha do próprio Ricardo Salgado, o BPN (Operação Furacão) onde a notoriedade advinha de José Oliveira e Costa e outras figuras políticas envolvidas e por último, mas não menos paradigmática a operação Marquês que traz (ainda mais) para a ribalta José Sócrates e Domingos Farinho.

### **I.3. Proximidade**

Galtung e Ruge esclarecem que o critério da proximidade, enquanto valor-notícia, deve ser considerado tanto na sua vertente cultural, como na vertente geográfica.

No que concerne à vertente geográfica, num país pequeno como é Portugal, facilmente se consegue preencher este critério.

No que concerne à questão cultural é, de igual modo, um critério facilmente alcançável. Retomemos o exemplo do homicídio: toda a sociedade portuguesa repudia este crime de forma transversal, consequentemente, de uma óptica puramente cultural, qualquer pessoa conseguirá ter proximidade com o crime ou com os valores humanos que são colocados em causa por via do crime de homicídio.

### **I.4. Relevância**

Na senda de Galtung e Ruge, ensina Traquina que a relevância, enquanto valor-notícia é o impacto que a notícia tem na vida das pessoas, do país ou da comunidade a que se reporta ou onde ocorre o evento que deu, ou dará, origem à notícia.

A este propósito é imperioso “ (...) entender o crime para lá da dimensão do incumprimento legal (...); entender o crime fora de um sistema normativo, que é também cultural, ou desapegado do todo social, fora do enquadramento sistémico que é, afinal de contas, na complexidade que se lhe pode atribuir, produto de um jogo de forças (...) ” (Maia et al., 2016: 6).

O crime tem um impacto estrondoso na vida das pessoas, seja na colectividade mais próxima do local da ocorrência do crime, seja nas comunidades mais distantes dessa mesma ocorrência. O sentimento de insegurança é uma das exteriorizações mais marcantes do impacto directo do crime na comunidade onde ocorre, existindo uma correlação directa entre o

elevado número de crimes ou ocorrências desse tipo e o aumento do sentimento de insegurança que conduz inevitavelmente à adoção ou ao aumento das medidas de segurança por parte dos cidadãos.

Sensivelmente em 2003 os media noticiaram as primeiras ocorrências de *carjacking* em Portugal. A título meramente exemplificativo erigimos a seguinte questão: quem é que imediatamente a seguir à divulgação dessas notícias se atrevia a conduzir um automóvel à noite de portas destrancadas?

### **I.5. Novidade**

A novidade é um valor-notícia muito importante na comunidade jornalística, afinal a notícia é sinónimo de novidade. Novidade é tudo o que tem a qualidade de novo, tudo o que se vê pela primeira vez, é a alteração inesperada no andamento regular das coisas; a coisa rara ou raridade, em suma, tudo o que é notícia. Então é o crime, ou um crime, uma novidade? A resposta a esta questão é simultaneamente negativa e positiva.

O crime, enquanto acontecimento disruptivo da ordem social, consubstancia uma alteração inesperada no regular funcionamento da vida em sociedade, uma alteração inesperada dessa ordem social introduzida por via de um comportamento considerado, à luz da normalidade social como desviante. Em sentido contrário ao ora afirmado, Durkheim considera o crime como um facto social normal face à sua eterna existência em todas as sociedades<sup>49</sup>.

---

<sup>49</sup> A noção de crime de Durkheim encontra-se explanada em três obras essenciais: *De la Division du Travail Social* (1893), *Les Règles de la Méthode Sociologique* (1895) e *Le Suicide* (1897).



Reclusos condenados: total e por categoria de crime						
Anos	Tipo de crime					
	Total	Contra as pessoas	Contra a vida em sociedade	Contra o património	Relativos a estupefacientes	Emissão de cheques sem provisão
1999	8.756	1.486	203	3.073	3.863	58
2000	8.917	1.689	139	3.072	3.829	80
2001	9.422	1.811	165	3.320	3.930	48
2002	9.553	1.803	215	3.431	3.967	33
2003	10.143	2.122	306	3.857	3.558	26
2004	10.152	2.459	700	3.292	2.927	35
2005	9.845	2.584	895	3.208	2.669	24
2006	9.715	2.537	899	3.070	2.650	22
2007	9.260	2.454	868	2.910	2.524	21
2008	8.699	2.371	684	2.475	1.849	35
2009	8.958	2.638	759	2.737	2.026	27
2010	9.306	2.488	726	2.573	1.950	36
2011	10.211	2.535	751	2.888	2.075	0
2012	10.953	2.690	806	3.113	2.252	0
2013	11.692	2.904	894	3.398	2.290	0
2014	11.673	2.900	1.161	3.212	2.217	0
2015	11.919	3.051	1.184	3.150	2.294	0

Tabela 2- Tipo de crime: todos os crimes

Na tabela 2 é possível verificar que no ano de 2015 ocorreram em média cerca de 32,65 crimes por cada dia, mas será que esta média, com tendência de aumento entre 1999 e 2015, é sinónimo de um padrão social dito normal?

Pois bem, de facto o crime sempre existiu e sempre existirá nas sociedades, todavia a consciência dessa existência permanente não torna o crime um facto social normal, mas outrossim, uma interrupção abrupta dessa normalidade social por via de um comportamento repulsivo dos valores da vivência em sociedade e completamente oposto ao que é socialmente aceite. A este propósito impõe-se esclarecer que a noção de normal ora defendida é uma noção com alguma elasticidade permitindo por isso distinguir comportamentos puramente diferentes do dito comum de comportamentos verdadeiramente desviantes que na sua execução consubstanciam a lesão de um direito de outrem ou de uma regra de vivência em sociedade protectora de outros direitos.

Precisamente por ser uma interrupção abrupta da normalidade social, não obstante a sua existência latente, o crime será sempre uma novidade, porquanto consubstancia a exteriorização da repulsa e desrespeito pelas regras e normas de vivência em sociedade, enquanto padrão de normalização e conduta

provável.

## **I.6. Tempo**

Explica Traquina que o tempo enquanto valor-notícia pode ser considerado em três ópticas diferentes: enquanto actualidade, efeméride ou evento distendido no tempo.

Será então que este valor-notícia também poderá ser equacionado relativamente ao crime?

Sim e nas três vertentes em causa. O crime enquanto novidade tem, para além do seu valor intrínseco, valor-notícia como tema da actualidade e de igual modo também enquanto evento distendido no tempo, porquanto permite, na maior parte das situações, o acompanhamento do desfecho da conduta criminosa ou do julgamento. Na memória colectiva recente é possível encontrar diversos crimes onde se verifica esta dinâmica e da mesma forma a existência destes dois valores-notícia para além do valor-notícia próprio do crime: o caso do desaparecimento do menino da Madeira, o caso do desaparecimento do Rui Pedro e por último o processo Casa-Pia, cuja cobertura noticiosa se estendeu até ao cumprimento da pena por parte de um dos arguidos do processo.

O 11 de Setembro, o Holocausto, os ataques terroristas em Novembro de 2015, são alguns, entre os possíveis exemplos ilustrativos do valor-notícia do tempo – efeméride – no crime. Enquanto crimes contra a humanidade, o terrorismo e o genocídio assumem especial relevo mundial sendo as efemérides destes dias lembradas um pouco por todo o mundo e por todas as nacionalidades.

## **I.7. Notabilidade**

Genericamente, a notabilidade remete para a qualidade de ser notável que por sua vez é sinónimo de extraordinário ou digno de atenção. Invocando Lippmann, Traquina explica que a noção de notabilidade encontra-se claramente associada à qualidade de ser visível e tangível do acontecimento, à sua forma evidente e não tanto à problemática subjacente (2005:82).

Retomemos o exemplo do homicídio, mais concretamente os homicídios ocorridos em Arouca. A cobertura noticiosa incidiu essencialmente sobre os

acontecimentos em si, ou seja, sobre os homicídios, ao invés da problemática emocional que desencadeou aquela conduta que apenas começou a ser abordada, e de uma forma muito ténue, após o esgotamento do relato inicial dos homicídios.

### **I.8. O inesperado**

Inesperado é o evento que ocorre ou surge de forma imprevista, que é imprevisto, repentino ou súbito, “ (...) aquele que irrompe e surpreende a expectativa da comunidade jornalística.” e que “Segundo Tuchman (1978) (...) é muitas vezes um componente de um tipo de acontecimento que designa «*What a story!*» (...)” (Traquina, 2005:84).

Um crime, seja que tipo de crime for, é sempre inesperado dentro da comunidade em que ocorre precisamente porque irrompe com a normalidade social e com as regras das relações interpessoais que se estabelecem entre as pessoas que corporizam essa sociedade.

É precisamente este carácter disruptivo da ordem social que torna o crime um evento inesperado, assumindo esse carácter inesperado diferentes graus consoante corporize uma violação mais ou menos grave dessa conduta social expectável.

### **I.9. Conflito ou controvérsia**

Neste âmbito inscreve-se tanto a violência física como a violência simbólica. Nalguns crimes é notória e gritante a violência física, invocamos a este propósito, novamente, o exemplo dos homicídios de Arouca.

Mas o crime não nasce apenas de violência física, mas também da violência simbólica que, por exemplo, se pode encontrar nas situações de discriminação raça, género ou sexualidade cujo enquadramento penal configura a prática de um crime contra a identidade cultural e integridade pessoal.

Novamente também este valor-notícia é facilmente reconhecido no acontecimento crime.

### **I.10. Infracção**

Ensina Traquina que “Por infracção refere-se sobretudo a violação, a transgressão de regras.” (2005:85), neste sentido todas as transgressões,

violações de regras, ou crimes são passíveis de serem consideradas como valor-notícia. Será então que todo o crime é notícia? Tendemos a considerar que não.

De facto, e se consideramos que em 2015 ocorreram, em média, cerca de 32,65 crimes por cada dia<sup>50</sup>, qualquer pessoa consegue, com relativa facilidade, constatar que nem todos os crimes foram ou são noticiados nos media.

As motivações subjacentes ao facto de não serem noticiados todos os crimes, reside essencialmente na questão de o crime ser considerado, para efeitos de tratamento jornalístico, como uma rotina. Assim, o crime é percebido como um fenómeno permanente, de tratamento rotineiro, cabendo apenas dar visibilidade às “estórias” de crime que assumam dimensão para o efeito, tomando por base a estrutura dos valores-notícia, ou seja ao “ (...) ao crime mais violento, com maior número de vítimas equivale a maior noticiabilidade para esse crime” (Traquina, 2005a: 85).

No que se refere aos valores-notícia de seleção que se reportam aos critérios contextuais, nomeadamente, disponibilidade; equilíbrio; visualidade; concorrência e dia noticioso, bem como aos valores-notícia de construção, nomeadamente, simplificação; amplificação; relevância; personalização; dramatização e consonância, não é possível a sua análise à luz da noção de valor-notícia de valor acrescentado, porquanto os mesmos remetem para o contexto subjacente e para a elaboração da notícia.

Feito este excursus sobre os valores-notícia, considerados à luz do crime, é tempo de responder à questão: é o crime um valor-notícia de valor acrescentado? Tendemos a considerar que sim, porquanto para além de o ser *per se* um valor-notícia (o crime enquanto valor-notícia – a infracção), também o é por força da simultânea incorporação de todos outros valores-notícia<sup>51</sup> em cada crime, conforme ficou explanado. Assim, o crime é, de facto, face aos demais valores-notícia, um valor-notícia de valor acrescentado.

---

<sup>50</sup> Tomando por base o número de crimes cometidos pelos reclusos efectivamente condenados.

<sup>51</sup> Com excepção da morte que pode ou não ocorrer em simultâneo com os demais valores-notícia.

### III.4- A mediatização do crime e a ética da comunicação

O que deve ser entendido por mediatização?

A mediatização é o acto ou efeito de mediatizar, ou seja, dar a conhecer um acontecimento, um evento, uma pessoa ou uma situação, através dos meios de comunicação social ou outro meio de difusão de informação.

Há ou não uma mediatização da justiça, mais concretamente, do crime?

A resposta a esta questão não pode deixar de ser em sentido afirmativo.

O desenvolvimento dos processos produtivos e a massificação social desses mesmos processos, nomeadamente pela rotinização dos mesmos, naquilo que Tuchman define como “Making News by Doing Work: Routinizing the Unexpected” (1973), conduziu a uma massificação do processo produtivo noticioso.

Então como ocorre esta rotinização/massificação do processo produtivo noticioso?

Recordamos que a notícia, ou melhor, o evento ou acontecimento que servirá de suporte factual à elaboração da notícia é, na sua essência, um evento inesperado.

Então como opera a rotinização do tratamento jornalístico desse evento quando o mesmo é, como se referiu, na sua essência, inesperado?

Tuchman ensina que esta rotinização nasce e opera com base em duas ideias essenciais (1973: 110):

1. A rotinização é impelida pela variabilidade do material;
2. As pessoas tendem a categorizar os objectos para que os possam controlar e trabalhar.

Tomando por base estas duas premissas, Tuchman prossegue a análise da rotinização da produção jornalística, focando-se primeiramente na classificação jornalística dos eventos e/ou acontecimentos e posteriormente nessas mesmas classificações como tipificações.

A classificação jornalística dos eventos é feita em torno de cinco termos diferentes que servem essencialmente o propósito de classificar, de uma óptica jornalística, o evento em causa em “*hard news, soft news, spot news, developing news,*

*and continuing news*” (Tuchman, 1973: 113).

Ensina Tuchman que os jornalistas quando questionados sobre o conceito subjacente a cada classificação tendem a não conseguir definir e explicar concretamente cada um desses mesmos conceitos, procurando explaná-los com recurso a exemplos (*ibidem*).

As “*hard news*” são definidas por oposição às “*soft news*”. Sem uma definição unânime entre os jornalistas, Tuchman sintetiza estas definições como notícias sobre matérias ou eventos importantes (*hard news*) e notícias sobre matérias ou eventos interessantes (*soft news*).

Também apontada por Tuchman, e apresentada como uma subclassificação das “*hard news*”, é a distinção entre “*spot news*” e “*developing news*”.

De igual modo, também a diferença entre estas duas categorias se estabelece pela sua oposição, ou seja, por “*spot news*” deve entender-se todas as notícias cujos factos emergem de imediato, ou seja, no momento, e por “*developing news*” todas as notícias sobre as quais vão surgindo factos novos ou novos desenvolvimentos.

A classificação de “*continuing news*” é definida por si mesma, ou seja, sem recurso a uma definição que se oponha à sua noção. Tuchman define as “*continuing news*” como sendo um conjunto de notícias sobre a mesma matéria, apontando como exemplo a aprovação de legislação e todo o acompanhamento jornalístico desse processo.

Após a definição destas categorias, Tuchman prossegue transpondo estas mesmas categorizações para o plano da tipificação. Explanando essa transposição, a autora esclarece que a mesma ocorre por via da adopção de uma perspectiva fenomenológica, onde essas categorizações introduzidas no quotidiano da produção jornalística funcionam, mediante a análise das características de um determinado evento, para a agilização e resolução de diversas tarefas na rotina jornalística produtiva.

É precisamente esta rotinização do processo de produção jornalística, acompanhado da evolução tecnológica e do aumento da velocidade da vida em sociedade que conduziu à mediatização da justiça e do crime.

Recordamos, como foi anteriormente defendido, o valor acrescentado do crime e da justiça enquanto valor-notícia, que acompanhado da sua tipificação, à luz dos ensinamentos de Tuchman conduziu à sua mediatização.

Para lá do seu valor acrescentado a justiça ou o crime, enquanto tema, evento ou acontecimento, enquadra-se em três das tipificações apontadas por Tuchman,

nomeadamente enquanto “*hard news*” (notícias sobre matérias), “*developing news*” (porquanto sobre as mesmas há quase sempre desenvolvimentos posteriores) e “*continuing news*” (porque de igual modo permitem quase sempre a elaboração de diversas notícias sobre um mesmo assunto, por exemplo: um julgamento).

Facilitado o processo produtivo por via da tipificação da justiça e do crime, nestas três categorias, e considerando o valor acrescentado destas temáticas, a mediatização do crime e da justiça surge como o processo natural e óbvio no âmbito da organização produtiva jornalística.

As novas tecnologias - “(...) conjugando o audiovisual, as telecomunicações e a informática – aceleraram, de forma notável o acesso à informação televisiva, reduzindo de forma drástica o tempo disponível para o tratamento da informação jornalística (Mesquita, 2004: 236).

A rotinização da produção jornalística, acompanhada pela necessidade de um aumento e celeridade dessa mesma produção, contribuiu para o “esmagamento” do tempo de trabalho dos jornalistas.

Assim, a construção de processos produtivos, acompanhada simultaneamente da evolução das novas tecnologias de informação e comunicação e da compressão temporal do tratamento jornalístico do evento/ acontecimento reduziram “ (...) a zero (ou quase) o tempo de crítica do jornalista (...) ” expondo as vulnerabilidades do processo produtivo da notícia – do acontecimento/ evento à notícia (*ibidem*: 236).

Conforme realçado por Mesquita, actualmente os processos de produção jornalística “ (...) caracterizam-se por uma fragilidade endémica, resultante de constrangimentos de espaço e de tempo, bem como das limitações provenientes de condicionalismos sociais, económicos e políticos” (*ibidem*: 230).

A lógica da rentabilidade e do lucro existente na empresa jornalística, também condicionam, a par das estratégias de mercado e das orientações editoriais, a própria produção da notícia (*ibidem*: 247). De igual modo, também os interesses políticos e a lógica do poder informal constroem a produção da notícia, naquilo que Edgar Morin refere como sendo a submissão da informação ao poder do dinheiro e a transformação da notícia em mercadoria (*ibidem*: 248).

No entanto, considerando a importância dos media, da sua função social, bem como a importância social, a dimensão pessoal e personalista da temática da justiça, qual é ou deve ser a ética da comunicação e dos jornalistas, no âmbito do processo produtivo jornalístico das questões da justiça?

Qual é ou deveria ser a ética na mediatização da justiça e do crime?

Mas o que se deve entender por ética e qual a relação da ética com a comunicação?

Como ensina Pissarra Esteves, “a relação da ética com a comunicação tem por base um processo generalizado de transformação linguística e dialógica das estruturas de consciência e da experiência social em geral” (Esteves, 2007: 249).<sup>52</sup>

Recorrendo aos ensinamentos de Toulmin, Pissarra Esteves esclarece a noção de ética como um processo com duplo sentido, enquanto definição do contexto próprio da vida moderna e enquanto processo comunicacional “ (...) no sentido em que reconhecemos na linguagem o *medium* de regulação social por excelência (...) ” (*ibidem*: 254).

Prossegue Pissarra Esteves, na senda de Toulmin, referindo que a verdadeira ética apenas se assume em liberdade, por via da comunicação livre através da qual é possível pensar o homem e a sociedade em toda a sua extensão e potencial (*ibidem*: 256).

Num processo dialéctico, entre o Eu e o Outro, a ética assume a sua dimensão social e individual enquanto processo ético-moral no qual a comunicação é indissociável da ética, assim como a ética é indissociável da comunicação (*ibidem*: 256 – 260).

“O que devo fazer?” (*ibidem*: 301)

Como devo fazer?

Perguntas erigida por cada homem, mas que apenas nascem em liberdade.

A ética responde, mas apenas consegue responder em liberdade, pois apenas na liberdade nasce o verdadeiro sentido ético ou a verdadeira ética – enquanto processo em devir contínuo originador de um corpo de valores que permite a coexistência em diferença com o Outro, onde no livre exercício comunicativo entre ambos (o Eu e o Outro) se regenera e se reforça essa constelação de valores (*ibidem*: 289 -302).

Por sua vez, Cornu recorre a André Lalande para explicitar o conceito de ética, definindo-a como a “ciência que tem por objecto o julgamento de apreciação quando aplicado à distinção do bem e do mal”, como uma “ (...) exigência de sistematização, por uma abordagem crítica (...) e “ (...) interrogação sobre os fundamentos, que divide com a investigação metafísica” (1994: 36).

---

<sup>52</sup> Adiante se tratará a questão da eficácia performativa do léxico, no caso em concreto a eficácia performativa do uso incorrecto do léxico jurídico.



Novamente, a ética é gizada em torno de um “ (...) processo interior crítico de fundação e de legitimação de normas (...) ”, numa lógica “ (...) reflexiva, interrogativa, crítica (...) ” enquanto “ (...) instrumento privilegiado de questionamento do estado de uma sociedade e da sua ordem jurídica (*ibidem*: 36-37).

A ética servirá o jornalista como constelação de princípios norteadores no respectivo processo produtivo da notícia, essa mesma constelação de princípios servirá igualmente para assegurar que esse processo produtivo obedece àquilo que Mesquita designa como o “mínimo ético”<sup>53</sup>.

A par da ética jornalística surge a deontologia, sendo a equação de uma indissociável da outra, no que se refere ao processo produtivo jornalístico.

A deontologia jornalística, em oposição à ética, mas em correlação com a mesma, surge como “ (...) uma abordagem empírica dos diversos deveres relativos (...) ” à profissão e ao exercício da mesma (*ibidem*: 38).

Assim como Cornu, Mesquita recorrendo aos ensinamentos de André Lalande, define a deontologia jornalística como “ (...) a teoria dos deveres profissionais do jornalista, que se encontram enunciados em declarações de princípios de sindicatos ou associações profissionais, bem como nos estatutos editoriais ou livros de redacção (...) ” (2004: 229).

Sendo a ética um exercício dialéctico apenas consubstanciável em liberdade, a liberdade de imprensa é, como referido por Cornu, “ (...) o acto inaugural de uma ética de informação (...) ” – o início do questionamento sobre a legitimidade do processo produtivo jornalístico e da acção do jornalista (1994: 381).

Seja como princípio ético, seja como valor deontológico, o dever de verdade, enquanto “ (...) objectivo ético da informação é o instrumento dessa busca e a exigência de legitimação” (*ibidem* e Mesquita: 2004: 208 e seguintes).

A importância da verdade no processo produtivo jornalístico assume especial relevância porquanto “o jornalista inscreve-se na história, a sua interpretação do tempo presente insere-se num contexto social e político” (Cornu: 1994: 381), sendo neste contexto que emerge a notícia enquanto informação difundida em massa.

Ao jornalista cabe a “Responsabilidade de dizer a verdade na informação, de falar a verdade. Responsabilidade de garantir o respeito pela verdade perante o conjunto dos cidadãos, em nome dos quais se orientam e formulam a busca e a exigência de

---

<sup>53</sup> O presente subcapítulo é encerrado com a abordagem à noção de “mínimo ético” de Mesquita.

legitimação” (*ibidem*).

Impõe-se por esta via, pela necessidade da verdade, a necessidade da objectividade, quer enquanto princípio ético, quer enquanto princípio deontológico.

Ensina Mesquita que a objectividade ganha relevo com a “fase industrial da imprensa”, com “ (...) novas concepções em termos de conteúdo de imprensa (...) ” e com a preferência de informação cada vez mais objectiva de modo a abranger um público maior (2004: 208).

A objectividade enquanto conceito ético, transpõe-se, neste contexto, para os códigos deontológicos, cuja sacralização vai torná-la conceito essencial nos ensinamentos jornalísticos (*ibidem*).

A objectividade, assim equacionada, assume a sua importância, conforme referido por Mesquita, em três níveis essenciais:

1. Enquanto compromisso ético firmado nos códigos deontológicos;
2. Enquanto normas enformadoras do processo produtivo jornalístico, aplicáveis nomeadamente à parte da investigação do acontecimento;
3. Enquanto normas enformadoras do processo produtivo jornalístico, aplicáveis nomeadamente à da redacção da notícia.

#### A objectividade enquanto compromisso ético firmado nos códigos deontológicos

O tratamento e a forma como a objectividade é encarada enquanto princípio deontológico não é uniforme entre as diversas famílias de direito europeias.

Na tradição codificadora anglo-saxónica a objectividade surge, para além da dimensão ética que lhe é reconhecida, como uma obrigação do jornalista (Mesquita, 2004: 209).

Em oposição, na tradição europeia a noção de objectividade é evitada a todo o custo nos códigos deontológicos, sendo encarada como um conceito ingénuo face às especificidades da profissão (*ibidem*). Invocando Marguerite Duras e Hubert Beuve-Méry, Mesquita ensina que é impossível alcançar uma informação verdadeiramente objectiva face à impossibilidade de qualquer ser humano se expurgar por completo de todas as ideias pré-concebidas que possa ter, sendo este facto de igual modo aplicável ao jornalista que antes de ser jornalista é pessoa e consequentemente aplicável ao processo produtivo da notícia e ao próprio resultado desse processo: a notícia (*ibidem*:

209 e 210).

Assim, ao invés da noção de objectividade é adoptada uma noção de honestidade, entre nós, assumida no Código Deontológico dos Jornalistas de 1993 e que convida o jornalista a “relatar os factos com rigor e exactidão e interpretá-los com honestidade” (*ibidem*).

A objectividade enquanto conjunto de normas enformadoras do processo produtivo jornalístico aplicáveis à parte da investigação do acontecimento e à da redacção da notícia

Mesquita, recorrendo aos ensinamentos de Tuchman, José Marques de Melo e Schudson, explica a forma como a objectividade se assume, progressivamente como “ (...) um conjunto de normas investigativas e estilísticas (...) ” (*ibidem*: 210).

Prossegue Mesquita explanando a forma como a noção de objectividade se transforma em norma e padrão de actuação profissional, extravasando assim a qualidade de princípio ético. Enquanto padrão de actuação profissional, a objectividade passa a assumir uma dimensão operativa, composta por normas processuais e estilísticas, “ (...) cujo objectivo consistiria em diminuir os riscos ocorridos pelos profissionais em função das limitações inerentes ao seu trabalho e das possibilidades de interpelação pelos outros actores sociais ou da adopção de sanções por parte dos seus superiores hierárquicos” (*ibidem*).

Actualmente, fará sentido pensar a objectividade, nos termos ora expostos, face à crescente mediatização da justiça e do crime?

A resposta não pode deixar de ser afirmativa.

Preconizada no âmbito internacional e europeu, a objectividade surge como um valor essencial no tratamento jornalístico das temáticas e das estórias.

Elaborada sob os auspícios da UNESCO, a Declaração dos Princípios Internacionais da Ética Profissional no Jornalismo (1983), preconiza desde logo, nos Princípios I e II, a essencialidade de uma informação verídica e a consagração do jornalista à realidade objectiva.

O Princípio I consagra o direito dos povos a uma informação verídica, consubstanciada no direito colectivo e individual “ (...) de receber uma imagem objectiva da realidade mediante uma informação precisa e global, assim como de se

expressarem livremente através dos diversos meios de cultura e de comunicação”.

Na mesma senda, o Princípio II estabelece a consagração do jornalista à realidade objectiva, através da qual procura, ainda que apenas no campo dos princípios, vincular o jornalista ao dever supremo “ (...) de servir a causa do direito a uma informação verídica e autêntica através duma dedicação honesta à realidade objectiva e duma exposição responsável dos factos no seu devido contexto, destacando as suas relações essenciais (...) dando conta dos processos e situações reveladores da natureza e essência da realidade”.

Neste sentido, também a Recomendação 1003, da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa aborda a questão da ética no jornalismo, ao referir que “o jornalismo não deve alterar ou explorar para efeitos mediáticos, a informação verdadeira e imparcial ou opiniões honestas” (tradução nossa), devendo basear-se na verdade “assegurada pelos meios adequados de verificação e prova” (tradução nossa).

Ensina Cornu que “A objectividade é a atitude (quanto à pessoa) ou o método (quanto à aproximação) que permite ligar a verdade, ´ver as coisas como elas são`, e não é de forma nenhuma realizada por uma política de informação que vise apenas o equilíbrio e a neutralidade” (1994: 359).

No mesmo sentido, Mesquita preconiza um compromisso com o real, através do qual uma atitude de objectividade impele o jornalista ao reconhecimento da subjectividade latente, enquadrando-a no dever essencial do cumprimento de uma atitude de objectividade (2004: 214).

Preconizado nestes termos, o compromisso com o real, nasce por via do contrato tácito existente entre o jornalista e o seu público que em face desse reconhecimento o distingue dos demais géneros de comunicação e dos demais jornalistas (*ibidem*).

A euforia mediática (*ibidem*: 239 e seguintes) acompanhada pela evolução tecnológica e pelo esmagamento da linha temporal, coadjuvada pelo negócio da informação que se gerou em torno e pelos media, tornaram esta objectividade e este compromisso com o real obsoletos e desnecessários?

São diversos os factores que contribuem para a mediatização da justiça, naquilo que Paulo Videira Henriques designa como “A produção de escândalo mediático (...)” enquanto “ (...) a imputação a alguém, no espaço mediático, de factos que implicam a transgressão a valores, normas ou expectativas, proporcionando a oportunidade de apreciação pelos públicos e potenciando uma reacção geral de desaprovação do apontado transgressor.” (CAMPONEZ et. all., 2013: 67).

A produção de escândalo mediático, conforme exposto por Paulo Videira Henriques, incide essencialmente sobre as investigações policiais, os processos ou as decisões judiciais, vulgarmente denominados de julgamentos mediáticos (*ibidem*).

A noção de julgamento mediático, indissociável da noção de justiça enquanto notícia-mercadoria, é, conforme ensina Surette, o recurso pelos media ao sistema de justiça como uma fonte de drama, entretenimento e receita, onde as investigações ou os julgamentos seleccionados são transformados como produtos ou mercadorias de *infotainment*<sup>54</sup> para imediata comercialização em massa (*ibidem*: 68).

“A notícia-mercadoria impulsiona a difusão de informação (...)” e os media passaram a corporizar um negócio com especificidades próprias onde as linhas de força e factores convergentes, como a ética profissional, as motivações comerciais e a estrutura profissional influenciam directamente o resultado produtivo: a notícia (Mesquita, 2004: 247 e seguintes).

É precisamente neste contexto que se torna ainda mais necessário o compromisso com o real e com a objectividade. Não obstante a subordinação do jornalista a três grandes grupos de regras (jurídicas, deontológicas e laborais) o mesmo terá sempre de assegurar o cumprimento daquilo que Mesquita designa como o mínimo ético (2004: 269 e seguintes).

Mesquita, deslocando a questão da responsabilidade do jornalista, equaciona-a à luz do mínimo ético (2004: 269 a 275) perspectivando a questão da objectividade por via do cumprimento de procedimentos e processos que asseguram uma “ (...) informação verídica e autêntica através duma dedicação honesta à realidade objectiva (...)” conforme preconizado pela Declaração dos Princípios Internacionais da Ética Profissional no Jornalismo (1983).

Seguindo Mesquita, concluímos que cada vez mais se torna necessário, numa era onde é crescente a mediatização do crime e da justiça, assegurar o cumprimento de um mínimo ético. De igual modo, também somos impelidos a considerar que esse mínimo ético, na linha do preconizado por Mesquita, deverá basear-se na responsabilidade

---

<sup>54</sup> Citando o Oxford Dictionary of English, Henriques apresenta “uma descrição neura de infotainment - «difusão de conteúdo destinado simultaneamente a informar e a entreter» - (...)” reconhecendo no entanto, que o “ (...) termo ganhou um significado pejorativo, passando a exprimir o desagrado com as duas faces da mesma moeda: numa face, o recuo do tempo dedicado, em televisão, ao tratamento noticioso, por parte de jornalistas profissionais, de assuntos de interesse público; na outra face, a proliferação de conteúdos destinados a satisfazer a curiosidade dos públicos acerca das trivialidades dos famosos ou a servir doses diárias de escândalos políticos, empresariais ou judiciários.” (CAMPONEZ et. al., 2013: 69).

social do jornalista, consciente da latente subjectividade e da impossibilidade de alcançar uma objectividade pura, preconizada, como nos lembra Eduardo Meditsch (1992), pelo “paradigma positivista de objectividade que supunha ser possível produzir uma estrita correspondência do discurso com a realidade, mas procurando sempre, no cumprimento do acervo jurídico, deontológico e procedimental a informação verídica e autêntica através duma dedicação honesta à realidade objectiva, expurgada de explorações mediáticas que tornam a notícia, numa notícia-mercadoria ao invés de uma notícia-informação.

## **CAPÍTULO IV - A fase de inquérito, o segredo de justiça e a fase de julgamento**

### **IV.1 - A fase de inquérito: enquadramento geral**

Os artigos 241.º a 247.º do CPP esclarecem as formas da aquisição da notícia do crime por parte do Ministério Público:

1. Conhecimento próprio;
2. Auto de notícia do órgão de polícia criminal;
3. Denúncia:
  - a. Denúncia obrigatória;
  - b. Denúncia facultativa.

O artigo 242.º elenca as situações em que a denúncia do crime é obrigatória, por parte dos agentes que a presenciaram, ainda que os infractores sejam desconhecidos.

Na eventualidade do crime, que seja de denúncia obrigatória, ser presenciado por uma autoridade judiciária, por um OPC ou outra entidade policial deverá ser elaborado auto de notícia, conforme enunciado no artigo 243.º do CPP. No entanto, caso o crime seja presenciado por alguém que não se enquadre nestas definições estaremos perante uma situação de denúncia facultativa, que poderá ser feita por qualquer cidadão que presencie ou tenha notícia de um crime.

É precisamente com a aquisição da notícia do crime ou com a denúncia que o inquérito se inicia.<sup>55</sup> Por isso, o inquérito é simultaneamente uma fase preliminar do processo e a primeira fase do processo penal.

Esta fase processual inicia-se através da decisão do Ministério Público, consubstanciada num despacho que determina ou não o início da investigação<sup>56</sup>.

A iniciativa da promoção do processo penal é da competência exclusiva do MP, conforme estatuído no artigo 48.º do CPP, excepto no caso dos crimes particulares e semipúblicos (art. 49.º e 50.º do CPP).

A este propósito, invocamos os ensinamentos de Pedro Pinto de Albuquerque que esclarece que o “ (...) Ministério Público orienta a sua actividade processual pelo princípio da legalidade e por critérios de estrita objectividade”. Assim não há obrigatoriedade do cumprimento do princípio da oportunidade, nem obrigação constitucional de investigar todos os crimes e de dar continuidade à promoção da acção penal. (2009: 151).

É também da competência do MP o encerramento da fase de inquérito, através de uma decisão de acusar ou não, consubstanciada no que vulgarmente se denomina de despacho de acusação<sup>57</sup>.

A acusatória do processo penal português determina que a direcção do inquérito compete ao Ministério Público, a quem cabe o exercício de todos os poderes incluídos nessa direcção do inquérito, nomeadamente (*ibidem*: 151 a 153):

- Determinar da incompetência das secções do MP;
- Decidir sobre os demais pressupostos processuais;
- Determinar da conexão e separação de inquéritos;
- Conhecer os fundamentos do impedimento, recusas e escusa dos magistrados do MP e outros técnicos ou peritos;
- Decidir sobre o segredo de justiça e autorizar a reprodução de peças processuais<sup>58</sup>;
- Validar os actos cautelares;
- Ordenar a restituição dos objectos apreendidos;

---

<sup>55</sup> Recordamos que a aquisição da notícia do crime e a denúncia estão reguladas nos artigos 241.º a 247.º do CPP.

<sup>56</sup> Conforme estatuído no artigo 53.º, nº 2, alínea a) do CPP, compete em especial ao MP “receber as denúncias, as queixas e as participações e apreciar o seguimento a dar-lhes”.

<sup>57</sup> O despacho de acusação é uma peça processual através da qual formalmente se imputa a uma pessoa os factos que integram um ou mais crimes.

<sup>58</sup> Conforme exposto ao longo da presente reflexão.

- Ordenar a venda de objectos sem valor;
- Realizar diligências de prova;
- Requisitar o auxílio da força pública;
- Decidir sobre a necessidade de perícia à testemunha;
- Nomear e substituir perito;
- Ordenar medidas pontuais de segurança das testemunhas;
- Julgar justificadas as faltas das pessoas convocadas;
- Arbitrar a compensação;
- Ordenar a junção de documentos;
- Ordenar a quebra do segredo profissional;
- Decidir sobre a tempestividade dos actos e requerimentos;
- Decidir sobre a urgência dos actos processuais da sua competência;
- Declarar a inexistência, a nulidade e a irregularidade e a proibição da prova;
- Avaliar a denúncia anónima e ordenar a sua destruição;
- Ordenar a redacção do auto por súmula;
- Decidir sobre o cumprimento das cartas rogatórias no âmbito do inquérito.

Todos estes poderes são exercidos no âmbito do inquérito.

Enquanto fase processual, vinculada aos princípios constitucionais e que simultaneamente vincula os intervenientes e o exercício dos poderes neste âmbito aos mesmos princípios constitucionais, o inquérito apenas se inicia aquando da denúncia ou aquisição da notícia de crime (*ibidem*: 687).

Nesta fase processual, o MP verificará a legitimidade de quem faz a queixa, denúncia ou participação, se o facto consubstancia um crime ou não e se estão preenchidos os pressupostos legais que permitem que se inicie a marcha processual.

A fase de inquérito, conforme enunciado pelo artigo 262.º do Código do Processo Penal, compreende todas as diligências que se destinam à investigação da existência de um crime, à determinação de quais os agentes responsáveis, quais as respectivas responsabilidades, bem como descoberta e recolha de prova, com a finalidade de submeter ou não, o arguido a julgamento.

O inquérito, para além da finalidade expressa no artigo 262.º da CRP, tem ainda outras finalidades que embora passem mais despercebidas não são menos importantes.



Ainda em sede de inquérito, compete ao Ministério Público proceder às investigações de modo a fundamentar o pedido de indemnização civil, o valor do dano causado pelo crime e os responsáveis pelo pagamento da indemnização, quando esteja em causa a “representação do Estado e de outras pessoas e interesses”, conforme o estipulado no n.º 3, do artigo 76.º do CPP<sup>59</sup>.

É também na fase de inquérito que se recolhe a prova necessária para fundamentar a aplicação da medida de coacção e garantia patrimonial, medidas essas que apenas podem ser aplicadas quando reunidos os respectivos pressupostos que legitimam a sua aplicação<sup>60</sup>.

A fase de inquérito também se revela importante do ponto de vista económico e social, na medida em que impede denúncias sem fundamento, pois funciona como uma triagem, fundamentada, documentada e comprovada das notícias de crime que devem ou não seguir para julgamento, evitando assim gastos sociais e económicos desnecessários com processos penais que se revelariam inúteis ou infrutíferos.

A fase de inquérito também serve para acautelar a imagem e o bom nome do arguido, mediante a prevenção da publicidade negativa que acaba sempre por surgir em qualquer processo penal de cariz mais mediático e que é excepcionalmente agravada quanto mais conhecido do público já for o arguido.

Assim sendo, o inquérito tem finalidades distintas, nomeadamente:

- decidir se se deve submeter ou não o arguido a julgamento;
- fundamentar o pedido de indemnização civil e a medida de coacção ou de garantia patrimonial;
- acautelar denúncias desnecessárias;
- evitar custos morais para o arguido quando ainda não recaía sobre o mesmo uma suspeita devidamente fundamentada.

Genericamente a direcção do inquérito está a cargo do Ministério Público. Concretamente em cada inquérito esta direcção é singular, sendo encabeçada no magistrado titular do processo, que poderá ser auxiliado por um outro magistrado, caso

---

<sup>59</sup> O n.º 3 do artigo 76.º refere que “compete ao Ministério Público formular o pedido de indemnização civil, em representação do Estado, de outras pessoas e interesses, cuja representação lhe seja atribuída por lei”.

<sup>60</sup> Conforme o estipulado pelo artigo 204.º do CPP, não pode ser aplicada nenhuma medida de coacção e garantia patrimonial, à excepção do Termo de Identidade e Residência, caso não estejam reunidos os respectivos pressupostos.

assim seja entendido pelo Procurador-Geral da República (Pinto de Albuquerque, 2009: 691).

A cargo do MP, este poder direcção, genericamente considerado, define-se como o poder “ (...) do MP de praticar ou não os actos de investigação e as diligências probatórias que entender adequadas aos fins do inquérito (...) ” (*ibidem*).

Na condução do inquérito o Ministério Público é coadjuvado pelos órgãos de polícia criminal que actuam sob a sua directa orientação, conforme referido no artigo 263.º do CPP.

A este propósito e ainda que sem grande desenvolvimento<sup>61</sup>, impõe-se um esclarecimento no que se refere a esta delegação de poderes nos OPC.

A delegação de poderes nos OPC, enunciada no artigo 263.º do CPP apresenta-se como consistente com a estrutura acusatória do processo, bem como com o poder de direcção do MP porquanto, desde logo não contempla o poder de detenção para comparência do faltoso perante o próprio OPC, bem como (*ibidem*):

- é obrigatória a imediata comunicação de notícia do crime dos OPC ao MP;
- a validação da constituição como arguido é sempre da competência do MP;
- o MP pode sempre e a todo o momento dar directivas e ordens ao OPC;
- o MP pode avocar a investigação a todo o momento;
- o MP pode sindicar a legalidade e a oportunidade das diligências efectuadas pelo OPC;
- o MP pode revogar os actos do OPC.

No entanto, apesar da direcção do inquérito caber ao MP, existem determinados actos ou diligências que em virtude da sua importância, têm de ser ordenados, autorizados ou até praticados pelo juiz de instrução criminal<sup>62</sup> conforme referido pelo artigo 17.º do CPP.

O n.º 1 do artigo 268.º e o n.º 2 do artigo 270.º do CPP indicam os actos que são da competência exclusiva do juiz de instrução.

---

<sup>61</sup> A questão dos OPC será oportunamente retomada no que refere à hipótese de, em sede de processo em segredo de justiça, os OPC se puderem substituir ao MP na prestação de esclarecimentos por via da delegação de poderes.

<sup>62</sup> O artigo 17.º do CPP refere que para além de proceder à instrução e decidir quanto à pronúncia, compete ao juiz “exercer as funções jurisdicionais relativas ao inquérito”, nos termos prescritos no CPP, remetendo desta forma para os artigos 268.º, 269.º e 270.º desse mesmo Código.

Ao elenco estabelecido no n.º 1 do artigo 268.º e no n.º 2 do artigo 270.º do CPP, acresce ainda, a competência exclusiva do JIC para a prática dos seguintes actos processuais (*ibidem*):

- a admissão como assistente;
- a declaração de excepcional complexidade do processo;
- a condenação do faltoso em pena de multa e emissão de mandados de detenção;
- a recolha de declarações para memória futura;
- a concordância com a suspensão do inquérito;
- a concordância com o arquivamento em caso de dispensa da pena.

Por sua vez, o n.º 1 do artigo 269.º refere os actos que devem ser ordenados ou autorizados pelo juiz de instrução. Nestes casos o juiz apenas pratica tais actos mediante requerimento do Ministério Público, da autoridade de polícia criminal, do arguido ou do assistente, porquanto se trata da “reserva de lei” para a prática de actos que contendem directamente com direitos, liberdades e garantias, tal como consagrado no n.º 4, no artigo 32.º da CRP.

A diferença substancial entre os actos enunciados nos artigos 268.º e 269.º reside no facto de os actos enunciados no artigo 268.º terem de ser obrigatoriamente praticados pelo juiz, ou seja, pessoalmente praticados pelo juiz de instrução. Por sua vez, os actos enunciados no artigo 269.º apenas carecem de ser ordenados ou autorizados pelo juiz de instrução.

Em sede de inquérito, o MP procurará primeiramente, através de diversas diligências, averiguar se houve ou não crime, e a ter havido crime tentará descobrir o agente que o cometeu.

No caso de ser descoberto o agente que praticou o crime, caberá ao MP averiguar, dentro da responsabilidade do agente, se este agiu com dolo ou se acaso é inimputável.

Posteriormente, mediante a prova e indícios recolhidos, compete ao MP decidir se arquiva ou suspende provisoriamente o processo, ou, se deduz acusação e deste modo submete o arguido a julgamento (artigos 283.º e 262.º do CPP).

Findo o inquérito o MP poderá decidir entre três hipóteses:

1. o arquivamento do processo;
2. a suspensão provisória do mesmo;

3. a acusação do arguido.

Qualquer que seja a decisão do MP, a mesma terá de ser sempre devidamente fundamentada com base nas provas recolhidas no decorrer do respectivo inquérito.

O MP, de acordo com a respectiva decisão, poderá elaborar quatro tipos de despachos diferentes (*ibidem*: 713):

1. Despacho de arquivamento;
2. Despacho de arquivamento em caso de dispensa da pena;
3. Despacho de suspensão provisória do processo;
4. Despacho de acusação.

Caso o MP entenda que o inquérito deve ser arquivado elaborará um despacho de nesse sentido, nos termos do artigo 277.º do CPP.

O despacho de arquivamento do inquérito pode assumir três formas (*ibidem*):

1. Despacho que não conhece do mérito da causa;
2. Despacho que conhece do mérito da causa, mas que conclui não se ter verificado o crime ou não ter sido o arguido a praticá-lo;
3. Despacho que conclui pela insuficiência de indícios.

No entanto, se o MP entender que deve ser elaborado despacho de acusação, deverá fazê-lo nos termos do artigo 283.º, devendo constar do mesmo os seguintes elementos (*ibidem*: 743):

- A decisão preliminar da acusação;
- A acusação propriamente dita;
- A decisão complementar de acusação;
- Data e assinatura.

Os prazos de duração máxima para a conclusão do inquérito (investigação) variam consoante o tipo de crime e a aplicação ou não de medidas de coacção ao arguido, nomeadamente a de obrigação de permanência na habitação ou de prisão preventiva.

O prazo regra, no caso de não haver arguidos presos ou sob obrigação de permanência na habitação, é de oito meses, conforme especificado no n.º 1, do artigo 276.º do CPP, sendo esse mesmo prazo reduzido para seis meses no caso de haver arguidos presos ou sob obrigação de permanência na habitação.

O prazo de seis meses é elevado para oito, dez e doze meses, quando estejam em causa os crimes elencados no artigo no n.º 2 do artigo 215.º, quando seja qual for o crime o procedimento se apresente excepcionalmente complexo, nos termos da parte final do n.º 2 do artigo 215.º ou ainda nos casos elencados no n.º 3 do artigo 215.º.

O prazo de oito meses é elevado para catorze meses nos casos enunciados no n.º 3 do artigo 276.º, para dezasseis meses no caso de crimes elencados no n.º 2 do artigo 215.º ou quando seja qual for o crime o procedimento se apresente excepcionalmente complexo, nos termos da parte final do n.º 2 do artigo 215.º, ou ainda para dezoito meses nos casos elencados no n.º 3 do artigo 215.º.

A fase de inquérito caracteriza-se pela investigação da notícia do crime e dos agentes que o praticaram, bem como pela formação do objecto do processo, conformando deste modo todas as fases subsequentes.

#### **IV.2 - Segredo de justiça: enquadramento geral**

O segredo de justiça determina que não se possa conhecer ou não se possa dar a conhecer os elementos constantes da investigação, sejam actos ou documentos e divide-se em duas vertentes: interna e externa<sup>63</sup>.

O segredo de justiça interno limita o acesso aos autos, pelas pessoas envolvidas na relação processual (arguido, defensor, assistentes, partes civis ou testemunhas), bem como o conhecimento dos “elementos e informações probatórias” (Silva, 2010: 1162) dos mesmos.

A publicidade interna, ou vista de outra perspectiva, o segredo interno, encontra-se regulado no artigo 89.º do CPP, que estabelece “quando e como pode o processo ser revelado aos sujeitos processuais”, conforme referido por Paulo Pinto de Albuquerque (2009: 248).

Por sua vez, o segredo de justiça externo, impede todos os que tiveram contacto com o processo ou que de alguma forma tiveram conhecimento de qualquer acto,

---

<sup>63</sup> Embora para efeitos de explanação teórica se possa dividir o segredo de justiça na sua vertente externa e interna, em termos práticos a sua divisão é difícil, sendo que nos casos em que o mesmo seja requerido pelo arguido ou assistente, este valerá tanto na sua vertente interna como externa. Seguimos neste aspecto a posição de Frederico da Costa Lacerda Pinto ao referir que “a lei não é expressa ao permitir esta opção e ao ser teria de o fazer expressamente, acrescentando ainda que ao permitir o segredo de justiça apenas na vertente externa estaria perante uma forma implícita de acesso aos autos, pelo que o JIC deverá seguir o regime geral do n.º 8 do art. 86” (Pinto, 2008:21).

documento ou elemento que faça parte do respectivo processo, de divulgarem ou publicarem, em parte ou no todo, os elementos ora referidos.

O artigo 86.º regula o segredo de justiça externo ou a publicidade externa e estabelece “quando e como pode o processo ser revelado a terceiros que não são sujeitos processuais” (Albuquerque, 2009: 236).

Por via do n.º 8, do artigo 86.º estão vinculados ao segredo de justiça todos os que contactam com o processo ou que de alguma outra forma têm conhecimento de elementos do mesmo, abrangendo assim todas as pessoas que embora não tendo tido contacto directo com o processo, tiveram por uma outra via conhecimento do respectivo processo ou elementos constantes do mesmo.

O n.º 8 do artigo 86.º ao abranger através do seu âmbito subjectivo todas as pessoas, abrange os jornalistas, impondo-lhes a vinculação ao segredo de justiça, impedindo por esta via a publicidade externa do processo através dos media. Assim, ainda que o jornalista tenha conhecimento, por uma outra via, de um processo ou elementos de um processo que esteja em segredo de justiça, o mesmo (entenda-se jornalista) está impedido de publicar qualquer notícia enquanto o processo se mantenha em segredo de justiça.

O segredo de justiça tem uma vocação claramente funcional, valendo então em virtude dos interesses que visa proteger, sejam esses interesses particulares ou públicos (protecção da investigação e prossecução da justiça), usufruindo por isso mesmo de dignidade e tutela constitucional através do n.º 3 do artigo 20.º da CRP.

Embora a regra, em sede de inquérito seja actualmente a publicidade, nem sempre foi assim e antes da reforma de 2007 vigorava em sede de inquérito (entenda-se em sede de investigação criminal) o segredo de justiça, situação que se inverteu, passando então a regra a ser a da publicidade do processo.

Na anterior redacção do CPP, estabelecia-se que o processo se mantinha em segredo de justiça em três situações (Monte, s.d.:18):

1. Caso a instrução não fosse requerida, o segredo de justiça manter-se-ia até findar o prazo para o requerimento da instrução;
2. Havendo instrução, o processo manter-se-ia secreto até ao recebimento do requerimento para a abertura da instrução, caso fosse requerida pelo arguido e se nesse mesmo requerimento este não se opusesse á publicidade do processo;

3. Havendo instrução e sendo esta requerida pelo arguido mas opondo-se este à publicidade do processo, o segredo manter-se-ia até ao despacho de pronúncia ou não pronúncia.

A regra de ouro em sede de inquérito era o segredo de justiça que não dependia de um qualquer requerimento formulado pela parte interessada, mas resultava de uma norma abstracta que o consagrava em toda a sua plenitude.

As alterações introduzidas ao segredo de justiça pela reforma de 2007 foram diversas conforme se demonstra através da análise comparativa no quadro comparativo que se segue:

Quadro comparativo da redacção do artigo 86.º		
Redacção anterior a 2007	Redacção posterior à reforma 2007	Alteração
1 - O processo penal é, sob pena de nulidade, público, a partir da decisão instrutória ou, se a instrução não tiver lugar, do momento em que já não pode ser requerida. O processo é público a partir do recebimento do requerimento a que se refere o artigo 287.º, n.º 1, alínea a), se a instrução for requerida apenas pelo arguido e este, no requerimento, não declarar que se opõe à publicidade.	1 - O processo penal é, sob pena de nulidade, público, ressalvadas as excepções previstas na lei.	Consagração da regra da publicidade.
2 - A publicidade do processo implica, nos termos definidos pela lei e, em especial, pelos artigos seguintes, os direitos de: a) Assistência, pelo público em geral, à realização dos actos processuais; b) Narração dos actos processuais, ou reprodução dos seus termos, pelos meios de comunicação social; c) Consulta do auto e obtenção de cópias, extractos e certidões de quaisquer partes dele.	6 - A publicidade do processo implica, nos termos definidos pela lei e, em especial, pelos artigos seguintes, os direitos de: a) Assistência, pelo público em geral, à realização do debate instrutório e dos actos processuais na fase de julgamento; b) Narração dos actos processuais, ou reprodução dos seus termos, pelos meios de comunicação social; c) Consulta do auto e obtenção de cópias, extractos e certidões de quaisquer partes dele.	O que engloba a publicidade do processo – A redacção deste número manteve-se, alterando-se apenas a sua ordem dentro do corpo do artigo de n.º 2 para n.º 6.



	2 - O juiz de instrução pode, mediante requerimento do arguido, do assistente ou do ofendido e ouvido o Ministério Público, determinar, por despacho irrecorrível, a sujeição do processo, durante a fase de inquérito, a segredo de justiça, quando entenda que a publicidade prejudica os direitos daqueles sujeitos ou participantes processuais.	Consagração do segredo de justiça como exceção dependente de requerimento da parte interessada – arguido, assistente ou ofendido.
3 - A publicidade não abrange os dados relativos à reserva da vida privada que não constituam meios de prova. A autoridade judiciária específica, por despacho, oficiosamente ou a requerimento, os elementos relativamente aos quais se mantém o segredo de justiça, ordenando, se for caso disso, a sua destruição ou que sejam entregues à pessoa a quem disserem respeito.	7 - A publicidade não abrange os dados relativos à reserva da vida privada que não constituam meios de prova. A autoridade judiciária específica, por despacho, oficiosamente ou a requerimento, os elementos relativamente aos quais se mantém o segredo de justiça, ordenando, se for caso disso, a sua destruição ou que sejam entregues à pessoa a quem disserem respeito.	O que a publicidade do processo não abrange. A redacção do artigo manteve-se inalterada.
	3 - Sempre que o Ministério Público entender que os interesses da investigação ou os direitos dos sujeitos processuais o justifiquem, pode determinar a aplicação ao processo, durante a fase de inquérito, do segredo de justiça, ficando essa decisão sujeita a validação pelo juiz de instrução no prazo máximo de setenta e duas horas.	Consagração do segredo de justiça como exceção dependente de iniciativa do MP – por interesses da investigação ou direitos dos sujeitos processuais.

	<p>4 - No caso de o processo ter sido sujeito, nos termos do número anterior, a segredo de justiça, o Ministério Público, oficiosamente ou mediante requerimento do arguido, do assistente ou do ofendido, pode determinar o seu levantamento em qualquer momento do inquérito.</p>	<p>Novo dispositivo criado na decorrência do estabelecimento da regra da publicidade.</p>
	<p>5 - No caso de o arguido, o assistente ou o ofendido requererem o levantamento do segredo de justiça, mas o Ministério Público não o determinar, os autos são remetidos ao juiz de instrução para decisão, por despacho irrecorrível.</p>	<p>Novo dispositivo criado na decorrência do estabelecimento da regra da publicidade.</p>
<p>4 - O segredo de justiça vincula todos os participantes processuais, bem como as pessoas que, por qualquer título, tiverem tomado contacto com o processo e conhecimento de elementos a ele pertencentes, e implica as proibições de:</p> <p>a) Assistência à prática ou tomada de conhecimento do conteúdo de acto processual a que não tenham o direito ou o dever de assistir;</p> <p>b) Divulgação da ocorrência de acto processual ou dos seus termos, independentemente do motivo que presidir a tal divulgação.</p>	<p>8 - O segredo de justiça vincula todos os sujeitos e participantes processuais, bem como as pessoas que, por qualquer título, tiverem tomado contacto com o processo ou conhecimento de elementos a ele pertencentes, e implica as proibições de:</p> <p>a) Assistência à prática ou tomada de conhecimento do conteúdo de acto processual a que não tenham o direito ou o dever de assistir;</p> <p>b) Divulgação da ocorrência de acto processual ou dos seus termos, independentemente do motivo que presidir a tal divulgação.</p>	<p>A redacção deste número manteve-se inalterada.</p>

<p>5 - Pode, todavia, a autoridade judiciária que preside à fase processual respectiva dar ou ordenar ou permitir que seja dado conhecimento a determinadas pessoas do conteúdo de acto ou de documento em segredo de justiça, se tal se afigurar conveniente ao esclarecimento da verdade.</p>	<p>9 - A autoridade judiciária pode, fundamentadamente, dar ou ordenar ou permitir que seja dado conhecimento a determinadas pessoas do conteúdo de acto ou de documento em segredo de justiça, se tal não puser em causa a investigação e se afigurar:</p> <p>a) Conveniente ao esclarecimento da verdade; ou</p> <p>b) Indispensável ao exercício de direitos pelos interessados.</p>	<p>A redacção foi alterada de forma a balizar melhor as situações em que, estando o processo em segredo de justiça, é solicitada acesso ou conhecimento de um documento ou acto.</p>
<p>6 - As pessoas referidas no número anterior ficam, em todo o caso, vinculadas pelo segredo de justiça.</p>	<p>10 - As pessoas referidas no número anterior são identificadas no processo, com indicação do acto ou documento de cujo conteúdo tomam conhecimento e ficam, em todo o caso, vinculadas pelo segredo de justiça.</p>	<p>Alargamento do âmbito subjectivo do segredo de justiça.</p>
<p>7 - A autoridade judiciária pode autorizar a passagem de certidão em que seja dado conhecimento do conteúdo de acto ou de documento em segredo de justiça, desde que necessária a processo de natureza criminal ou à instrução de processo disciplinar de natureza pública, bem como à dedução do pedido de indemnização civil.</p>	<p>11 - A autoridade judiciária pode autorizar a passagem de certidão em que seja dado conhecimento do conteúdo de acto ou de documento em segredo de justiça, desde que necessária a processo de natureza criminal ou à instrução de processo disciplinar de natureza pública, bem como à dedução do pedido de indemnização civil.</p>	<p>A redacção do número manteve-se inalterada.</p>

<p>8 - Se o processo respeitar a acidente causado por veículo de circulação terrestre, a autoridade judiciária autoriza a passagem de certidão:</p> <p>a) Em que seja dado conhecimento de acto ou documento em segredo de justiça, para os fins previstos na última parte do número anterior e perante requerimento fundamentado no disposto no artigo 72.º, n.º 1, alínea a);</p> <p>b) Do auto de notícia do acidente levantado por entidade policial, para efeitos de composição extra-judicial de litígio em que seja interessada entidade seguradora para a qual esteja transferida a responsabilidade civil.</p>	<p>12 - Se o processo respeitar a acidente causado por veículo de circulação terrestre, a autoridade judiciária autoriza a passagem de certidão:</p> <p>a) Em que seja dado conhecimento de acto ou documento em segredo de justiça, para os fins previstos na última parte do número anterior e perante requerimento fundamentado no disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 72.º;</p> <p>b) Do auto de notícia do acidente levantado por entidade policial, para efeitos de composição extrajudicial de litígio em que seja interessada entidade seguradora para a qual esteja transferida a responsabilidade civil.</p>	<p>A redacção do número manteve-se inalterada.</p>
<p>9 - O segredo de justiça <u>não prejudica</u> a prestação de esclarecimentos públicos:</p> <p>a) Quando necessários ao restabelecimento da verdade e sem prejuízo para a investigação, a pedido de pessoas publicamente postas em causa;</p> <p>b) Excepcionalmente, nomeadamente em casos de especial repercussão pública, quando e na medida do estritamente necessário para a reposição da verdade sobre factos publicamente divulgados, para garantir a segurança de pessoas e bens e para evitar perturbação da tranquilidade pública.</p>	<p>13 - O segredo de justiça <u>não impede</u> a prestação de esclarecimentos públicos pela autoridade judiciária, quando <u>forem necessários ao restabelecimento da verdade e não prejudicarem a investigação</u>:</p> <p>a) A pedido de pessoas publicamente postas em causa; <u>ou</u></p> <p>b) Para garantir a segurança de pessoas e bens ou a tranquilidade pública.</p>	<p>A redacção do número foi alterada estabelecendo o não impedimento de esclarecimentos quando necessários para o restabelecimento da verdade e que não prejudiquem a investigação, nos casos das alíneas a) e b).</p>

Ao regime do segredo de justiça eram apontadas diversas críticas que podem ser divididas em dois grupos principais: as críticas apontadas à vertente interna e as críticas apontadas à vertente externa do segredo de justiça.

O segredo de justiça, na sua vertente interna, era criticado essencialmente por fragilizar a defesa do arguido. Ora, se o arguido ficava impedido de consultar os autos por via da imposição do segredo de justiça interno, consequentemente, não podia preparar a sua defesa porque não tinha conhecimento do processo na íntegra, coarctando-se deste modo parte dos seus direitos processuais<sup>64</sup>.

À vertente externa do segredo de justiça, eram apontadas críticas de outra ordem, mas não menos duras.

O segredo de justiça externo foi e ainda é, nos casos em que é imposto, visto como elemento repressivo da liberdade de imprensa, liberdade de expressão e informação (na sua tríplice configuração como direito de informar, ser informado e informar-se) enquanto direitos constitucionalmente consagrados e consequentemente uma obstrução ao cumprimento da função social dos media.

Outra crítica apontada ao segredo de justiça na vertente externa e decorrente desta primeira, era o facto de não existir uma regulação eficiente do acesso dos meios de comunicação social ao processo (Ferreira Leite, 2010).

De facto, não raras as vezes se criavam e ainda criam, conflitos de interesses entre os media, os sujeitos processuais, o MP, os órgãos de polícia criminal e os restantes operadores judiciais, em virtude da publicação de notícias sobre processos em segredo de justiça, de nomes de suspeitos ou vítimas ou de outros dados constantes dos autos e que na maioria das vezes conduziam e ainda conduzem a um julgamento em praça pública ou “*trial by newspaper*” (Silva, 2007: 35 a 53).

A impunidade da violação do segredo de justiça por parte dos jornalistas avolumava o rol de críticas apontadas ao funcionamento do respectivo regime, ao ponto de ser afirmado “que tal violação se encontrava institucionalizada” (Leite, 2006: 561 *apud* Silva, 2010: 1164). A violação do segredo de justiça encontrava-se, por isso, faticamente legitimada e comumente aceite quando estivesse em causa a aquisição da notícia ou material para a notícia.

---

<sup>64</sup> Cfr. neste âmbito o artigo 61.º do Código do Processo Penal.

Assim, existia segredo de justiça, mas na prática era como se não existisse, nem vigorasse esse regime na ordem jurídica portuguesa, porque simplesmente não havia, nem há, um cumprimento do segredo de justiça e a violação do mesmo é comumente aceite.

Com a reforma de 2007, pretendia-se superar as críticas apontadas ao segredo de justiça por diversos sectores, consagrando-se maior amplitude à publicidade do processo e limitando o âmbito do segredo de justiça.

A regra passa a ser a publicidade do processo, em fase de inquérito entenda-se, e o segredo de justiça a respectiva excepção.

Na configuração pós-reforma 2007, o segredo de justiça sofreu uma profunda reformulação, tendo sido consagradas diversas alterações.

O segredo de justiça, na sua vertente interna fica desde logo limitado, porquanto passa ser permitida a consulta dos autos por parte dos sujeitos processuais, desde que não haja prejuízo para a investigação criminal (artigo 276.º, “ex vi” n.º 6 do artigo 89.º).

Quando esteja em causa um processo em segredo de justiça e desde que o MP não se oponha, é permitido o acesso aos autos para consulta de elementos, obtenção de extractos ou certidões, mediante requerimento do arguido, assistente, ofendido, lesado e responsável civil.

Havendo oposição do MP a esta pretensão, o requerimento é presente ao JIC, que decide por despacho irrecorrível, mediante a ponderação dos interesses da investigação e do requerente.

Neste caso, o juiz deve ponderar entre os interesses da investigação tal qual como configurados pelo MP e os interesses do requerente, não devendo por isso ajuizar somente os interesses da investigação *per se*.

Findos os prazos do inquérito estatuídos no artigo 276.º do CPP, cessa o segredo de justiça, podendo, a partir desse momento, o processo ser consultado pelos sujeitos processuais.

Até à reforma de 2007 os prazos estabelecidos no artigo 276.º do CPP eram meramente ordenadores, no entanto, após a reforma, esses mesmos prazos perderam a natureza meramente indicativa, passando o seu incumprimento a acarretar consequências processuais.

Actualmente o desrespeito pelos prazos enunciados acarreta o fim do segredo de justiça e como foi anteriormente referido confere a hipótese de consulta dos autos com

fundamento na possibilidade das partes processuais poderem auxiliar na descoberta da verdade, ora contribuindo para a prova, ora requerendo diligências<sup>65</sup>.

Não obstante esta solução legalmente consagrada, ainda é possível ao MP, mediante requerimento ao Juiz de Instrução Criminal, prolongar durante mais três meses o segredo de justiça, ou numa outra perspectiva adiar o acesso aos autos.

Presentemente a publicidade externa ou interna, na fase de inquérito, fica então apenas limitada a dois casos:

1. Através de despacho judicial, solicitado mediante requerimento do MP ou dos sujeitos processuais e estando em causa interesses da investigação ou direitos fundamentais dos sujeitos ou participantes processuais.
2. Estando em causa interesses da investigação, o MP decide através de despacho, dependente de validação judicial, manter o segredo de justiça.

No que se refere ao âmbito subjectivo do segredo de justiça, a redacção anterior à reforma de 2007, originava divergências no entendimento doutrinário do alcance desse mesmo âmbito subjectivo.

Na redacção anterior a 2007 a doutrina dividia-se quanto ao entendimento relativamente ao âmbito subjectivo do artigo 371.º do C.P., que se refere ao crime de violação do segredo de justiça.

Parte da doutrina entendia que o âmbito subjectivo do artigo supra referido não abrangia os jornalistas e outra parte da doutrina considerava que o respectivo âmbito subjectivo abrangia os jornalistas, ou seja, que os jornalistas também estavam vinculados ao segredo de justiça e que por isso poderiam cometer o crime decorrente da violação do mesmo.

A revisão terminou com a querela doutrinária através da alteração do artigo 86.º, sendo que actualmente a doutrina considera unanimemente, com base na actual redacção deste artigo em conjugação com o artigo 371.º, que os jornalistas estão vinculados ao segredo de justiça, mediante a sua inclusão no âmbito subjectivo do segredo de justiça e que por isso podem cometer o crime de violação do segredo de justiça.

O actual regime do segredo de justiça ou regime de publicidade do processo<sup>66</sup> consagra em toda a sua plenitude a regra da publicidade.

---

<sup>65</sup> A este propósito invocamos o Tribunal da Relação do Porto ao indicar “ (...) que aquele prazo de 8 meses é meramente indicativo: poderá sê-lo para efeitos de investigação; porém, o mesmo tem desde logo a especialidade de impedir que os autos se mantenham sob segredo de justiça, uma vez findo o mesmo, ou ultrapassado o requerido prazo de prorrogação por mais 3 meses (...)” (2008: Acórdão n.º 0747210).

Presentemente a regra é a publicidade do processo, sendo que apenas em alguns casos haverá lugar para a aplicação do segredo de justiça, cuja validação dependerá sempre do JIC<sup>67</sup>.

O JIC validará o segredo de justiça, quando tal seja requerido pelo MP, arguido assistente ou ofendido, quando esteja em causa a protecção da investigação ou direitos dos sujeitos ou participantes processuais. Para que haja validação do segredo de justiça por parte do JIC, sendo este um acto da sua competência, os fundamentos para aplicação desse mesmo segredo de justiça, bem como os interesses que lhe servem de base deverão ser minimamente indicados, ou seja, têm de ser indicados em concreto as razões e os elementos que fundamentam a aplicação do segredo de justiça naquele processo em concreto, não bastando uma invocação de fundamentos de cariz geral e abstracto.

Enquanto acto decisório do JIC, validação da aplicação do segredo de justiça obriga a uma análise dos fundamentos invocados e não se bastando com uma análise meramente formal, tendo em conta a importante função do JIC, enquanto garante de direitos fundamentais.

Fora do âmbito das situações enunciadas o JIC, a pedido do MP, poderá ainda prolongar por um prazo máximo de três meses o segredo de justiça, prorrogável apenas uma vez só. O pedido de prorrogação de prazo deve ser sempre formulado “antes de expirado o prazo do inquérito previsto no art. 276.º do CPP” (Tribunal da Relação de Coimbra, 2004: Processo n.º 1224/04). Tal prorrogação de prazo, que poderá ser por um prazo máximo de seis meses, apenas poderá ocorrer “quando o acesso aos autos puser em causa gravemente a investigação, se a sua revelação criar perigo para a vida, integridade física ou psíquica ou para a liberdade dos participantes processuais ou vítimas do crime” (Tribunal da Relação de Coimbra, 2004: Processo n.º 1224/04).

Actualmente a invocação e aplicação do segredo de justiça apenas sobrevive para casos muito circunscritos, sendo a sua aplicação praticamente de carácter residual, quando os interesses em causa, sejam referentes à investigação, aos sujeitos ou participantes processuais, imponham a necessidade da aplicação do segredo de justiça.

---

<sup>66</sup> Temos em crer que faz mais sentido actualmente fazer referência ao regime da publicidade do processo e não ao regime do segredo de justiça, considerando que a sua aplicação (do segredo de justiça) é essencialmente residual e excepcional, sendo a regra a publicidade do processo.

<sup>67</sup> A validação do segredo de justiça por parte do JIC dependerá sempre de uma análise casuística.



#### **IV.2.1 - O segredo de justiça como instrumento de protecção da investigação**

Munidos dos conceitos e quadros legais do segredo de justiça e da fase de inquérito, durante a qual decorre a investigação, cabe então analisar os motivos por detrás da necessidade do segredo de justiça durante esta fase, concentrando a atenção no segredo de justiça como instrumento de protecção da investigação.

Qual a utilidade prática do segredo de justiça em sede de inquérito (investigação criminal), qual o seu sentido útil, em termos práticos para a protecção da investigação?

Estas questões são o ponto de partida a partir das quais se tentará descortinar a relação entre o segredo de justiça (na sua vertente externa e interna) e a investigação criminal.

No geral o segredo de justiça em sede de investigação criminal, visa acautelar quer interesses públicos quer interesses privados, mas por ora centra-se a análise no segredo de justiça como instrumento de protecção da investigação e por isso na protecção de um interesse público.

Primeiramente cumpre definir investigação criminal e os interesses da mesma, para posteriormente explanar a necessidade do segredo de justiça (interno e externo) enquanto instrumento de protecção da investigação, bem como o funcionamento do regime do segredo de justiça.

A investigação criminal, tal como o inquérito, define-se como o conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher as provas, no âmbito do processo. Assim, podem ser configurados como objectivos da investigação, a descoberta da verdade material dos factos que consubstanciam o crime, a descoberta dos agentes que o praticaram e a recolha e preservação da prova, de acordo e com respeito pelo legalmente estipulado e por todos os princípios de um Estado de Direito.

O êxito da investigação corresponde ao cumprimento dos objectivos supra enunciados e que são alcançados precisamente através da realização de todas as diligências necessárias ou que se afigurem como necessárias no caso concreto para a descoberta, recolha e preservação das provas que permitem a reconstrução do crime e a identificação dos seus agentes, sempre com respeito pelo legalmente estipulado e por todos os princípios de um Estado de Direito.

Note-se que o êxito da investigação não é, nem deve ser tido, como um interesse menor pois daqui decorre um julgamento mais justo e mais célere, bem como uma melhor administração da justiça, no interesse e em nome de todos os cidadãos<sup>68</sup> que desejam sentir-se seguros e que confiam no bom funcionamento da justiça, em suma “o acesso ao direito e tutela jurisdicional efectiva”<sup>69</sup>.

Como se referiu anteriormente, o segredo de justiça tem uma natureza claramente funcional, ou seja, apenas existe por força da função que desempenha, no caso ora em apreço por necessidade de protecção da investigação, que tem como fito a prossecução da justiça e a boa administração da mesma.

Mas em que medida contribui ou poderá contribuir o segredo de justiça para a protecção da investigação e para o êxito da mesma?

O segredo de justiça é claramente essencial para a protecção da investigação, sendo normalmente requerido nos casos de criminalidade grave, criminalidade económico-financeira, criminalidade violenta ou organizada.

Partindo da premissa de que o segredo de justiça é essencial para a protecção da investigação e que normalmente é apenas requerido em casos extremos, cumpre dividir a resposta, à questão supra enunciada, em duas partes, por um lado centrando a análise na vertente interna do segredo de justiça e por outro lado na sua vertente externa.

Quer na sua vertente interna quer na sua vertente externa, o segredo de justiça serve para acautelar ou defender interesses públicos em sede de investigação criminal, ou seja, em sede de inquérito.

O segredo é fundamental para a investigação, é aquilo mesmo que serve de justificação ao próprio inquérito” (2009: Recurso Penal n.º 6093/08), assim o refere o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, pelo deverá o MP estabelecer o segredo de justiça sempre que “os interesses da investigação ou os direitos dos sujeitos processuais o justifiquem” (Tribunal da Relação do Porto, 2008: Processo n.º 2007/08-4).

Na sua vertente interna, o segredo de justiça vincula os sujeitos processuais, limitando o tempo e a forma em que os mesmos terão acesso ao processo, servindo desde logo para acautelar as provas que já constam dos autos ou futuras provas, para garantir a segurança das testemunhas e/ou até do próprio arguido.

---

<sup>68</sup> Conforme enunciado no art. 202.º da CRP que refere a administração da “Justiça em nome do povo”.

<sup>69</sup> Invocamos a este propósito o artigo 20.º da CRP., em especial a respectiva epígrafe que sintetiza direitos fundamentais e que responde a um desejo de justiça e que se faça justiça, sentido por todo e qualquer cidadão.

O segredo de justiça ao impedir o acesso aos autos, previne que os sujeitos processuais envolvidos tenham conhecimento de determinadas diligências e com base nesse mesmo conhecimento possam de alguma forma subtrair, alterar ou impedir que determinadas provas cheguem ao conhecimento do MP.

Centremos a atenção nalguns exemplos práticos que permitirão trazer alguma clareza ao raciocínio ora explanado.

Pensemos num processo com três arguidos, cinco assistentes e oito testemunhas. Um dos arguidos toma conhecimento de uma diligência que poderá eventualmente ser decisiva no que se refere à prova da sua culpa, ilibando, no entanto, os outros dois arguidos.

Que fará então o arguido realmente culpado?

Não tentará ele, com base no instinto de sobrevivência, frustrar essa mesma diligência ou eventualmente tentar deturpar ou subtrair a prova de algum modo?

Respondendo a esta questão são elucidativas as palavras de Souto Moura, citado pelo Tribunal da Relação do Porto, ao referir que “ao suspeito ou arguido que tenha sido autor de um crime, não interessa, em regra, a descoberta da verdade. Interessar-lhe-á, sim, o maior benefício pessoal possível, o que pode passar pela destruição de provas ou por dificultar o acesso às mesmas” (Souto Moura, 2002, p. 77 *apud* Tribunal da Relação do Porto, 2007: Processo n.º 2007/08-4).

De igual modo, e mais recentemente o Tribunal da Relação de Lisboa reforçou o entendimento da necessidade de acautelar prova indicando que “ (...) é indiferente se o arguido foi ou não já constituído como tal nos autos e se tem ou não já total conhecimento de todos os elementos probatórios que aí se mostram consignados, pois o que importa acautelar é que não tenha conhecimento dos meios investigatórios que ainda poderão vir a ser produzidos (e cuja iniciativa cabe, em exclusivo, ao Ministério Público), de forma a que não possa obstar a que se produzam ou alterar os seus resultados (...) e que “ (...) a sujeição a segredo de justiça de inquérito com arguido já constituído pretende evitar precisamente que se mostre possível a suspeita de que o arguido teve os meios e a possibilidade de adulterar ou impedir a produção da prova ainda a realizar, sendo que essa mera eventual possibilidade de suspeita também não beneficia o próprio arguido pois, ainda que não realize efectivamente qualquer actividade em tal sentido, sustenta a existência permanente de dúvida quanto ao facto de poder ter tido intervenção na tentativa de obstar a que se alcançasse o apuramento da verdade material”. (2016: Proc. n.º 2508/15.4T9SXL-A.L1).

Retomando o exemplo, vejamos a situação da perspectiva dos assistentes. Suponhamos que um dos assistentes em causa é inimigo de longa data de um dos arguidos e, que no decorrer da investigação será feita uma diligência nos arredores da casa desse mesmo arguido, não poderá eventualmente esse mesmo assistente, procurar “oferecer novas provas”<sup>70</sup>?

Neste aspecto são também válidas as palavras de Souto Moura, embora aplicadas no sentido inverso e que tão bem explicam o comportamento mais provável de se registar, ou seja o grau de probabilidade de o referido assistente poder “oferecer novas provas” é elevado.

Centrando a atenção no mesmo exemplo, mas desta feita na óptica das testemunhas, até que ponto estará uma testemunha capaz de seguir para julgamento, tendo sido eventualmente contactada por um arguido ou um assistente?

Até que ponto o seu testemunho será fidedigno quando obnubilado pelo medo ou pela compaixão?

Invocamos a declaração de voto vencido de Luís Augusto Teixeira (Tribunal da Relação do Porto, 2009: Recurso Penal n.º 6093/08) que constatou a necessidade do processo se manter em segredo de justiça, face às ameaças feitas à vítima, nomeadamente com armas de fogo.

Temos em crer que nenhuma testemunha ou assistente face aos olhares intimidadores do arguido, face a ameaças à sua integridade física ou até a um olhar mais cerrado do defensor do arguido, quererá continuar a fazer parte da marcha processual.

Novamente neste caso o processo poderia e, provavelmente perderia elementos de prova essenciais, nomeadamente a prova testemunhal. Note-se que em processos onde a prova testemunhal é crucial para a descoberta da verdade material, tal acontecimento poderia prejudicar gravemente a investigação.

Consideramos que todas estas questões são pertinentes e que podem muito bem decorrer em sede de investigação, em crimes cujo segredo de justiça seja efectivamente necessário e, não seja estabelecido ou seja descurado, sendo possível por isso o acesso dos sujeitos processuais aos autos.

É possível equacionar tantas hipóteses quantas aquelas que a imaginação humana permite, sendo certo que a subtração ou a alteração de prova está muito mais facilitada nos casos em que a criminalidade é complexa e altamente organizada, ou

---

<sup>70</sup> “Oferecer novas provas” deve ser entendido no sentido de colocar falsas provas à disposição MP.

então em que o próprio crime para lá dos danos imediatos gera sequelas que apenas o tempo deixa a descoberto.

Nos casos de criminalidade complexa e altamente organizada torna-se praticamente impossível *ab initio* gizar uma estratégia de investigação definitiva e todas as diligências que vão ser efectuadas, ou até prever toda a investigação do início ao fim, tendo em conta todas as múltiplas variáveis e intervenientes envolvidos (vários arguidos, arguidos com algum poder económico ou social ou altamente concertados nas suas acções criminosas), pelo que a descoberta de prova obriga a um esforço adicional que não é necessário nos casos de crimes “mais simples”, como por exemplo no caso de um roubo com detenção em flagrante delito, cometido apenas por um único agente.

Nestes casos, deve impor-se o segredo de justiça interno que serve precisamente para acautelar a prova e proteger as testemunhas, garantido que nada se perde no decorrer da investigação e que esta é levada a bom termo, cumprindo os seus objectivos.

As palavras de Frederico Lacerda da Costa Pinto são elucidativas ao referir que “não há investigação criminal bem-sucedida, em especial na criminalidade organizada, complexa ou sofisticada, sem uma envolvente mínima de segredo e não pode haver uma acusação seriamente sustentada se, antes de a mesma ser deduzida, a investigação de apoio tiver sido confrontada com manipulação ou destruição das provas, adulteração dos factos e ocultação de eventuais testemunhas” (Pinto, 2004: 70, *apud* Tribunal da Relação do Porto, 2009: Recurso Penal n.º 6093).

Contra o segredo de justiça interno e, no que se refere em específico à sua função de protecção da investigação, têm sido erigidos diversos argumentos baseados nos princípios da igualdade de armas, do direito de defesa (que sintetiza diversos princípios, mas que por questões da sua especial relevância no ordenamento jurídico nacional e internacional é equacionada autonomamente por alguns autores<sup>71</sup>) e do contraditório.

Temos em crer que não obstante a importância de tais princípios, os argumentos recorridos a partir dos mesmos acabam por perder um pouco o seu vigor quando equacionados ao lado do segredo de justiça e da sua função. Não queremos com isto significar que tais princípios ou direitos que deles decorrem sejam menores face aos interesses acautelados pelo segredo de justiça, mas tão-somente que se deve atentar, com base numa análise casuística, até que ponto a invocação desses mesmos direitos

---

<sup>71</sup> Nomeadamente por Germano Marques da Silva.

não servirá interesses ilegítimos. Sublinhamos o facto de ser sempre necessária uma análise casuística, de ponderação dos concretos valores em causa.

A este propósito são relativamente esclarecedoras as palavras de Cândida Almeida, aquando da sua intervenção na Conferência “Investigação criminal e segurança” (Marcelino, 2010), ao criticar o facto de os arguidos por vezes fazerem uso dos seus direitos de forma abusiva, atrasando por isso a marcha do processual penal em causa, citando como exemplo o processo “Portucale”.

Cumprе então analisar, ainda que a breve trecho, os argumentos extraídos desses mesmos princípios.

O princípio da igualdade está constitucionalmente consagrado e implica que seja dado “tratamento igual a situações essencialmente iguais e tratamento desigual a situações desiguais” (Tribunal da Relação de Coimbra, 2004: Processo n.º 1224/04), por sua vez o princípio da igualdade de armas pressupõe a igualdade entre defesa e acusação, arguido e Ministério Público.

No entanto, e conforme referido no Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, tal não implica um “tratamento de igualdade matemática no que concerne aos direitos, faculdades e deveres atribuídos ao Ministério Público e ao Arguido” (2004: Processo n.º 1224/04), desde que seja respeitado e cumprido “princípio da igualdade constitucionalmente consagrado” (*ibidem*).

De facto, não é suposto que arguido e Ministério Público estejam no mesmo patamar no que se refere a disporem dos mesmos instrumentos ou meios de defesa das respectivas posições, ou seja, a igualdade não se mede por ambos terem os mesmos meios, mas que esses instrumentos, diferentes na sua essência, pois também o é a posição destes sujeitos processuais, forneçam meios efectiva e igualmente eficazes de defesa da tese, seja de acusação ou de defesa.

Ilustrando o que ora tentamos explanar, chamamos à colação o raciocínio tecido por Santos Cabral que entende que a cada dever do Ministério Público corresponde um direito do arguido<sup>72</sup>. Assim sendo ao direito ao silêncio do arguido corresponde o “dever de objectividade orientado para a descoberta da verdade (Cabral, s.d.: 12-15), à presunção de inocência do arguido corresponde o ónus da prova da culpa por parte do Ministério Público, e por último o Ministério Público aquando da demanda pela

---

<sup>72</sup> Reportamo-nos ao seguinte “O Ministério Público tem um dever de objectividade orientado para a descoberta da verdade, o arguido tem o direito ao silêncio, a acusação tem o ónus da prova o arguido goza da presunção de inocência, o Ministério Público investiga e pode actuar no interesse exclusivo do arguido a defesa tem o direito de agir unilateralmente”. (Cabral, s.d.: 12-15).

descoberta da verdade pode actuar no interesse do arguido, no entanto este último actuará sempre no seu próprio interesse, seja este a descoberta ou não da verdade.

Retomando o exemplo já esboçado, facilmente se chegará à conclusão que o arguido verdadeiramente culpado não oferecerá quaisquer provas aos autos que o incriminem e, nesse caso não estaremos também perante uma situação em que não há igualdade de armas?<sup>73</sup> Afinal esse arguido terá eventualmente na sua posse a prova do crime.

Ainda na refutação do princípio da igualdade de armas, como argumento contra o segredo de justiça interno, podem ser invocados os direitos enunciados no artigo 61.º, em especial as alíneas a) e g) que permitem ao arguido participar nos actos processuais que directamente lhe digam respeito e ainda oferecer provas aos autos e requerer diligências.

Relativamente aos argumentos discorridos a partir dos princípios do direito à defesa<sup>74</sup> e do contraditório, temos também em crer que uma análise mais atenta permite a sua refutação.

Quanto ao direito à defesa, o seu conteúdo mínimo estará sempre assegurado contando que seja dado a conhecer ao arguido os elementos necessários à sua defesa. No caso de ser concedido o acesso ao processo com base no artigo 89.º do CPP, conforme sucede actualmente, ficará sempre assegurado o direito à defesa do arguido.

Note-se ainda que o arguido dispõe sempre do exercício do contraditório em sede de instrução (quando requerida), em sede de julgamento ou até em sede de recurso, ainda que não o possa fazer no inquérito (quando não haja prisão preventiva, pois a haver há exercício do contraditório relativamente a essa medida de coacção e aos seus fundamentos), afinal não cabe no âmbito deste o último (entenda-se no âmbito do inquérito) o julgamento dos factos, mas tão-somente a recolha de prova.

A tese ora defendida relativamente a esta questão, segredo de justiça, igualdade de armas, direito defesa do arguido, e princípio do contraditório, vai de encontro ao decidido pelo TEDH no julgamento Lamy Vs. Reino da Bélgica<sup>75</sup>.

---

<sup>73</sup> Contra os exemplos esboçados pode ser invocado o princípio da presunção da inocência, no entanto temos em crer que tal argumento não procede em virtude de o arguido continuar a ser reportado como inocente, em sede de julgamento, pois o ónus da prova da culpa cabe à acusação e em caso de dúvida prevalecerá sempre o princípio *in dubio pro reu*.

<sup>74</sup> José Lobo Moutinho defende a ideia de que o segredo de justiça na sua vertente interna é desde logo uma restrição ao direito de defesa do arguido, conforme ora explanado não partilhamos de tal opinião. (Moutinho, 2008).

<sup>75</sup> O julgamento Lamy Vs. Reino da Bélgica foi o primeiro de uma jurisprudência uniforme do TEDH (julgamentos Lietzow Vs. Alemanha e Garcia Alva Vs. Alemanha), que viria a inspirar a jurisprudência

Neste julgamento, o Tribunal decidiu por unanimidade, que não era respeitado o princípio da igualdade de armas no caso em que o Ministério Público não permitisse ao arguido ou ao advogado de defesa conhecer o conteúdo dos autos, na parte onde estavam consignados os elementos que serviam para a fundamentação da manutenção da prisão preventiva. Sendo também entendimento daquele Tribunal que fora deste âmbito pareceria não haver violação dos princípios supra mencionados.

Temos em crer que desta forma os argumentos discurridos a partir do princípio da igualdade de armas, direito de defesa do arguido e princípio do contraditório não podem, nem devem ser logicamente validados, tendo em conta que apesar do arguido não dispor dos mesmos direitos, faculdades ou deveres que o Ministério Público, dispõe de outras formas de defesa. O arguido poderá sempre desencadear os mecanismos anteriormente enunciados, sendo desta forma respeitado o princípio da igualdade de armas, o direito de defesa do arguido e o princípio do contraditório.

Após a análise do segredo de justiça interno como instrumento de protecção da investigação, é tempo de se analisar o segredo de justiça, também como instrumento de protecção da investigação, mas desta feita na sua vertente externa.

Recordemos a este propósito um pouco do já referido aquando do enquadramento geral do segredo de justiça, procurando, no entanto, dar-lhe corpo e fundamentação à luz da sua instrumentalização como elemento de protecção da investigação.

O segredo de justiça externo visa impedir a divulgação ou publicação do todo ou em parte de qualquer acto, documento ou elemento que faça parte do processo, por qualquer pessoa que tenha conhecimento de tal ou que tenha tido de alguma forma (seja ela qual for) acesso ou contacto com o processo.

Ao abranger no seu âmbito subjectivo os jornalistas, o segredo de justiça na sua vertente externa tem por fito impedir a divulgação, em especial pelos media, das diligências já efectuadas, de qual o rumo das investigações ou quais os eventuais suspeitos, de forma a proteger a busca da verdade e das provas, bem como impedir a subtracção dessas mesmas provas pelos arguidos ou até a coacção das testemunhas.

A divulgação, pelos media, das diligências já efectuadas ou a efectuar, poderá conduzir a alguma das situações supra mencionadas: ocultação, subtracção ou alteração da prova, coacção das testemunhas ou dos assistentes.



No domínio da protecção da investigação, o segredo de justiça na sua vertente externa revela-se bastante importante pois permite que a investigação decorra de forma serena e independente, distanciada de pressões por parte da opinião pública, de especulações que surgem por vezes através dos media ou até de intromissões, sejam estas de populares indignados ou de media em busca de mais notícias.

Esboçamos um último exemplo para clarificar a importância do segredo de justiça na sua vertente externa, enquanto elemento de protecção da investigação.

Pensemos então no caso de uma rede de tráfico de estupefacientes com ligações à Polónia, cujo “cabecilha”, de nacionalidade americana, se encontrava escondido em Oliveira de Azeméis ou em Carrazeda de Anciães e que os media, na avidez de divulgarem a informação, constroem uma notícia cujo título sintetizava parte desta informação, “Investigação de rede de tráfico de americano, com ligações à Polónia”.

O “cabecilha” rapidamente descobriria que estariam no seu encalce e trataria de, com a maior brevidade possível, ocultar provas e/ou sair do país. Rapidamente uma notícia ou o título de uma notícia poderia colocar em causa a investigação já efectuada e a ser feita, bem como as provas adquiridas até ao momento, e ainda impossibilitaria a investigação de toda a rede envolvida.

Poderíamos equacionar uma série de exemplos deste género, mas temos em crer que o fornecido é bastante elucidativo da necessidade do segredo de justiça, na sua vertente externa, enquanto elemento de protecção da investigação e por isso mesmo do interesse público em que se faça justiça.

Invocamos por último o julgamento Fitt. C. Reino Unido, em que o TEDH decidiu de forma diferente do habitual. Neste julgamento cuja problemática se centrou em torno da igualdade de armas em processo penal e a necessidade de não divulgação de alguns elementos recolhidos pela acusação, o Tribunal avançou com importantes argumentos que permitem a defesa do segredo de justiça, enquanto instrumento de protecção da investigação.

O TEDH considerou que por vezes, a necessidade de salvaguardar a investigação policial ou elementos de prova recolhidos, obriga a que estes não sejam divulgados, inclusive ao próprio arguido, contando que sejam respeitados o direito à defesa e ao contraditório. Este acórdão será oportunamente dissecado adiante, por ora importa apenas reter esta breve referência.

O segredo de justiça, enquanto elemento de protecção da investigação, não é desprovido de sentido. Ao contrário do defendido por algumas vozes, a sua importância

consubstancia-se na justiça necessária ao caso concreto e não num mero e simples raciocínio lógico dedutivo de somatório ou subtração de direitos e deveres.

#### **IV.2.2 - O segredo de justiça como instrumento de salvaguarda de direitos**

O segredo de justiça, para além da sua função de protecção da investigação, surge ainda como um instrumento de salvaguarda de direitos individuais que podem ir desde a presunção da inocência até à integridade física, passando claro está pelo direito ao bom nome e à reserva da intimidade da vida privada e familiar.

Nem todos os direitos supra mencionados se referem ou são apenas invocáveis pelo arguido, mas também pelas testemunhas e pelos assistentes, assim sendo tentaremos, tanto quanto possível equacionar alguns exemplos relativamente a cada um dos intervenientes ora mencionados.

Cumprе então elencar os direitos que poderão e deverão ser salvaguardados através do segredo de justiça: a presunção de inocência, direito à honra, bom nome e reputação, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à integridade física.

A presunção da inocência é claramente apenas invocável pelo arguido (ou suspeito) e, embora não esteja plasmada no Código Penal nem no Código de Processo Penal, tem a sua sede na CRP, mais concretamente no artigo 32.º.

No artigo supra mencionado é referido que o arguido se presume inocente até ao trânsito em julgado da sentença de condenação, o que significa por um lado que não cabe ao arguido fazer prova da sua inocência, mas que compete à acusação fazer prova da sua culpa e que por outro lado em caso de dúvida da culpabilidade do arguido será sempre aplicável e prevalecerá sempre o princípio *in dubio pro reu*, ou seja, em caso de dúvida o arguido deverá ser absolvido.

Mas de que maneira o segredo de justiça tutela ou poderá tutelar a presunção de inocência?

Em sede de investigação criminal, as suspeitas da prática do crime e do respectivo agente ainda são incipientes, são apenas e tão-somente uma mera suspeita e não uma certeza ou uma condenação em sede de julgamento. Como tal o arguido não pode ser reportado como culpado nem lhe pode ser imputada essa conduta (a conduta criminosa) a título definitivo e com certeza.

O segredo de justiça, quer na sua vertente interna, quer na sua vertente externa ao não permitir o conhecimento do conteúdo de algumas partes ou em todo do processo, bem como ao impedir a sua divulgação, impossibilita que sejam conhecidas e divulgadas meras suspeitas que ainda não foram discutidas, argumentadas e devidamente provadas em sede de julgamento.

Ao impedir este conhecimento e a sua divulgação impede-se os julgamentos em praça pública e respectiva condenação do arguido pela opinião pública<sup>76</sup> que por diversas vezes funcionam como autênticas máquinas de demolição da presunção da inocência do arguido, cujo bom nome, honra e reputação ficam para todo o sempre marcados<sup>77</sup>.

Ainda que o arguido venha a ser absolvido, por não se considerarem provadas as acusações contra ele feitas, a opinião pública e a memória colectiva têm por tendência registar o que é negativo, assim como qualquer ser humano, pelo que ainda que seja divulgada a notícia sobre a absolvição permanecerá sempre na memória do colectivo a dúvida.

Acresce ainda que por vezes os termos ou a forma em que tal notícia (a da absolvição) é fornecida não permite que se perceba a motivação do Tribunal subjacente à decisão de absolvição, o que agudiza ainda mais a dúvida pendente sobre a cabeça do arguido e o olhar de desconfiança da comunidade. A pessoa que é o arguido já não será mais reputado como inocente perante a comunidade, será para todo sempre o arguido do processo X, Y ou Z.

O segredo da justiça, para além de salvaguardar a presunção de inocência do arguido, tutela ainda o direito à honra, bom nome e reputação (Tribunal da Relação do Porto, 2008: Processo n.º 4491/08), direitos que se encontram constitucionalmente previstos nos artigos 25.º e 26.º da CRP e que tanto podem ser invocados pelo arguido como pelos assistentes ou até pelas testemunhas.

O artigo 25.º da CRP postula a inviolabilidade da integridade moral e física das pessoas, sendo que o artigo 26.º, também da CRP, reconhece a todos o direito ao bom

---

<sup>76</sup> O já referido “trial by newspaper”.

<sup>77</sup> A este propósito invocamos Sofia Pinto Coelho que explica, citando Manuel Alves Teixeira que “ (...) “Um indivíduo que seja sujeito a um julgamento com cobertura jornalística, televisiva e radiofónica igual à do Padre Frederico, mesmo que seja absolvido, fica “marcado” para toda a vida (...). Curiosamente, este relato só prejudica os arguidos com estatuto nas classes políticas, económica, social, religiosa, já que ninguém se lembra de relatar os crimes de homicidas ou dos homossexuais deste país, o que não deixa de ter o seu quê de injusto e de desigual para os primeiros” (Alves Teixeira, *apud* Coelho, 2005: 19-20).

nome<sup>78</sup> e reputação, decorrendo de ambos os preceitos constitucionais o valor dos bens jurídicos em causa que clamam pela tutela do direito penal<sup>79</sup> aquando da sua violação.

O bom nome e a reputação estão inseridos no conceito amplo de honra, sendo que ambos representam o *feedback* social da pessoa, ou seja, o seu valor social e como é vista pelos seus pares.

A palavra honra, tem na sua origem o vocábulo latino *honor*, que significa a imagem que cada um tem de si próprio, da sua pessoa, tomando por medida de avaliação a honestidade e as regras morais.

O direito supra enunciado, direito à honra, bom nome e reputação “consiste essencialmente no direito a não ser ofendido ou lesado na sua honra e dignidade ou consideração social” (Tribunal da Relação do Porto, 2007: Processo n.º 3371/07-2).

Mas de que forma o segredo de justiça tutela o direito à honra, ao bom nome e à reputação?

Foi referido anteriormente que o segredo de justiça, em ambas as vertentes, justifica-se na sua essência pelos direitos ou interesses que tutela, assumindo uma natureza claramente funcional. Entre os direitos tutelados pelo segredo de justiça encontram-se precisamente os direitos dos sujeitos ou participantes processuais, sendo que entre esses direitos está o direito à honra.

Em sede de processo penal, em especial durante o inquérito, a questão do direito à honra torna-se particularmente problemática para o arguido, enquanto figura central desse mesmo processo e principal elemento em torno do qual se gera alguma, se não bastante, especulação.

Durante o inquérito, são recolhidos indícios ou elementos de prova, ainda não há uma imputação definitiva dos factos à pessoa do arguido com base na comprovação da sua eventual culpa. É precisamente nesta fase, em que ainda não há tão-pouco despacho de pronúncia por parte do Ministério Público, que o segredo de justiça assume a sua importância enquanto elemento de protecção do direito à honra.

Associar o nome de uma determinada pessoa a um crime, a uma investigação ou à prática de um crime é no mínimo danoso para a sua honra, reputação e bom nome, assumindo-se o dano proporcionalmente maior quando essa associação ou divulgação é feita em plena praça pública, através e pelos media. Não mais essa pessoa será vista

---

<sup>78</sup> Refira-se de passagem que alguns países nórdicos os media dispõem de normas deontológicas que impedem a identificação dos arguidos pelo nome nas notícias que são veiculadas.

<sup>79</sup> No Livro II, Título I, Capítulo VI, do Código Penal estão previstos os crimes contra a honra.

pelos seus pares como uma pessoa de bem, irá sempre pairar sobre a mesma a desconfiança e a dúvida e, ainda que haja desmentidos em virtude dessa mesma pessoa ser ilibada, manter-se-á sempre a associação do seu rosto ao crime, ainda que não o tenha praticado efectivamente<sup>80</sup>.

A questão do direito à honra, bom nome e reputação também pode ser equacionada no que se refere aos assistentes ou testemunhas. Afinal estes antes de serem participantes processuais (que é uma condição transitória), são também pessoas e como tal, tem também o direito a não ver a sua honra, bom nome e reputação manchados em praça pública.

Quanto a estes participantes processuais, considerando o cariz da sua participação processual, o grau de probabilidade de que a sua honra, bom nome ou reputação sejam ofendidos é menor, ainda assim poderão ser formulados ou reproduzidos sobre a sua pessoa, juízos “ofensivos da sua honra ou consideração”<sup>81</sup>.

Outro direito, também protegido, em sede de processo penal, por via do segredo de justiça<sup>82</sup> e igualmente invocável quer pelo arguido quer pelos demais participantes processuais, é o direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar,

Este direito, cujo fundamento radica na dignidade da pessoa humana, é desde logo um direito fundamental reconhecido constitucionalmente no artigo 26.º da CRP.

O direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar não é um direito cuja noção seja de fácil definição em virtude do seu conteúdo variar casuisticamente consoante as pessoas envolvidas e a definição dos limites da vida privada e familiar.

Não obstante esta dificuldade, Gomes Canotilho e Vital Moreira iluminam o caminho ao indicar que “o direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar analisa-se principalmente em dois direitos menores: (a) o direito a impedir o acesso de estranhos a informações sobre a vida privada e familiar e (b) o direito a que ninguém divulgue as informações que tenha sobre a vida privada e familiar de outrem” (Gomes Canotilho e Vital Moreira *apud* Ministério da Justiça, 2004: PGRP0002317).

---

<sup>80</sup> Sobre este aspecto afiguram-se como pertinentes as palavras vertidas no Acórdão do Tribunal da Relação do Porto (2008: Processo n.º 4991/08), ao referir que após a notícia publicada em que há associação do arguido ao crime se segue “um julgamento e condenação antecipado, lançando desde logo sobre ele um labéu sem remissão que deixa feridas profundas que não mais cicatrizam, por mais remédios que sobre elas se apliquem, ainda que mais tarde venham a ser ilibados por ausência ou insuficiência de indícios ou provas, mesmo que sejam efectuados desmentidos nos mesmos meios de comunicação social.”

<sup>81</sup> Art. 180.º do CP.

<sup>82</sup> Remetemos a este propósito para o que já foi invocado aquando da explanação sobre o direito à honra, bom nome e reputação, tutelados por via do segredo de justiça conforme se retira da redacção do n.º 2 e 3 do artigo 86.º do CPP.

Tendo em consideração a ressalva anteriormente enunciada é possível, partindo então destes dois direitos menores supra indicados, definir o direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar.

O direito à reserva sobre a intimidade da vida privada consiste na protecção concedida à privacidade de cada um, no direito de manter longe dos olhares indiscretos a vida privada e íntima de cada pessoa e as informações e dados que daí resultam, bem como decidir a quem, como e onde podem ou não ser comunicados esses dados ou informações.

Definido o conceito de direito à reserva sobre a intimidade da vida privada, cumpre então explicitar de que forma este é acautelado e protegido pelo segredo de justiça, recorrendo novamente ao artigo 86.º do CPP.

Invocamos novamente o facto da existência e valor do segredo de justiça resultar da importância dos direitos e interesses que salvaguarda, sendo que entre esses direitos se encontra o direito à reserva sobre a intimidade da vida privada.

Estando o processo penal sob o desígnio do segredo de justiça não é possível a comunicação ou a divulgação de quaisquer elementos do processo, ou do processo no seu todo, o que inclui os dados ou informações que estejam no âmbito da reserva da intimidade privada, podendo esses dados ou informações serem referentes ao arguido ou aos demais sujeitos ou participantes processuais.

A não divulgação de elementos que se encontrem no âmbito da reserva da intimidade privada não é apenas do interesse do arguido, poderá também ser do interesse das vítimas, quando se esteja perante crimes de natureza ou cariz sexual, conforme referido no Acórdão do Tribunal da Relação do Porto<sup>83</sup>.

Foi referido anteriormente que não é fácil a definição do conceito de vida privada e do direito à reserva da mesma, sucedendo o mesmo com a extensão dessa mesma reserva, ou seja, que elementos da vida de cada um devem ser tidos como privados ou não. Esta definição torna-se ainda mais complicada quando estejam em causa figuras públicas, cuja notoriedade e exposição pública são geradoras de uma diminuição da esfera da sua vida privada.

---

<sup>83</sup> No acórdão do Tribunal da Relação do Porto é referido o interesse das vítimas no sigilo, por exemplo, estando em causa crimes contra a liberdade ou autodeterminação sexual. (2008: Processo n.º 2007/08-4, Rec. Penal, de 28 de Maio de 2008).

O preenchimento do âmbito da protecção do direito à reserva da vida privada dependerá sempre de uma análise casuística, de acordo com a notoriedade da pessoa envolvida, tendo sempre em consideração as directrizes do artigo 80.º do Código Civil.

Indica-nos este artigo no n.º 1 a regra geral de que “todos devem guardar reserva quanto à intimidade da vida privada de outrem”, estabelecendo no n.º 2 a excepção ao referir que “a extensão da reserva é definida conforme a natureza do caso e a condição das pessoas”. Não obstante a existência desta excepção e ainda que se trate de uma figura pública há sempre um limite mínimo da reserva da vida privada que deve ser respeitado.

A jurisprudência alemã encarregou-se de densificar este conteúdo mínimo criando assim a “teoria das três esferas”, que estabelece três diferentes níveis de intimidade ou privacidade.

Num primeiro nível, inviolável e totalmente secreto, está o que a pessoa tem de mais íntimo e privado, um pouco à semelhança de um quarto secreto que apenas o dono da casa tem a chave, e que apenas este pode abrir para espreitar e ver.

No segundo nível que se reporta à vida privada, encontram-se aos dados e informações sobre os quais é permitido o conhecimento a algumas pessoas consideradas de confiança, esta esfera pode ser representada por um quarto ao qual é permitido o acesso dos convidados.

Por seu turno, num terceiro nível que se refere à vida pública, encontram-se todos os dados e informações que podem ser do conhecimento de todos e que na maior parte das vezes são do conhecimento de todas as pessoas.

No caso de figuras públicas são admitidas excepções ao direito à reserva da vida íntima e privada. O primeiro nível de privacidade que se reporta ao que é de mais íntimo de cada pessoa terá de ser sempre respeitado, no entanto, os demais níveis que são também objecto de protecção, poderão ou não eventualmente sofrer alguma diminuição na protecção que lhes é concedida consoante a análise casuística feita.

Refira-se, ainda que de passagem, que também a Convenção Europeia dos Direitos do Homem concede protecção ao direito à intimidade, nomeadamente através do artigo 8.º.

No que se refere à integridade física do arguido e dos sujeitos ou participantes processuais de que forma o segredo de justiça proteger ou ressaltar este direito?

O artigo 86.º indica que o processo penal pode (ou deve) ficar sob o desígnio do segredo de justiça quando a publicidade prejudique os direitos do arguido e dos sujeitos

ou participantes processuais. Este artigo refere de forma muito ampla a noção de direitos, pelo que pode, deve e incluir-se neste catálogo de direitos o direito à integridade física.

O direito à integridade física surge desde logo proclamado em sede constitucional, mais concretamente no artigo 25.º, onde a integridade física e moral das pessoas é afirmada como sendo inviolável.

Por integridade física entende-se o “composto de integridade corporal e integridade psíquica” (Tribunal da Relação do Porto, 2010: Processo n.º 242/08.0GBVNF.P1), sendo que o direito à integridade física é o direito que cada um tem a não ver de forma alguma violadas a sua integridade corporal e psíquica.

Mas então de que forma o segredo de justiça poderá salvaguardar o direito à integridade física?

O segredo de justiça ao impedir o acesso aos autos e ao não permitir a divulgação de partes ou do processo no seu todo, previne a identificação, bem como o conhecimento de determinados dados do arguido e dos sujeitos ou participantes processuais.

Ao impedir o conhecimento de dados passíveis de identificação do arguido e dos sujeitos ou participantes processuais, evita-se potenciais situações de confronto, coacção ou de ameaça à integridade física dos envolvidos, que poderão eventualmente originar situações de ofensa à integridade física, seja a do arguido, dos participantes ou sujeitos processuais.

De forma a clarificar o raciocínio ora explanado recorreremos novamente a um exemplo prático. Durante o decorrer de uma investigação cujo arguido, é suspeito de ter cometido um crime de cariz sexual, a morada desse mesmo arguido, até então desconhecida pela população da localidade onde praticou o crime, é divulgada pelos media.

A população resolve tomar medidas face a este novo dado.... Qual será então o cenário que se segue?

Provavelmente uma demanda de justiceiros em busca de uma justiça digna da Lei de Talião, não?

Garantidamente, as pessoas, sejam os próprios visados pelos agentes que praticaram o crime, sejam populares procurarão justiça.

O exemplo mais paradigmático do que pretendemos ilustrar no presente subcapítulo foi o caso de James Bulger, no Reino Unido.



James Bulger, filho de Ralph e Denise Bulger, nasceu em 1990.

Numa ida ao centro comercial com a mãe, a 12 de Fevereiro de 1993, James de apenas dois anos é raptado por dois rapazes de dez anos – Jon Venables e Robert Thompson. James é levado pelos dois rapazes para fora do centro comercial, tendo sido brutalmente agredido e torturado até à morte<sup>84</sup>.

No decorrer da investigação, os media, divulgaram o nome de um suspeito, para além daqueles que vieram a ser declarados efectivamente culpados.

Esse suspeito, de nome Jamie, e a respectiva família, após divulgação de elementos identificativos dos mesmos nos media, tiveram de ser realojados com novas identidades. De facto, após a divulgação desses elementos identificativos, grande parte das pessoas que moravam em redor da casa de Jamie e da respectiva família, dirigiram-se a essa mesma casa no sentido de fazer justiça pelas próprias mãos, pelo que a família e o suspeito (note-se que não passou de um suspeito!) tiveram de ser realojados de forma a evitar mais ameaças à integridade física ou algo mais grave.

Os dois rapazes – Jon e Robert – acabariam por confessar o crime que horrorizou o Reino Unido, desvendando nas declarações à polícia (cerca de vinte entrevistas gravadas) parte dos actos de tortura a que submeteram James. O jornal *The Guardian* numa notícia recente referia que naquela data os jornais, ou seja, os media, procuraram reflectir o estado de espírito da nação rotulando os assassinos de “evil”, “beasts” e “bastards”<sup>85</sup>.

No decorrer do julgamento, as famílias, em especial as mães de ambos, bem como os próprios Jon e Robert, foram ameaçadas por populares, por justiceiros e toda a opinião pública do Reino Unido revoltou-se contra os dois rapazes e as respectivas famílias.

As famílias foram escrutinadas e as suas vidas completamente escancaradas nos media. Foram analisadas as estruturas familiares, a educação, o afecto na família, a escolaridade e todos os elementos que poderiam de alguma forma ter influenciado a formação de carácter dos dois rapazes.

---

<sup>84</sup> O detective responsável pela investigação não permitiu que fossem tiradas fotografias do local onde foi encontrado o corpo de James Bulger, nem do próprio corpo da criança de forma a proteger a mãe de James e a família enlutada.

<sup>85</sup> O original da frase no jornal *The Guardian* apresenta-se com a seguinte redacção “Newspapers sought to reflect the mood of the nation by labelling the killers variously as “evil”, “beasts” and “bastards”” (The Guardian, 2010)

Jon e Robert de apenas dez anos<sup>86</sup> foram condenados a um mínimo de oito anos, mas após o julgamento foi elaborada e subscrita uma petição por cerca de duzentas e oitenta mil pessoas, solicitando que os dois rapazes assassinos fossem presos para sempre o que gerou um aumento da pena para dez anos.

Em 2001, quando perfazem 18 anos de idade e após o cumprimento da pena<sup>87</sup> (que foi posteriormente reduzida para os iniciais oito anos), os dois rapazes são libertados. Aquando da sua libertação é decidido pela Juiz responsável pelo caso Elizabeth Butler-Sloss, após ameaças do pai de James Bulger, que fossem concedidas novas identidades a e total anonimato a Jon e Robert para que se pudessem reabilitar e recuperar para a vida em sociedade sem o peso do estigma e do medo<sup>88</sup>.

Esta decisão abrangeu de igual modo os jornalistas impedindo a divulgação das novas identidades de Jon e Robert, bem como assegurou o cumprimento do anonimato por parte dos jornalistas. Até à presente data desconhece-se a actual identidade de Jon e Robert assegurando-se-lhes deste modo direitos basilares como: integridade física, direito à privacidade, integridade moral e o direito a uma verdadeira reabilitação<sup>89</sup>.

A consagração constitucional do segredo de justiça não serve apenas interesses públicos, serve também direitos basilares que cada um tem enquanto cidadão, tal como expressamente referido pelo artigo 86.º do CPP.

Olvidar que o segredo de justiça também é um instrumento de salvaguarda de direitos é negar-lhe parte da sua utilidade, é amputar-lhe uma das suas funções e ceder perante a argumentação do esquecimento e do facilitismo que em nada favorece os direitos do cidadão, quer enquanto pessoa, quer enquanto cidadão.

---

<sup>86</sup> A este propósito referira-se que a o sistema judicial inglês permite a punição de menores com apenas 10 anos, sendo esta a idade mínima de imputação criminal e punibilidade no Reino Unido.

<sup>87</sup> Neste aspecto cumpre esclarecer que a pena aplicada aos rapazes não foi uma pena de prisão como se aplicaria a um adulto, mas sim uma pena de institucionalização até à maioridade.

<sup>88</sup> Retomaremos a análise deste caso a propósito de outros elementos, nomeadamente, de jurisprudência da TEDH.

<sup>89</sup> Poderíamos de igual invocar o caso de Mary Bell que em 1968, com apenas dez/onze anos de idade assassinou Martin Brown e Brian Howe, de três e quatro anos de idade respectivamente. O caso de Mary Bell, foi na altura pouco documentado pelos media, mas muito estudado posteriormente pela psicologia forense. Mary Bell residia numa comunidade unida apesar das estruturas familiares pouco consistentes, mas pobre e difícil, onde existia criminalidade e prostituição. A mãe de Mary era conhecida por problemas psicológicos graves, pelo historial de toxicodependência e prostituição. Mary Bell cresceu no meio deste ambiente inseguro, sendo inclusive abusada sexualmente, com o consentimento da mãe. Mary acabou por desenvolver um comportamento psicopata que com a companhia de Norma Bell culminou com o assassinato primeiramente de Martin Brown e posteriormente de Brian Howe. Após condenação Mary Bell foi institucionalizada, tendo sido libertada aos 23 anos, após cumprimento da pena. Aquando da sua libertação foi concedida uma nova identidade e anonimato a Mary Bell. Encontrando-se actualmente recuperada para a vida em sociedade Mary Bell casou-se, foi mãe de uma filha e, entretanto, avó.

#### IV.3 - A questão do art.º 86.º, n.º 13 do CPP: A autoridade judiciária

##### ***Artigo 86.º - Publicidade do processo e segredo de justiça***

*13 - O segredo de justiça não impede a prestação de esclarecimentos públicos pela autoridade judiciária, quando forem necessários ao restabelecimento da verdade e não prejudicarem a investigação:*

- a) A pedido de pessoas publicamente postas em causa; ou*
- b) Para garantir a segurança de pessoas e bens ou a tranquilidade pública.*

O n.º 13 do artigo 86.º apresenta duas das “situações em que o segredo de justiça pode ser restringido” (Pinto de Albuquerque, 2009: 241) ao facultar a hipótese da prestação de esclarecimentos públicos pela autoridade judiciária nos termos supra enunciados.

Mas que esclarecimentos públicos?

Em que medida?

De que forma?

Com que fundamentos?

Quem é a autoridade judiciária? Será o JIC? Será o MP?

Poderá esta competência ser delegada nos órgãos de polícia criminal?

O n.º 13 do artigo 86.º refere que podem ser prestados esclarecimentos públicos desde que verificados os requisitos cumulativos, por um lado a sua necessidade para o restabelecimento da verdade e por outro lado que não causem, esses mesmos esclarecimentos, prejuízo para a investigação.

Reunidos que estejam estes dois requisitos, os esclarecimentos só poderão ser prestados em duas circunstâncias muito específicas, “a pedido das pessoas publicamente postas em causa” ou de forma a “garantir a segurança de pessoas e bens ou a tranquilidade pública”.

Resulta assim da redacção do artigo que a prestação de esclarecimentos públicos pode ser feita a pedido do visado, quando esse mesmo esclarecimento seja necessário para o restabelecimento da verdade e não prejudique a investigação, ou quando para “garantir a segurança de pessoas e bens ou a tranquilidade pública” esse esclarecimento se revele necessário e não prejudique a investigação.

O n.º 13 do artigo 86.º não esclarece a quem compete a definição do que deva ser considerado por um lado como necessário, seja para o restabelecimento da verdade seja para garantir a segurança de pessoas e bens ou a tranquilidade pública e, por outro lado como não prejudicial para a investigação para que possam ser prestados os respectivos esclarecimentos públicos.

Temos em crer que o referido preceito não esclarece tais definições nem as hipóteses da sua aplicação em virtude das mesmas poderem ser tão extensas quanto as situações criadas pelo próprio ser humano, tendo em conta que em duas situações nenhuma é igual à outra.

As dificuldades do preceito não se quedam apenas por aqui, sucinto na sua redacção também não oferece grandes indicações de como devam ser preenchidos os conceitos de “necessário”, de “verdade” e de “não prejudicial para a investigação”.

Temos em crer que caberá à autoridade judiciária competente para tais esclarecimentos, o preenchimento das respectivas definições, tomando sempre em consideração todos os dados do caso concreto.

Mas então qual é a autoridade judiciária competente para prestar tais esclarecimentos, bem como para decidir o que deva ser considerado como necessário para o restabelecimento da verdade, para garantir a segurança de pessoas e bens ou a tranquilidade pública e não prejudicial para a investigação?

O elenco das figuras legalmente definidas como autoridade judiciária encontra-se na alínea b) do artigo 1.º do CPP que indica de forma taxativa as figuras de autoridade judiciária: juiz, o juiz de instrução e o Ministério Público, “relativamente aos actos processuais que cabem na sua competência” (Afonso, 2004: 42).

Para efeitos da presente análise impõe-se então dar corpo à noção de autoridade judiciária. Por autoridade judiciária deve entender-se a entidade que dentro do âmbito da sua competência, legitimada pela lei, pode praticar ou “determinar que se pratique, por iniciativa sua, determinados actos” (*ibidem*).

Qual é a figura de autoridade judiciária a que se reporta o n.º 13, do artigo 86.º?

A resposta a esta questão deve ser procurada com cautela sob pena de se subverter a *ratio* subjacente ao inquérito.

O segredo de justiça apenas pode ser invocado e aplicado em sede de inquérito, onde o *dominus* processual é o MP, não obstante a necessidade da validação, autorização ou até da prática de determinados actos pelo JIC, nomeadamente no que respeita a direitos, liberdade e garantias e ao respeito e observação dos mesmos.

O núcleo essencial de funções cabe ao MP, surgindo o juiz enquanto garante de direitos fundamentais.

Tomando por base este paradigma e centrando a atenção no facto de que é ao MP que compete dirigir o inquérito<sup>90</sup>, cabe indagar qual é a autoridade judiciária competente para os esclarecimentos, se o MP ou o JIC, bem como qual é a norma fundamentadora e enformadora dessa competência.

O n.º 13, do artigo 86.º, o artigo 54.º e 84.º do Estatuto do Ministério Público, o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 333/99<sup>91</sup>, a alínea b) do artigo 1.º, a alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º, o n.º 1 do artigo 263.º, a alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º e o n.º 1 do artigo 263.º do CPP estabelecem, como anteriormente referido, que a direcção do inquérito é da competência do MP, praticando este todos os actos necessários em sede de inquérito, com vista à realização dos fins enunciados no artigo 262.º, que não sejam da competência exclusiva do juiz de instrução ou que não careçam de ser ordenados, praticados pelo mesmo pessoalmente ou garantidos pelo JIC, enquanto garante da observação rigorosa dos direitos fundamentais.

No elenco de actos da competência exclusiva do juiz, que careçam de ser ordenados ou praticados pelo mesmo pessoalmente não se inserem quaisquer referências à prestação de esclarecimentos públicos, por sua vez o artigo em causa (86.º, n.º 13) refere autoridade judiciária e não apenas o MP, pelo que a interpretação a retirar destes mesmos preceitos é a de que cabe ao JIC e ao MP a prestação de tais esclarecimentos.

Resulta então da interpretação conjugada destes preceitos que compete ao juiz, enquanto autoridade judiciária e no domínio de actos da sua competência exclusiva e ao Ministério Público, enquanto responsável pela direcção do inquérito e enquanto autoridade judiciária, a prestação dos respectivos esclarecimentos públicos.

---

<sup>90</sup> Alínea b), do n.º 2, do art. 53.º e n.º 1, do art. 263.º, ambos do CPP.

<sup>91</sup> O Decreto-Lei n.º 333/99, de 20 de Agosto procedeu à reestruturação da orgânica dos serviços de Apoio à Procuradoria-Geral da República.

Coadjuvando este entendimento surgem os artigos 54.º e 84.º do Estatuto do MP. O artigo 54.º do Estatuto do MP, sob a epígrafe “Informação”, esclarece desde logo que nos termos da lei é assegurado, ao público e aos órgãos de comunicação, o acesso à informação referente à actividade do Ministério Público.

Sendo a fase de inquérito, bem como os actos que a compõe, salvo as excepções já enunciadas, uma actividade do Ministério Público, pode (e deve na medida do possível) o MP, de acordo com o estabelecido no artigo supra enunciado, assegurar o acesso à informação neste âmbito (do inquérito), sem olvidar os limites do segredo de justiça.

Por seu turno o artigo 84.º do mesmo diploma, consagra o dever de reserva dos magistrados do Ministério Público ao impedir que os mesmos prestem declarações ou façam comentários “sobre processos, salvo, quando superiormente autorizados, para defesa da honra ou para a realização de outro interesse legítimo”.

Não obstante a consagração legal deste dever de reserva, o mesmo preceito admite também uma excepção ao permitir que estes quando superiormente autorizados possam prestar declarações sobre processos quando esteja em causa a defesa da honra ou a realização de outro interesse legítimo.

Assim sendo, estando em causa a prestação de esclarecimentos públicos que visem o restabelecimento da verdade a pedido da pessoa visada, ou seja, a defesa da honra, bem como a necessidade de garantir a segurança de pessoas e bens ou a tranquilidade pública, ou seja, a realização de outros interesses legítimos, estaremos perante as excepções ao dever de reserva imposto aos magistrados do Ministério Público.

Correndo a fase de inquérito sob a direcção do MP este estará em plenas condições de transmitir ou prestar quaisquer esclarecimentos, sendo que a lei o permite através dos artigos supra enunciados.

Resulta então, em nosso entender, que a autoridade judiciária competente para a prestação de declarações em sede de inquérito será o Ministério Público, seja por força dos preceitos enunciados, seja por força do argumento de cariz mais pragmático de que apenas quem conhece em profundidade um processo pode legitimamente se pronunciar sobre o mesmo, bem como ter noção do que pode e deve ser referido.

Mas a prestação de tais esclarecimentos públicos não cabe apenas ao MP, mas também ao JIC, tendo em consideração que o elemento literal do preceito (artigo 86.º, n.º 13) assim o indica.

Reforçando este entendimento, que também o JIC pode prestar tais esclarecimentos, invocamos o facto de no inquérito determinados actos serem da competência exclusiva do juiz, sendo que o primeiro interrogatório judicial de arguido detido<sup>92</sup> se insere no conjunto de actos da competência exclusiva do JIC.

Em suma: consideramos que o JIC pode (e deve) prestar os referidos esclarecimentos, dentro do que lhe é imposto pelo dever de reserva.

Regressando novamente ao MP, cumpre aferir como e em que moldes podem ser prestados esses esclarecimentos públicos e como as disposições supra mencionadas se relacionam com o Gabinete de Imprensa no âmbito da Procuradoria-Geral da República.

Previsto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 333/99, o Gabinete de Imprensa da Procuradoria-Geral da República labora em estreita ligação com o Gabinete do Procurador-Geral da República. Enquanto Gabinete de Imprensa, a sua constituição não pode exceder os três elementos e terá sempre de incluir um profissional na área da comunicação social<sup>93</sup>.

Entre as várias competências do Gabinete de Imprensa, elencadas no artigo supra mencionado, importa destacar as enunciadas nas alíneas a), d) e f). Compete então ao Gabinete de Imprensa “exercer assessoria em matéria de comunicação social”, “estudar e desenvolver formas de divulgação sistemática de informação sobre a actividade do Ministério Público, com observância da lei e de directivas superiores” e “proceder a estudos sobre linguagem jurídica e mediatização da justiça”.

Por sua vez, refere o n.º 2 do artigo 54.º do Estatuto do MP que de forma a facultar o acesso à informação relativa à actividade do MP poderão ser criados “gabinetes de imprensa junto da Procuradoria-Geral da República ou das procuradorias-gerais distritais, sob a superintendência do Procurador-Geral da República ou dos procuradores-gerais distritais”.

A interpretação que se retira destes preceitos, conjugados com o pensamento que a autoridade judiciária competente para os esclarecimentos públicos em sede de inquérito é o MP (para além do JIC), é a de que os esclarecimentos públicos enunciados pelo n.º 13 do artigo 86.º do CPP devem (ou deveriam) ser prestados em primeira linha pelo Gabinete de Imprensa ou pelos Gabinetes de Imprensa enunciados.

---

<sup>92</sup> Cfr. artigo 141.º do CPP.

<sup>93</sup> Conforme indicado pelo n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 333/99, de 20 de Agosto.

O Gabinete de Imprensa é competente para assessorar nas questões de comunicação social, bem como para descodificar e desmistificar a linguagem jurídica, tornando-a acessível ao cidadão comum, sendo que os gabinetes de imprensa são criados com o fito de facultar ou facilitar o acesso à informação no âmbito das actividades desenvolvidas pelo MP (n.º 2 do artigo 54.º).

Temos em crer que os esclarecimentos prestados ao abrigo do n.º 13, do artigo 86.º devem ser feitos em primeira linha pelos Gabinetes de Imprensa, com o objectivo de garantir que esses mesmos esclarecimentos são claros e perceptíveis para o cidadão comum.

Tais esclarecimentos ao serem à partida numa linguagem mais simples não careceram de serem “traduzidos” ou simplificados pelos media que por vezes no vício da simplificação sistemática ou pela total ausência de rigor, deturpam ainda que inadvertidamente a mensagem a transmitir.

A prestação de esclarecimentos públicos através do Gabinete de Imprensa pode ainda funcionar como preservação (necessária) da imagem e do sossego do magistrado do MP que esteja responsável pelo processo, ao garantir que este faz o que lhe compete sem estar sujeito ao constante assédio dos media, como sucedeu outrora com um juiz responsável por um processo que nem o pequeno-almoço podia tomar descansado e tranquilo.

A prestação de esclarecimentos públicos directamente pelo magistrado do Ministério Público responsável pelo processo (ou do JIC) só deveria então ser tida como necessária numa segunda linha ou numa linha de reforço, caso se mostrasse estritamente necessário, ou seja, quando houvesse questões que tivessem ficado por esclarecer aquando do primeiro esclarecimento.

O que sucede então quando, preenchidos os respectivos requisitos, a prestação de esclarecimentos públicos, contende com direitos fundamentais do cidadão?

A resposta a esta questão remete novamente para a *ratio* do inquérito. Foi referido anteriormente que a intervenção do JIC em sede de inquérito é pontual, ou seja, salvo as excepções legalmente consagradas não há lugar a intervenção do JIC, sendo o MP quem dirige o inquérito na sua totalidade.

Neste papel de intervenção pontual do JIC, este actua essencialmente como garante de direitos fundamentais, cabendo-lhe, no caso de existir alguma colisão entre a prestação de esclarecimentos públicos e direitos fundamentais, a decisão de como conciliar ambos.



Definidas as competências do JIC e do MP em sede de inquérito e cabendo a este último a direcção do mesmo, gizamos no que se refere à prestação de esclarecimentos e ao abrigo do preceituado pelo n.º 13 do artigo 86.º do CPP, o seguinte esquema<sup>94</sup>:

- Compete à autoridade judiciária, entenda-se ao Ministério Público e ao JIC a prestação de esclarecimentos;
- Ao JIC, em articulação com o MP, caberá apenas a prestação de esclarecimentos relativamente aos actos que sejam da sua competência exclusiva;
- Constituídos que sejam os Gabinetes de Imprensa junto dos tribunais, a prestação de esclarecimentos deverá caber, sempre em primeira linha, a estes mesmos Gabinetes, procurando preservar-se a imagem do juiz responsável;
- Excepcionalmente, quando imperativamente necessário, poderá o JIC responsável pelo processo proceder, pessoalmente, à prestação de esclarecimentos públicos;
- No que se refere ao MP, tais esclarecimentos serão prestados numa primeira linha pelo Gabinete de Imprensa, tendo em conta a sua competência, procurando-se desse modo preservar o Procurador do MP responsável pelo processo;
- A prestação de esclarecimentos públicos pelo magistrado do MP responsável pelo processo, só ocorrerá num segundo momento, quando estritamente necessária, como uma linha de reforço.

A questão “Poderá esta competência ser delegada nos órgãos de polícia criminal?”, ou seja, poderá o MP delegar a competência para a prestação de esclarecimentos públicos, ao abrigo do n.º 13 do artigo 86.º, nos OPC, ficou propositadamente sem qualquer resposta.

Abordaremos a mesma mais adiante, aquando da análise da relação entre os media e os OPC, em sede de inquérito.

---

<sup>94</sup> Preservados que sejam os limites impostos pelos deveres estruturantes das mesmas, que impendem sobre ambas as magistraturas.

#### IV.4 - A fase de julgamento em sede de processo penal

O presente subcapítulo serve o propósito de explicar de forma muito sucinta a fase de julgamento em sede de processo penal.

Poderíamos a este propósito distinguir entre a tramitação correspondente ao processo comum e a tramitação correspondente ao processo especial que por sua vez se subdivide em Sumário<sup>95</sup> (artigo 381.º), Abreviado<sup>96</sup> (artigo 391.º) e Sumaríssimo<sup>97</sup> (artigo 392.º). Todavia por uma questão de simplificação na presente explanação optamos por focar a atenção no processo comum, pelo que todas as referências que se seguem são feitas no âmbito desta tramitação processual.

Em sede de processo penal, a fase de julgamento inicia-se com a realização dos respectivos actos preliminares - Título I, do Livro VII do Código do Processo Penal.

O primeiro destes actos preliminares é despacho de saneamento e simultaneamente de designação da data de julgamento, conforme enunciado no artigo 311.º do CPP.

O despacho de saneamento deve conter os seguintes elementos e obedecer à estrutura que se segue<sup>98</sup>:

1. Identificação dos sujeitos processuais;
2. Conhecimento dos pressupostos processuais;
3. Conhecimentos das nulidades e irregularidades;
4. Conhecimento de outras questões prévias ou incidentais;
5. Declaração de recebimento da acusação;
6. Designação de duas datas para julgamento;
7. Designação do lugar da audiência;
8. Nomeação do defensor;

---

<sup>95</sup> O processo sumário é aplicável a pessoas detidas em flagrante delito por crime punível com pena inferior a três anos de prisão. Nestes casos o julgamento tem de se realizar nas 48 horas seguintes ou no máximo ao fim de 30 dias (Coelho, 2005: 152).

<sup>96</sup> O processo abreviado é aplicável aos crimes puníveis com pena de prisão inferior a cinco anos, desde que a prova recolhida seja simples e evidente. Nestes casos o julgamento deve ser realizado no máximo de 90 dias após a data da infracção (*ibidem*).

<sup>97</sup> O processo sumaríssimo é aplicável a pessoas detidas por crime punível com pena inferior a três anos de prisão e às quais o MP entende no caso concreto não de ser aplicar uma pena de prisão (*ibidem*).

<sup>98</sup> Cfr. neste sentido os ensinamentos de Paulo Pinto de Albuquerque (2009: 789).

9. Admissão da prova arrolada e conhecimento das proibições de prova;
10. Decisão sobre as medidas de coacção e garantia patrimonial;
11. Decisão sobre a admissibilidade do pedido de indemnização civil;
12. Informação da instituição da segurança social;
13. Data e assinatura.

No mesmo despacho é simultaneamente recebida a acusação e designado o dia, hora e local para a audiência de julgamento<sup>99</sup>.

Assim que elaborado, o despacho de saneamento e designação do dia para a audiência, é notificado ao MP, ao arguido, ao assistente, às partes civis e aos seus representantes, pelo menos trinta dias antes da data fixada para a audiência, conforme preceituado no n.º 2 do artigo 313.º.

Esta notificação, composta pelo despacho e por cópia da acusação ou da pronúncia, pode ser efectuada mediante contacto pessoal, via postal registada ou via pessoal.

Nos marcos temporais em sede de processo penal, segue-se o dia da audiência de julgamento.

Em regra, a audiência de julgamento é pública, sob pena de nulidade insanável, salvo nos casos em que o juiz decida pela exclusão ou a restrição da publicidade (cfr. artigos 321.º e 87.º).

A restrição da publicidade da audiência apenas pode resultar da decisão do juiz, todavia a iniciativa para essa restrição tanto pode resultar de requerimento do MP como de iniciativa do próprio juiz.

Decidindo-se o juiz pela exclusão ou restrição da publicidade deverá esta decisão ser incluída na acta da audiência, conforme disposto na alínea e), do n.º 1 do artigo 362.º.

Em conformidade com estipulado no n.º 5 do artigo 87.º e não obstante o juiz possa decidir pela exclusão ou restrição da publicidade da audiência, essa mesma decisão não abrange em momento algum a leitura da sentença.

De acordo com os artigos 372.º e 373.º do CPP que a leitura da sentença é pública, feita na sala de audiência pelo presidente ou por outro dos juízes.

---

<sup>99</sup> Cfr. neste sentido os artigos 311.º e seguintes do CPP.

De facto, conforme o disposto pelo n.º 1 do artigo 365.º e pelos artigos 372.º e 373.º, e não obstante a possibilidade da leitura de uma súmula da fundamentação e do dispositivo, a não leitura pública da sentença é geradora de nulidade insanável.

Sendo a regra a audiência pública, essa mesma regra não é sinónimo de falta de regras no que se refere ao papel dos órgãos de comunicação social, em sede de audiência de julgamento.

O artigo 88.º do CPP regula o enquadramento dos meios de comunicação em sede de julgamento. Este artigo concretiza o importante princípio da publicidade externa do processo, consagrado quer no ordenamento jurídico português quer no ordenamento jurídico internacional, mais concretamente no artigo 206.º da CRP e no artigo 6.º, §1.º da CEDH (Albuquerque, 2009:245).

A publicidade externa do processo, concretizada pela publicidade da audiência, conforme consagrada na CRP, assegura por um lado “o direito do acusado a um *fair trial* – o direito a que o seu processo seja discutido publicamente (por oposição aos processos inquisitoriais, secretos) ” (Coelho, 2005: 138) e por outro lado “o direito da colectividade a ver respeitado o *due process o f law* – o direito do povo de poder acompanhar a forma, como, em seu nome é administrada a justiça” (*ibidem*)<sup>100</sup>.

Mas então como se consubstancia, no formalismo próprio da audiência de julgamento, esta publicidade externa?

A audiência inicia-se com a entrada do juiz na sala, após realização da chamada, e disposição de todos os intervenientes nessa mesma sala. Aquando da entrada do juiz ou dos juízes (no caso de ser um colectivo) na sala todos os intervenientes processuais, em sinal de respeito, levantam-se.

O julgamento inicia-se com a leitura da acusação, em seguida o juiz concede a palavra ao MP e à defesa para as alegações iniciais, segue-se a produção de prova que se inicia com as declarações do arguido, seguidas da produção de prova pelo MP e pela defesa, seguem-se as alegações finais de ambas as partes e por último o juiz pergunta ao arguido se tem mais alguma coisa a acrescentar em sua defesa.

Todo o formalismo da audiência culmina na leitura da sentença (*ibidem*: 140).

---

<sup>100</sup> Esta problemática será oportunamente retomada no Capítulo VI da presente tese, a propósito da análise da dinâmica entre os media e a justiça penal na fase do julgamento.

Esclarece-nos o n.º 1 do artigo 88.º do CPP no que se refere à narração do teor dos actos processuais que é permitida a narração circunstanciada desses actos desde que não se encontrem cobertos pelo segredo de justiça ou cujo decurso for permitida a assistência do público em geral. Contrariamente não é permitida a narração de actos processuais ao abrigo do segredo de justiça ou para os quais não tenha sido permitida a assistência do público em geral.

Prossegue o artigo 88.º, no n.º 2, mais concretamente na alínea a) enunciado a proibição genérica da reprodução de peças processuais ou de documentos incorporados no processo até à leitura da sentença, sob pena de desobediência simples.

De acordo com a alínea b), do n.º 2 do artigo 88.º, é de igual modo geradora do crime desobediência simples a transmissão ou registo de imagem ou tomada de som, em sede de audiência, salvo autorização do juiz e dos participantes processuais<sup>101</sup>.

Havendo desacordo de algum dos participantes processuais, não poderão ser recolhidos som e imagem do participante em desacordo, podendo, no entanto, serem recolhidos som e imagem dos demais participantes processuais.

Fora do espectro desta proibição estão as imagens e som recolhidos antes e depois da audiência de julgamento, de pessoa cuja notoriedade ou cargo desempenhado o justifiquem e quando estejam em causa interesses de terceiros ou o interesse público (Albuquerque, 2009: 246).

Ainda no âmbito do artigo 88.º são enunciadas outras excepções ao princípio da publicidade e cujo conteúdo desenvolveremos adiante no que se refere à análise da dinâmica que se estabelece entre ambos os campos sociais.

Por ora importa reter do presente subcapítulo, ainda que abordados de uma forma muito ténue e simplista, as diligências prévias e o formalismo subjacente à audiência de julgamento, bem como o enquadramento legal dos media, em sede de audiência de julgamento, porquanto o quadro ora gizado servirá, como se referiu anteriormente, para a análise da dinâmica que se estabelece entre ambos os campos sociais – justiça e media.

---

<sup>101</sup> Requisitos cumulativos para que possa haver recolha de imagem e som.

#### IV.4.1 - A imparcialidade e a independência judicial como garantia do cidadão

A imparcialidade e a independência judicial são antes de mais elementos estruturantes e necessários para um verdadeiro e legítimo exercício da função jurisdicional, porquanto assim o clama uma sociedade verdadeiramente democrática.

Explicar a imparcialidade e independência judicial, enquanto garantia do cidadão, obriga necessariamente a um breve périplo reflexivo em torno das origens de ambos os conceitos para que da sua evolução histórica, ainda que a breve trecho, se possa discorrer sobre a sua necessidade no contexto democrático actual.

A imparcialidade e a independência judicial são fruto de uma evolução histórica que culminou na consagração da teoria da separação dos poderes de Montesquieu.

No que se refere à autoria destes conceitos os entendimentos divergem sendo que há quem atribua autoria da imparcialidade e da independência judicial a Eduard Coke e outros que a atribuem a John Locke<sup>102</sup>.

É no contexto da monarquia inglesa que Edward Coke traz à luz o conceito de independência judicial, enquanto “independência do juiz e na sua não sujeição à vontade do rei” (Nascimento, 2010).

Na sua cruzada contra Jaime I, Sir Edward Coke ousou desafiar o dogma monárquico. Edward Coke combateu as diversas tentativas de se influenciar os juízes e defendeu que a *common law* estava além do Parlamento e que os decretos do Rei não tinham força de lei e nem tão pouco eram lei.

Nesta cruzada de Sir Edward Cook o caso mais paradigmático é, sem sombra de dúvida, o caso de Dr. Bonham.

A 30 de Abril de 1606 Dr. Bonham<sup>103</sup> é notificado para se apresentar perante o *Royal College of Physicians*, e responder à acusação de exercer medicina sem licença

---

<sup>102</sup> Existem algumas divergências quanto à atribuição do mérito da criação da teoria da separação de poderes. Alguns autores, como Derek Johnston defendem que o mérito da criação desta teoria seria de John Locke e do pensamento por este esboçado cerca de cem anos antes de Montesquieu. (Johnston, 2006: 82 – 95).

<sup>103</sup> Formado em Medicina pela Universidade de Cambridge.

ou autorização<sup>104</sup>, sendo no decorrer dessa audiência multado em virtude desse exercício não autorizado.

Não obstante a aplicação da multa, Dr. Bonham continuou a exercer medicina sem a devida autorização, em clara desobediência ao *Royal College of Physicians* que consequentemente aplicou-lhe uma pena de prisão.

Ainda assim, Dr. Bonham recusava-se a obter a respectiva licença com base no fundamento de que era um médico formado por uma das mais antigas universidades do país e que como tal não necessitava da dita licença.

Por outro lado, o *Royal College of Physicians*, alegava que agia com base nos poderes delegados pelo Rei e confirmados pelo Parlamento. Os poderes delegados pelo Rei no *Royal College of Physicians*, consistiam essencialmente, em poderes de fiscalização e punição, ou seja, fiscalizar o exercício da medicina em Londres, restringir esse exercício apenas aos profissionais que tivessem licença do *Royal College of Physicians* e aplicar as devidas sanções em caso de incumprimento.

Como se referiu anteriormente Dr. Bonham não tinha licença e considerava que não carecia de a ter, alegando por isso a invalidade das sanções aplicadas pelo *Royal College of Physicians*.

Objecto de recurso, o seu caso chegou ao *Court of Common Pleas*, presidido precisamente por Sir Edward Coke. Decidindo a favor de Dr. Bonham, o *Court of Common Pleas* apresentou cinco argumentos essenciais face ao texto do decreto real fundamentador da competência do *Royal College of Physicians*<sup>105</sup> (Victor, 2015):

1. O primeiro argumento erigido prendia-se com o facto de ambas as cláusulas serem claramente distintas e que a pena prevista, ou seja, a aplicação da pena prevista não era obrigatória;
2. O segundo argumento, que acaba por ser uma decorrência do primeiro, desenvolve-se me torno da proporcionalidade da pena, referindo que uma

---

<sup>104</sup> Neste aspecto é possível criar um paralelismo com as actuais ordens profissionais, por exemplo, a Ordem dos Médicos, a Ordem dos Advogados ou a Ordem dos Engenheiros, sem a autorização das quais, vulgo inscrição nas ordens profissionais e número de cédula, não é possível aos licenciados e mestres em Medicina, Direito ou Engenharia exercer as profissões de médico, advogado ou engenheiro.

<sup>105</sup> O decreto real estabelecia que ninguém podia exercer medicina em Londres sem a prévia autorização do *Royal College of Physicians* e que a sanção a aplicar pelo incumprimento desta norma seria uma pena de multa no valor de cem *shillings* por cada mês de exercício irregular (primeira cláusula), de igual modo disponha o decreto real que cabia ao *Royal College of Physicians* o exercício do poder disciplinar e de supervisão de todos os médicos que exercessem em Londres (segunda cláusula) (Victor, 2015).

pena que incida sobre o corpo (neste caso a restrição da liberdade) apenas pode ser aplicada a alguém que cause dano físico a outrem;

3. O terceiro argumento exponha a contradição insanável entre ambas as cláusulas no que se refere aos limites temporais de aplicabilidade;

4. O quarto argumento, o princípio de *common law*, referia que não poderia ser o *Royal College of Physicians* a ter o poder disciplinar sobre os médicos, porquanto era o próprio *Royal College of Physicians* a beneficiar do valor das multas que aplicava em exercício desse poder disciplinar;

5. Por último o quinto argumento afirmava o princípio do *non bis in idem*, ou seja, o princípio de quem ninguém pode ser punido duas vezes pela mesma conduta.

Importa atentar em especial ao quarto argumento, porquanto é na estruturação do mesmo que se encontram parte dos pilares da independência e da imparcialidade judicial. De facto, em torno desse argumento encontra-se a noção de que os tribunais podem declarar as leis nulas, porquanto um acto legislativo contrário ao direito e à racionalidade ou impossível de ser aplicado, deverá ser considerado como nulo pelos tribunais.

Este mesmo argumento foi carreado e desenvolvido na disputa entre Edward Coke e o Rei James I. De facto, Edward Coke impediu que o Rei actuasse como juiz ao desenvolver e impor a ideia de que até o Monarca está obrigado ao cumprimento da lei e do direito e que o cumprimento dessa mesma lei é assegurado pelos tribunais, compostos por juristas, enquanto técnicos especializados na aplicação do direito.

De igual modo e para além de Edward Coke, a autoria das noções de imparcialidade e independência judicial, é também imputada a John Locke.

John Locke defendeu a necessidade da existência de uma separação de poderes, de forma a garantir a defesa dos cidadãos e o justo equilíbrio entre a política e a vida em sociedade.

Na senda do pensamento de Edward Coke, também Locke defendeu a separação de poderes, mais concretamente a separação entre o poder legislativo e o poder executivo.

Inspirado em John Locke, Montesquieu defendeu também uma divisão ou tripartição dos poderes: ao poder executivo, cuja responsabilidade seria do rei, caberia a



execução das leis e administração do território, por sua vez ao poder legislativo, cuja responsabilidade seria do parlamento ou assembleia, caberia a elaboração das leis e por último ao poder judiciário, cuja responsabilidade competia aos tribunais (juízes e magistrados), caberia a fiscalização do cumprimento dessas mesmas leis.

É a partir desta evolução histórica que se talham os conceitos de independência e imparcialidade judicial, em que a função jurisdicional se distancia e se autonomiza do rei, passando a estar afecta à decisão em nome do povo, mas de acordo com a lei, interpretada à luz do caso concreto.

“Para julgar o juiz tem de ser imparcial, isto é, tem que estar (como dizem os saxónicos) acima e para além das partes, mas para garantir essa imparcialidade o juiz tem de ser independente” (Noronha, 2008). Partindo desta premissa, cabe agora examinar a imparcialidade e a independência, conceitos cuja ligação é simbiótica.

Conforme adiante se verificará quer a imparcialidade quer a independência são valores constitucionalmente protegidos.

O conceito de independência judicial deve ser distinguido em dois níveis diferentes. O primeiro nível corresponde ao da instituição e o segundo nível corresponde ao do juiz, enquanto pessoa que exerce a função judicial, ou seja, os tribunais enquanto órgãos independentes e os juízes enquanto pessoas que exercem essa função de forma independente e imparcial.

A independência judicial, consagrada no artigo 203.º da CRP e no artigo 3.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (abreviadamente LOTFJ), resulta desde logo da separação dos poderes e é condicionante, pressuposto e garantia da imparcialidade do juiz (Marques da Silva, 2008: 228).

O artigo 203.º da CRP é inequívoco ao estipular que “os tribunais judiciais são independentes e apenas estão sujeitos à lei”, sendo que o artigo 3.º da LOFTJ reproduz o preceito constitucional supra referido.

Resultam então deste enunciado constitucional duas consequências importantes.

A primeira consequência é a de que os demais órgãos ou poderes do Estado não podem, nem devem sequer ousar imiscuir-se, perturbar ou intervir no exercício da função jurisdicional, sendo respeitada desta forma a independência externa, ou seja, a independência face a outros órgãos de soberania.

Outra importante consequência que se retira do preceito constitucional supra elencado, é a de que os tribunais apenas estão sujeitos à lei, ou seja, “a independência dos tribunais, frente aos demais poderes do Estado, assegura-se mediante a sua exclusiva submissão à lei” (*ibidem*: 229).

A independência dos tribunais fundamenta-se na lei constitucional, que por sua vez dá origem aos demais preceitos que defendem, acautelam e também fundamentam esta independência. Esta sujeição à lei deve ser entendida precisamente no sentido de que o tribunal não será verdadeiramente independente caso se sujeite a outras condicionantes que não a lei e para fazer valer essa lei em sede de processo tem de também o próprio órgão (tribunais) respeitar a lei que impõe aos demais por via da decisão.

Alude-se ainda, no que se refere à independência dos tribunais enquanto órgão, à independência interna, o que significa que em qualquer situação o tribunal (enquanto órgão) não está sujeito aos demais tribunais. Ou seja, para além do dever hierárquico de cumprimento das decisões resultantes da interposição de recurso, não há a mínima possibilidade, nem deve existir qualquer hipótese de um tribunal emanar uma ordem a outro tribunal ou de um tribunal ter que obedecer a outro, colocando-se os juízes resguardados de eventuais situações de pressão pelos seus pares.

A independência dos tribunais, enquanto órgão, salvaguarda e assegura a independência e consequentemente a imparcialidade do juiz, enquanto aplicador da lei.

Analise-se então em que consiste a imparcialidade e a independência do juiz, a composição dos conceitos em causa na presente equação, bem como quais os mecanismos concretos que garantem a imparcialidade e independência do juiz.

A imparcialidade implica desde logo que o juiz deverá ser neutro face ao litígio que lhe é apresentado, obriga a que este não seja parte nas contendas que tenha de apreciar e ainda que “não possa ter qualquer relação directa com o facto que lhe compete julgar, nem com as pessoas directamente interessadas no sentido da decisão a tomar” (Tribunal da Relação de Lisboa, 2003: Processo n.º 8136/2002-3).

O conceito de imparcialidade é passível de ser dividido em duas vertentes.

Por um lado, numa vertente subjectiva que remete para “uma posição pessoal, do foro íntimo do juiz, caracterizada pela inexistência de qualquer predisposição no sentido

de beneficiar ou prejudicar qualquer das partes com a sua decisão” (Tribunal da Relação de Lisboa, 2006: Processo n.º 06P3065).

Por outro lado, numa vertente objectiva que se traduz “na ausência de quaisquer circunstâncias externas, no sentido de aparentes, que revelem que o juiz tenha um pendor a favor ou contra qualquer das partes, afectando a confiança que os cidadãos depositam nos tribunais” (*ibidem*).

No âmbito da garantia da imparcialidade actuam diversos mecanismos ou institutos de forma assegurar precisamente a manutenção da mesma, nomeadamente os impedimentos, recusas, escusas e incompatibilidades.

Numa situação configurável como impedimento, o juiz estará impedido de intervir no processo de modo a evitar, de forma preventiva, qualquer dúvida sobre a imparcialidade do juiz.

Os artigos 39.º e 40.º do CPP enunciam de forma taxativa o elenco de causas que impedem o juiz de intervir, nessa mesma qualidade, no processo. De acordo com o Prof. Germano Marques da Silva os impedimentos enunciados podem ser agrupados da seguinte forma:

1. Situações de “ligação pessoal do juiz ao arguido, ofendido, assistente ou pessoa com a faculdade de se constituir assistente ou parte civil” (Marques da Silva, 2008: 215);
2. “Colaboração do juiz no processo” (*ibidem*:216),
3. “Vínculos familiares e equiparados entre juízes” (*ibidem*).

Nos termos do artigo 41.º do CPP, o juiz que tenha qualquer impedimento deverá declará-lo imediatamente por despacho nos autos, declaração essa que pode ser oficiosamente ou a requerimento do MP, o assistente o arguido ou as partes civis.

Dois outros institutos que asseguram a imparcialidade são as recusas e as escusas, sendo que serão sempre originadas por uma suspeição.

O CPP, ao contrário do que sucede com os impedimentos, não enuncia taxativamente o elenco de recusas ou escusas, limitando-se de forma ampla a enunciar que pode ser recusada a intervenção de um juiz no processo “quando correr o risco de

ser suspeita, por existir motivo sério e grave, adequado a gerar desconfiança sobre a sua imparcialidade”<sup>106</sup>, ou seja, em caso de suspeição.

Os fundamentos da recusa e da escusa são os mesmos, sendo a que tónica diferenciadora reside tão-somente no facto de que a recusa é requerida pelo MP, arguido, assistente ou parte civil, enquanto a escusa é pedida, sendo que a iniciativa de afastamento do processo parte do próprio juiz que solicita a mesma ao tribunal imediatamente superior ou então à secção criminal do Supremo Tribunal de Justiça.

As incompatibilidades, ao contrário do que sucede com os impedimentos, as recusas e escusas não resultam de uma situação processual ou de um processo em concreto, mas sim do puro e simples exercício da função jurisdicional do juiz, ou seja, basta a qualidade de juiz.

As incompatibilidades com o exercício da função jurisdicional do juiz encontram-se elencadas nos n.ºs 3, 4, e 5 do artigo 216.º da CRP e no artigo 7.º do EMJ.

O artigo 216.º da CRP enuncia desde logo, nos n.ºs 3 e 4 a incompatibilidade da função de juiz com “outra função pública ou privada, salvo as funções de docente ou de investigação científica, não remuneradas, nos termos da lei”, bem como a nomeação “para comissões de serviço estranhas à actividade dos tribunais sem autorização do conselho superior competente”.

Por via do n.º 5, do artigo 216.º da CRP, o artigo o artigo 7.º do EMJ elenca ainda outros impedimentos.

O juiz está também impedido, em virtude do preceituado no artigo 7.º do EMJ, do exercício de “funções em tribunal ou juízo em que sirvam Juízes de Direito, magistrados do Ministério Público ou funcionários de justiça, a que estejam ligados por casamento, parentesco ou afinidade em qualquer grau da linha recta ou até ao terceiro grau da linha colateral”<sup>107</sup> ou, “em tribunais em que tenham desempenhado funções de Ministério Público nos três últimos anos ou que pertençam ao círculo judicial em que, por igual período, tenham tido escritório de advogado”<sup>108</sup>.

A independência judicial surge neste quadro como “um conceito de segundo grau, destinado a garantir o que é nuclear num julgador: a sua imparcialidade”

---

<sup>106</sup> N.º 1 do art. 43.º do CPP.

<sup>107</sup> Cfr. artigo 7.º do Estatuto dos Magistrados Judiciais sob a epígrafe “Garantias de imparcialidade”.

<sup>108</sup> *Ibidem*.

(Noronha, 2008), mas como um conceito de primeiro grau enquanto condição necessária para existir de facto imparcialidade.

À semelhança da imparcialidade, também a independência dos juízes se divide em duas vertentes.

A primeira vertente “é a independência funcional ou interna que se expressa na não sujeição do juiz a quaisquer ordens para poder julgar em consciência” (*ibidem*).

A segunda vertente é a “independência orgânica ou externa que se expressa na composição equilibrada do órgão de gestão da carreira do juiz (nos casos em que ele existe porque há países que não o comportam) e que garanta que essa não fica condicionada por critérios políticos partidários” (*ibidem*).

A independência do juiz, à semelhança da imparcialidade, também se encontra salvaguardada por um conjunto de institutos, nomeadamente pelo órgão de gestão e disciplina próprio, pela inamovibilidade e pela impossibilidade de responsabilização pelas decisões.

O Conselho Superior da Magistratura é o “órgão privativo de gestão e disciplina”<sup>109</sup>, apresentando-se como um instituto que visa garantir a independência dos juízes, na medida em que lhe compete “a nomeação, a colocação, a transferência e a promoção dos juízes e o exercício da acção disciplinar”<sup>110</sup>, evitando assim a interferência dos demais poderes do Estado.

O instituto da inamovibilidade encontra-se previsto em sede constitucional, mais precisamente no n.º 1 do artigo 216.º, da CRP, que estipula e garante que os juízes apenas podem ser transferidos, suspensos, aposentados ou demitidos nos casos previstos na lei, ou seja, é concedida ao juiz uma protecção no que se refere à possibilidade de ameaça à sua carreira profissional em virtude de alguma decisão.

A impossibilidade de responsabilização dos juízes pelas suas decisões está consagrada no n.º 2, do artigo 216.º, da CRP e no artigo no artigo 5.º do EMJ, que admitem, no entanto, as devidas excepções consignadas na lei.

Este instituto visa essencialmente evitar situações em que estes tenham de responder perante o poder político pelas respectivas decisões, garantido desta forma a sua independência face a esse outro poder do Estado.

---

<sup>109</sup> Artigo 5.º da Lei da Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais.

<sup>110</sup> Artigos 217.º e 218.º da CRP.

A imparcialidade e a independência, bem como os vários institutos que visam acautelar a manutenção de ambas existem, apenas e tão-somente, para garantir a boa administração da justiça.

Para que se garanta verdadeiramente a independência e a imparcialidade, o juiz tem de ser autónomo face a tudo e todos, nunca poderá ter qualquer interesse na questão que esteja a apreciar, sujeitando as suas decisões apenas à lei e a critérios estritamente legais, despojando-se de quaisquer ideias pré-concebidas, opiniões alheias e pressões externas, o que fica assegurado pelos institutos anteriormente referenciados.

Apenas um juiz verdadeiramente independente pode ser verdadeiramente imparcial, ou seja, apenas um juiz que não sofra nenhuma “pressão” poderá ser verdadeiramente neutro e objectivo na decisão, baseando-a apenas em critérios estritamente legais, pois a sua sujeição é apenas à lei e apenas um juiz nestas condições poderá administrar o bem precioso que lhe é confiado – a Justiça.

O direito a um julgamento justo (em que o juiz tem de ser necessária e obrigatoriamente independente e imparcial) e à realização da justiça são direitos de todo o cidadão, direitos esses que apenas ficam acautelados quando o juiz é de facto independente e imparcial, o que é assegurado pelo conjunto de institutos ou mecanismos anteriormente enunciados.

A independência e a imparcialidade do juiz, bem como a manutenção de ambas, são desta forma garantias do cidadão de uma boa administração da justiça.

A independência e imparcialidade do juiz e a sua obrigação de julgar de forma independente e imparcial não é um direito próprio deste, mas um direito de todos os cidadãos pois o fundamento da independência e imparcialidade radica no direito a um julgamento justo e a uma boa administração da justiça – direitos basilares em qualquer sociedade democrática.

#### **IV.4.2 - A imparcialidade e a independência judicial como limites à liberdade de imprensa**

No âmbito dos quadros teóricos que se procura estabelecer neste capítulo, cabe analisar até que ponto a imparcialidade e a independência judicial são ou poderão ser limites à liberdade de imprensa.

A questão não é de fácil resposta e tem necessariamente de ser repartida, para que se possa responder com a lógica e seriedade que a importância do tema impõe.

De modo a aferir se independência e a imparcialidade judicial são ou não limites à liberdade de imprensa tem necessariamente que se estabelecer os seus limites (da liberdade de imprensa).

Para estabelecer os limites da liberdade de imprensa é necessário chamar à colação os artigos 37.º e 38.º da CRP e o artigo 3.º da Lei de Imprensa.

O artigo 38.º, n.º 1 da CRP garante a liberdade de imprensa “como um direito fundamental e como uma instituição, basilar e irrenunciável da sociedade democrática e do Estado de direito” (Tribunal da Relação de Lisboa, 2004: Processo n.º 9777/2004-6) que se fundamenta no direito à informação.

O n.º 2, do artigo 37.º, da CRP refere claramente que o direito à liberdade de expressão e de informação não pode ser impedido ou limitado por qualquer forma de censura. Por seu turno o n.º 3 do mesmo artigo reconhece a “existência de limites ao exercício dos direitos de expressão e de informação” (*ibidem*).

Os limites referenciados devem ser entendidos como os necessários para “a salvaguarda, promoção e prossecução de valores ou interesses de inequívoca dignidade” (*ibidem*), pelo que apenas nesta medida poderá haver limites à liberdade de imprensa.

O desrespeito pelos limites supra enunciados poderá originar infracções cometidas no exercício destes direitos, no caso a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa, designadamente quando colidem “com outros direitos ou institutos constitucionalmente protegidos” (Tribunal Constitucional, 2003: Acórdão n.º 605/2007).

Assim sendo o “direito de informar e, por extensão, a liberdade de imprensa não são direitos ilimitados e absolutos” (*ibidem*), ou seja, estão limitados por outros direitos

cujas importâncias obrigam a um esforço de compressão, na medida do necessário, do direito de informar e da liberdade de expressão.

O mesmo raciocínio é seguido pelo n.º 1, do artigo 3.º da Lei de Imprensa que refere que os limites a essa mesma liberdade “são os que decorrem da lei - fundamental e ordinária - de forma a salvaguardar o rigor e a objectividade da informação, a garantir os direitos ao bom nome, à reserva da intimidade da vida privada, à imagem e à palavra dos cidadãos e a defender o interesse público e a ordem democrática” (Tribunal da Relação de Lisboa, 2003: Processo n.º 8136/2002-3).

Os referidos limites são “por um lado e desde logo, imanentes ao próprio direito em si (por princípio nenhum direito é absoluto nem ilimitado, não constituindo a liberdade de expressão excepção a esse princípio) e, por outro, os limites estabelecidos por lei mediante autorização constitucional” (Tribunal Central Administrativo do Norte, 2005: Processo n.º 00070/04).

Importa em especial para a problemática em análise os limites imanentes.

Os limites imanentes (também designados por “limites aos direitos fundamentais imanentes à própria Constituição” (Machado, 2002: 711) devem ser entendidos como os limites necessários para que o exercício do direito da liberdade de imprensa não possa “pôr em causa o conteúdo essencial de outro direito ou atingir intoleravelmente a moral social ou os valores e princípios fundamentais da ordem constitucional” (Tribunal Central Administrativo do Norte, 2005: Processo n.º 00070/04), ou seja, são limites que resultam de uma análise articulada dos vários “bens constitucionalmente protegidos inscritos no espírito da lei fundamental” (Machado, 2002: 710).

Não cabe discutir na presente análise todos os limites à liberdade de imprensa, mas apenas dois limites em específico, igualmente tutelados pela CRP, a independência e a imparcialidade judicial.

Ficou anteriormente determinado que quer a liberdade de imprensa quer a independência e a imparcialidade judicial são bens constitucionalmente protegidos, precisamente pelo seu valor no seio de uma sociedade democrática, cujo fundamento radica essencialmente na dignidade e liberdade da pessoa humana.

Em virtude de a independência e a imparcialidade judicial serem bens jurídicos constitucionalmente protegidos, devido à importância do seu conteúdo, constituem



limites à liberdade de imprensa iminentes à própria Constituição, circunscrevendo assim o âmbito da liberdade de imprensa.

Pode então afirmar-se que a CRP consagra a liberdade de imprensa, mas consagra também os respectivos limites, entre os quais se inclui a independência e a imparcialidade judicial. Fruto das limitações mutuamente estabelecidas entre a liberdade de imprensa e a independência e imparcialidade judicial, enquanto bens constitucionalmente protegidos e de igual interesse e dignidade, surgem por vezes situações de conflito.

A resolução das situações de conflito entre vários direitos constitucionais ou entre direitos e outros bens constitucionais tem sido objecto de estudo e de reflexão no que se tem denominando por “direito constitucional de conflitos” (Tribunal Central Administrativo do Norte, 2005: Processo n.º 00070/04), no entanto apenas uma análise casuística permite dar resposta cabal à forma como devem ser equacionados por um lado a independência e a imparcialidade judicial e por outro a liberdade de imprensa.

A análise casuística ora referida, terá sempre de ser uma análise articulada que não pode nem deve ser abstractamente equacionada, pois o conteúdo dos bens em causa não se compadece, sob pena de uma limitação arbitrária do seu âmbito e conteúdo, com uma análise desgarrada da realidade do caso concreto.

Note-se, no entanto, que não se quer significar com a presente afirmação que não é possível a criação de directrizes gerais de análise, sendo certo que o próprio TEDH tem sido frutífero no que se refere à criação de linhas de interpretação ou directrizes gerais para a resolução destas situações de conflito.

Seria expectável que a este propósito tivesse sido invocada a respectiva jurisprudência comunitária, bem como o artigo 10.º da CEDH, em virtude da sua importância no ordenamento português. No entanto, a opção que se afigura mais correcta é relegar a análise da jurisprudência comunitária e do preceito supra enunciado para o Capítulo VI, referente à análise das relações entre os media e a justiça penal na fase do julgamento.

## **CAPÍTULO V – Os media e a justiça penal na fase de inquérito**

### **V.1 - A fase de inquérito, os media e o Ministério Público**

Munidos das bases conceptuais que tentámos traçar ao longo dos capítulos anteriores chegou o momento analisar a dinâmica que se estabelece, durante a fase de inquérito, entre os media (entenda-se os jornalistas) e o MP.

Para analisar a dinâmica em causa o presente subcapítulo parte de três questões principais, através das quais é gerada a dinâmica entre os respectivos intervenientes, sem, no entanto, descurar o que possa advir na sequência das mesmas e que se considere como pertinente:

- 1- Quais as finalidades do inquérito;
- 2- Quais os objectivos do MP durante a fase de inquérito;
- 3- Quais os objectivos dos media durante a fase de inquérito.

É durante a fase de inquérito que decorre a investigação que dará substância à decisão de acusar ou não, consoante a prova obtida.

Durante a investigação procura-se “aprofundar o conteúdo da notícia do crime, verificar o seu fundamento, procurar os autores do facto” (Mesquita, 2003), recolhendo as provas, os vestígios, as evidências físicas e tudo o mais que possa contribuir para a reconstituição dos factos.

É durante esta fase que o segredo de justiça, interno ou externo, demonstra a sua utilidade, no que concerne à protecção da investigação<sup>111</sup> ou à protecção de direitos dos cidadãos.

Durante a fase de inquérito os objectivos do MP são essencialmente identificáveis com o sucesso da investigação, ou seja, recolha e preservação da prova, com o objectivo da reconstrução dos factos de acordo com a verdade material, culminando com a pronúncia ou não pronúncia do arguido, respeitando sempre a legalidade, os princípios gerais de Direito e os direitos do cidadão.

---

<sup>111</sup> Remetemos a este propósito para o explanado no subcapítulo IV.2.1 - O segredo de justiça como instrumento de protecção da investigação.

Os objectivos dos media durante a fase de inquérito distanciam-se, como seria expectável, dos objectivos do MP, desde logo porque a sua função social é diferente.

Os objectivos ou os interesses dos media durante a fase de inquérito variam consoante o valor-notícia ou valores-notícia em causa, ou seja, se o valor-notícia for elevado, maior será também o interesse dos media naquele inquérito ou investigação.

O objectivo em geral, no caso de o valor-notícia ser elevado, será o de obter o maior número de informações possíveis, no menor lapso temporal possível, ainda que tal possa eventualmente significar o ignorar ou o violar de preceitos constitucionalmente consagrados e protegidos, como é o caso do segredo de justiça.

A fricção de todos estes interesses ou linhas de força, diferentes na sua génese, geram a dinâmica que muitas vezes transparece nos espaços noticiosos, sejam estes sensacionalistas ou não.

Aquando da aquisição da notícia do crime e do início da sua investigação, o processo poderá ou não ficar sob o desígnio do segredo de justiça, para efeitos de protecção da investigação ou dos direitos individuais.

O segredo de justiça, no caso de visar a protecção da investigação já feita e/ou a fazer, será para o MP o elemento de protecção dessa mesma investigação, ao impedir o acesso e divulgação dos autos e do seu conteúdo.

Tendo o processo em causa interesse para os media, entenda-se valor-notícia e interesse público, os jornalistas empreenderão todos os esforços necessários à obtenção da informação ou matéria-prima para a redacção da notícia. O segredo de justiça, na óptica dos media, será então representado como um entrave à obtenção da informação, da matéria-prima para que o jornalista possa redigir a notícia.

A liberdade recém-adquirida<sup>112</sup>, liberdade de expressão e de imprensa, criou novos fenómenos comunicacionais, abriu novos caminhos e novos canais de comunicação e colocou à disposição da população um manancial de informação tremendo.

Estas mesmas alterações tiveram quer efeitos positivos quer efeitos negativos.

---

<sup>112</sup> A referência a liberdade recém-adquirida não é desprovida de sentido, volvidos cerca de 43 anos de democracia, de liberdade de expressão e de imprensa, Portugal bem como a sua população ainda não amadureceu o suficiente para poder lidar com estas liberdades com a devida consciência de que as mesmas também incluem limites.

Se por um lado, como incontestáveis efeitos positivos, podem ser nomeados o desmontar da figura austera e da solenidade do poder judicial e do MP, a crescente acessibilidade à justiça, o maior conhecimento dos direitos e o efectivo exercício democrático por parte dos cidadãos.

Por outro lado, contam-se também os efeitos negativos, que não podem nem devem ser ignorados, sob pena de na proclamação extremista das liberdades se perder a noção de que também estas têm limites e, que esses mesmos limites garantem o núcleo essencial dos direitos na sua justa medida, a todo e qualquer cidadão. Olvidar este aspecto originará no mínimo um país em que não há absolutamente nenhuns direitos para nenhum cidadão porque ninguém é capaz de os respeitar, pelo menos no que se refere ao seu núcleo essencial.

Esta liberdade de expressão e de imprensa, recém-adquirida nos termos enunciados, trouxe consigo a possibilidade de ver, conhecer e dar a conhecer, questionar e opinar as opções do Estado enquanto conjunto institucionalizado de poderes ao serviço do povo, bem como do funcionamento da justiça, enquanto pilar fundamental para o bom funcionamento desse mesmo Estado.

A liberdade de expressão e de imprensa, o mediatismo de alguns processos, a curiosidade do cidadão e o desenvolvimento de um fenómeno de *voyeurismo* (quase mórbido) da desgraça alheia, contribuíram, para além de outros factores anteriormente referenciados, para que a justiça e as questões relacionadas com a mesma se tornassem tema de notícia.

Em sede de processo penal, em concreto na fase de inquérito, especialmente quando submetida ao segredo de justiça é que se aguça a curiosidade do cidadão e que o valor-notícia da informação aumenta exponencialmente, verificando-se, neste âmbito, as fugas de informação e as consequentes violações do segredo de justiça.

O campo da investigação criminal, entenda-se a fase de inquérito, é talvez um dos frutos mais apetecidos dos media, sendo prova disso os cabeçalhos dos jornais, que muitas vezes se alimentam de investigações criminais incipientes, cujo objecto são crimes rocambolescos ou nos quais estão envolvidos pessoas com um determinado *status* social.

Para lá de todas as considerações que se possa tecer sobre os interesses subjacentes às notícias sobre crimes ou investigações criminais, é inegável a função social dos media: informar.

Esta função social, na qual radica a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa (na sua tríplice função de direito de informar, ser informado e se informar), serve inquestionáveis propósitos democráticos, sendo um desses propósitos o escrutínio público da justiça e da forma como esta é administrada.

Mas então qual é a dinâmica que se estabelece entre os media e o Ministério Público, em sede de inquérito sob a protecção do segredo de justiça?

O Ministério Público, não obstante a progressiva abertura<sup>113</sup> que tem vindo a demonstrar nos últimos anos, em especial por via da publicação na internet de relatórios, informações, comunicados ou pareceres<sup>114</sup>, ainda se mostra tímido no que se refere à prestação de esclarecimentos ou comunicados por via dos media, entenda-se jornalistas.

Esta incapacidade comunicativa (natural ou inerente) por parte do MP deriva também do respectivo dever de reserva, bem como do regime do segredo de justiça, não obstante, por via do n.º 13, do art. 86.º do CPP, ser possível, com a devida cautela, comunicações do MP aos media.

A ausência comunicativa, ou incapacidade comunicativa, é potenciada nos casos de segredo de justiça, pois este mesmo regime impõe um “pacto de silêncio” (salvo a excepção já referida), entre os intervenientes enunciados, relativamente ao processo sobre o qual o mesmo foi aplicado, sendo que este secretismo gera ainda mais curiosidade.

---

<sup>113</sup> Citamos como bons exemplos dessa abertura progressiva as páginas da internet da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, disponível em [www.pgdlisboa.pt](http://www.pgdlisboa.pt), com uma comunicação pró-activa de algumas decisões do MP, quando revelem mais interesse ou impacto social, os planos e os resultados da actuação do MP no distrito, ou mesmo algumas informações mais pedagógicas ao cidadão em áreas de maior vulnerabilidade. Também ao nível judicial se nota um avanço de relevo, nos últimos dez anos, com a disponibilização *online* e livremente acessível dos acórdãos dos tribunais superiores, na Biblioteca Digital da Justiça Portuguesa, antiga DGSI, agora reformulada e disponível na página <http://biblioteca.mj.pt/Paginas/default.aspx>. Em todo o caso, constata-se que se tratam de casos praticamente isolados e sem correspondência, em outros instrumentos de comunicação, fora do ambiente *internáutico*.

<sup>114</sup> A este propósito remetemos para as palavras de Cunha Rodrigues vertidas na página 6, do anexo II, do Boletim Informativo n.º 24, de Setembro de 1998, da Procuradoria - Geral da República. (Ministério Público, 1998).

Cientes de que o segredo de justiça é um instituto que deve e tem de ser efectivamente respeitado (tendo em consideração a sua dignidade constitucional e a redução do seu âmbito de aplicação), somos obrigados a reconhecer que quanto mais secretismo se gera em torno de uma determinada situação, maior a curiosidade que essa mesma situação suscitará.

O valor-notícia de valor acrescentado da justiça e das temáticas relacionadas com o crime, acompanhado da curiosidade popular conduz a uma maior audiência ou a tiragem e logo a um maior lucro (que nos dias que correm determina em larga medida parte do valor-notícia).

Conscientes desta realidade, os jornalistas procuram avidamente a matéria-prima da notícia nos processos em segredo de justiça, especialmente se envolverem pessoas conhecidas ou matérias completamente fora do comum, seja através dos seus intervenientes ou das pessoas que tenham alguma ligação ao processo.

No entanto esta procura da matéria-prima da notícia não se compadece com o tempo necessário para que a investigação (entenda-se a fase de inquérito) seja bem-sucedida. A notícia tem de ser para hoje, ou para ontem.

O tempo urge para que se traga a novidade, ou seja, a notícia “fresca” e em primeira mão, que garantidamente como novidade que é, aguçar a curiosidade do cidadão. Não raras vezes esta situação, bem como o bulício e inquietação em torno da investigação geram perturbações na mesma, podendo inclusive obstruir a que esta seja bem-sucedida.

Por seu turno o MP deve procurar, dentro da medida do legalmente permitido, manter o inquérito e a investigação em segredo de justiça, de forma a garantir o seu sucesso e a cumprir os mandamentos legais e constitucionais em questão.

Encontramos desta forma dois interesses públicos em oposição: por um lado a protecção da investigação através do segredo de justiça, por outro lado a liberdade de imprensa.

De que forma se devem conciliar estes os dois interesses públicos, que são também valores constitucionalmente protegidos?

Quando os media divulgam notícias cujos conteúdos se reportam a actos processuais de inquéritos que estão em segredo de justiça, estamos perante uma

violação do segredo de justiça na sua vertente externa, ou seja, a violação da proibição de o processo ser revelado a terceiros que não sejam sujeitos processuais<sup>115</sup>.

Note-se que para haver violação do segredo de justiça tem de haver, necessariamente, alguém de alguma forma, externa ou internamente, associado ao processo, a veicular, fornecer ou facultar informações ao jornalista. Apenas quem está no interior do sistema de justiça, seja juiz, magistrado do MP, ou OPC ou quem contacta pontualmente com o inquérito, em interrogatórios, buscas e outros actos processuais, como sejam advogados, peritos, testemunhas e outros intervenientes ou “espectadores” ocasionais é que pode violar o segredo de justiça, porquanto apenas estes intervenientes é que tem conhecimento do que se passa no processo e com o processo que se encontra em segredo de justiça.

No caso de o segredo de justiça servir a protecção da investigação, nas situações que já foram enunciadas, encontramos um claro choque entre interesses públicos, por um lado o interesse público em que a investigação decorra da melhor forma possível para servir a justiça e por outro lado o interesse público de se informar da população, que é alcançado através da publicação da notícia pelos media.

Como equacionar então estes dois interesses públicos, sem que ambos sofram amputações ou esvaziamentos do seu conteúdo essencial?

Quer o segredo de justiça, quer a liberdade de imprensa apresentam-se como valores constitucionalmente protegidos, o primeiro por via do artigo 20.º, n.º 3 e o segundo por via dos artigos 37.º e 38.º da CRP. Sendo ambos bens constitucionalmente protegidos, ambos se limitam reciprocamente, em virtude dos limites imanentes ou “limites aos direitos fundamentais imanentes à própria Constituição” (Machado, 2002: 710).

Quer o segredo de justiça, quer a liberdade de imprensa limitam-se reciprocamente, enquanto valores ou bens constitucionalmente protegidos, pelo que não se pode, sem mais, esvaziar o conteúdo essencial de ambos os valores constitucionalmente protegidos.

Assim, na conformação de ambos os valores constitucionalmente protegidos, impõe-se uma análise casuística, tendo em conta o conteúdo moldável e o núcleo

---

<sup>115</sup> Fora das situações enquadráveis como violação do segredo de justiça ficam as investigações jornalísticas, pelo que subtraímos desde já tais situações aquelas que são reconduzíveis à violação do segredo de justiça.

essencial da liberdade de imprensa, mas também a necessidade de protecção da investigação através do segredo de justiça, que para além dos interesses particulares, defende também interesses públicos, nomeadamente a boa administração da justiça, conseguida em primeira linha através de uma investigação bem-sucedida.

## **V.2 - A fase de inquérito, os media e a polícia criminal**

No decorrer da fase de inquérito, há para além do JIC e do MP, um outro interveniente que se revela particularmente importante em sede de investigação: a polícia criminal ou os órgãos de polícia criminal.

Mas o que são os órgãos de polícia criminal?

Quais as suas funções ao longo do inquérito e da investigação?

Quais os seus objectivos?

As questões relacionadas directamente com os OPC surgem, por vezes, um tanto ou quanto desconsideradas nalgumas obras de cariz mais teórico, mas em virtude da sua importância em sede de inquérito, optamos por lhes dedicar algum espaço de reflexão.

O CPP define na alínea c) do artigo 1.º, os órgãos de polícia criminal como “todas as entidades e agentes policiais a quem caiba levar a cabo quaisquer actos ordenados por uma autoridade judiciária ou determinados por este Código”.

Parte do conteúdo útil da definição apresentada pelo CPP remete então para outra definição, o que são entidades e agentes policiais?

A Lei da Organização Criminal responde a esta questão no artigo 3.º, ao estabelecer a distinção entre órgãos de polícia criminal de competência genérica e órgãos de polícia criminal de competência específica.

Enuncia o mesmo artigo, no n.º 1 que são órgãos de competência genérica a Polícia Judiciária, a Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública. Deste modo o n.º 1 do artigo 3.º da LOIC apresenta um catálogo taxativo dos órgãos de polícia criminal com competência genérica, sem, no entanto, apresentar uma definição do que se deva entender por órgãos de polícia criminal com competência genérica.

Por sua vez, relativamente aos órgãos de polícia criminal de competência específica, o mesmo artigo não oferece qualquer definição, limitando-se a referir que os órgãos de polícia criminal com competência específica são todos os demais que não detenham competência genérica, ou seja, são órgãos de polícia criminal com



competência específica todos à excepção da Polícia Judiciária, Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana.

A tentativa de elencar todos os órgãos de polícia criminal de competência específica obriga a uma análise exaustiva de diversos diplomas, cuja presente reflexão não comporta. Assim, limitamo-nos a elencar quais os órgãos de polícia criminal com competência específica, advertindo que tal catálogo resulta de uma análise articulada de diversos diplomas (Silvério e Afonso, 2010: 52 a 61).

Resulta então da análise articulada de diversos diplomas o seguinte elenco dos órgãos de polícia criminal com competência específica: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Polícia Judiciária Militar, Autoridade Marítima, Polícia Marítima, Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, Autoridade da Concorrência, Comissão de Mercados de Valores Mobiliários, Inspecção-Geral das Actividades Culturais, Inspecção-Geral do Ambiente e Ordenamento do Território, Órgãos da Administração Tributária, Órgãos da Administração da Segurança Social, Inspecção-Geral do Trabalho e Direcção-Geral das Alfândegas e Impostos Especiais sobre o Consumo, Guardas Florestais e Direcção-Geral dos Impostos.

A técnica legislativa usada para a definição (ou tentativa de definição) dos órgãos de polícia criminal é merecedora de algumas críticas, nomeadamente o facto de obrigar a um esforço de análise articulada de diversos diplomas, que em nosso entender, não oferece ao cidadão um entendimento claro, geral e global do que são os OPC, bem como as suas competências.

Críticas à parte, pois a presente reflexão não as comporta em toda a sua extensão, cumpre analisar as funções dos OPC em geral, centrando posteriormente a atenção nas suas funções em sede de inquérito.

De acordo com o artigo 55.º do CPP “compete aos órgãos de polícia criminal coadjuvar as autoridades judiciais com vista à realização das finalidades do processo” e “ainda por iniciativa própria, colher notícia dos crimes e impedir quanto possível as suas consequências, descobrir os seus agentes e levar a cabo os actos necessários e urgentes destinados a assegurar os meios de prova”.

São estas as funções essenciais dos OPC descritas de uma forma genérica o suficiente que permite o respectivo preenchimento das cláusulas que as compõe com recurso à LOIC e aos respectivos diplomas orgânicos de cada OPC.

Em sede de processo penal os órgãos de polícia criminal actuam “sob a direcção das autoridades judiciais e na sua dependência funcional”<sup>116</sup>, ou seja, existe uma subordinação funcional por parte dos OPC aos tribunais e às autoridades judiciais, entenda-se juizes e MP.

A relação que se estabelece entre os OPC e o MP, em virtude da delegação genérica de competência, enunciada no artigo 270.º do CPP e cujo preenchimento foi feito através da Directiva n.º 1/2002, da Procuradoria-Geral da República, datada de 14 de Março de 2002 (Ministério Público, 2002), é uma relação de coadjuvação e subordinação funcional.

Em fase de inquérito, os OPC laboram em coadjuvação, articulação e subordinação funcional, directamente com o MP e em virtude desta situação os objectivos dos OPC acabam por ser reconduzíveis aos objectivos anteriormente elencados para o MP.

Partindo desta premissa, conclui-se então que as linhas de força criadas entre os jornalistas e os OPC acabam por ser as mesmas que surgem entre os jornalistas e o MP.

Recordando o que foi anteriormente referido, em sede de inquérito sob o segredo de justiça, os OPC procuraram proteger a investigação, enquanto os jornalistas procurarão obter o máximo de informação possível. Estes interesses claramente contraditórios criam a dinâmica entre o MP e os jornalistas, mas também entre jornalistas e os OPC, pois os últimos partilham os objectivos do MP.

O crescente aumento de competências (ainda que delegadas) bem como a presença, cada vez maior, dos OPC no terreno da investigação ou no cenário do crime, geraram uma maior exposição destes órgãos quer aos jornalistas, quer ao público em geral, por via destes últimos.

Esta maior exposição gera por vezes situações de animosidade e de claro conflito de interesses, por um lado os OPC tentam dentro da actuação mais directa proteger e acautelar a prova, enquanto os jornalistas procuram aceder ao cenário do crime ou até aos autos com vista a obter informações ou imagens.

No entanto, estas questões não se colocam quando o processo não esteja em segredo de justiça, sendo certo que os OPC, dentro da margem de manobra que lhes é

---

<sup>116</sup> Conforme referido pelo art. 56.º do CPP.

concedida pela lei, têm demonstrado cada vez maior abertura à comunicação e aos media, apesar de por vezes ainda se mostrar escassa a informação transmitida<sup>117</sup>.

Esta abertura que os OPC têm vindo a demonstrar relativamente aos media e à liberdade de imprensa<sup>118</sup>, têm dado origem a bons resultados, demonstrando que os OPC são fonte de notícia e que acima de tudo são credíveis e isentos nas declarações que prestam, devendo por isso ser considerados como fonte privilegiada.

No âmbito do processo em segredo de justiça, a situação terá de ser equacionada de uma outra forma.

O âmbito subjectivo do segredo de justiça também abrange os OPC, pelo que a divulgação de informação constante dos autos representará uma violação desse mesmo segredo de justiça.

Entre as várias leis orgânicas dos OPC<sup>119</sup> apenas a Lei Orgânica da Polícia Judiciária (Assembleia da República, 2008) estabelece de forma clara e inequívoca no artigo 13.º a sujeição dos respectivos OPC ao segredo de justiça. As demais leis orgânicas, nomeadamente a Lei Orgânica da PSP e a Lei Orgânica da GNR não contemplam tal referência. Apesar de nas respectivas leis orgânicas não constar nenhuma referência (salvo a excepção já enunciada), é de se lhes aplicar a sujeição ao regime do segredo de justiça, cabendo no seu âmbito subjectivo de aplicação.

Não obstante este âmbito subjectivo de aplicação, o artigo 86.º, n.º 13, do CPP configura uma excepção ao segredo de justiça na sua vertente externa.

Será então aplicável esta mesma excepção aos OPC, por via da delegação de competências pelo MP, ou seja, poderá o MP delegar a competência para a prestação de esclarecimentos públicos ao abrigo do n.º 13 do artigo 86.º do CPP?

O artigo 86.º, n.º 13 configura uma excepção ao segredo de justiça na sua vertente externa, ao permitir a prestação de esclarecimentos pela autoridade judiciária, com base nas condições e nos pressupostos já enunciados. Aferimos aquando da análise do preceito supra enunciado, que a autoridade judiciária competente é o MP e o JIC, nos termos e para os efeitos anteriormente enunciados.

---

<sup>117</sup>Os OPC devem comunicar, mas comunicar de forma equilibrada, porquanto o discurso policial, construído com estratégia, é cada vez mais importante numa sociedade moderna como uma forma de prevenir e combater o crime.

<sup>118</sup> Destacamos neste aspecto o departamento de relações públicas da PJ e o departamento de comunicação da PSP.

<sup>119</sup> Tomando por base as Leis Orgânicas dos OPC com competência genérica: PJ, PSP e GNR.

Tomando por base a delegação genérica de competências na PJ, na PSP e na GNR, cumpre questionar se essa mesma delegação de competências contempla a prestação de esclarecimentos públicos ao abrigo do n.º 13 do artigo 86.º?

Admitirá o n.º 13 do artigo 86.º que tais esclarecimentos sejam prestados pelos OPC?

Resulta da Directiva n.º 1/2002 da Procuradoria-Geral da República que a delegação genérica de competências compreende a delegação da “competência para a investigação e para a prática dos actos processuais de inquérito derivados da mesma ou que a integrem”<sup>120</sup> (sublinhado nosso).

Relativamente a cada OPC é definido o mesmo em termos da delegação genérica, no entanto referindo-se a crimes diferentes, ou seja, a PJ tem competência genérica delegada pelo MP para um determinado grupo de crimes, a PSP tem competência genérica delegada pelo MP para um grupo de crimes, sucedendo o mesmo com a GNR.

Caberá então nesta delegação genérica de competências a delegação da prestação de esclarecimentos, ao abrigo do n.º 13 do artigo 86.º?

Estamos em crer que não, sob pena de se defraudar a *ratio* subjacente à competência em matéria de segredo de justiça, bem como a interpretação do argumento literal que resulta do próprio n.º 13 do artigo 86.º.

A competência em matéria de segredo de justiça cabe essencialmente ao MP e ao JIC, sendo este o entendimento que resulta quer da distribuição de competências entre ambos, quer do próprio regime do segredo de justiça.

Ao MP compete a determinação da sujeição de um processo ao regime do segredo de justiça quando os interesses da investigação ou dos sujeitos processuais assim o clamem, sendo que tal determinação dependerá sempre de validação do JIC, nos termos do artigo 86.º n.º 3.

Ainda no âmbito do mesmo artigo, mas desta feita no n.º 2, caberá também ao MP propor ao Juiz, mediante requerimento, a sujeição de um processo ao regime do segredo de justiça quando a publicidade prejudique os direitos dos sujeitos ou dos participantes processuais.

Note-se que em nenhum momento é atribuída competência aos OPC no domínio do segredo de justiça, pelo que também não fará sentido nenhum atribuir-lhe a

---

<sup>120</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO. Procuradoria-geral da república - *Directiva n.º 1/2002 de 14 de Março de 2002*. D.R.: II Série, 04-04-2002 (2002) Lisboa: Imprensa Nacional, 2002.

competência para prestação de declarações no âmbito da excepção do n.º 13 do artigo 86.º.

Na senda da defesa desta ideia é possível recorrer ao elemento literal que indica expressamente que compete à respectiva autoridade judiciária a prestação dos esclarecimentos públicos, não estabelecendo o artigo qualquer outra excepção que preveja a delegação desta mesma competência nos OPC.

Ainda que se argumente com base na delegação genérica de competências que é possível a prestação de esclarecimentos públicos, ao abrigo do n.º 13 do artigo 86.º, pelos OPC, temos em crer que tal argumento não procede, pois essa mesma delegação remete para a “competência para a investigação e para a prática dos actos processuais de inquérito derivados da mesma ou que a integrem” (sublinhado nosso), ou seja remete para as competências de cariz técnico directamente relacionadas com a investigação e não necessariamente relacionadas com toda a fase de inquérito.

Com base nos fundamentos ora expostos defendemos então que a competência para a prestação de esclarecimentos ao abrigo do n.º 13 do artigo 86.º, cabe apenas e tão-somente ao JIC e ao MP, pois apenas estes são autoridades judiciárias.

Não partilhamos por isso da opinião defendida por Pedro do Carmo (2010: 123), ao referir, de forma indistinta que a informação prestada ao abrigo artigo supra enunciado, tanto pode ser prestada por um polícia como por um magistrado.

Reforçando este entendimento, invocamos o Parecer n.º PGRP0006725, do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República (Ministério Público, 1981), do qual se retira que a Polícia Judiciária (entenda-se extensivamente OPC) pode, para efeitos de prevenção geral e específica da criminalidade, dentro do que lhe é legalmente permitido, prestar esclarecimentos. No entanto, tais esclarecimentos não podem contender com o que deve ficar salvaguardado por via do segredo de justiça. Ou seja, os OPC podem e devem comunicar, mas sempre que esses comunicados envolvam matérias ou processos em segredo de justiça, os referidos OPC devem abster-se da prestação de quaisquer esclarecimentos, deixando tal competência para aqueles a quem a lei a atribuí, MP e JIC.

Concluindo, podemos estabelecer, em sede de inquérito, o seguinte esquema relacional entre os jornalistas e os OPC:

- Os jornalistas procuram a matéria-prima da notícia;
- Os OPC tentam, dentro dos limites da legalidade, proteger a investigação, fonte e fruto do seu trabalho;

➤ Estando vinculados ao segredo de justiça os OPC estão impedidos de prestar quaisquer declarações, não lhes sendo aplicável a excepção do n.º 13 do artigo 86.º, por força dos argumentos já explanados.

A dinâmica estabelecida entre os jornalistas e os OPC, em tudo similar à dinâmica estabelecida entre os jornalistas e o MP, assume-se como uma dinâmica de tensão face aos interesses divergentes em jogo, cuja dignidade constitucional, obriga a um esforço de conformação dos interesses em causa – por um lado a liberdade de imprensa e de expressão e por outro lado o direito a uma justiça eficaz e eficiente.

Genericamente, os OPC podem comunicar com os media. Todavia, no que se refere aos processos em segredo de justiça e considerando o âmbito de aplicação do n.º 13 do artigo 86, os OPC já não prestar quaisquer esclarecimentos, devendo essa tarefa ficar a cargo os JIC e do MP, porquanto apenas estes, enquanto autoridades judiciais, se encontram legitimados para a prestação de tais esclarecimentos aos media.

### **V.3 - Os relatórios de monitorização da reforma penal de 2007**

A reforma penal de 2007 operou significativas mudanças no regime do segredo de justiça e tais mudanças desencadearam reacções e alterações ao comportamento dos intervenientes no universo judiciário e dos media. Assim, iniciava-se uma mudança de paradigma que foi alvo, por um lado, de alguma (se não bastante) contestação e, por outro lado, de alguns aplausos.

O presente subcapítulo foca a análise nos relatórios de monitorização da reforma penal, elaborados pelo Centro de Estudos Sociais em coordenação com o Observatório Permanente de Justiça e cuja direcção científica esteve a cargo de Boaventura de Sousa Santos, procurando uma panorâmica sistematizada do impacto da referida reforma.

A presente reflexão não comporta a total análise de todos os relatórios, pelo que nos focaremos nas problemáticas essenciais para a nossa temática e mais concretamente nos seguintes relatórios:

- 1. Monitorização da Reforma Penal: O processo de preparação e o debate público da reforma (2008a);*
- 2. Monitorização da Reforma Penal – Segundo Relatório Semestral (2008b);*

3. *A Justiça Penal – Uma reforma em avaliação (2009a)*;

4. *Monitorização da Reforma Penal – Relatório complementar (2009b)*.

O primeiro relatório intitulado de *Monitorização da Reforma Penal: O processo de preparação e o debate público da reforma* data de 31 de Janeiro de 2008, que antecedeu a reforma, visou em larga medida “dar a conhecer, de forma sistematizada, o processo de preparação da reforma, incluindo as posições tomadas sobre as soluções apresentadas por diferentes entidades” (UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2008a: 6).

Entre os aspectos a salientar neste primeiro relatório estão os diversos pareceres elaborados por entidades de relevo, nomeadamente:

- a) o Conselho Superior de Magistratura;
- b) a Procuradoria-Geral da República;
- c) a Ordem dos Advogados;
- d) o Conselho dos Oficiais de Justiça;
- e) a Associação Sindical dos Juízes Portugueses;
- f) o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.

O Conselho Superior de Magistratura considerou que a reforma do processo penal iria ter um impacto profundo, sendo o regime do segredo de justiça um dos pontos nevrálgicos dessa reforma.

No âmbito do segredo de justiça e da reforma que então seguia curso, o CSM salientou diversas medidas como positivas.

Desde logo, o CSM considerou como uma medida positiva a circunscrição da “amplitude da fase secreta do processo” que procurava essencialmente a harmonização legislativa com a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

De igual modo, o CSM também considerou como medidas positivas a decisão de tornar irrecorrível o despacho do juiz sobre a publicidade do processo e ainda o facto de ficar explícito que “o direito à informação não é um direito absoluto que não conhece limites” (*ibidem*).

Como aspectos negativos o CSM salientou a consequência do desrespeito pelos prazos de inquérito em virtude de poder dessa mesma consequência poder “comprometer a evolução de determinados processos de inquérito não concluídos em prazo” (*ibidem*:69).

A Procuradoria-Geral da República já se tinha pronunciado anteriormente, pelo que no Relatório ora em análise limitou-se em grande medida a reproduzir o conteúdo do documento anteriormente elaborado.

A Procuradoria-Geral da República contestou com veemência o regime do segredo de justiça, referindo que o mesmo ao impor prazos peremptórios em sede de inquérito desconsiderava as situações de criminalidade mais grave, que obrigavam e obrigam a uma investigação mais complexa.

Contrariamente ao Conselho Superior de Magistratura, a PGR considerou como negativa a definição do carácter irrecorrível do despacho do juiz quanto à matéria da publicidade do processo, alegando que tal situação investia o juiz de poderes discricionários.

Genericamente, a Ordem dos Advogados, considerou as alterações a introduzir como globalmente positivas. Esta ordem profissional pronunciou-se relativamente a alguns aspectos em concreto, todavia nenhum desses mesmos aspectos se afigura como pertinente para a matéria ora em análise.

O Conselho dos Oficiais de Justiça também se pronunciou de forma genérica sobre a reforma considerando-a como globalmente positiva. De igual modo, também merecedoras de nota positiva, na óptica do COJ, são as alterações introduzidas no regime da publicidade do processo e a consequente alteração do artigo 86.º do CPP.

A Associação Sindical dos Juizes Portugueses considerou como positiva a alteração no regime do segredo de justiça e o reforço da publicidade em sede de inquérito. No entanto, a ASJP manifestou alguma preocupação no que se refere às “consequências penais do regime de vinculação ao segredo” (*ibidem*: 108) e quanto ao facto de os prazos do inquérito se tornarem de cariz peremptório, bem como as eventuais consequências daí poderiam advir.

Por último, o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público alertou os eventuais efeitos nocivos da alteração do carácter dos prazos de inquérito. Para este Sindicato, a transformação dos prazos de inquérito, até então prazos meramente ordenadores, em prazos peremptórios, poderia causar sérios prejuízos a nível de investigação, bem como poderia desencadear o aumento do número dos pré-inquéritos e o recurso a meios de investigação informal.

Também a agitação a nível dos órgãos de comunicação social, bem como as comunicações feitas através dos mesmos foi objecto de análise do Relatório de Monitorização.



No referido Relatório é apresentado um gráfico de análise dos artigos publicados em diversos jornais, referentes à reforma penal.

Sob a legenda “Gráfico 1 – Artigos analisados por periódico” (*ibidem*: 126), o

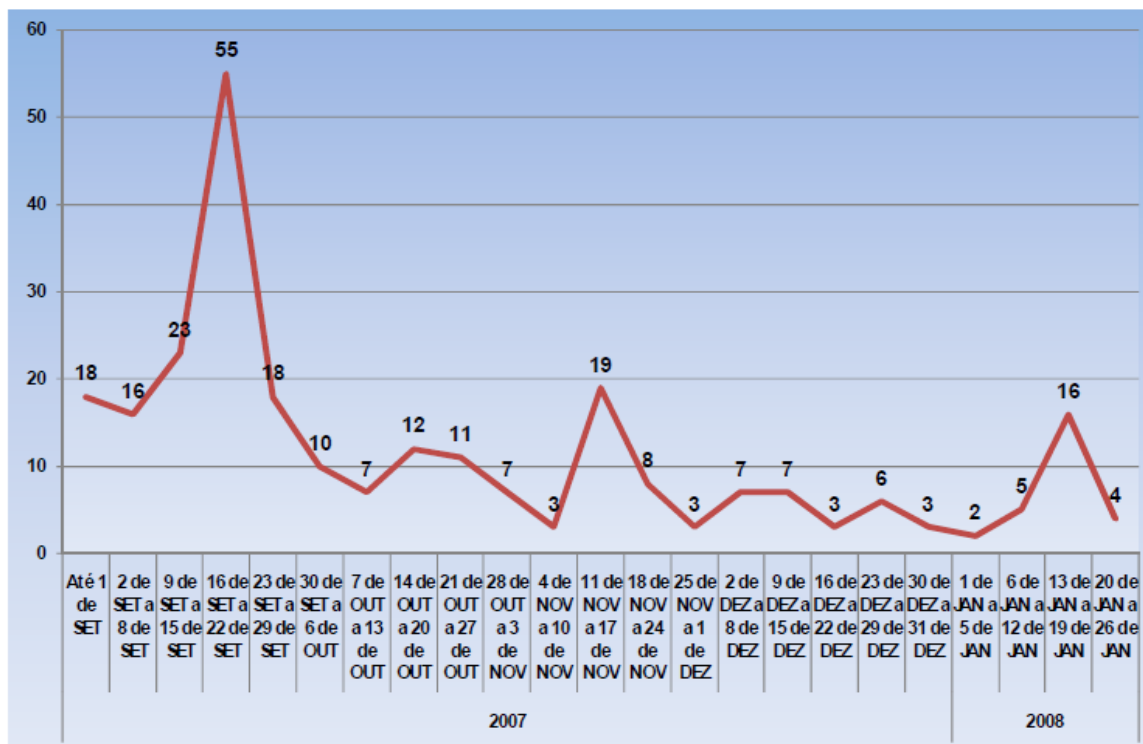


Figura 3 – “Gráfico 1 – Artigos analisados por periódico” (*ibidem*)

referido gráfico é opticamente esclarecedor da volumetria de publicações.

Com uma amostra de cerca de 250 artigos em periódicos nacionais, foram analisados diversos artigos publicados entre o mês Julho de 2007 e a terceira semana do mês de Janeiro de 2008 (*ibidem*: 125).

De acordo com a informação extraída do referido gráfico e do Relatório é possível concluir que que o periódico que mais notícias publicou sobre a reforma foi o “Correio da Manhã”, seguido do “Jornal de Notícias”, do “Diário de Notícias” e do “Público”.

Assim como se verifica uma grande diferença numérica no que se refere à volumetria de publicações relativas à reforma penal entre os vários periódicos, também se verifica que a cobertura mediática dessa mesma reforma também não foi uniforme.

Demonstrativo dos picos informativos a que nos reportamos é o gráfico n.º 2 – “Número de artigos por semana” do referido Relatório (*ibidem*: 126).

Oscilando entre picos, o fluxo informativo e a cobertura noticiosa referente à reforma penal, apresenta-se como irregular e inconstante, ocorrendo o maior fluxo

informativo entre os dias 16 e 22 do mês de Setembro, conforme resulta do gráfico em análise.

Neste universo noticioso foram ainda contabilizadas as intervenções de acordo com os respectivos autores. No topo do número de intervenções encontra-se o Ministério Público, seguido do Poder Político e dos juízes, sendo estes os três intervenientes mais activos. No que se refere às intervenções relativas ao segredo de justiça, seguem-se os juristas e os advogados, contabilizando-se menos intervenções por parte dos jornalistas, conforme se pode constatar pela análise do Gráfico n.º 3, intitulado “Número de intervenções públicas (*ibidem*: 133).

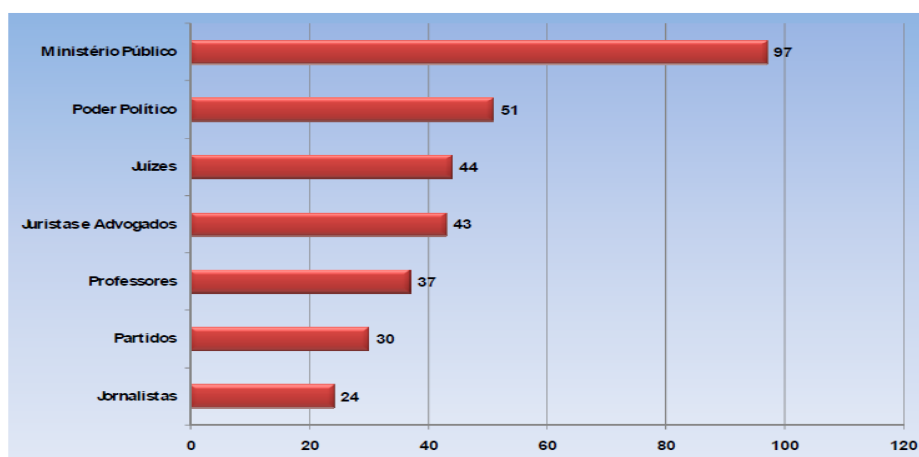


Figura 5 – “Gráfico n.º 3 – Número de intervenções públicas” (*ibidem*)

De todas as temáticas referentes à reforma penal, o segredo de justiça ocupou o quinto lugar no grupo de vinte e duas temáticas diferentes, registando-se cerca de sessenta e duas intervenções relativamente ao segredo de justiça, de acordo com a informação que se extrai Gráfico n.º 4, intitulado “Assuntos das Intervenções” (*ibidem*: 134).

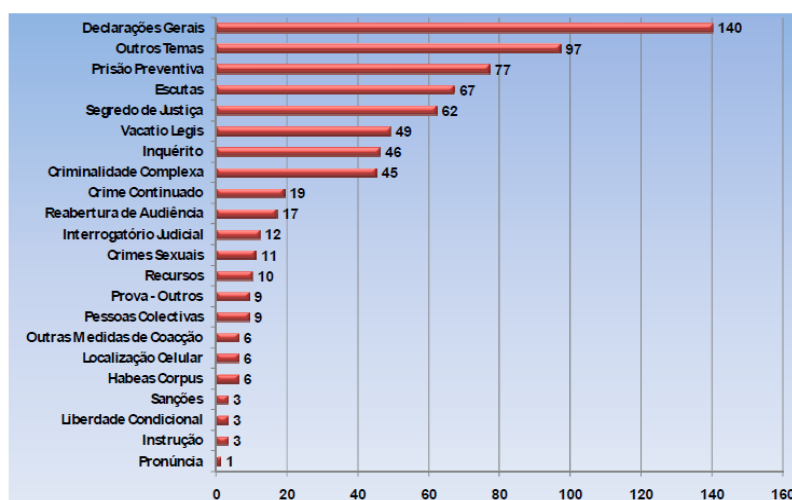


Figura 6 – “Gráfico n.º 4 - Assuntos das Intervenções” (*ibidem*)

No que se refere à análise das posições assumidas, o MP assume posição de destaque, como o grupo mais coeso em termos de críticas à reforma, acompanhado pelos juízes e também pelos jornalistas, sendo que o campo académico não apresentou posição homogénea surgindo como principais intervenientes Germano Marques da Silva (defensor da reforma) e Costa Andrade (contra a reforma) por último o grupo dos advogados cuja posição é relativamente homogénea assume-se como favorável à reforma.

No que se refere às várias intervenções sobre o regime do segredo de justiça é salientada no respectivo Relatório “a intervenção de Pedro Vaz Pato no âmbito das Jornadas sobre a Revisão do Código de Processo Penal, promovidas pelo CEJ” (*ibidem*:159).

O segundo Relatório que merece a nossa atenção tem o título de *Monitorização da Reforma Penal – Segundo Relatório Semestral* e data de 12 de Dezembro de 2008. Neste segundo Relatório em análise destacamos a avaliação da “validação do segredo de justiça, prorrogação e adiamento do acesso aos autos” (UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2008b: 6).

Os intervenientes dos grupos profissionais implicados neste processo foram novamente consultados sobre quais seriam as suas posições relativamente à reforma operada, bem como sobre quais seriam as maiores dificuldades por eles encontradas, aspectos nos quais concentraremos a presente análise.

A principal dificuldade enunciada reside em assegurar a eficácia da investigação em função do novo regime de articulação de competências entre o MP e o JIC e do actual modelo do segredo de justiça.

A posição assumida pelos diversos entrevistados, aquando do primeiro Relatório, mantém-se neste segundo.

O regime do segredo de justiça continua a ser aceite essencialmente pelos juízes e pelos advogados, insurgindo-se contra esta reforma o MP, que considera uma ingerência nas suas competências a necessidade de validação pelo JIC, da aplicação do regime do segredo de justiça ou prorrogação do prazo do mesmo.

A validação da aplicação do segredo de justiça gera ainda algumas divergências, que se concentram essencialmente na questão de saber se essa validação é meramente formal ou se é também de cariz material. O entendimento da jurisprudência tem sido no sentido de não bastar uma mera fundamentação abstracta, mas antes sendo necessária

uma invocação e fundamentação em concreto, que obrigará sempre a uma efectiva apreciação e fundamentação.

Uma outra questão suscitada, no referido Relatório, é: durante quanto tempo pode ser prorrogado o prazo de três meses, de forma a evitar o acesso aos autos?

Também neste aspecto divergem as opiniões que podem ser aglutinadas essencialmente em dois grupos:

- a) Um primeiro grupo, constituído por aqueles que consideram que o prazo apenas pode ser prorrogado até seis meses (uma prorrogação de três meses e uma outra de mais três);
- b) Um segundo grupo, constituído por aqueles que consideram que o prazo da prorrogação não tem qualquer limite, ficando ao critério do JIC a decisão de qual o tempo necessário para a conclusão da investigação.

A contestação relativamente ao novo regime não se queda pelos aspectos enunciados. Há ainda quem considere que o mesmo coloca em causa ou não acautela de forma eficaz o princípio da presunção de inocência ou da intimidade da vida privada, ambos direitos acautelados através do segredo de justiça.

O terceiro Relatório ora analisado, datado de 10 de Julho de 2009 e intitula-se *A Justiça Penal – Uma reforma em avaliação* (UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2009a).

O Relatório refere, desde logo, que os problemas com o segredo de justiça colocam-se apenas relativamente aos processos de criminalidade grave e complexa (e que são em número reduzido face aos restantes processos), para os demais processos não se levantam quaisquer problemas, tendo em conta que a sua investigação é relativamente fácil.

Analisando novamente as posições assumidas pelos diversos intervenientes, salienta-se que os sectores que mais se opuseram à reforma foram na realidade aqueles que mais se pronunciaram relativamente à mesma.

O MP assumiu uma posição claramente contestatária da reforma, os juízes por sua vez, assumiram uma posição de cepticismo, sendo, contudo, reservados nas respectivas opiniões e declarações públicas.

No campo académico as opiniões dividiam-se entre os apoiantes (Fernanda Palma) e os críticos da reforma (Paulo Pinto de Albuquerque). Os advogados, sendo na sua maioria favoráveis à reforma, assumiram a sua posição de forma discreta.

No campo dos media, as opiniões que começaram por ser unanimemente favoráveis à reforma, acabariam também por divergir.

O “Correio da Manhã” e o “Jornal de Notícias” começaram por ser acérrimos defensores desta “nova liberdade de imprensa”, no entanto o “Jornal de Notícias” viria a distanciar-se desta primeira posição assumindo mais uma atitude de reflexão, ao invés de uma posição de empolamento mediático do universo da investigação criminal e da justiça.

Por sua vez, o “Público” e o “Diário de Notícias” apresentavam posições pouco definidas, balançando-se entre a crítica e o aplauso à reforma, acabando o Diário de Notícias por criticar a legislação elaborada com base no impulso mediático de determinadas questões.

Outro aspecto a salientar é a consonância entre o JIC e o MP.

Segundo os dados recolhidos junto dos serviços do MP, o número de processos em que se apresentou como imperiosa a necessidade de imposição do segredo de justiça, reporta-se praticamente apenas a um número reduzido que envolvem criminalidade complexa e grave, sendo que em cerca de 95% dos processos em causa o JIC validou a determinação do segredo de justiça.

Nos restantes 5% dos processos, que não foi validado o segredo de justiça, o MP considerou que tal situação colocou em causa a investigação criminal.

O último aspecto a salientar do relatório ora em análise, é o alerta feito relativamente à conexão entre os prazos do inquérito e o segredo de justiça, considerado como um ponto negativo.

Findos os prazos de inquérito (ainda que acrescido dos três meses), que se revelam curtos para a investigação de criminalidade complexa e organizada, cessa o segredo de justiça, o que coloca em causa as investigações complicadas e morosas feitas nos casos supra referidos.

*Monitorização da Reforma Penal – Relatório complementar*, datado de 2 de Outubro de 2009 é o quarto e último Relatório analisado (UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2009b).

É desde logo referido neste Relatório que deve ser alterada a conexão entre os prazos máximos do inquérito e a quebra do segredo de justiça.

Continua o mesmo relatório, afirmando que tal conexão originou situações em que os processos foram tornados públicos prematuramente, inviabilizando por isso a investigação quando esteja em causa criminalidade complexa e grave, tendo em conta que para os demais processos os prazos apresentam-se como suficientes para que possa ser feita a investigação sem perturbações externas.

O mesmo relatório sustenta a tese de que os casos em que ocorrem que os casos em que ocorrem violações do segredo de justiça são, normalmente, aqueles em que estão envolvidos indivíduos com algum poder político, económico ou social.

É salientado também o cuidado acrescido dos media para evitar situações de violação do segredo de justiça, em especial aquelas em que possam estar em causa indemnizações de montante elevado e também talvez porque conforme referido, nada no actual quadro jurídico obsta a que a violação do segredo de justiça seja efectivamente punida. Apesar de a violação do segredo de justiça não ocorrer apenas através dos media, é precisamente através destes que as consequências dessa mesma violação assumem proporções mais nefastas.

Precisamente neste contexto de sociedade de informação, termina este relatório afirmando que a instrumentalização recíproca entre os tribunais e os media, tem contribuído para o mau estar entre ambos os sectores, sugerindo a adopção medidas de carácter legislativo e não legislativo para melhorar a relação entre ambos, de maneira a servir o cidadão da melhor forma possível.

Numa leitura transversal dos dados enunciados pelos Relatórios é de reter que a reforma não operou mudanças de consciências, as posições mantêm-se as mesmas antes e após a reforma, apenas se refinaram os já existentes modos e as atitudes.

#### **V.4 - A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem**

Recorrendo à análise da jurisprudência considerada relevante para a temática em causa - segredo de justiça e liberdade de imprensa – e não sendo possível uma análise extensiva e exaustiva, opta-se por enunciar, com uma breve explanação dos acórdãos, as linhas gerais de orientação TEDH.

Para tal recorreremos aos casos que consideramos como elucidativos das posições assumidas pelo TEDH nas questões em que se opõe segredo de justiça e liberdade de imprensa, nomeadamente:

- a) Campos Dâmaso c. Portugal;
- b) Dupuis e outros c. França;
- c) Du Roy and Malaurie c. França;
- d) Weber c. Suíça;
- e) Fitt c. Reino Unido.

Recordamos a este propósito que quer a liberdade de expressão, quer o segredo de justiça estão consagrados na Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

A liberdade de expressão, consagrada no artigo 10.º da CEDH, é considerada pelo TEDH como “uma das fundações essenciais de uma sociedade democrática e uma das condições básicas para o seu progresso e realização individual” (Mota, 2009: 21 e 22). Em virtude da sua importância, enquanto direito fundamental, a protecção da liberdade de expressão assume especial relevo na jurisprudência do TEDH.

Por sua vez, o segredo de justiça é reconduzível ao artigo 6.º, n.º 2 da CEDH, na parte em que refere que o exercício da liberdade de expressão e imprensa podem ser submetidas “a formalidades, condições, restrições ou sanções que constituam providências necessárias, numa sociedade democrática” para a segurança nacional, “a segurança pública, a defesa da ordem e a prevenção do crime”, “a protecção da honra ou dos direitos de outrem” ou “para impedir a divulgação de informações confidenciais”.

Na confrontação entre o segredo de justiça e a liberdade de expressão, o TEDH tem optado por privilegiar e proteger a liberdade de expressão e imprensa, em detrimento do segredo de justiça.

Seguidamente analisamos os casos enunciados, ainda que não de uma forma exaustiva, extraindo dos mesmos a fundamentação e argumentos na defesa da liberdade de expressão ou na defesa do segredo de justiça.

a) Campos Dâmaso c. Portugal

O caso Campos Dâmaso c. Portugal opôs o jornalista português Campos Dâmaso, representado no caso pelo advogado Francisco Teixeira da Mota e o Estado Português, representado pelo Procurador-Geral Adjunto à época, Agente J. Miguel (TEDH, 2008: 3).

Este caso teve a sua origem, perante o TEDH, na queixa n.º 17107/05 (TEDH, 2008: 1), que por sua vez derivou da condenação, em última instância, do jornalista Campos Dâmaso, pelo Tribunal da Relação de Guimarães, por violação do segredo de justiça.

Campos Dâmaso, na altura jornalista do “Público”, publicou uma série de notícias referentes a uma personalidade política. O teor das notícias estava essencialmente relacionado com o facto de tal personalidade política ser o principal suspeito num esquema de facturas falsas e outras situações similares. Numa das notícias publicadas, Campos Dâmaso revelou trechos da acusação e indicou que já tinha sido endereçada a respectiva acusação ao arguido.

Na sequência da publicação das notícias, em especial desta última, o Ministério Público instaurou o respectivo inquérito.

O tribunal português de primeira instância decidiu em sede de julgamento pela condenação do arguido por violação do segredo de justiça, não obstante reconhecer que a revelação de trechos da acusação, bem como da notificação da acusação ao arguido, não tinha causado prejuízo à investigação.

Em virtude de tal condenação foi interposto recurso para o Tribunal da Relação de Guimarães, que considerou não haver violação do artigo 10.º da CEDH, pelo que o Campos Dâmaso seguiu com a questão para o TEDH.

No julgamento, o TEDH considerou que a ingerência na liberdade de imprensa por via do segredo de justiça, não se justificava pois não estavam preenchidos os



requisitos necessários para tal, nomeadamente o fim legítimo e necessário em democracia.

Na óptica do TEDH, e conforme reconhecido pelo próprio Estado Português aquando da condenação em primeira instância, o artigo publicado pelo jornalista Campos Dâmaso não causou prejuízo à investigação. Nos argumentos invocados pelo estado português, encontra-se ainda a limitação temporal do segredo de justiça, ainda assim e não obstante o Governo português invocar que o segredo de justiça, no ordenamento português, tem “natureza limitada no tempo”, o TEDH optou por dar primazia à função social dos jornalistas de investigação.

O Estado Português foi condenado e a decisão do TEDH foi no sentido da protecção da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa.

b) Dupuis e outros c. França

O caso Dupuis e outros c. França, opôs os jornalistas franceses Dupuis e Pontaut, e o editor Fayard contra o Estado Francês.

No julgamento Dupuis e outros c. França, o TEDH decidiu novamente a favor da liberdade de imprensa.

No caso apresentado ao TEDH estava em causa a condenação de dois jornalistas (Dupuis e Pontaut) e um editor (Fayard), pelo Estado Francês.

Os jornalistas foram condenados pelo Estado Francês, com base no facto de terem usado informação obtida através da violação do segredo de justiça.

A informação considerada como confidencial tinha sido obtida pelo Estado Francês com recurso a escutas telefónicas, e posteriormente publicada por Dupuis e Pontaut no livro “*Les Oreilles du President*”.

Ambos os jornalistas foram condenados, pelo Estado Francês, por violação do segredo de justiça, bem como por ter sido considerado que o livro “*Les Oreilles du President*” colocava em causa a presunção de inocência de um membro do governo, um dos supostos responsáveis pelas referidas escutas.

No respectivo julgamento, o TEDH reforçou novamente a função social da imprensa, alertando, no entanto, que os media não devem ultrapassar determinados limites, nomeadamente aqueles que são fixados para garantir a boa administração da justiça, sendo que a boa administração da justiça também é do interesse público, conforme foi referido anteriormente.

Na óptica do TEDH, a matéria publicada era de interesse público, pelo que havia razões ponderosas para a sua publicação.

Considerou também o Tribunal que na data de publicação do livro a questão das escutas já tinha sido alvo de uma intensa cobertura mediática.

Tendo por fundamento estes dois argumentos o TEDH decidiu que a condenação do recorrente por violação do segredo de justiça não poderia ser tida como procedente.

O TEDH advertiu ainda, que quando os jornalistas contribuem de forma tão importante para o debate público e para formação da opinião pública esclarecida, assumindo por isso o seu papel de “guardiões da democracia” (*watchdogs*<sup>121</sup>), deve ser cuidadosamente ponderada a sua responsabilização nestas circunstâncias e no exercício dessas funções.

Concluindo, TEDH decidiu que não se estaria perante uma violação do segredo de justiça, não obstante de terem sido reproduzidos e utilizados documentos incluídos no processo-crime e, que embora tivessem sido outrora secretos, já não o eram no momento da publicação do livro.

#### c) Du Roy and Malaurie c. França

No julgamento Du Roy e Malaurie c. França, o Estado Francês foi novamente condenado por violação da liberdade de expressão e de imprensa.

Du Roy (jornalista) e Malaurie (editor) trabalhavam ambos na revista “*L'Événement du Jeudi*”, na qual publicaram um artigo visando uma figura pública.

---

<sup>121</sup> A expressão traduzida à letra significaria cães de guarda, preferimos, no entanto, a expressão de guardiões da democracia.

A figura pública em causa estava envolvida e sob investigação num processo-crime, estando esse mesmo processo, à data da publicação do artigo, ainda na fase de investigação.

O Estado Francês considerou haver violação do segredo de justiça e como tal condenou Du Roy e Malaurie.

Em recurso ao TEDH, alegaram os recorrentes, Du Roy e Malaurie, a violação do artigo 10.º da CEDH, ou seja, violação do direito fundamental à liberdade de expressão e de imprensa.

O Tribunal Europeu, com base na análise dos respectivos requisitos para que se possa considerar como legítima a limitação à liberdade de expressão, considerou que apenas estavam preenchidos dois desses mesmos requisitos.

Na óptica do TEDH para que haja uma legítima limitação à liberdade de expressão é necessário a verificação cumulativa de três requisitos:

1. A ingerência ou limitação da liberdade de expressão, bem como o respectivo fundamento tem de estar previstos na lei;
2. O fim visado por essa limitação tem de ser legítimo;
3. A limitação em causa tem de ser necessária para o bom funcionamento de uma sociedade democrática.

Na verificação dos requisitos o TEDH considerou que os dois primeiros estavam verificados, no entanto, falhava a verificação do terceiro requisito.

Embora o TEDH tivesse tido em consideração que segredo de justiça estava limitado no tempo e que o mesmo visava naquele caso concreto a protecção da reputação e do bom nome de um determinado indivíduo, o tribunal decidiu uma vez mais a favor da liberdade de expressão.

Novamente o TEDH, reforçou na sua argumentação o importante papel dos media numa sociedade democrática, enquanto fonte de informações e ideias do interesse público.

O TEDH condenou assim o Estado Francês por violação do artigo 10.º da CEDH, não obstante, como nos casos já referidos, considerar que a liberdade de imprensa está sujeita a determinados limites.

d) Weber c. Suíça

No julgamento Weber c. Suíça, o TEDH decide novamente a favor da liberdade de expressão, considerando que o Estado Suíço tinha violado o artigo 10.º da CEDH.

Na origem da queixa apresentada junto do TEDH estava a condenação de Weber, pelo Estado Suíço, pela publicação de elementos constantes de uma investigação.

No âmbito de uma campanha lançada para difamar Franz Weber (jornalista, ambientalista e activista suíço) foram publicadas diversas cartas de conteúdo ofensivo e difamatório do próprio.

Franz Weber, em resposta pública a essas mesmas cartas, divulga em sede de conferência de imprensa, alguns documentos constantes da investigação do processo-crime.

Acusado e julgado, o Tribunal Suíço acabou por condenar Franz Weber, considerando que essa mesma divulgação, de alguns documentos constantes de uma investigação, consubstanciava o crime de violação do segredo de justiça.

Inconformado, Weber recorreu ao TEDH invocando que a sua condenação pelo Estado Suíço corporizava a violação do artigo 10.º da CEDH.

Decidindo a contenda, o TEDH considerou que estavam preenchidos os dois primeiros requisitos necessários para que fosse legítima a ingerência na liberdade de expressão, nomeadamente a previsão legal legitimadora da limitação da liberdade de expressão e a legitimidade dessa limitação.

No entanto, entendeu também o TEDH que a limitação imposta pelo Estado Suíço, não se afigurava como necessária para o bom funcionamento de uma sociedade democrática, pelo que o TEDH decidiu a favor da liberdade de expressão, consequentemente a favor do recorrente e contra o Estado Suíço, por violação do artigo 10.º da CEDH.

e) Fitt c. Reino Unido

Por último, no julgamento Fitt. C. Reino Unido, o TEDH decidiu de forma diferente, considerando que o Reino Unido não tinha violado n.º 1, do artigo 6.º da CEDH. Fitt tinha sido condenado pelo Tribunal do Reino Unido por conspiração, posse de arma de fogo e de arma ilegal e na data em que recorreu ao TEDH cumpria a respectiva pena de prisão. Neste caso estava em causa o facto de a acusação não ter fornecido toda a informação tida como necessária para a cabal defesa de Fitt. Não obstante a acusação ter entregue à defesa, um sumário da informação constante da documentação da acusação, bem como a informação da categoria da mesma, foi entendido pela defesa que essa informação não era suficiente para o exercício da cabal defesa de Fitt.

À partida este caso parece não ter muita importância para a presente temática, tendo em consideração que se reporta à igualdade de armas em processo penal e à necessidade de não divulgação de alguns elementos recolhidos pela acusação. No entanto, é precisamente neste julgamento que o TEDH, ao contrário das posições assumidas nas anteriores decisões, avança um importante argumento a favor da protecção da investigação.

Considerou o TEDH que por vezes, a necessidade de salvaguardar determinados métodos de investigação policial ou elementos de prova recolhidos, obriga a que estes não sejam divulgados, desde que possam ser atempadamente conhecidos pela defesa, de modo a respeitar o direito à resposta e um efectivo direito à defesa, assegurando assim o respeito pelo princípio do contraditório.

No universo das decisões do TEDH, a decisão supra enunciada foi uma excepção, salvaguardando-se o valor da protecção a investigação face a outros direitos também tidos como fundamentais.

Em síntese, pode então afirmar-se que a liberdade de expressão e imprensa assume ampla importância na jurisprudência do TEDH, em detrimento do segredo de justiça, não obstante é igualmente admitido que em certos casos a liberdade de expressão e imprensa tem de respeitar obrigatoriamente o segredo de justiça, nomeadamente nos casos em que haja prejuízo concreto para a investigação ou para a presunção de inocência.

## **CAPÍTULO VI – Os media e a justiça penal na fase do julgamento**

### **VI.1 - Os media e o juiz: Liberdade de imprensa Vs. Independência e imparcialidade judicial**

Alguns autores consideram a liberdade de imprensa como um quarto poder, a par do poder judiciário, executivo e legislativo.

“Este Quarto Poder está numa fase peculiar da sua evolução. Por um lado, está cada vez mais satisfeito com o poder que o corrompe; por outro, vai no sentido de uma impotência elefantina relativamente a todas as questões que realmente interessam.” (Martin Amis, 2002:419, *apud* Mesquita 2004: 15).

Esta designação não deixa de ser contestada e há quem prefira a designação de contra-poder, afinal os media “detêm um monopólio real sobre os instrumentos de produção e difusão em grande escala de informação” (Bourdieu, 1997: 65).

É impossível enunciar-se a noção de contra-poder sem referir os ensinamentos de Mário Mesquita.

De acordo com este autor a expressão de contra-poder nasce por oposição à noção de quarto poder, afigurando-se como mais adequada à actualidade (Mesquita, 2004: 74).

Prossegue Mesquita enunciando diversos casos<sup>122</sup> que conduziram à formulação da noção de quarto poder, para no final concluir que actualmente faz mais sentido considerar, ao invés de assumir uma definição estanque, que “ (...) em certos momentos, sob determinadas condições, o jornalismo e os media, associados a outras instituições das sociedades democráticas, desempenharam papéis que os aproximaram da função de contra-poder” (*ibidem*: 76)

Embora não concordando totalmente com as denominações avançadas por alguns autores, anuímos que a imprensa e os media detêm, de facto, poder de influência, sendo que através da informação veiculada educam, treinam ou modelam o pensamento do público, podendo assim informar e até enformar a opinião de muitos cidadãos.

---

<sup>122</sup> Mesquita refere diversos “ (...) casos míticos de jornalismo investigativo (...) ”, nomeadamente: o *Watergate* e o *Rainbow Warrior* (2004: 75).

Aqui reside a problemática entre a liberdade de imprensa e a independência e imparcialidade judicial, que para ser totalmente compreendida tem que ser analisada de à luz de dois momentos diferentes, por um lado, enquanto corre o julgamento e não existe decisão, seja essa uma sentença de condenação ou de absolvição, e por outro lado, após a elaboração dessa mesma decisão e após o trânsito em julgado.

Nesse primeiro momento, no decorrer da marcha processual, do julgamento ocorre uma das provas do poder de influência dos media: a mediatização dos processos judiciais que tornou “natural julgar suspeitos de práticas criminais na praça pública, julgamento esse que, quase sempre antecede a apreciação e a decisão judicial e nem permite recurso” (Évora, 2004: 7).

No entanto, não compete aos media julgar ou incentivar julgamentos paralelos (ao julgamento em tribunal) em praça pública, cabendo ao público retirar as conclusões da informação fornecida que se quer imparcial, isenta e objectiva<sup>123</sup>.

A este propósito, recordamos que a objectividade aqui referida, é no sentido de honestidade no relato nos factos, no compromisso com o real como preceituado por Mesquita, procurando através da atitude e do método “ (...) ‘ver as coisas como elas são` (...) ” (Cornu, 1994: 359), assegurando que a informação é verdadeira e imparcial, e baseada na verdade assegurada pelos meios adequados de verificação e prova e expurgada de exploração mediática.

Impõe-se por isso, como ensina Sofia Pinto Coelho, “ (...) que o jornalista não faça presunções – nem de culpa, nem de inocência. Ele deve tratar as coisas como elas são na realidade e se alguém é arguido em processo penal ou está a ser investigado deve ser tratado pelo jornalista como aquilo que ele na realidade é – como arguido, como suspeito (...) ” (2005: 16).

De igual modo, e em grande similitude, quer os jornalistas, quer os juízes, devem procurar “comprovar a veracidade da informação/ testemunho através de outras fontes – tantas quanto possível e, de preferência independentes - e que dêem pleno cumprimento ao princípio do contraditório” (Marques dos Reis, s.d.).

---

<sup>123</sup> Cfr. neste sentido José Eurico Marques dos Reis (Marques dos Reis, s.d.) onde refere que aos jornalistas “Não lhes compete julgar e as conclusões cabe ao publico tirá-las, não a eles (nessa qualidade, porque enquanto cidadãos, que nunca deverão deixar de o ser, poderão como é obvio, tirá-las e agir em conformidade)”.

Todavia, enquanto os juízes dão pleno cumprimento ao princípio do contraditório no tribunal, os jornalistas devem fazê-lo com recurso às fontes no ambiente de redacção.

A este propósito é impossível não referir a “Declaração de Princípios e Acordo de Órgãos de Comunicação Social relativos à cobertura de Processos Judiciais”, subscrita por diversos órgãos de comunicação social e que postula os princípios essenciais para a cobertura dos processos judiciais.

Desde logo, porque a Declaração, no n.º 2, enuncia a distinção basilar entre a função dos media e a função do poder judicial, ao declarar que os media, dentro do “ (...) seu compromisso legal, profissional e ético do mais estrito rigor informativo (...) ” apenas “ (...) investigam, divulgam e comentam, mas não acusam, não julgam, não condenam, designadamente não põem em causa o direito à presunção de inocência”.

De igual modo, prossegue o n.º 3 da referida Declaração postulando que os media devem respeitar “ (...) os direitos individuais dos arguidos nos processos, e de quantos deles são referidos, nomeadamente testemunhas, e especialmente as mais vulneráveis, nas diversas fases dos processos”.

Nesta senda, é declarado no respectivo n.º 4 da Declaração, que aos media “ (...) devem, de facto, ser reconhecidas como funções essenciais a procura da informação e o acto informar (...) com base no reconhecimento prévio da “ (...) dignidade e a independência dos Tribunais, estruturantes de sociedades abertas e democráticas; (...) ” do “ (...) valor das regras processuais de facto indispensáveis ao apuramento da verdade; (...) ” dos “ (...) limites legais de intervenção pública dos juízes e dos magistrados do Ministério Público relativamente aos processos de que se ocupam (...) ”<sup>124</sup>.

Ora, se por um lado, os media têm de informar, por outro lado os juízes estão vinculados ao dever de reserva que os impede de falar publicamente sobre os processos que tenham em mãos.

De facto, e conforme estabelecido pelo artigo 12.º do Estatuto dos Magistrados Judiciais “ (...) Os magistrados judiciais não podem fazer declarações ou comentários sobre processos, salvo, quando autorizados pelo Conselho Superior da Magistratura,

---

<sup>124</sup> O reconhecimento prévio destes elementos e nestes mesmos termos encontra-se no preâmbulo da Declaração.



para defesa da honra ou para a realização de outro interesse legítimo (...)”, não sendo, no entanto abrangidas “ (...) dever de reserva as informações que, em matéria não coberta pelo segredo de justiça ou pelo sigilo profissional, visem a realização de direitos ou interesses legítimos, nomeadamente o do acesso à informação.”

No correr do ano de 2008, muito foi escrito relativamente a este artigo 12.º, nomeadamente aquilo que foi apelidado de "lei da rolha" – a deliberação do Conselho Superior da Magistratura (CSM) que determinou que nenhum juiz poderia comentar na praça pública casos judiciais, próprios ou alheios.

Considerações à parte, o artigo 12.º do EMJ existe e como tal impõe-se, dentro dos limites legais impostos pelo mesmo, o seu cumprimento, assim os juízes não podem prestar declarações sobre os processos, salvo para defesa da honra ou para a realização de outro interesse legítimo e devidamente autorizados pelo Conselho Superior da Magistratura<sup>125</sup>.

Recorremos a um exemplo abstracto para que se possamos ilustrar melhor esta questão.

Imagine-se um processo sobre um ou mais homicídios, com contornos obscuros (por exemplo, práticas satânicas) que envolva meia dúzia de figuras públicas que partilham de um culto qualquer (por exemplo um culto satânico) em Portugal, com especial incidência nas zonas de Lisboa, Porto e Alentejo.

Temos em crer ser inquestionável que os media tentariam obter informações, declarações ou reacções do juiz ou juízes encarregues do processo e para tal não se iriam abster de o procurar ou os procurar em todos os momentos possíveis, inclusive em momentos da vida privada<sup>126</sup>.

Ainda no âmbito da marcha processual penal, esclarece Sofia Pinto Coelho, citando Pedro Marçal, que “A informação deve ser cautelosa, baseada no acolhimento de diversas versões dos factos noticiados, neutra quanto possível acerca da culpabilidade, evitando julgamentos antecipados, susceptíveis de originar prejuízos, que nem uma absolvição em tribunal será capaz de vir a sanar por completo” (2005:16).

---

<sup>125</sup> Recordamos a este propósito a queixa apresentada pelo ex-primeiro-ministro José Sócrates ao Conselho Superior da Magistratura (CSM) contra juiz Carlos Alexandre, por conta de declarações prestadas numa entrevista dada em Setembro. O CSM decidiu, a 20 de Dezembro, arquivar o inquérito por entender que apesar do uso de expressões pouco felizes pelo juiz Carlos Alexandre, as mesmas não tinham relevância disciplinar.

<sup>126</sup> Como ocorreu com Juiz Carlos Alexandre em alguns momentos da sua vida privada.

Note-se que o ordenamento jurídico português, no n.º 5, do artigo 29.º da CRP, consagra o princípio *non bis in idem*, ou seja, “ninguém pode ser julgado mais do que uma vez pela prática do mesmo crime”<sup>127</sup>.

A noção de caso julgado, para a qual remete este preceito, sintetiza a ideia do fim da lide processual penal, o momento em que o processo penal já não pode mais ser ressuscitado, o momento em que a decisão do juiz se torna definitiva, sem possibilidade de recurso, salvo os de cariz extraordinário.

O segundo momento onde se reflecte de forma clara o poder de influência dos media ocorre após a elaboração da decisão e o conhecimento dessa mesma decisão, ou seja, na crítica da decisão judicial.

Relativamente à questão das decisões do poder judicial, é comum, hoje em dia, serem questionadas em praça pública, mas também é verdade que quando questionadas não há uma preocupação de explicar o porquê da decisão, os fundamentos e os factos que estão na sua origem, o que conduz na maior parte das vezes a uma visão negativa do poder judicial por parte da população em geral.

Não se quer significar com esta afirmação que as decisões judiciais não são passíveis de críticas. Muito pelo contrário.

Todas as decisões judiciais são passíveis de críticas. No entanto, estas críticas devem ser feitas considerando o quadro geral e os factos em que se desenrolou o processo que deu origem à decisão, no tempo devido (sem atropelar a investigação judicial, sem interferir com o segredo de justiça nem tão pouco tentar interferir com a independência e imparcialidade judicial), de modo correcto e de forma fundamentada.

Nada impede que quando haja decisões mal fundamentadas, as mesmas não sejam denunciadas ou questionadas fundamentadamente, contando que nessa crítica se respeitem os juízes e os tribunais, na medida da sua importância, enquanto instituições, na vida em comunidade e em democracia.

Aliás, como refere a Declaração, aos media deve “ (...) ser reconhecido o desempenho do escrutínio ao funcionamento do sistema de justiça penal, vantajoso no plano sócio-cultural e no plano da transparência do poder judicial” porquanto é a esses que cabem como “ (...) funções essenciais a procura da informação e o acto informar,

---

<sup>127</sup> N.º 5, do artigo 29.º da CRP.

na investigação, no relato rigoroso dos factos, no comentário responsável e livre, sobretudo estando em causa informação de interesse público (...) ”.<sup>128</sup> Assim, cabe aos media esse importante papel de divulgar, informar e dar a conhecer, mas também de criticar de forma fundamentada e comentar de forma responsável, mas livre.

E aqui se encontra o direito à crítica, que cada vez mais a doutrina “ (...) entende ser legítimo quando visa o escrutínio da vida pública e dos «actores» (...) ” entre eles – os magistrados (Pinto Coelho, 2005: 317).

Não obstante a reserva relativamente ao direito à crítica, aplicado ao mundo judiciário, cada vez mais, essa crítica quando fundamentada, é considerada como um contributo para o desenvolvimento de uma sociedade verdadeiramente democrática, na qual a noção de *accountability* já não é estranha ao campo judicial.

Como se referiu, o poder judicial não está isento de críticas e por vezes também se coloca um pouco à mercê da impressão negativa por parte do público e até contribui, em certa medida, para o surgimento dessa mesma impressão negativa, ao fechar-se sobre si mesmo.

O poder judicial deve e tem de aprender a explicar o conteúdo das suas decisões, à população no tempo e no local devido, fomentando assim a transparência, a confiança e a informação do cidadão. Mas também nesta sede, no âmbito da decisão e no pós decisão judicial, deve de igual modo, ser equacionado o dever de reserva do juiz, que significa desde logo “ (...) que em caso algum deve um magistrado comentar, fora dos autos, os processos (...) ” porquanto se tem “ (...) entendido que antes da decisão o Juiz nada tem a dizer porque ainda não está nada decidido; que durante o processo de decisão não há nada a dizer porque se está em plena elaboração desta e que após a decisão não há nada a dizer porque está tudo dito» ” (Orlando Afonso, *apud* CAMPONEZ et. all., 2013: 77).

Novamente, este dever de reserva, não obsta, conforme enunciado no artigo 12.º do EMJ à prestação de esclarecimentos, nos termos e nos fundamentos referenciados nesse mesmo artigo. Para lá das críticas fundamentadas, encontram-se as críticas desprovidas de fundamento e relativamente a essas cabe, apenas, mas também uma

---

<sup>128</sup> Cfr. os n.º 4 e 5 da Declaração de Princípios e Acordo de Órgãos de Comunicação Social relativos à cobertura de Processos Judiciais.

breve nota<sup>129</sup>. As críticas sem fundamento, feitas às decisões judiciais, é uma das formas possíveis de colocar em causa a independência e a imparcialidade judicial, porquanto e em última *ratio* conduz a uma insatisfação e a um sentimento de negatividade capaz de minar a confiança que a população tem no poder judicial.

Por último, é ainda necessário referir que os próprios jornalistas podem ser alvos de críticas por parte do público que procura a informação, seja pelo facto de não divulgarem logo a notícia, seja por a divulgarem de uma determinada forma ou até pela forma que exploraram a notícia.

Concluindo, pode então afirmar-se que são várias as formas pelas quais a liberdade de imprensa, através da opinião pública, pode afectar a independência e a imparcialidade judicial, durante o julgamento e/ou até através do conteúdo da decisão, de forma directa ou indirecta, seja através do excessivo mediatismo que determinados processos adquirem, seja por via do fomento do sentimento vingador ou de justiça popular ou até pela crítica implícita<sup>130</sup> e não fundamentada da decisão.

## **VI.2 - A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem**

A liberdade de imprensa e os respectivos limites, para além de serem equacionados na moldura constitucional, também devem ser interpretados e integrados à luz do artigo 10.º da CEDH e por conseguinte em consonância com a jurisprudência do TEDH que deve ser considerada como parte integrante da própria Convenção.

Relativamente ao artigo 10.º da CEDH a jurisprudência do TEDH tem entendido a liberdade de expressão e consequentemente a liberdade de imprensa, como “um dos fundamentos essenciais de uma sociedade democrática e uma das condições primordiais do seu progresso e realização de cada um”, conferindo-lhes uma ampla latitude ou margem, considerando estas como expoentes máximos de uma sociedade democrática.

---

<sup>129</sup> Neste aspecto prosteremos a distinção e análise mais profunda das críticas fundamentadas e não fundamentadas para o subtítulo que se segue porquanto a jurisprudência do TEDH é profícua nesta matéria.

<sup>130</sup> Na senda do TEDH, distinguimos entre artigos de opinião e notícias enquanto meras transmissões de informação, entenda-se factos. Subscrevendo a posição do TEDH da necessidade da distinção entre ambos, temos em crer que o jornalista deve ter o cuidado de distinguir a sua opinião daquilo que realmente é, sob pena de induzir o público em erro ou de não deixar qualquer margem para o raciocínio livre, enformando ou até deformando a opinião do público.

A liberdade de expressão, na CEDH, mais concretamente no referido artigo 10.º compreende “a liberdade de opinião e a liberdade de receber ou transmitir informações ou ideias”, premissa que é igualmente válida para as situações em que se transmite ideias ou informações que podem ferir susceptibilidades, chocar ou inquietar.

No entanto, o mesmo artigo indica claramente que o exercício desta liberdade (liberdade de expressão/liberdade de imprensa) pode ser “submetido a certas formalidades, condições, restrições ou sanções, previstas pela lei, que constituam providências necessárias” (*ibidem*), nomeadamente para “garantir a autoridade e a imparcialidade do Poder Judicial” (*ibidem*).

Assim, por via do disposto no artigo 10.º da CEDH, o TEDH tem, através da jurisprudência elaborada, densificado o enquadramento da dinâmica entre o poder judicial e a liberdade de imprensa, a partir da noção de autoridade e imparcialidade.

Na respectiva jurisprudência, o TEDH reitera, sempre, *ab initio* em cada acórdão os oito princípios basilares que norteiam o acervo decisório:

- 1- A liberdade de expressão como fundamento essencial para a existência de uma sociedade verdadeiramente democrática e enquanto condição essencial para o seu progresso e evolução através da informação e a liberdade de escolha informada e esclarecida;
- 2- A liberdade de expressão, em toda a sua extensão, válida quer para informações ou ideias favoráveis e inofensivas, mas também e de igual modo válida para todas as demais ideias que chocam, ofendem ou inquietam;
- 3- A relevância da liberdade de imprensa porquanto incumbe-lhe comunicar, dentro do respeito pelos deveres e responsabilidades subjacentes, informações e ideias sobre todos os assuntos de interesse geral;
- 4- A maleabilidade limites da crítica aos políticos ou a figuras públicas e, consequentemente o cuidado na aplicação de sanções aos jornalistas, neste contexto em concreto que poderá contribuir para a diminuição da discussão pública deste tipo de questões;
- 5- A distinção basilar entre factos e opiniões: tratando-se de factos os jornalistas agem de boa-fé se respeitarem as regras deontológicas e se se basear em fontes credíveis, não lhe sendo por isso exigível uma

investigação autónoma, no entanto e tratando-se de opiniões ou juízos de valor não poderá ser exigida qualquer prova porquanto essa mesma prova é de natureza impossível;

- 6- A protecção das fontes enquanto elemento estrutural de parte do conteúdo da liberdade de imprensa;
- 7- A aplicabilidade da noção de *accountability* a todas as instituições estatais – incluindo ao próprio poder judicial;
- 8- A primazia da liberdade de imprensa, sendo as limitações a esta liberdade de cariz excepcional, apenas sendo possíveis quando correspondam a uma necessidade social imperiosa e proporcionais ao objectivo legítimo pretendido.

Considerando a missão fundamental num Estado de direito, corporizada na actividade dos tribunais, enquanto garantes da justiça, estes mesmos tribunais necessitam da confiança do público e os magistrados, para que possam cumprir bem as suas funções, devem beneficiar dessa confiança sem serem perturbados na administração daquilo que lhes foi legalmente confiado pelo povo – a justiça (Teixeira da Mota, 2009: 31).

Assim sendo, o TEDH admite como limites à liberdade de imprensa:

- a imparcialidade judicial;
- a independência judicial;
- “a dignidade e honra pessoal do juiz, cuja lesão é desnecessária [...] em nome do respeito que tem de haver pela dignidade da sua profissão” (Olivares, s.d., tradução nossa).

Os principais casos do TEDH acerca desta temática, directa ou indirectamente invocáveis para esta densificação, são:

- a. De Haes e Gijele c. Bélgica, Acórdão de 24-02-1997, Queixa n.º 19983/92;
- b. Gouveia Gomes Fernandes e Freitas e Costa c. Portugal, Acórdão de 29.03.2011, Queixa n.º 1529/08;
- c. Perna c. Itália, Acórdão de 06-05-2003, Queixa n.º 48898/99;
- d. Lingens c. Áustria, Acórdão de 11.10.1984, Queixa n.º 9815/82;

e. Prager e Oberschlick c. Áustria, Acórdão de 20.04.1995, Queixa n.º 15974/90.

a. De Haes e Gijele c. Bélgica, Acórdão de 24-02-1997, Queixa n.º 19983/92

Neste âmbito – críticas ao poder judicial feitas através da imprensa - o TEDH admite uma margem maior de actuação das instâncias nacionais.

O TEDH tem distinguido neste âmbito entre críticas legítimas, críticas consideradas difamatórias e críticas inseridas no âmbito de um artigo de opinião, dependendo a sua decisão sempre da análise casuística.

O caso De Haes e Gijele c. Bélgica foi paradigmático no que se refere à posição assumida pelo TEDH relativamente às críticas feitas pela imprensa ao poder judicial.

Este caso opôs um editor e um jornalista e o Estado Belga, estando em causa a difamação de magistrados e a justiça ou justeza aplicada nos processos movidos contra os jornalistas, ou seja, a imparcialidade do tribunal.

Na altura, De Haes era editor e Gijele jornalista, ambos trabalhavam para a revista Humo.

Nessa mesma revista, foram publicados diversos artigos da autoria de Gijele, entre os quais se contabilizam cinco artigos que continham severas críticas ao sistema judicial belga.

Nesses cinco artigos, Gijele criticava violentamente os juizes do Tribunal de Antuérpia, em virtude de esses mesmos juizes terem decidido atribuir a custódia de umas crianças a um pai anteriormente acusado de incesto.

O pai das crianças, notário de profissão, tinha, anteriormente à decisão relativamente à custódia das crianças, sido acusado de incesto e abuso dos menores, todavia não foi condenado pois o tribunal decidiu não haver matéria de facto para tal.

Nos artigos publicados, De Haes e Gijele acusavam os juizes de serem parciais, em virtude de alegadamente conhecerem o notário e o seu pai. Entre diversas acusações formuladas, De Haes e Gijele, referiam ainda que os juizes, o notário e o pai do notário eram todos amigos e partilhavam um passado relacionado com a extrema-direita.

Na sequência da publicação dos artigos os juízes visados reagiram, tentando a respectiva acção contra De Haes e Gijele, na qual estes dois últimos foram condenados.

Posteriormente, De Haes e Gijele recorreram, tendo sido confirmada, em segunda instância, a decisão do tribunal de primeira instância.

Insatisfeitos, De Haes e Gijele recorreram novamente, sendo que este último recurso, em sede de instâncias nacionais, foi tido como improcedente.

O último recurso foi para o TEDH, onde os recorrentes alegaram a violação dos artigos 10.º e 6.º da CEDH.

No que se refere à alegada violação do artigo 10.º, o TEDH concordou no facto de se ter verificado realmente uma interferência no exercício da liberdade de expressão dos recorrentes, que essa interferência estava legalmente prevista e os fins visados (protecção da reputação dos juízes) pela mesma eram legítimos.

O TEDH centrou-se então na análise do último requisito: era tal interferência necessária numa sociedade democrática?

Relativamente a este requisito o TEDH afirma a necessidade da distinção entre factos e opiniões.

Prossegue o Tribunal referindo que os factos podem ser demonstrados, no entanto, o mesmo já não sucede com a opinião, que é insusceptível de prova<sup>131</sup>, considerando que “a opinião não é susceptível de prova da sua veracidade pelo que só poderia, eventualmente, ser excessivo” o artigo de opinião publicado”.

Não obstante, o TEDH ter decidido a favor dos recorrentes, considerou, de igual modo, inaceitável que se exponha alguém publicamente por situações relacionadas com um membro da família e não com a própria pessoa, alertando, no entanto, para o facto de que esta era apenas uma das questões suscitadas no processo.

Prosseguiu o TEDH reiterando que a liberdade de expressão engloba também as ideias ou as informações que possam ofender, chocar ou perturbar, permitindo ainda o recurso a um certo grau de exagero ou provocação<sup>132</sup>. Embora o TEDH tivesse considerado as críticas como muito severas e feitas no tom polémico e agressivo,

---

<sup>131</sup> A este propósito o TEDH remete para o julgamento *Lingens c. Áustria*.

<sup>132</sup> A este propósito o TEDH remete para o julgamento *Pragaer e Oberschlick c. Áustria*.



reiterou que o artigo 10.º da CEDH protege também, para além da substância dos artigos, a forma como é feita a transmissão da informação ou opinião.

O TEDH decidiu que apesar da gravidade da matéria e das circunstâncias do caso em apreço, a ingerência na liberdade de expressão, não podia ser considerada como necessária em democracia, salvo na parte em que foi referido o passado do pai de um dos juízes visados.

b. Gouveia Gomes Fernandes e Freitas e Costa c. Portugal, Acórdão de 29.03.2011, Queixa n.º 1529/08

O caso Gouveia Gomes Fernandes e Freitas e Costa c. Portugal, opôs dois advogados e o Estado Português.

Em 1996, a juíza Fátima Galante e o solicitador Hernâni foram envolvidos num processo de corrupção.

No referido processo, Hernâni Patuleia era acusado dos crimes de corrupção passiva e tráfico de influências, em virtude de ter pedido uma quantia generosa para alegadamente resolver a favor de uma das partes um processo cível que estava entregue à juíza Fátima Galante, que referia ele ser sua amiga de longa data.

O processo de corrupção seguiu a respectiva marcha, tendo sido a juíza Fátima Galante, ilibada de todas as acusações e posteriormente, a 15 de Julho de 1999, Hernâni Patuleia condenado por tentativa de corrupção.

Neste processo foram ouvidas como testemunhas os advogados Gouveia Gomes Fernandes e Freitas e Costa.

No decorrer desse processo, é publicado, na edição de 10 de Outubro de 1998 do Diário de Notícias, um texto por Emídio Rangel<sup>133</sup>, no qual este que acusava dois advogados Gouveia Gomes Fernandes e Freitas e Costa de implicarem a juíza Fátima Galante no processo de corrupção com o intuito de obterem benefícios junto da Polícia Judiciária.

O referido texto deu origem a uma resposta, publicada a 15 de Outubro de 1998 no jornal Público, pelos dois advogados, Gouveia Gomes Fernandes e Freitas e Costa,

---

<sup>133</sup> À data dos factos cunhado da juíza Fátima Galante.

na qual, ambos, davam conta de um suposto favorecimento da juíza nos tribunais e referiam o absurdo que era dois processos que envolviam o mesmo crime terem resultados diferentes – “A sentença de um juiz”.

Em reacção, a juíza propôs, a 07 de Janeiro de 2000, uma acção contra os advogados Gouveia Gomes Fernandes e Freitas e Costa e, o entretanto extinto semanário, o Independente, por ofensa à sua reputação e bom nome.

A 21 de Julho de 2005, em sede nacional, os dois advogados foram condenados, e inconformados interpuseram recurso para o Tribunal da Relação de Lisboa.

Recusado o recurso os dois advogados recorreram novamente, desta feita para o Supremo Tribunal e posteriormente para o Tribunal Constitucional e perdendo em todas as instâncias nacionais formalizaram em 2008 a respectiva queixa no TEDH.

A decisão do TEDH inicia-se pela apresentação dos factos seguindo-se a análise da legislação nacional aplicada ao caso concreto, nomeadamente, os artigos 26.º, 37.º, 38 e 280.º da CRP, os artigos 70.º, 483.º, 484.º e 487.º do Código Civil.

No que concerne à alegada violação do artigo 10.º da CEDH, o TEDH entendeu que no caso em concreto havia uma violação deste artigo por parte do Estado Português que não atentou, no caso em concreto, a dois aspectos essenciais:

- Os dois advogados reagiram a um artigo previamente publicado;
- O enquadramento do artigo elaborado pelos dois advogados deveria ser analisado à luz da distinção entre facto e opinião ou crítica<sup>134</sup>.

Na senda dessa distinção o TEDH considerou as críticas em causa como aceitáveis, ao invés, de difamatórias da honra da juíza Fátima Galante.

Assim, o TEDH condenou o Estado Português, por violação da liberdade de imprensa, ao pagamento de uma indemnização aso aos dois advogados visados.

c. Perna c. Itália, Acórdão de 06-05-2003, Queixa n.º 48898/99;

Ainda na senda da distinção entre críticas consideradas como difamatórias e críticas tidas como aceitáveis, é imperiosa a referência do caso Perna c. Itália.

---

<sup>134</sup> A distinção entre críticas difamatórias e críticas aceitáveis é uma constante nos Acórdãos do TEDH.

É possível, através do julgamento Perna c. Itália, retirar algumas directrizes que permitem perceber a lógica do TEDH subjacente à classificação de difamatório ou não difamatório.

No caso Perna c. Itália, a questão opunha o jornalista Giancarlo Perna e o Estado Italiano. Na origem do recurso ao TEDH, estava a condenação de Perna nos tribunais nacionais.

O jornalista em causa tinha escrito um artigo no jornal *Il Giornale*, cujo conteúdo foi considerado como difamatório e ofensivo pelo juiz visado por esse mesmo artigo.

O conteúdo do artigo continha diversas críticas à militância política do juiz, ao seu triplo juramento “A Deus, À Lei e ao Partido Comunista” (tradução nossa)<sup>135</sup>, bem como à sua alegada participação num plano para controlar o Ministério Público Italiano.

Os tribunais italianos, nas diversas instâncias, condenaram Perna, considerando difamatório o trecho referente ao triplo juramento, porquanto isso implicava a submissão do juiz a um partido político, colocando em causa a sua imparcialidade e independência.

Na decisão elaborada, o TEDH considera desde logo que é necessário distinguir entre opinião e factos.

Feita esta distinção, o TEDH considera que a opinião não pode ser objecto de prova e como tal, apenas pode ser, quanto muito, considerada excessiva, face a uma ausência de base factual.

Contudo, tendo em conta a função do poder judicial, que carece da confiança do público, as suas responsabilidades e deveres e o dever de reserva dos juízes<sup>136</sup> que os impede de responder, o TEDH, tende a considerar que o poder judicial deve, e

---

<sup>135</sup> “A Dio, alla Legge, a Botteghe Oscure” foi o triplo juramento escrito pelo jornalista, sendo que a *Botteghe Oscure* é formalmente a sede do Partido Comunista Italiano.

<sup>136</sup> A este propósito recordamos, o artigo 12.º do Estatuto dos Magistrados Judiciais, sob a epígrafe “Dever de reserva”:

“1 - Os magistrados judiciais não podem fazer declarações ou comentários sobre processos, salvo, quando autorizados pelo Conselho Superior da Magistratura, para defesa da honra ou para a realização de outro interesse legítimo.

2 - Não são abrangidas pelo dever de reserva as informações que, em matéria não coberta pelo segredo de justiça ou pelo sigilo profissional, visem a realização de direitos ou interesses legítimos, nomeadamente o do acesso à informação.”

consequentemente os juízes, ser “protegidos de ataques” que não tenham qualquer fundamento.

Prossegue o TEDH, referido que não obstante a protecção conferida pelo artigo 10.º à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa, bem como à informação, à substância das ideias e à forma como são transmitidas, é necessário, quando estejam em causa graves acusações, a existência de uma base factual susceptível de prova.

Quando tal não suceda, ou seja, quando estejam em causa graves acusações que careçam de base factual ou prova, o TEDH tende a considerar que notícia ou artigo não está ao abrigo de protecção conferida pelo artigo 10.º da Convenção.

No caso em concreto, o TEDH, considerou que as alegações publicadas pelo jornalista, face à gravidade que consubstanciavam em termos acusatórios, careciam de prova, mas que em virtude de inexistir essa prova, porquanto não havia no artigo a menção a qualquer elemento de prova ou a citação de fonte capaz de corroborar as referidas alegações, o referido artigo não poderia ser enquadrável ao abrigo da protecção conferida pelo artigo 10.º da CEDH.

Assim, o Tribunal considerou que não houve violação do artigo 10.º da CEDH, por parte do Estado Italiano, em virtude de estarem reunidos os requisitos necessários para que a ingerência desse mesmo Estado, no exercício da liberdade de imprensa, fosse tida como legítima.

d. Lingens c. Áustria, Acórdão de 11.10.1984, Queixa n.º 9815/82

&

e. Prager e Oberschlick c. Áustria, Acórdão de 20.04.1995, Queixa n.º 15974/90.

Ainda no âmbito da distinção entre críticas difamatórias e críticas consideradas como aceitáveis o TEDH decidiu nos casos Lingens c. Áustria e Prager e Oberschlick c. Áustria, a favor do Estado Austríaco.

Em ambos os casos o TEDH entendeu que a condenação dos respectivos autores, Lingens, Prager e Oberschlick, não consubstanciava uma violação da liberdade de imprensa e consequentemente não representava a violação do artigo 10.º da CEDH.

Concluindo, pode então afirmar-se que embora o TEDH reitere, em todas as decisões, o vastíssimo âmbito da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa, bem como a protecção conferida a estas duas liberdades por via do artigo 10.º da CEDH, não deixa, de igual modo, de considerar que também estas liberdades estão sujeitas a alguns limites. Nesses limites, o TEDH inclui a independência e imparcialidade judicial, considerando-as como institutos necessários para o bom funcionamento de qualquer sociedade democrática conforme configurado pelo ideário europeu.

## **CAPÍTULO VII – Os media, a notícia criminal e o cidadão: a performatividade do uso incorrecto do léxico jurídico por parte dos jornalistas**

### **VII.1 – O corpus e as ferramentas de análise**

Usando como referência os estudos de Norman Fairclough e Teun A van Dijk, o presente subcapítulo parte da afirmação da função de mediação da prática discursiva ou do discurso, em especial desta noção aplicada ao discurso dos media – às notícias – assumindo de igual modo as notícias como uma prática discursiva especialmente impactante na sociedade em geral, face às características próprias que a notícia tem.

Em *Discurso e Mudança Social* (1992), Fairclough traz à luz um modelo tridimensional de análise de discurso composto pela análise simultânea e interligada da prática discursiva, do texto e da prática social, que se pode sintetizar no seguinte esquema relacional:

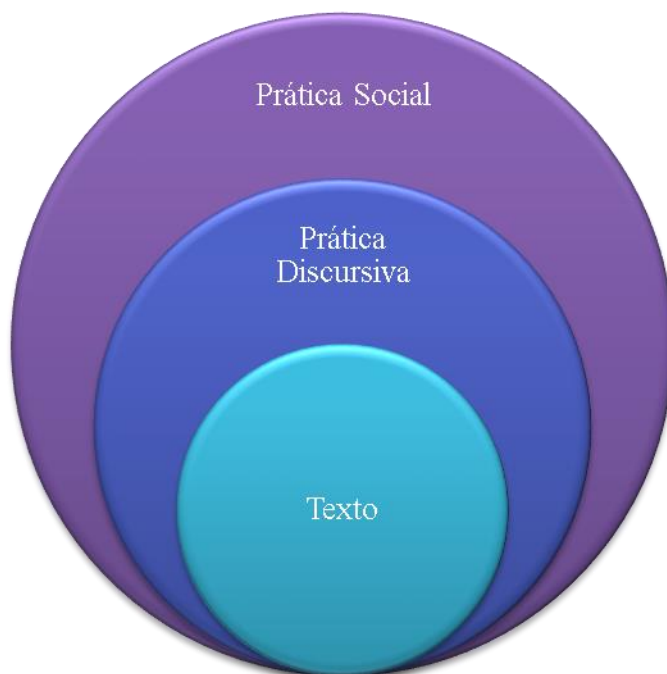


Figura 7 – Esquema de análise relacional

Neste sentido, é a partir do texto, enquanto prática discursiva e elemento de mediação, que se constrói uma prática social e tudo mais que essa mesma prática social envolve – relações de poder, de domínio, de submissão, entendimento dos pares, definição desses mesmos pares e a definição de um infindável número de variáveis que compõem a teia social.

Tendo por inspiração *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research* (2003), de Norman Fairclough e *News as discourse* (1988) de Teun A. van Dijk o presente subcapítulo lança o mote para uma análise discursiva textualmente orientada baseada precisamente, no texto, na prática discursiva e na prática social procurando definir os elementos essenciais dessa mesma análise.

Sendo todo o discurso performativo (Austin), quais são os efeitos do uso incorrecto do léxico jurídico por parte dos jornalistas? - É esta a interrogação que serve

de ponto de partida do presente capítulo, do seu corpus de análise, da codificação e selecção de amostras no corpus, e da respectiva análise.

Atendendo ao volume de informação gerada pelos media e disponibilizada quer nos respectivos arquivos, através das respectivas páginas institucionais, tornou-se imperiosa a definição de balizas temporais que permitissem, simultaneamente:

1. Uma análise relativamente circunscrita – quanto ao número de artigos seleccionados;
2. Uma análise relativamente vasta – quando à obtenção e selecção de amostras.

Não sendo pretensão inicial a construção de um corpus estanque e rígido, a selecção de matéria-prima, manteve sempre a sensibilidade e a abertura de espírito necessária para a construção de um modelo conceptual da ordem do discurso, atendendo ao domínio e ao âmbito da investigação em concreto, no qual os processos evolutivos estão em constante devir (FAIRCLOUGH, 1992: 277).

Contrariamente ao que seria expectável e, precisamente face ao manancial de informação gerado pelos media, o corpus de análise, ao longo do processo preliminar de selecção de matéria-prima, foi reduzido de modo a garantir uma análise de discurso textualmente orientada comportável numa reflexão multidisciplinar.

Primeiramente, coube definir quais os jornais que seriam os seleccionados para a recolha de matéria-prima. A este propósito e procurando assegurar uma escolha totalmente imparcial e expurgada de quaisquer ideias pré-concebidas ou concepções ideológicas, foi previamente decidido que a matéria-prima seriam as notícias publicadas pelos dois jornais, diários, generalistas, não gratuitos, de distribuição ou influência nacional, com maior tiragem a nível nacional e com linhas editoriais diametralmente diferentes.

Neste sentido foi consultada a página institucional da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação - APCT, da qual foi extraída a informação patente no quadro que se segue:

Nome da Publicação	Tipo de Publicação	Periodicidade	Tiragem - 6º BIMESTRE(2016)	
Correio da Manhã	Jornal	Diário	141546	103961
Record	Jornal	Diário	75164	42224
Jornal de Notícias	Jornal	Diário	74576	56147
Jornal Destak	Jornal	Diário	64942	64942
Metro Portugal	Jornal	Diário	64895	64895
Público	Jornal	Diário	32753	31653
O Jogo	Jornal	Diário	29733	19683
Diário de Notícias	Jornal	Diário	26819	14957
Diário Económico	Jornal	Diário	13837	13195
Jornal de Negócios	Jornal	Diário	12277	10552
I Informação	Jornal	Diário	11294	4027
Diário de Notícias da Madeira	Jornal	Diário	10825	10765
Diário de Coimbra	Jornal	Diário	8443	7854
Diário de Aveiro	Jornal	Diário	4967	3889
Açoriano Oriental	Jornal	Diário	4625	3199
Diário do Sul	Jornal	Diário	4500	4499

Figura 8 - Extração de informação: Consulta simples disponível na página institucional da APCT

Na análise simples, extraída da página da APCT, foram assinalados os jornais com distribuição a nível nacional (a verde), os jornais temáticos (a laranja), os jornais gratuitos (a amarelo) e os jornais de distribuição ou influência regional (a azul).

Retirando da informação obtida todos os jornais que não se inserem nos critérios previamente definidos, nomeadamente, generalistas, não gratuitos e com expansão ou distribuição a nível nacional é possível apurar um segundo quadro:

Nome da Publicação	Tipo de Publicação	Periodicidade	Tiragem - 6º BIMESTRE	
Correio da Manhã	Jornal	Diário	141546	103961
Jornal de Notícias	Jornal	Diário	74576	56147
Público	Jornal	Diário	32753	31653
Diário de Notícias	Jornal	Diário	26819	14957
I Informação	Jornal	Diário	11294	4027

Figura 9 - Informação trabalhada de acordo com os critérios de selecção previamente definidos.



De acordo com o quadro apresentado, os jornais seleccionados para a extracção da matéria-prima, seriam o Correio da Manhã e o Jornal de Notícias, todavia a aplicação de um último critério conduz em sentido diverso.

Ora, um dos critérios inicialmente definidos foi a diametral diferença que teria de existir entre os dois jornais a seleccionar. Neste sentido, o Público encontra-se, em função da sua linha editorial, mais distante do Correio da Manhã do que o Jornal de Notícias, Como nos parece manifesto na contraposição do estatuto editorial de cada um.

Por um lado, o Público assume-se como um jornal que se inscreve “ (...) numa tradição europeia de jornalismo exigente e de qualidade, recusando o sensacionalismo e a exploração mercantil da matéria informativa (...), por outro lado o Correio da Manhã assume-se “ (...) como jornalístico de informação geral centrado nos interesses do leitor de Portugal, que diariamente procura servir (...) ” que “ (...) acolhe o dever de informar. [e] Defende o valor absoluto da notícia (...) ”.

Por sua vez, o Jornal de Notícias assume uma linha editorial intermédia, não tão sensacionalista como o Correio da Manhã e não tão pouco sensacionalista como o Público. Conforme evidenciado por Cátia Dias que procurando responder à questão se existirão em Portugal jornais tendencialmente sensacionalistas, concluiu que “ (...) em Portugal existem jornais com manchetes sensacionalistas, a nível percentual o Correio da Manhã lidera com 74,3% de manchetes sensacionalistas, o Jornal de Notícias contém 53,4% e por último o Público com 28,1% (...) ” (Dias, 2015 p.6).

Assim, seguindo o critério previamente definido, linhas editoriais diametralmente opostas, os dois jornais seleccionados para a recolha da informação não poderiam ser outros que não o Correio da Manhã e o Público.

Feita esta primeira aproximação, cabia então definir o âmbito temporal a usar para a selecção de notícias. Neste sentido teria de ser um período de tempo suficientemente grande para que pudesse encerrar em si todos os descritores/palavras-chave essenciais à análise proposta. Todavia, na recolha de informação constatou-se que a construção de um corpus tomando por base um ano civil inteiro, aplicado a dois jornais e a multiplicar pelo número de descritores e/ou palavras-chave seria in comportável face à multidisciplinariedade da presente reflexão.<sup>137</sup>

---

<sup>137</sup> Numa primeira recolha de dados, circunscrita ao ano de 2015, apenas pelo descritor “crime” a página institucional do Correio da Manhã devolveu um total de 5905 resultados. Uma análise tão distendida no

Deste modo, o corpus de análise foi redefinido de forma a abarcar diversas notícias sobre o campo judicial, num determinado lapso temporal, de acordo com os descritores ou palavras-chave essenciais à resposta da indagação que se encontra subjacente, mas cuja devolução de resultados ou os resultados gerados permitissem uma análise cuidada e adequada, em tamanho e conteúdo, à presente reflexão.

Assim, se alcança o corpus de análise definido que é composto por notícias publicadas, nos últimos quinze dias, do mês de Dezembro, do ano de 2015, nos jornais não gratuitos, generalistas a com maior tiragem a nível nacional, com expressão e distribuição nacional e com linhas editoriais diametralmente diferentes, onde surjam palavras como arguido, crime, detenção, furto, homicídio, julgamento, prisão roubo e violação e cuja temática seja o crime ou a justiça.

O corpus de análise definido é composto por um conjunto de notícias nas quais, conforme adiante se verificará, figuram palavras associadas ao campo judicial ou à justiça, designadamente:

- a. Arguido;
- b. Crime;
- c. Detenção;
- d. Furto;
- e. Homicídio;
- f. Julgamento;
- g. Prisão;
- h. Roubo;
- i. Violação.

Propositadamente optou-se por palavras simples, não compostas, recusando a pesquisa por descritores demasiado complexos, como sendo os descritos compostos por palavras hifenizadas ou por termos demasiadamente longos que devolveriam em termos de pesquisa um manancial de informação demasiadamente denso e longo que permitisse o tratamento e a análise ora pretendida.

Não obstante todo o cuidado aplicado à definição dos critérios subjacentes à construção do corpus de análise, ainda assim impunha-se face a diversos motivos a

---

tempo, na matéria a analisar e num corpus de análise tão extenso apenas faria sentido se a presente reflexão tivesse como único objecto a premissa que serve de base ao capítulo em causa.

exclusão de algumas notícias do corpus de análise, mas que ainda assim figuravam nos resultados de pesquisa devolvidos pelas diversas ferramentas de pesquisa usadas, nomeadamente:

- Notícias que não sejam da autoria do Correio da Manhã ou do Público, mas que ainda assim estejam disponibilizadas no arquivo físico ou na página institucional;
- Notícias que envolvam jurisdições estrangeiras ou que estejam, por via dos intervenientes, conectadas com jurisdições estrangeiras;
- Notícias de mero reporte estatístico;
- Notícias que reportem factos cuja competência remeta para órgãos para além do tribunal, do ministério público, da polícia judiciária, da polícia de segurança pública ou da guarda nacional republicana<sup>138</sup>.

Definido o corpus de análise nestes termos, procedeu-se, conforme os ensinamentos de Fairclough, à codificação e selecção de amostras no corpus optando-se pela análise das notícias e à codificação parcial do corpus, ou seja, à decomposição do corpus às palavras-chaves essenciais para a resposta à pergunta:

- Quais os efeitos performativos do uso incorrecto do léxico jurídico por parte dos jornalistas?

Segundo Fairclough (1992), é difícil definir temporalmente, a sequência a aplicar a análise considerando que as três dimensões em causa, textual, discursiva e social, estão sempre em termos práticos sobrepostas. Deste modo e atendendo a esta dificuldade na distinção temporal e sequencial da análise, propõe-se uma análise baseada nos seguintes factores:

- Palavra – considerada por si, nas diversas significâncias que podem assumir consoante o jogo de linguagem, expurgada de qualquer análise ou referência textual;
- Significado extraído do texto - o significado que a palavra adquire no texto de acordo com a análise da notícia e o jogo de linguagem em causa;
- Significado legal - o significado jurídico que a palavra em causa assume;

---

<sup>138</sup> Neste sentido foram excluídas notícias que envolvam órgãos como sendo a ASAE ou o SEF.

- Correspondência/discrepância ou correspondência parcial – a verificação da correspondência ou discrepância entre o significado da palavra na notícia, no texto, com o seu significado legal;
- Clareza do texto e do uso do jargão jurídico ou da significância jurídico-legal da palavra para o homem/leitor médio.

Apesar de se reconhecer que se verifica um crescente uso das novas tecnologias na área do discurso e da sua pesquisa usado essencialmente para a criação ou modelação de práticas discursivas (FAIRCLOUGH, 1992: 291), da análise discursiva textualmente orientada ora gizada serão extraídos os respectivos resultados, procurando a resposta ou as respostas à questão erigida.

Neste sentido, nos subcapítulos que se seguem são apresentadas, por um lado, a análise propriamente dita, e por outro lado as conclusões extraídas dessa mesma análise e que procuram responder à questão - Há ou não performatividade do uso incorrecto do léxico jurídico por parte dos jornalistas?

Para a análise das notícias seleccionadas, após a definição das palavras-chave, recorreu-se a um processador de texto e a um *software* de análise de texto, para a verificação de ocorrências acompanhada da simultânea construção da grelha de análise, procurando deste modo assegurar uma selecção e análise de amostras expurgada de quaisquer ideias pré-concebidas ou influências pela apreensão prévia dos comuns jogos de linguagem em causa.

As conclusões desta análise, apresentadas no subcapítulo três, resultam da construção da noção de performatividade, aplicada ao discurso dos media, da verificação da correspondência ou discrepância entre o significado da palavra na notícia, no texto, com o seu significado legal, cruzada com a informação extraída dos inquéritos realizados, conforme adiante se explanará

## VII.2 – A correspondência entre o significado leigo/jornalístico e jurídico: a análise do corpus

### Notícias – Correio da Manhã – 15/12/2015 a 31/12/2015

Identificação da Palavra	ARGUIDO	
	Significado jurídico/legal: todo o suspeito de ter cometido um crime e contra o qual é deduzida acusação ou requerida instrução num processo penal (artigo 57.º do Código de Processo Penal)	
Fonte	Citação/Contexto	Análise
CM – 16/12	O quinto arguido condenado em 2010, Ferreira Diniz, cumpre a pena em casa por motivos de saúde.	Palavra usada incorrectamente, sem cuidar da verdadeira correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 16/12	O arguido está com termo de identidade e residência. O julgamento ainda não tem data marcada.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 16/12	Os arguidos, com idades entre os 57 e os 63 anos, integravam um grupo organizado que, fraudulentamente, há vários anos, facilitava a atribuição indevida de reformas por alegada incapacidade dos respectivos beneficiários.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 16/12	O tribunal deu como provados os factos essenciais da acusação, condenando os arguidos por homicídio qualificado, violência doméstica e ofensas à integridade física.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 16/12	Foi também determinada a pena acessória de inibição do poder paternal em relação a outros filhos dos arguidos, por períodos entre cinco e 10 anos.	Palavra usada incorrectamente, sem cuidar da verdadeira correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 17/12	Um arguido de 21 anos foi esta quinta-feira condenado a três anos de prisão, suspensa na sua execução, por abusar	Palavra usada incorrectamente, sem cuidar da verdadeira correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de

	sexualmente de uma menina de 12, que ficou grávida e foi submetida a um aborto, no Porto.	vista expositivo e não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 17/12	O arguido tem de pagar uma multa de 5400 euros pelo crime de ofensas à integridade física por negligência.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 17/12	Durante as alegações finais, o MP pediu a "pena adequada" para o acusado, "tendo em conta a idade e a situação em que o arguido se encontra".	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 18/12	De acordo com a PJ, o arguido foi detido na noite de quarta-feira, após ter sido abordado na zona onde morava e é suspeito da prática de 60 crimes de abuso sexual de crianças que vitimaram menores com idades dos 8 aos 12 anos de idade e a denúncia terá partido dos pais de uma das alegadas vítimas.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 18/12	A pena vai ser cumprida em regime de internamento num hospital psiquiátrico, pelo facto de o arguido sofrer de uma "anomalia psíquica grave".	Palavra usada incorrectamente, sem cuidar da verdadeira correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 19/12	Segundo o tribunal, o arguido não mostrou nenhum arrependimento pelo sucedido.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 19/12	O caso remonta a 11 de Fevereiro do ano passado, em Vila Nova de Gaia, mas agora a Polícia Judiciária do Porto desmontou a versão apresentada pela alegada vítima, que passou a ser arguido num processo por simulação de crime.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 20/12	Os factos remontam a Novembro de 2014, quando o arguido exibiu um maço de notas à jovem de 17 anos para a atrair à casa de banho do seu estabelecimento comercial.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 20/12	Os suspeitos não foram detidos, mas quatro deles foram constituídos arguidos por ter sido apreendido um telemóvel do furto que deu origem ao mandando de buscas domiciliárias.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

CM – 20/12	O procurador do Ministério Público recorreu da decisão e a Relação do Porto condenou agora a arguida a um ano de cadeia com pena suspensa.	Palavra usada incorrectamente, sem cuidar da verdadeira correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 21/12	Atendendo ao número de condenações do arguido, o Ministério Público defendia a aplicação de cadeia efectiva e recorreu para o Tribunal da Relação de Coimbra, mas os juízes desembargadores mantiveram a decisão.	Palavra usada incorrectamente, sem cuidar da verdadeira correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 21/12	Nenhuma das condenações teve "qualquer efeito dissuasor", concluíram os juízes da Relação de Coimbra, pelo que consideram adequado impor ao arguido "este primeiro contacto com a instituição prisional".	Palavra usada incorrectamente, sem cuidar da verdadeira correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 21/12	O arguido está acusado de um crime de homicídio, dois de homicídio qualificado na forma tentada, e outro de detenção de arma proibida.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 21/12	No exterior, o arguido foi a um anexo buscar uma segunda arma.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 21/12	Já o outro arguido, que vendeu alguns objectos e serviu ainda de intermediário em algumas transacções, foi condenado a um ano de prisão pelo crime de receptação e a um ano e seis meses pelo crime de tráfico de estupefaciente de menor gravidade, uma vez que foram apreendidas algumas doses de droga aquando das buscas domiciliárias.	Palavra usada incorrectamente, sem cuidar da verdadeira correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 21/12	Os outros dois arguidos, uma proprietária de uma empresa de artigos de ourivesaria e o seu filho, que fazia a fundição dos objectos de ouro e prata, foram absolvidos.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 21/12	"O arguido empurrou o pai, tendo ambos caído no chão, agarrados um ao outro, ficando a vítima a rebolar no solo.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 21/12	Já na presença dos militares, o arguido, apesar de algemado, ainda desferiu um pontapé num dos elementos da patrulha.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

CM – 21/12	O arguido está acusado de um crime de homicídio, dois de homicídio qualificado na forma tentada, e outro de detenção de arma proibida.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 21/12	No exterior, o arguido foi a um anexo buscar uma segunda arma.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 22/12	O advogado de defesa do arguido pediu justiça, estranhando que Artur Gonçalves seja o único a ser responsabilizado pelo sucedido.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 24/12	São 12 arguidos – o ex-primeiro-ministro José Sócrates é o mais mediático.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 28/12	O arguido vai ser levado a um tribunal de júri, em data ainda não marcada, estando a decorrer, desde o passado dia 22, o processo de seleção de jurados, cidadãos que se juntarão aos juízes de carreira no julgamento do caso.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 28/12	No despacho de acusação do processo, hoje consultado pela agência Lusa, o MP refere que o arguido, que aguarda julgamento em prisão domiciliária, "agiu de forma livre, deliberada e consciente".	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 28/12	Para o MP, o arguido actuou "com o propósito, previamente idealizado de atingir o corpo da vítima para lhe retirar a vida", utilizando a espingarda caçadeira, semiautomática. "	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 28/12	O arguido, caucasiano, entregou à vítima, de 36 anos, de etnia cigana, "quatro caixas de tabaco" para venda mas o homem viria a alegar ter sido alvo de uma "'banhada', para não pagar ao arguido o que previamente tinha acordado".	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 29/12	Acusado de um crime de homicídio qualificado, o arguido, de 23 anos, vai ser julgado em Janeiro por um tribunal de júri.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 29/12	O arguido acusava a vítima de não lhe pagar uma quantia que tinham acordado.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.



CM – 29/12	O arguido ainda tentou fugir, mas o veículo em que seguia ficou atolado em areia.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 30/12	O detido foi constituído arguido e sujeito a termo de identidade e residência, aguardando em liberdade o desenrolar do processo.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 30/12	Também estes suspeitos já foram presentes a tribunal, tendo sido constituídos arguidos e sujeitos a termo de identidade e residência.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 30/12	Segundo a tese da acusação, pelo menos entre Outubro de 2014 e marco de 2015, quatro dos seis arguidos, "congeminarão a traçaram em conjunto um plano para introduzirem haxixe no Estabelecimento Prisional de Chaves, para daí retirarem todos proveitos económicos".	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 30/12	O Tribunal de Vila Real marcou para 11 de Janeiro a leitura do acórdão dos seis arguidos, incluindo um guarda prisional, que estão a ser julgados por crimes de corrupção e tráfico de estupefacientes, disse esta quarta-feira fonte judicial.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 30/12	Estes três arguidos são também acusados, para além de tráfico de droga na forma agravado, do crime de corrupção activa.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

Identificação da Palavra	CRIME	
	Significado jurídico/legal: conjunto de pressupostos de que depende a aplicação ao agente de uma pena ou medida de segurança (artigo 1.º do Código do Processo Penal)	
Fonte	Citação/Contexto	Análise
CM – 15/12	Os crimes ocorreram nos últimos meses de forma reiterada ao fim de semana, quando os menores ficavam à guarda do pai.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 15/12	E foi nessa altura que ocorreram os crimes de abusos sexuais sobre os menores.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação

		contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 15/12	A Polícia Judiciária (PJ) anunciou esta terça-feira a detenção de um agricultor de 57 anos, residente no concelho do Sabugal, distrito da Guarda, pela presumível prática de um crime de homicídio qualificado na forma tentada.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 15/12	Segundo a PJ, o crime ocorreu numa aldeia do concelho do Sabugal, na sequência de uma discussão entre dois agricultores vizinhos "por motivos relacionados com a fuga e o apascentamento de gado bovino".	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 15/12	O detido, também suspeito de um crime de detenção de armas de fogo proibidas, possui antecedentes criminais por violência doméstica.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 15/12	Na acção policial foram apreendidos cerca de 27 mil euros em numerário, presumivelmente resultantes daquela actividade delituosa, além de relevantes elementos de prova para a matéria sob investigação e de outros que indiciam também a prática do crime de posse de armas proibidas.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 15/12	De acordo com um comunicado do Departamento de Investigação Criminal da PJ da Guarda, o suspeito está indiciado da "autoria de, pelo menos, dois crimes de abuso sexual de pessoas incapazes de resistência, que se encontravam integradas numa cooperativa de educação e reabilitação de cidadãos inadaptados".	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 15/12	O advogado acredita que foram recolhidos "indícios fortes" de que a morte dos seis jovens poderá ter ocorrido devido a um crime de exposição ou abandono.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 15/12	GNR anunciou esta terça-feira a detenção de um homem de 22 anos, suspeito da prática de vários crimes de furto de fios de cobre de telecomunicações e de electricidade nos	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

	concelhos de Seia e de Gouveia.	
CM – 15/12	Polícia Judiciária (PJ) deteve dois médicos, um funcionário da Segurança Social e um reformado daquele organismo público pela prática dos crimes de fraude contra a segurança social, corrupção e associação criminosa, informou esta terça-feira a PJ.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 15/12	O alegado violador terá cometido os crimes nos passados meses de Julho e Agosto, frisou esta força policial, em comunicado enviado à Lusa.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 15/12	O detido, de 43 anos, esteve preso pela prática dos mesmos crimes.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 15/12	A PJ realçou que o homem, indiciado pela prática de dois crimes de violação, vai ser presente às autoridades judiciais para a aplicação de medidas de coacção.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM - 15/12	O processo está a cargo da unidade da Polícia Judiciária que combate o crime económico e é coordenado pelo Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa.	Palavra usada incorrectamente, sem cuidar da verdadeira correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 16/12	Manuel Abrantes, ex-provedor-adjunto da Casa Pia, condenado a 5 anos e nove meses de cadeia por dois crimes de abusos sexuais, também vai sair em precária.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 16/12	O Tribunal de Penafiel condenou quatro arguidos, dois dos quais do sexo feminino, pelo crime de sequestro agravado, em co-autoria, que teve como vítima uma mulher, num caso relacionado com droga, ocorrido em Dezembro de 2014.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 16/12	De acordo com a página na Internet da Procuradoria-Geral Distrital do Porto, do Ministério Público, três dos arguidos foram também condenados pelo crime de dano.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

CM – 16/12	Filipe Andrade, um escultor de 29 anos que na manhã de 27 de Dezembro do ano passado atropelou mortalmente João Gomes, no Fogueteiro, Seixal, fugindo em seguida, foi acusado pelo Ministério Público do Seixal pelos crimes de homicídio por negligência grosseira e omissão de auxílio.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 16/12	Esta terça-feira, o ex-seminarista foi condenado a pagar 11 680 euros: 3480 de uma multa por oito crimes de difamação agravada e dois de devassa da vida privada e 8200 euros de indemnização a cinco padres e ao bispo de Viana, D. Anacleto Oliveira.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 16/12	O detido, "com antecedentes criminais por outros crimes", e residente no concelho Vila Nova Cerveira, "foi sujeito a Termo de Identidade e Residência (TIR), tendo sido libertado e notificado para comparecer, na quinta-feira, às 09h30, no Tribunal de Vila Nova de Cerveira".	Palavra usada incorrectamente, sem cuidar da verdadeira correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM - 16/12	Dois homens, com cadastro por crimes sexuais, foram presos pela Polícia Judiciária de Braga, por voltarem a atacar.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM - 16/12	Num dos casos, o suspeito tinha mesmo sido condenado numa pena suspensa, por pornografia infantil e violação, sendo fácil continuar a cometer os mesmos crimes porque estava em liberdade.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 17/12	Em causa, crimes de homicídio qualificado, ofensas à integridade física graves e violência doméstica.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 17/12	Cláudia Silva, 34 anos, só foi absolvida do último crime.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 17/12	O antigo presidente de junta, com 95 anos, é acusado pelo Ministério Público (MP) de dois crimes de homicídio qualificado na forma tentada, um crime de detenção de arma proibida e um crime de detenção de munições	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

	proibidas.	
CM – 17/12	O crime aconteceu em 2013 na casa onde a menor vivia com duas irmãs, uma delas responsável pela sua guarda, tendo o abusador 19 anos, à data dos factos.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 17/12	Em Julho deste ano, o jovem havia sido condenado, também a uma pena de prisão suspensa, pela prática do mesmo crime - abuso sexual de menores agravado, tendo ainda no cadastro uma condenação por furto qualificado.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 17/12	O arguido tem de pagar uma multa de 5400 euros pelo crime de ofensas à integridade física por negligência.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 17/12	Uma enfermeira foi absolvida do crime pois não ficou provado que foi responsável pelo esquecimento.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 17/12	De acordo com um comunicado esta quinta-feira divulgado pela GNR, os arguidos, 12 homens e duas mulheres (entre 24 e 75 anos), que ficaram sujeitos a termos de identidade e residência, são suspeitos da prática dos crimes de abuso de confiança fiscal, frustração de créditos, fraude fiscal qualificada, falsificação de documentos e branqueamento de capitais.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 17/12	Foram referenciadas, diz a GNR, mais de duas dezenas de sociedades, directa ou indirectamente relacionadas com os crimes.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 17/12	Um auxiliar de educação foi detido em Ponta Delgada, Açores, pela alegada prática de 60 crimes de abuso sexual de crianças que vitimaram menores com idades dos 8 aos 12 anos de idade, anunciou esta quinta-feira a Polícia Judiciária (PJ).	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 17/12	Em comunicado, o Departamento de Investigação Criminal de Ponta Delgada da PJ informa que o arguido, de 28 anos,	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação

	foi detido "pela presumível prática de mais de 60 crimes de abuso sexual de criança e de coacção sexual agravada, de que foram vítimas cinco meninos com as de idades de 8, 9, 10 e 12 anos de idade".	contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 17/12	O ex-director do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) falava durante o julgamento do caso das secretas, em que está acusado de acesso indevido à facturação detalhada do telemóvel do jornalista Nuno Simas, entre outros crimes.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 17/12	No decorrer da operação, realizada pela Unidade Nacional de Combate à Corrupção, nas zonas da Grande Lisboa e Ovar, foram apreendidos elementos probatórios e objectos resultantes do produto do crime.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 17/12	Entre outros crimes, Silva Carvalho responde por corrupção passiva para acto ilícito, enquanto Nuno Vasconcellos surge pronunciado por corrupção activa.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 18/12	A Directoria do Norte da Polícia Judiciária anunciou esta sexta-feira ter identificado e detido três homens indiciados pela prática de roubo com arma de fogo, tendo o crime ocorrido no dia 14 de Novembro numa via pública em Valongo.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 18/12	Em comunicado, a PJ informou que o crime ocorreu na manhã de 4 de Dezembro, na via pública, no concelho da Amadora, quando o detido agrediu a vítima "de forma muito violenta", na sequência de uma discussão, "provocando-lhe uma grave queda no passeio".	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 18/12	Os inspectores esclareceram o caso em 24 horas e quarta-feira à noite já um auxiliar de educação de 28 anos, a trabalhar numa escola primária, estava detido por mais de 60 crimes de abuso sexual de criança e coacção sexual agravada contra cinco meninos dos 8 aos 12 anos.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.



CM – 18/12	Os crimes ocorreram principalmente no interior da escola.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 18/12	A investigação apurou que os crimes começaram durante o verão e sofreram grande aumento assim que começaram as actividades escolares.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 18/12	Em comunicado, a Directoria do Centro da PJ informa que "identificou e deteve um homem pela presumível autoria da prática de um crime de roubo, perpetrado com recurso a uma arma de fogo, que teve lugar em finais do passado mês de Outubro, em Castelo Branco".	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 18/12	O auxiliar de educação, detido em Ponta Delgada, nos Açores, pela alegada prática de 60 crimes de abuso sexual de menores ficou esta sexta-feira em prisão preventiva, disse à Lusa fonte da Polícia Judiciária (PJ).	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 18/12	As alegações finais do julgamento de Paulo Pereira Cristóvão e Vítor Viegas – acusados de crimes como burla qualificada ou branqueamento de capitais – foram marcadas para 20 de Janeiro de 2016.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM - 18/12	O crime ocorreu na madrugada do último sábado e o homem acabou por ser detido na terça-feira pela Judiciária	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM - 18/12	Sem profissão e já com antecedentes policiais por crimes sexuais de menor relevância, embora sem condenação, o homem foi identificado e detido pela PJ em tempo recorde.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 19/12	O crime aconteceu no passado dia 4, na Amadora.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 19/12	O jovem está indiciado pelo crime de ofensa à integridade física qualificada, agravada pelo resultado que foi a morte da vítima.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

CM – 19/12	A mulher admitiu a prática do crime, mas não o justificou.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 19/12	O crime ocorreu pelas 12h20 de quarta-feira, junto à estação de metro das Olaias.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 19/12	O crime ocorreu no final de Novembro, na zona dos Olivais.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 19/12	A investigação do caso ficou entregue à Directoria do Sul da Polícia Judiciária, que também foi chamada ao local, mas, ao que tudo indica, não existem suspeitas de qualquer crime.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 19/12	O homem respondeu por um crime de homicídio qualificado.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 19/12	O crime ocorreu a 8 de Novembro de 2014.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 19/12	O crime está agora a ser julgado no Tribunal de Santarém e esta segunda-feira realiza-se a segunda sessão do julgamento.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 19/12	O arguido está acusado de um crime de homicídio, dois de homicídio qualificado na forma tentada, e outro de detenção de arma proibida.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 19/12	José Sócrates foi detido a 21 de Novembro de 2014, no aeroporto de Lisboa, indiciado pelos crimes de fraude fiscal qualificada, branqueamento de capitais e corrupção passiva para acto ilícito, tendo ficado preso preventivamente no Estabelecimento Prisional de Évora.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 19/12	E à polícia acusou o sogro e o cunhado de serem os autores do suposto crime.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.



CM – 19/12	O caso remonta a 11 de Fevereiro do ano passado, em Vila Nova de Gaia, mas agora a Polícia Judiciária do Porto desmontou a versão apresentada pela alegada vítima, que passou a ser arguido num processo por simulação de crime.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 20/12	O Tribunal de Santarém começa esta segunda-feira a julgar um empresário de 59 anos que está acusado de um crime de abuso sexual de criança e outro de coacção sexual.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 20/12	Segundo a acusação do Ministério Público, a que o <b>CM</b> teve acesso, os crimes terão sido cometidos sobre uma vizinha, de 17 anos, que residia no mesmo prédio, e uma menina de 12, filha de uma funcionária das lojas que supervisionava, em Torres Novas.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 20/12	Quando fez o teste de alcoolemia, apresentou uma taxa-crime de 1,88 g/l. Acabou detido.	Palavra usada incorrectamente, sem cuidar da verdadeira correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 20/12	O terceiro, de 29, tem cadastro por crimes semelhantes.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 20/12	As pessoas detidas por crimes contra crianças costumam ser alvo de represálias na cadeia.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 20/12	A mulher de Emanuel Mário também foi condenada pelo mesmo crime, no Campus da Justiça, em Lisboa.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 21/12	À sétima vez que regressou ao tribunal, em Julho, acusado do mesmo crime, o juiz aplicou-lhe onze meses de cadeia, que irá cumprir em 66 fins-de-semana.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 21/12	Só este ano o condutor foi punido três vezes pelo mesmo crime.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

CM – 21/12	O colectivo de juízes considerou que José Joaquim de Sousa Gomes, que presidiu à Câmara Municipal de Almeirim entre 1990 e 2013, cometeu três crimes de prevaricação de cargo político, tendo-o absolvido de um quarto crime de prevaricação de que vinha acusado pelo Ministério Público.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 21/12	O Tribunal considerou que tanto a culpa de Sousa Gomes como do engenheiro civil Manuel Agudo - também arguido no processo e condenado a 2.100 euros de multa por dois crimes de falsificação de documento - é elevada, "uma vez que actuaram com dolo directo".	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 21/12	As autoridades, que estão agora a investigar o crime, cujas circunstâncias não são ainda claras, o homem revelou que se tinha encontrado com um amigo num café, em Paredes de Aviares, Marco de Canaveses.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 21/12	Mas o crime acabou registado pelas câmaras, o que levou os responsáveis do espaço a chamar a PSP.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 21/12	Ao ser confrontado com o crime, o agente da PSP confessou ser o autor do mesmo, justificando-se com o facto de não comer há dias e de enfrentar sérias dificuldades financeiras.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM - 21/12	Na leitura do acórdão, o juiz presidente considerou que um dos arguidos cometeu um crime de receptação agravada e um outro de branqueamento, e condenou-o a cinco e a três anos de prisão, respectivamente.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM - 21/12	O tribunal entendeu que o crime de fraude fiscal, de que também estava a acusado, não se provou.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM - 21/12	Já o outro arguido, que vendeu alguns objectos e serviu ainda de intermediário em algumas transacções, foi condenado a um ano de prisão pelo crime de receptação e a um ano e seis meses pelo crime de tráfico de estupefaciente	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

	de menor gravidade, uma vez que foram apreendidas algumas doses de droga aquando das buscas domiciliárias.	
CM - 21/12	O processo envolve uma mulher, de 70 anos, e dois filhos, de 48 e 44 anos, que estavam pronunciados pela prática de um crime de branqueamento e outro de receptação, respondendo um deles, também, por fraude fiscal na forma continuada.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM - 21/12	A um quarto arguido, de 46 anos, estão imputados os crimes de receptação e tráfico de menor gravidade.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 22/12	O homem, de 51 anos, mecânico de profissão e funcionário da Câmara do Cartaxo, foi condenado por dois crimes de abuso sexual de uma menina ao longo de seis anos, um deles cometido de forma continuada.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 22/12	Os crimes ocorreram na sua residência, aproveitando a vizinhança com a vítima e a confiança da família.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 22/12	A menor, actualmente com 13 anos, foi abusada sexualmente várias vezes (quando tinha 7, 10 e 13 anos) por Fernando Rosa, crimes ocorridos entre Fevereiro de 2009 e Fevereiro de 2015.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 22/12	Fernando Rosa foi condenado num outro processo em 2014 a uma pena de 13 anos de prisão pela autoria de 15 crimes de abuso sexual de criança, cometidos sobre três crianças (de 5, 10 e 11 anos), encontrando-se à data da detenção pela PJ, em Fevereiro deste ano, em liberdade por estar a aguardar o resultado do recurso a essa sentença.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 23/12	Carlos Cruz cumpriu metade da pena, em Dezembro de 2014, após o Tribunal da Relação de Lisboa ter alterado a pena inicial de sete anos de prisão, a que tinha sido condenado na primeira instância, fixando-a em seis anos, por três crimes de abuso sexual de menores.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

CM – 23/12	Segundo o <b>CM</b> apurou, o crime aconteceu pelas 4h10.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 23/12	Manuel Abrantes foi condenado a 3 de Setembro de 2010 a cinco anos e nove meses de prisão por dois crimes de abuso sexual de menores.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 24/12	Na origem do crime está a recusa da idosa em dar mais dinheiro ao filho para a droga.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 24/12	O suspeito, residente no Porto e referenciada por "dezenas de crimes contra o património, tinha sobre si um mandado de detenção e um mandado de busca domiciliária e estava a ser investigado desde Janeiro deste ano, informou a PSP em comunicado de imprensa.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 24/12	O suspeito, residente no Porto e referenciada por "dezenas de crimes contra o património, tinha sobre si um mandado de detenção e um mandado de busca domiciliária e estava a ser investigado desde Janeiro deste ano, informou a PSP em comunicado de imprensa.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 25/12	Já foram presos pela Polícia Judiciária do Porto e estão indiciados por tentativa de homicídio, extorsão e crime de incêndio.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 25/12	O mandante do crime é um jovem de 20 anos, que conheceu a vítima, de 46, quando trabalhavam na construção civil, na Alemanha.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM - 25/12	A secção de crimes sexuais da PJ foi alertada e estava no local a recolher provas dos crimes.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM - 25/12	A jovem acrescentou que era abusada sexualmente há oito anos pelo homem, mas que até agora não tinha denunciado os crimes.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

CM – 26/12	E o crime aconteceu cerca das 21h00 no interior do bairro do Zambujal, na Amadora.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 26/12	Segundo o <b>CM</b> apurou, junto de fonte policial, foi o próprio taxista quem fez a denúncia do crime que acabara de sofrer na noite de quinta-feira.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 27/12	O homicida, que se suicidou após matar a mulher, cometeu o crime com uma pistola 6,35 mm legalizada na presença da filha do casal, com 16 anos.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 27/12	Os factos remontam a Dezembro de 2013: o condutor foi julgado e condenado em Abril deste ano, pelo Tribunal de Santarém, por um crime de violação de imposições, proibições ou interdições.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 27/12	Nos últimos anos, foi julgado e condenado a várias penas por três crimes de condução sob efeito do álcool, dois de furto, um de ofensas, um de ameaças e dois por condução sem carta.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 27/12	Em causa estão treze crimes de recurso à prostituição de menores, um dos quais tentado.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 30/12	Detido pela Polícia Judiciária do Porto, foi indiciado por crimes de abuso sexual de criança, pornografia de menores e recurso à prostituição de menores.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 30/12	Foi agora detido por crimes de violência doméstica na Cruz Quebrada, Oeiras, por ordem do tribunal, depois de a última vítima ter apresentado queixa.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 30/12	O homem de 27 anos foi detido numa localidade do concelho de Serpa (distrito de Beja), pelos alegados crimes de tráfico de estupefacientes e resistência e coacção sobre funcionário.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 30/12	O homem agora detido é reincidente neste tipo de agressões, tendo ao longo de vários anos praticado diversos crimes de violência doméstica.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

CM – 30/12	O Tribunal de Vila Real marcou para 11 de Janeiro a leitura do acórdão dos seis arguidos, incluindo um guarda prisional, que estão a ser julgados por crimes de corrupção e tráfico de estupefacientes, disse esta quarta-feira fonte judicial.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 30/12	Paulo Costa deverá agora ser indiciado pelo crime de fogo posto e ouvido por um juiz de instrução criminal, para aplicação de medidas de coacção.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 31/12	O condutor do automóvel, um homem com cerca de 50 anos e que reside no lugar do Casal, foi identificado pela GNR e submetido ao ‘teste do balão’, que acusou uma taxa-crime de álcool no sangue.	Palavra usada incorrectamente, sem cuidar da verdadeira correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

Identificação da Palavra	DETENÇÃO	
	<b>Significado legal:</b> Ato de deter consumado por órgão de polícia criminal em contexto de processo penal./Acto de deter objecto proibido com relevância penal.	
Fonte	Citação/Contexto	Análise
CM – 15/12	Os investigadores da Polícia Judiciária da Guarda entraram rapidamente em campo, recolheram outras provas que sustentam os relatos das vítimas e avançaram para a detenção na última sexta-feira.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 15/12	Fernando Rosa foi condenado num outro processo em 2014 a uma pena de 13 anos de prisão pela autoria de 15 crimes de abuso sexual de criança, cometidos sobre três crianças (de 5, 10 e 11 anos), encontrando-se à data da detenção pela PJ, em Fevereiro deste ano, em liberdade por estar a aguardar o resultado do recurso a essa sentença.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 15/12	A Polícia Judiciária (PJ) anunciou esta terça-feira a detenção de um agricultor de 57 anos, residente no concelho do Sabugal, distrito da Guarda, pela presumível prática de um crime de homicídio qualificado na forma	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.



	tentada.	
CM – 15/12	O detido, também suspeito de um crime de detenção de armas de fogo proibidas, possui antecedentes criminais por violência doméstica.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 15/12	A GNR anunciou esta terça-feira a detenção de um homem de 22 anos, suspeito da prática de vários crimes de furto de fios de cobre de telecomunicações e de electricidade nos concelhos de Seia e de Gouveia.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 15/12	Segundo fonte do Comando Territorial da GNR da Guarda, o suspeito foi detido pelas 01h30 de terça-feira, na localidade de Torrozelo, Seia, por elementos do Núcleo de Investigação Criminal do Destacamento Territorial de Gouveia, no âmbito de uma investigação relacionada com furtos de materiais não preciosos registados nos últimos meses nos concelhos de Seia e de Gouveia, na Serra da Estrela.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 15/12	Fonte da GNR adiantou à agência Lusa que foi detido um dos suspeitos, residente no concelho de Seia, mas o segundo, com 24 anos, residente na zona de Viseu, que já está identificado pelas autoridades policiais, conseguiu colocar-se em fuga.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 15/12	Do ato de detenção resultaram ferimentos ligeiros num militar da GNR e no suspeito, tendo este recebido tratamento médico no hospital de Seia, referiu.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 15/12	A detenção do suspeito foi anunciada na sexta-feira pela Polícia Judiciária (PJ) da Guarda.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 15/12	O detido foi presente ao tribunal da Guarda e ficou sujeito a termo de identidade e residência.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

CM – 15/12	A Polícia Judiciária (PJ) anunciou esta terça-feira a detenção de um homem suspeito de ter violado, por duas vezes, e dias depois de sair da prisão, uma mulher, em Braga.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 15/12	O detido, de 43 anos, esteve preso pela prática dos mesmos crimes.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 16/12	O ex-funcionário da Segurança Social e deputado na Assembleia Municipal de Porto de Mós que foi detido pela Polícia Judiciária, juntamente com dois médicos e um funcionário da Segurança Social ficou esta terça-feira em prisão preventiva.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 16/12	Durante a operação policial, realizada na segunda-feira em Porto de Mós e na Região da Grande Lisboa, onde ocorreram as detenções, foram cumpridos cerca de uma dezena de mandados de busca em organismos públicos, consultórios médicos, escritório de advogados e domicílios.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 16/12	A GNR deteve esta quarta-feira, em Vila Nova de Cerveira, um homem de 43 anos de idade e com antecedentes criminais, por posse de arma proibida e de um "engenho explosivo improvisado".	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 16/12	Em comunicado, o Comando Territorial da GNR de Viana do Castelo, adiantou que "a detenção ocorreu na sequência de cinco buscas, uma domiciliária, uma no estaleiro de uma empresa do ramo da construção civil, e três em veículos, no âmbito de uma investigação que corre no Núcleo de Investigação Criminal (NIC) de Valença".	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 16/12	O detido, "com antecedentes criminais por outros crimes", e residente no concelho Vila Nova Cerveira, "foi sujeito a Termo de Identidade e Residência (TIR), tendo sido libertado e notificado para comparecer, na quinta-feira, às 09h30, no Tribunal de Vila Nova de Cerveira".	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.



CM – 16/12	A PSP de Lisboa anunciou esta quarta-feira a detenção de um homem de 34 anos que roubou, juntamente com outras três pessoas, 11 mil euros a um casal.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 16/12	O detido e outros três homens roubaram 11 mil euros em dinheiro que se encontrava guardado num envelope ao proprietário de um restaurante e à sua acompanhante, dinheiro esse que serviria para pagar aos funcionários do restaurante, adianta a PSp, num comunicado enviado à agência Lusa.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 16/12	O detido foi esta quarta-feira a tribunal, tendo ficado preso preventivamente.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 16/12	A Polícia Judiciária (PJ) anunciou esta quarta-feira "uma grande apreensão" de substâncias dopantes para desportistas no Porto e nos Açores, e a detenção de dois homens por suspeita de tráfico internacional de esteróides anabolizantes.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 16/12	A fonte da PJ explicou que o produto, oriundo do estrangeiro, entrava em Portugal pela região dos Açores, sendo que o elemento no arquipélago para o importador e o segundo detido, no Porto, fazia a aquisição.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 16/12	Segundo o Departamento de Investigação Criminal de Ponta Delgada da PJ, "as detenções ocorreram em ocasiões temporalmente diferidas, primeiro no concelho de Ponta Delgada e, posteriormente, na cidade do Porto, na sequência de uma operação "com a participação da Directoria do Norte da Polícia Judiciária".	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 16/12	A Polícia Judiciária (PJ) anunciou esta quarta-feira o desmantelamento de uma organização criminosa internacional suspeita de cometer burlas que podem ascender a várias centenas de milhares de euros, tendo detido três homens, com idades entre 25 e 39 anos.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

CM – 16/12	Os detidos estão indiciados dos crimes de burla informática, acesso ilegítimo e branqueamento de capitais.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 17/12	O antigo presidente de junta, com 95 anos, é acusado pelo Ministério Público (MP) de dois crimes de homicídio qualificado na forma tentada, um crime de detenção de arma proibida e um crime de detenção de munições proibidas.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 18/12	A GNR deteve 10 pessoas em Vila Nova de Gaia, Santa Maria da Feira e Penafiel, no distrito do Porto, por suspeitas de tráfico de droga e apreendeu mais de cinco quilos de estupefacientes variados.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 18/12	As detenções ocorreram na sequência da realização de 30 buscas, 15 domiciliárias e 15 não domiciliárias.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 18/12	Os detidos têm idades compreendidas entre os 22 e 50 anos e residem em Vila Nova de Gaia e Marco de Canaveses, avançou a GNR.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 18/12	A Polícia Judiciária (PJ) anunciou esta sexta-feira a detenção de um jovem de 19 anos, na Amadora, por ofensa à integridade física de um homem de 68 anos, que acabou por morrer.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 18/12	Em comunicado, a PJ informou que o crime ocorreu na manhã de 4 de Dezembro, na via pública, no concelho da Amadora, quando o detido agrediu a vítima "de forma muito violenta", na sequência de uma discussão, "provocando-lhe uma grave queda no passeio".	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 19/12	A detenção ocorreu quarta-feira, no âmbito de um inquérito iniciado há meses.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

CM – 19/12	Minutos depois do espancamento, o agressor foi detetado a sair da estação de metro do Intendente, para a avenida Almirante Reis, sendo de imediato detido.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 21/12	O arguido está acusado de um crime de homicídio, dois de homicídio qualificado na forma tentada, e outro de detenção de arma proibida.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 22/12	No entanto, acabou por sofrer um ferimento no peito, o que levou a que fosse internado sob detenção.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 22/12	A Polícia Judiciária (PJ) anunciou esta segunda-feira a detenção, na zona da Grande Lisboa, de um homem de 61 anos por abusos sexuais cometidos sobre um menino, actualmente com 11 anos, de quem era amigo e vizinho.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 23/12	Quando percebeu que ia ser detido por estar a conduzir sob o efeito do álcool, o condutor retirou da carteira quatro notas de 50 euros – no total de 200 euros – e pediu aos militares da GNR do Posto Territorial de Olhos d'Água, em Albufeira, para as receberem e 'fecharem os olhos'.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 24/12	Um homem de 56 anos suspeito de furtos por escalamento e arrombamento de residências na cidade do porto foi detido na quarta-feira pela PSP, informou esta quinta-feira aquela polícia.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 24/12	O suspeito, residente no Porto e referenciada por "dezenas de crimes contra o património, tinha sobre si um mandado de detenção e um mandado de busca domiciliária e estava a ser investigado desde Janeiro deste ano, informou a PSP em comunicado de imprensa.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 24/12	O detido, que já cumpriu uma pena de prisão efectiva entre 2007 e 2013 pela prática do mesmo tipo de "ilícitos criminais", tem realizado furtos qualificados, através de "escalamento, arrombamento ou estroncamento de portas e janelas", furtando todo o tipo de artigos de valor, como objectos em ouro, prata, colecções de moedas, livros,	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

	quantias em dinheiro, ferramentas, bem como, cobre das instalações eléctricas, torneiras e outros metais que possam ser transaccionáveis.	
CM – 24/12	Segundo a PSP, o homem detido tem realizado furtos qualificados desde o ano de 2005 de forma reiterada e com "elevados prejuízos patrimoniais para as vítimas" e, já depois de ter cumprido pena de prisão efectiva, foi "diversas vezes interceptado em flagrante delito pela PSP, não cumprindo "as medidas de coacção" a que era sujeito junto das autoridades judiciais.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 28/12	A Polícia Judiciária anunciou esta segunda-feira a detenção de um homem que alegadamente tentou matar com uma arma branca um indivíduo na noite de sábado para domingo numa residência na Mealhada, distrito de Aveiro.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 28/12	A Polícia de Segurança Pública (PSP) anunciou esta segunda-feira a detenção de um casal que pretendia visitar um recluso no estabelecimento prisional do Montijo com 540 doses de haxixe na sua posse.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 28/12	A polícia anunciou também a detenção de um homem, com 39 anos, que agrediu a sua companheira com uma faca, no Barreiro, provocando-lhe ferimentos graves.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 30/12	Segundo o CM apurou junto de fonte oficial da GNR, a detenção resultou de uma investigação aberta após a queixa da namorada, uma mulher de 47 anos, no início de Dezembro.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 30/12	A GNR anunciou esta quarta-feira a detenção, em Serpa, de um homem de 27 anos por suspeitas de tráfico de droga e de outras três pessoas, entre os 16 e 22 anos, pelo alegado furto de 25 ovelhas.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 30/12	O homem de 27 anos foi detido numa localidade do concelho de Serpa (distrito de Beja), pelos alegados crimes de tráfico de estupefacientes e resistência e coacção sobre funcionário.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

CM – 30/12	O detido foi constituído arguido e sujeito a termo de identidade e residência, aguardando em liberdade o desenrolar do processo.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 30/12	Detido pela Polícia Judiciária do Porto, foi indiciado por crimes de abuso sexual de criança, pornografia de menores e recurso à prostituição de menores.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

Identificação da Palavra	FURTO	
	Significado legal: Acto de apropriação para si ou para outra pessoa de coisa alheia, sem que para tal se recorra à violência ou à coacção.	
Fonte	Citação/Contexto	Análise
CM – 15/12	A GNR anunciou esta terça-feira a detenção de um homem de 22 anos, suspeito da prática de vários crimes de furto de fios de cobre de telecomunicações e de electricidade nos concelhos de Seia e de Gouveia.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 15/12	Segundo fonte do Comando Territorial da GNR da Guarda, o suspeito foi detido pelas 01h30 de terça-feira, na localidade de Torrozel, Seia, por elementos do Núcleo de Investigação Criminal do Destacamento Territorial de Gouveia, no âmbito de uma investigação relacionada com furtos de materiais não preciosos registados nos últimos meses nos concelhos de Seia e de Gouveia, na Serra da Estrela.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 15/12	Os dois homens são suspeitos da alegada prática "de mais de uma dezena de furtos [de cabos de cobre de telecomunicações e de electricidade], cujo montante [de valor] é superior a 500 mil euros", indicou a fonte policial.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 17/12	Em Julho deste ano, o jovem havia sido condenado, também a uma pena de prisão suspensa, pela prática do mesmo crime - abuso sexual de menores agravado, tendo ainda no cadastro uma condenação por furto qualificado.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

CM – 20/12	A PSP estava a cumprir um mandado de buscas domiciliárias por furtos a uma residência quando se apercebeu das condições em que viviam as crianças.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 20/12	Pelas 08h30 desta sexta-feira, a PSP de Portimão cumpriu um mandado de busca domiciliária num apartamento da rua da Hortinha, perto do jardim da praça da República, na sequência de um furto ao interior de uma residência na zona.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 20/12	Os suspeitos não foram detidos, mas quatro deles foram constituídos arguidos por ter sido apreendido um telemóvel do furto que deu origem ao mandando de buscas domiciliárias.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 20/12	Moradores e comerciantes estão cansados desta onda de furtos e vandalismo.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 20/12	"Ninguém percebe porque é que é sempre esta loja a visada, até porque partem os vidros e nem levam nada de grande valor", disse ao CM Mourão Correia, amigo da proprietária da frutaria, que este sábado, após mais um furto, esteve de portas fechadas.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 22/12	Num comunicado esta segunda-feira divulgado, a PJ refere que "identificou, localizou e deteve um homem, de 35 anos, indiciado pela prática, em co-autoria, de crimes de roubo com utilização de arma de fogo e furto" e um outro, "de 25 anos, por fortes suspeitas do cometimento de ilícitos de homicídio qualificado, profanação de cadáver e posse de arma proibida".	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 22/12	De acordo com a investigação, os dois homens "serão responsáveis pela autoria de dezoito assaltos à mão armada a farmácias, estabelecimentos comerciais e um restaurante, ocorridos em Lisboa e Cascais, entre Agosto e Dezembro deste ano, bem como pelo furto de duas viaturas automóveis utilizadas no apoio a esses assaltos".	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

CM – 22/12	Os furtos estão a ser investigados pelas autoridades.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 24/12	Um homem de 56 anos suspeito de furtos por escalamento e arrombamento de residências na cidade do porto foi detido na quarta-feira pela PSP, informou esta quinta-feira aquela polícia.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 24/12	O detido, que já cumpriu uma pena de prisão efectiva entre 2007 e 2013 pela prática do mesmo tipo de "ilícitos criminais", tem realizado furtos qualificados, através de "escalamento, arrombamento ou estroncamento de portas e janelas", furtando todo o tipo de artigos de valor, como objectos em ouro, prata, colecções de moedas, livros, quantias em dinheiro, ferramentas, bem como, cobre das instalações eléctricas, torneiras e outros metais que possam ser transaccionáveis.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 24/12	Segundo a PSP, o homem detido tem realizado furtos qualificados desde o ano de 2005 de forma reiterada e com "elevados prejuízos patrimoniais para as vítimas" e, já depois de ter cumprido pena de prisão efectiva, foi "diversas vezes interceptado em flagrante delito pela PSP, não cumprindo "as medidas de coacção" a que era sujeito junto das autoridades judiciais.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 25/12	As vítimas tinham referido que no furto o homem tinha levado um tablet da residência, que os GNR acabaram por recuperar, nas imediações da casa, para onde tinha sido atirado pelo assaltante, quando tentava fugir, referiu ainda a fonte do comando.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 27/12	O furto de imagens no presépio de Samora Correia é recorrente e já afectou outras esculturas colocadas no local.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.



CM – 27/12	A vaga de furtos em casas no Concelho de Vila Nova de Famalicão teve início já na semana passada, mas atingiu o ponto máximo na noite da Consoada.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 27/12	Nos últimos anos, foi julgado e condenado a várias penas por três crimes de condução sob efeito do álcool, dois de furto, um de ofensas, um de ameaças e dois por condução sem carta.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 29/12	Na mesma altura, uma outra casa, na rua Bastos Pina, em Oliveira de Azeméis, também foi alvo de furto.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 30/12	A GNR anunciou esta quarta-feira a detenção, em Serpa, de um homem de 27 anos por suspeitas de tráfico de droga e de outras três pessoas, entre os 16 e 22 anos, pelo alegado furto de 25 ovelhas.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 30/12	Um grupo que nos últimos meses furtou mais de uma dezena de máquinas de tabaco em hipermercados nas Caldas da Rainha, Santarém, Setúbal e Lisboa, foi esta terça-feira apanhado numa acção com a participação das operações especiais da GNR.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 30/12	Há três semanas quase foram apanhados após um furto ao Pingo Doce de Vialonga.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

Identificação da Palavra	Homicídio	
	<b>Significado legal:</b> Acto de matar outra pessoa. Penalmente, é classificado de diversas formas.	
Fonte	Citação/Contexto	Análise
CM – 15/12	A Polícia Judiciária (PJ) anunciou esta terça-feira a detenção de um agricultor de 57 anos, residente no concelho do Sabugal, distrito da Guarda, pela presumível prática de um crime de homicídio qualificado na forma	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.



	tentada.	
CM – 15/12	O tribunal deu como provados os factos essenciais da acusação, condenando os arguidos por homicídio qualificado, violência doméstica e ofensas à integridade física.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 16/12	Acusado de um crime de homicídio qualificado, o arguido, de 23 anos, vai ser julgado em Janeiro por um tribunal de júri.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 17/12	O homicídio ocorreu no verão do ano passado, em Marvila, Lisboa.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 17/12	Em causa, crimes de homicídio qualificado, ofensas à integridade física graves e violência doméstica. Cláudia Silva, 34 anos, só foi absolvida do último crime.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 17/12	O antigo presidente de uma junta de freguesia do concelho de Penela, acusado de tentativa de homicídio da sua companheira e da mãe desta, em 2013, foi condenado a nove anos de prisão pelo Tribunal de Coimbra.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 17/12	O antigo presidente de junta, com 95 anos, é acusado pelo Ministério Público (MP) de dois crimes de homicídio qualificado na forma tentada, um crime de detenção de arma proibida e um crime de detenção de munições proibidas.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 19/12	O homem respondeu por um crime de homicídio qualificado.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 20/12	A condutora do automóvel, que atingiu a vítima, tinha sido condenada, em primeira instância, a pagar uma multa de 1200 euros por homicídio por negligência.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 21/12	Chegou a ser acusado pelo Ministério Público de um crime de tentativa de homicídio, mas o tribunal de São João Novo, no Porto, condenou-o a dois anos de cadeia efectiva, por	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

	ofensas à integridade física qualificada.	
CM – 21/12	O arguido está acusado de um crime de homicídio, dois de homicídio qualificado na forma tentada, e outro de detenção de arma proibida.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 22/12	Num comunicado esta segunda-feira divulgado, a PJ refere que "identificou, localizou e deteve um homem, de 35 anos, indiciado pela prática, em co-autoria, de crimes de roubo com utilização de arma de fogo e furto" e um outro, "de 25 anos, por fortes suspeitas do cometimento de ilícitos de homicídio qualificado, profanação de cadáver e posse de arma proibida".	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 23/12	A Directorias do Norte da Polícia Judiciária (PJ/Norte) anunciou esta quarta-feira que deteve dois homens e uma mulher suspeitos dos crimes de homicídio, na forma tentada, roubo e sequestro, por factos ocorridos no interior do distrito do Porto, no sábado.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 24/12	A Directoria do Norte da Polícia Judiciária (PJ/Norte) anunciou na quarta-feira que deteve dois homens e uma mulher suspeitos dos crimes de homicídio, na forma tentada, roubo e sequestro, "ao final da tarde do passado sábado, num café de uma localidade de Marco de Canaveses, onde os suspeitos se encontraram com o ofendido, um homem de 46 anos, ex-colega de trabalho de um deles".	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 25/12	Já foram presos pela Polícia Judiciária do Porto e estão indiciados por tentativa de homicídio, extorsão e crime de incêndio.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 26/12	De acordo com a fonte, o homicídio seguido de suicídio terá ocorrido cerca das 22h20 de sexta-feira, em Santa Cruz, no concelho de Armamar.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 26/12	Vai responder pelos crimes de violação, homicídio qualificado e profanação/ocultação de cadáver. Arrisca a	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem

	pena máxima de 25 anos de cadeia.	explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 28/12	O Ministério Público (MP) de Viana do Castelo acusou um jovem de 23 anos de homicídio qualificado, por ter matado um homem, em abril passado, com cinco tiros de caçadeira, desferidos a "curta distância" na cabeça e no tronco.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 29/12	"O óbito foi confirmado no local", referiu a fonte da Guarda, explicando que, após o homicídio, "o próprio agressor se deslocou a casa de um outro vizinho, ali perto, e disse que tinha matado uma pessoa".	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

Identificação da Palavra	JULGAMENTO	
	<b>Significado legal:</b> Esta palavra tem diversos significados, todavia, para a análise ora em causa importa atender, na seguinte definição – processo cognitivo a partir do qual o juiz formula a sua convicção tomando por base os argumentos erigidos pelas partes e subsumidos às normas jurídicas aplicáveis, exteriorizado num processo que obedece ao formalismo preceituado pela legislação aplicável e que se pode desenrolar ao longo de diversas sessões.	
Fonte	Citação/Contexto	Análise
CM – 16/12	O grupo estava indiciado por desacatos e perturbação de acto eleitoral, mas o caso não vai chegar a julgamento já que os oito populares, que protestavam contra a agregação da aldeia à freguesia de Casegas, chegaram a acordo com o Ministério Público.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 16/12	O julgamento ainda não tem data marcada.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 16/12	Durante a primeira sessão de julgamento, os cinco médicos aceitaram falar perante o colectivo de juízas.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 17/12	O julgamento começou a 11 de Novembro, à porta fechada, tendo o jovem dito que as relações sexuais com a menor foram consentidas e que não sabia que ela tinha menos de	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

	16 anos.	
CM – 17/12	O ex-director do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) falava durante o julgamento do caso das secretas, em que está acusado de acesso indevido à facturação detalhada do telemóvel do jornalista Nuno Simas, entre outros crimes.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 17/12	Segundo o acórdão, durante o julgamento, que se iniciou no passado dia 10, o homem, com 54 anos, confessou a quase totalidade dos factos de que vinha acusado mas não denotou consciência crítica nem autor responsabilização.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 18/12	No julgamento, Joselina disse não compreender os motivos dos disparos.	Palavra usada incorrectamente, sem cuidar da verdadeira correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 18/12	As alegações finais do julgamento de Paulo Pereira Cristóvão e Vítor Viegas – acusados de crimes como burla qualificada ou branqueamento de capitais – foram marcadas para 20 de Janeiro de 2016.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 19/12	O Tribunal de Viseu adiou esta sexta-feira um julgamento por ter perdido a maior parte dos apensos do processo que envolve o presidente e dois antigos comandantes dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Paiva.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 20/12	O crime está agora a ser julgado no Tribunal de Santarém e esta segunda-feira realiza-se segunda sessão do julgamento	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 21/12	Apenas num dos processos, relativo ao centro cívico de Fazendas de Almeirim, o Tribunal entendeu que o ex-autarca agiu em defesa do interesse público, argumento que aquele havia invocado durante o julgamento para justificar as decisões que tomou.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

CM – 28/12	O arguido vai ser levado a um tribunal de júri, em data ainda não marcada, estando a decorrer, desde o passado dia 22, o juocesso de seleção de jurados, cidadãos que se juntarão aos juízes de carreira no julgamento do caso.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 28/12	No despacho de acusação do processo, hoje consultado pela agência Lusa, o MP refere que o arguido, que aguarda julgamento em prisão domiciliária, "agiu de forma livre, deliberada e consciente".	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 30/12	Ficou em prisão preventiva até julgamento.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 30/12	O julgamento desta rede arrancou a 9 de Novembro no Tribunal de Vila Real e o caso remonta a marco, altura em que a Polícia Judiciária anunciou a detenção de um grupo que actuava em rede para introduzir e vender droga no Estabelecimento Prisional de Chaves.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

Identificação da Palavra	PRISÃO (Pena ou medida de)	
	<b>Significado legal:</b> Medida legal de carácter punitivo ou preventivo decretada pelo tribunal, e que se consubstancia na privação da liberdade, ao indivíduo ao qual é aplicada.	
Fonte	Citação/Contexto	Análise
CM – 15/12	A Polícia Judiciária (PJ) anunciou esta terça-feira a detenção de um homem suspeito de ter violado, por duas vezes, e dias depois de sair da prisão, uma mulher, em Braga.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 16/12	E o facto de o homem ter repetido o ataque acabou por ditar a sua prisão.	Palavra usada incorrectamente, sem cuidar da verdadeira correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 16/12	O tribunal aplicou penas entre quatro anos e 10 meses e os oito anos de prisão aos arguidos.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem

		explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 16/12	O pai e a mãe acusados de matar a filha de 4 meses com água a ferver em 2014, em Marvila, Lisboa, foram esta quarta-feira condenados a 25 e 18 anos de prisão, respectivamente.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 16/12	Presente a um juiz de instrução criminal ficou sujeito à medida de coacção de prisão preventiva.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 16/12	O ex-funcionário da Segurança Social e deputado na Assembleia Municipal de Porto de Mós que foi detido pela Polícia Judiciária, juntamente com dois médicos e um funcionário da Segurança Social ficou esta terça-feira em prisão preventiva.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 17/12	Esta quarta-feira, Emanuel e Cláudia foram condenados: ele, a 25 anos de prisão; ela, a 18 anos.	Palavra usada incorrectamente, sem cuidar da verdadeira correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 17/12	O antigo presidente de uma junta de freguesia do concelho de Penela, acusado de tentativa de homicídio da sua companheira e da mãe desta, em 2013, foi condenado a nove anos de prisão pelo Tribunal de Coimbra.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 17/12	O Tribunal de Santarém condenou esta quinta-feira um mecânico de Samora Correia a oito anos de prisão por abuso sexual de criança agravado, dando como provados os "actos libidinosos" cometidos sobre uma enteada actualmente com 11 anos.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 17/12	Além da pena de prisão efectiva, o tribunal determinou que sejam recolhidas amostras de ADN ao arguido para que estas sejam inseridas na base de dados para identificação civil e criminal "dada a gravidade dos crimes cometidos" com "forte perigo" de continuação de conduta perigosa.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

CM – 17/12	O Tribunal São João Novo, no Porto, condenou esta quinta-feira uma mulher a oito anos e três meses de prisão por ter atirado o filho de seis anos ao rio Douro, em 2009, do que resultou a morte da criança.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 17/12	Um arguido de 21 anos foi esta quinta-feira condenado a três anos de prisão, suspensa na sua execução, por abusar sexualmente de uma menina de 12, que ficou grávida e foi submetida a um aborto, no Porto.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 17/12	Em Julho deste ano, o jovem havia sido condenado, também a uma pena de prisão suspensa, pela prática do mesmo crime - abuso sexual de menores agravado, tendo ainda no cadastro uma condenação por furto qualificado.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 19/12	A agressora foi levada esta sexta-feira a tribunal que decretou prisão preventiva.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 19/12	O homem foi ouvido em primeiro interrogatório judicial e ficou em prisão preventiva.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 19/12	O homicida já está em prisão preventiva.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 19/12	Os dois elementos do grupo, agora presos, ficam em prisão preventiva.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 19/12	Já com antecedentes por violência doméstica, o homem ficou em prisão preventiva.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 20/12	Ficou em prisão preventiva a aguardar julgamento.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 21/12	O Tribunal de Santarém condenou esta segunda-feira um mecânico do Cartaxo a seis anos de prisão por abuso sexual de criança e ao pagamento de uma indemnização de 25.000	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.



	euros à vítima.	
CM – 21/12	Fernando Rosa foi condenado num outro processo em 2014 a uma pena de 13 anos de prisão pela autoria de 15 crimes de abuso sexual de criança, cometidos sobre três crianças (de 5, 10 e 11 anos), encontrando-se à data da detenção pela PJ, em Fevereiro deste ano, em liberdade por estar a aguardar o resultado do recurso a essa sentença.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 21/12	A advogada da família, Maria da Nazaré Russo, disse à Lusa que a condenação a prisão foi importante para os seus constituintes, os quais vai consultar antes de decidir sobre um eventual recurso.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 21/12	Na leitura do acórdão, o juiz presidente considerou que um dos arguidos cometeu um crime de receptação agravada e um outro de branqueamento, e condenou-o a cinco e a três anos de prisão, respectivamente.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 21/12	Em cúmulo jurídico, o tribunal decretou a pena de seis anos de prisão efectiva.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 21/12	Já o outro arguido, que vendeu alguns objectos e serviu ainda de intermediário em algumas transacções, foi condenado a um ano de prisão pelo crime de receptação e a um ano e seis meses pelo crime de tráfico de estupefaciente de menor gravidade, uma vez que foram apreendidas algumas doses de droga aquando das buscas domiciliárias.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 21/12	"Em cúmulo jurídico, será condenado a dois anos de prisão, com pena suspensa, sem regime de prova", informou o juiz presidente.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 21/12	O Tribunal de Santarém condenou esta segunda-feira o ex-presidente da Câmara de Almeirim, Sousa Gomes, a uma pena de prisão de quatro anos, suspensa por igual período, e ao pagamento de 2.500 euros a uma instituição social do	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.



	concelho.	
CM – 21/12	O detido foi ouvido em primeiro interrogatório judicial, tendo ficado em prisão preventiva.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue
CM – 22/12	Condenado a uma pena de prisão por abuso sexual, um reformado de 61 anos continuou a sua actividade criminosa.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 22/12	O predador sexual voltou a ser detido e já se encontra em prisão preventiva.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 22/12	Da última vez que se sentou no banco dos réus, o reformado foi condenado a dois anos de prisão, depois de terem sido dados como provados abusos sexuais sobre três meninos.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 22/12	Presente a um juiz, foi-lhe decretada a medida de coacção mais grave: prisão preventiva.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue
CM – 22/12	A PJ adianta que, depois de ter sido sujeito a interrogatório pelas autoridades judiciais, o suspeito ficou a aguardar o desenvolver do processo em prisão preventiva.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue
CM – 24/12	O detido, que já cumpriu uma pena de prisão efectiva entre 2007 e 2013 pela prática do mesmo tipo de "ilícitos criminais", tem realizado furtos qualificados, através de "escalamento, arrombamento ou estroncamento de portas e janelas", furtando todo o tipo de artigos de valor, como objectos em ouro, prata, colecções de moedas, livros, quantias em dinheiro, ferramentas, bem como, cobre das instalações eléctricas, torneiras e outros metais que possam ser transaccionáveis.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue
CM – 24/12	Segundo a PSP, o homem detido tem realizado furtos qualificados desde o ano de 2005 de forma reiterada e com	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação

	"elevados prejuízos patrimoniais para as vítimas" e, já depois de ter cumprido pena de prisão efectiva, foi "diversas vezes interceptado em flagrante delito pela PSP, não cumprindo "as medidas de coacção" a que era sujeito junto das autoridades judiciais.	contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 24/12	Os dois suspeitos de tentar matar, roubar e sequestrar um homem de 46 anos no sábado, no distrito do Porto, ficam em prisão preventiva, enquanto a mulher suspeita tem de se apresentar às autoridades, informou a Judiciária.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 26/12	O cabecilha já cumpriu prisão precisamente por tráfico de droga.	Palavra usada incorrectamente, sem cuidar da verdadeira correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 26/12	O suposto maior traficante de droga do Porto ficou este sábado em prisão preventiva, depois de ser ouvido durante várias horas, tendo recolhido ao estabelecimento prisional anexo à Polícia Judiciária do Porto, ao início da noite, disse fonte policial.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 26/12	Como adiantou à Lusa fonte do piquete da Polícia Judiciária (PJ) do Porto, o alegado maior traficante de droga da cidade, conhecido por "barão da droga", ficou em prisão preventiva, outros dois suspeitos ficaram obrigados a apresentações periódicas e a mulher do principal suspeito saiu com uma caução, cujo valor não foi revelado	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 26/12	O agricultor de 40 anos está desde Junho em prisão preventiva no estabelecimento prisional de Viseu.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 27/12	Quando foi detido, o condutor estava a cumprir uma pena de sete meses de prisão, suspensa por um ano, e de proibição de conduzir durante seis meses, por condução sob efeito de álcool.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

CM – 28/12	No despacho de acusação do processo, hoje consultado pela agência Lusa, o MP refere que o arguido, que aguarda julgamento em prisão domiciliária, "agiu de forma livre, deliberada e consciente".	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 28/12	Um dia depois de ter chegado à prisão da Carregueira, em Sintra, Emanuel Mário – condenado a 25 anos de prisão por ter assassinado a filha bebé com água a ferver – foi agredido por outros reclusos no recreio.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 28/12	A mulher foi condenada a 18 anos de prisão.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 29/12	O crime ocorreu a 23 de Abril e Bruno Fernandes está em prisão domiciliária desde esse dia.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 29/12	A PJ do Porto diz que a conversa interceptada a Fernando Madureira e ‘Vitor do Ouro’ – o primeiro, líder dos Super Dragões, o segundo, um dos principais traficantes de droga do Porto, agora em prisão preventiva – estava relacionada com a venda de estupefacientes. ‘Vitor do Ouro’ tem outra versão: no primeiro interrogatório judicial, no último sábado, disse que Madureira lhe pediu dinheiro emprestado para comprar bilhetes para um jogo FC Porto-Benfica.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 30/12	Ficou em prisão preventiva até julgamento.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 30/12	Num dos casos chegou a ser detido pelas autoridades policiais e ficou em prisão domiciliária com pulseira electrónica.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 30/12	Durante as buscas da polícia espanhola, Fálcon – já condenado a 11 anos de prisão por tráfico de 1700 quilos de cocaína – teve um ataque de ansiedade e foi mesmo hospitalizado.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e/ou não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

CM – 31/12	O alegado agressor, "com antecedentes criminais registados em Portugal por violência doméstica", foi detido na quarta-feira e foi esta quinta-feira presente a primeiro interrogatório judicial no Tribunal de Ponta Delgada, e ficou "em prisão preventiva".	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue
------------	---	---

Identificação da Palavra	ROUBO	
	<b>Significado legal:</b> Acto de apropriação para si ou para outra pessoa de coisa alheia, sem que para tal se recorra à violência ou à coacção. A tónica do crime de roubo é o recurso à violência para apropriação ilegítima de um determinado bem.	
Fonte	Citação/Contexto	Análise
CM – 15/12	Detidos pela PJ do Centro, estão agora acusados por homicídio qualificado, roubo e profanação de cadáver.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 17/12	Também no distrito de Aveiro, a PJ anunciou também a detenção de um rapaz de 24 anos, presumível autor de um crime de roubo com arma de fogo ocorrido dia 10 de Agosto transacto, junto de uma agência bancária no centro da cidade de Ílhavo.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 18/12	A Directoria do Norte da Polícia Judiciária anunciou esta sexta-feira ter identificado e detido três homens indiciados pela prática de roubo com arma de fogo, tendo o crime ocorrido no dia 14 de Novembro numa via pública em Valongo.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 18/12	Em comunicado, a Directoria do Centro da PJ informa que "identificou e deteve um homem pela presumível autoria da prática de um crime de roubo, perpetrado com recurso a uma arma de fogo, que teve lugar em finais do passado mês de Outubro, em Castelo Branco".	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue
CM – 19/12	A PSP já identificou os intervenientes, que já têm cadastro por roubos e assaltos.	Palavra usada incorrectamente, sem cuidar da verdadeira correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e não tem explicitação contextual da terminologia

		jurídica empregue.
CM – 20/12	O primeiro roubo ocorreu pelas 14h00 em Avanca Estarreja.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 22/12	Num comunicado esta segunda-feira divulgado, a PJ refere que "identificou, localizou e deteve um homem, de 35 anos, indiciado pela prática, em co-autoria, de crimes de roubo com utilização de arma de fogo e furto" e um outro, "de 25 anos, por fortes suspeitas do cometimento de ilícitos de homicídio qualificado, profanação de cadáver e posse de arma proibida".	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 23/12	O detido, indiciado pela prática do crime de roubo, foi presente a primeiro interrogatório judicial no Tribunal de Instrução Criminal do Marco de Canaveses, mas até ao momento não são conhecidas as medidas de coacção.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 23/12	Uma mulher de 73 anos foi assaltada, por esticção, por um ladrão encapuzado que lhe roubou a reforma.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 23/12	A Directorias do Norte da Polícia Judiciária (PJ/Norte) anunciou esta quarta-feira que deteve dois homens e uma mulher suspeitos dos crimes de homicídio, na forma tentada, roubo e sequestro, por factos ocorridos no interior do distrito do Porto, no sábado.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 23/12	O <b>Correio da Manhã</b> sabe que os três detidos são também suspeitos de roubo à mão armada, extorsão e tentativa de homicídio.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 24/12	A Directoria do Norte da Polícia Judiciária (PJ/Norte) anunciou na quarta-feira que deteve dois homens e uma mulher suspeitos dos crimes de homicídio, na forma tentada, roubo e sequestro, "ao final da tarde do passado sábado, num café de uma localidade de Marco de	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

	Canaveses, onde os suspeitos se encontraram com o ofendido, um homem de 46 anos, ex-colega de trabalho de um deles".	
CM – 26/12	O roubo aconteceu em plena noite de Consoada.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

Identificação da Palavra	VIOLAÇÃO	
	<b>Significado legal:</b> Acto através do qual alguém, com recurso à violência ou à coacção, constrange outro à prática sexual ou a sofrer introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objectos. Também, porque a palavra pode adquirir diversos significados consoante o jogo de linguagem em que esteja inscrita, pode significar violação de lei ou preceitos legais.	
Fonte	Citação/Contexto	Correspondência, discrepância ou correspondência parcial
CM – 15/12	A PJ realçou que o homem, indiciado pela prática de dois crimes de violação, vai ser presente às autoridades judiciais para a aplicação de medidas de coacção.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 16/12	Num dos casos, o suspeito tinha mesmo sido condenado numa pena suspensa, por pornografia infantil e violação, sendo fácil continuar a cometer os mesmos crimes porque estava em liberdade.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 20/12	Foi sujeita a exames médico-legais, que comprovaram a violação.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 25/12	Uma jovem de 17 anos acusou esta quarta-feira o padrasto de violação.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 26/12	A amostra de ADN recolhida confirma a violação e as marcas no pescoço da vítima comprovam as agressões.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
CM – 26/12	Vai responder pelos crimes de violação, homicídio qualificado e profanação/ocultação de cadáver.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

CM – 30/12	Apesar de a violação ter acontecido no domingo de manhã, só na segunda-feira ao fim do dia a mulher foi apresentar queixa na GNR, que enviou o caso de imediato para a Polícia Judiciária.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
------------	--	--

### Notícias – Público – 15/12/2015 a 31/12/2015

Identificação da Palavra	ARGUIDO	
	Significado jurídico/legal: todo o suspeito de ter cometido um crime e contra o qual é deduzida acusação ou requerida instrução num processo penal (artigo 57.º do Código de Processo Penal)	
Fonte	Citação/Contexto	Análise
P – 21/12	No entanto, considerou que a morte de quatro dos oitos tripulantes deveu-se "a uma conduta negligente" do arguido, ao não ter exigido o uso do colete de salvação aos marítimos.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
P – 21/12	O juiz João Ferreira sublinhou que o facto da embarcação se ter virado não pode ser imputado ao rumo traçado pelo arguido, referindo ser "aceitável" que, no momento do naufrágio, a embarcação não estivesse aproada à vaga.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
P – 21/12	Apesar de um ambiente "desresponsabilizante" pautado pela "tradição ou costume", o arguido "tinha a obrigação de actuar de modo diferente", concluiu João Ferreira.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
P – 28/12	Teve 36 arguidos, o principal dos quais foi Manuel Godinho.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
P – 23/12	“Até à data, foram constituídos 12 arguidos no âmbito deste inquérito, no qual se investigam suspeitas da prática de crimes de corrupção, fraude fiscal e branqueamento de capitais”, contabiliza a nota, que dá ainda conta de que já foram realizadas mais de uma centena de buscas e ouvidas	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.



	mais de seis dezenas de testemunhas.	
P – 17/12	A operação foi bem sucedida: “Acabámos com a fuga de informação e extinguimos qualquer comportamento patológico desse género”, recordou o principal arguido do chamado processo das secretas.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
P – 23/12	Sem consideração pelos direitos dos arguidos e em violação da lei e do Direito”, queixa-se a defesa de Sócrates, num comunicado divulgado ao final da tarde.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
P – 23/12	Até ao final da semana passada, nenhum dos arguidos tinha requerido a abertura da instrução.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

Identificação da Palavra	CRIME	
	Significado jurídico/legal: conjunto de pressupostos de que depende a aplicação ao agente de uma pena ou medida de segurança (artigo 1.º do Código do Processo Penal)	
Fonte	Citação/Contexto	Análise
P – 17/12	Um auxiliar de uma escola primária, no concelho de Ponta Delgada, nos Açores, foi detido pela Polícia Judiciária (PJ) por suspeitas de mais de 60 crimes de abuso sexual de menores de que terão sido vítimas cinco meninos com idades entre os 8 e os 12 anos.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
P – 17/12	O facto de o alegado agressor, de 28 anos, cometer os crimes dentro da escola e de forma muito regular levou a PJ a agir com muita rapidez, desde que recebeu uma participação dos pais de uma das vítimas.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
P – 17/12	Além dos abusos sexuais o suspeito também está indiciado de um crime de coacção sexual agravado por ter ameaçado um dos menores para conseguir que este mantivesse actos sexuais consigo.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.



P – 17/12	Na escola, onde o funcionário trabalhava desde o início deste ano, ninguém se terá apercebido dos alegados crimes.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
P – 17/12	O auxiliar, solteiro mas com uma relação estável, não possui antecedentes por este tipo de crimes, nem estava referenciado pelas autoridades.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
P – 19/12	Rui Verde, acusado de vários crimes no caso da Independente, argumentava que havia muitas semelhanças entre os dois processos para justificar a sua participação.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
P – 21/12	O Tribunal de Coimbra condenou esta segunda-feira um armador de Caxinas, Vila do Conde, a uma pena de dois anos e seis meses de prisão, suspensa na sua execução, por quatro crimes de homicídio negligente na sequência de um naufrágio na Figueira da Foz, em 2013.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
P – 22/12	O Departamento de Investigação e Acção Penal de Évora acusou a directora do Lar Nossa Senhora de Fátima de três crimes de sequestro agravado, 11 de abuso sexual de dependente, sete de maus tratos e três de peculato.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
P – 22/12	A Santa Casa da Misericórdia da cidade e o respectivo provedor, Manuel Galante, foram acusados por nove crimes de maus tratos e três de sequestro agravado, todos por omissão.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
P – 23/12	“Até à data, foram constituídos 12 arguidos no âmbito deste inquérito, no qual se investigam suspeitas da prática de crimes de corrupção, fraude fiscal e branqueamento de capitais”, contabiliza a nota, que dá ainda conta de que já foram realizadas mais de uma centena de buscas e ouvidas mais de seis dezenas de testemunhas.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
P – 23/12	Face à dimensão da prova, a PGR sublinha que há “necessidade de relacionar toda a documentação apreendida – contabilidade, documentação, escutas telefónicas, contas bancárias – só assim sendo possível o Ministério Público cumprir a missão que a lei lhe atribui: realizar as diligências	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

	que visam investigar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a respectiva responsabilidade e recolher as provas, em ordem à decisão final”.	
P – 28/12	Entre o rol de arguidos – que incluiu duas empresas – acusados de centenas de crimes de associação criminosa, corrupção, tráfico de influência, furto qualificado, burla, branqueamento de capitais, falsificação e perturbação de arrematação pública, esteve também Armando Vara, ex-ministro do PS e ex-administrador da Caixa Geral de Depósitos.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
P – 28/12	A informação é da Polícia Judiciária, que qualifica este homicídio como um crime passional.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
P – 28/12	Vara estava acusado de três crimes de tráfico de influência.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
P – 28/12	Acusado de corrupção passiva e burla qualificada, os seus crimes somaram cinco anos e três meses de prisão, transformados em cúmulo jurídico, numa pena única de três anos e nove meses de prisão suspensa, segundo o acórdão do tribunal de Aveiro, lido em 5 de Setembro de 2014.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
P – 30/12	Não têm obrigação legal de denunciar crimes públicos, como os funcionários públicos.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
P – 30/12	Às suspeitas de maus tratos físicos e psicológicos somam-se outros alegados crimes, como ofensas à integridade física e ameaças agravadas.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

Identificação da Palavra	DETENÇÃO	
	<b>Significado legal:</b> Ato de deter, prisão para averiguações.	
Fonte	Citação/Contexto	Análise
Não há registos para este descritor de acordo com os parâmetros definidos.		

Identificação da Palavra	FURTO	
	<b>Significado legal:</b> Acto de apropriação para si ou para outra pessoa de coisa alheia, sem que para tal se recorra à violência ou à coacção.	
Fonte	Citação/Contexto	Análise
P – 28/12	Entre o rol de arguidos – que incluiu duas empresas – acusados de centenas de crimes de associação criminosa, corrupção, tráfico de influência, furto qualificado, burla, branqueamento de capitais, falsificação e perturbação de arrematação pública, esteve também Armando Vara, ex-ministro do PS e ex-administrador da Caixa Geral de Depósitos.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

Identificação da Palavra	Homicídio	
	<b>Significado legal:</b> Acto de matar outra pessoa. Penalmente, é classificado de diversas formas.	
Fonte	Citação/Contexto	Análise
P – 21/12	A condenação, esta segunda-feira, do mestre da embarcação Jesus dos Navegantes a dois anos e seis meses de prisão - em pena suspensa – por quatro crimes de homicídio por negligência “vai acelerar” a introdução da obrigatoriedade legal da utilização de coletes salva-vidas a bordo dos barcos de pesca, sobretudo à saída para o mar, acredita o presidente da Associação Pró-Maior Segurança dos Homens do Mar	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

	(APMSHM).	
P – 28/12	A informação é da Polícia Judiciária, que qualifica este homicídio como um crime passional.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
P – 28/12	De acordo com o relatório da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), entre 1 de Janeiro e 20 de Novembro, outras 33 mulheres foram vítimas de tentativa de homicídio.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
P – 28/12	Célia Gomes recorda-se de um episódio ocorrido há uns meses quando um jornal fazia notícia de um outro homicídio conjugal.	Palavra usada incorrectamente, sem cuidar da verdadeira correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

Identificação da Palavra	JULGAMENTO	
	<b>Significado legal:</b> Esta palavra tem diversos significados, todavia, para a análise ora em causa importa atender, na seguinte definição – processo cognitivo a partir do qual o juiz formula a sua convicção tomando por base os argumentos erigidos pelas partes e subsumidos às normas jurídicas aplicáveis, exteriorizado num processo que obedece ao formalismo preceituado pela legislação aplicável e que se pode desenrolar ao longo de diversas sessões.	
Fonte	Citação/Contexto	Análise
P – 22/12	Terminado o prazo para o fazerem, muito em breve, o processo segue para a Comarca de Évora para julgamento.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
P – 23/12	E diz que tal impõe "não só a intervenção de magistrados com experiência em diversas áreas do direito como, igualmente, de magistrados com experiência nas fases subsequentes do processo, de forma a permitir a análise da prova e dos indícios recolhidos na perspectiva de intervenção especializada, integrada, coordenada e articulada", numa referência ao facto de recentemente ter entrado para a equipa de investigação o procurador Vítor Pinto, que representou o Ministério Público no julgamento do Freeport e no das contrapartidas dos submarinos.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

P – 28/12	O <i>Face Oculta</i> foi dos mais longos e mediáticos julgamentos de Portugal, decorreu no Tribunal de Aveiro e terminou em Setembro de 2014.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
P – 28/12	O julgamento arrastou-se quase três anos durante os quais o Ministério Público procurou demonstrar as ramificações entre o mundo da política e o mundo dos negócios.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
P – 30/12	O julgamento – que por questões de privacidade dos envolvidos poderá vir a decorrer à porta fechada – devia ter começado em Outubro, mas foi adiado depois de Manuel Maria Carrilho ter levantado um incidente de suspeição contra a juíza a quem coube o caso, para a afastar do processo, por esta magistrada o haver condenado anteriormente por difamação.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

Identificação da Palavra	PRISÃO	
	Significado legal: Medida legal de carácter punitivo ou preventivo e que se consubstancia na privação da liberdade ao indivíduo ao qual é aplicada.	
Fonte	Citação/Contexto	Correspondência, discrepância ou correspondência parcial
P – 28/12	O colectivo deu como provado que recebeu 25 mil euros do empresário das sucatas Manuel Godinho – que foi condenado a 17 anos e seis meses de prisão efectiva – para exercer a sua influência junto de titulares de cargos políticos e governativos para conseguir as pretensões do empresário de Ovar, tendo sido condenado a cinco anos de prisão efectiva.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
P – 28/12	O Tribunal de Coimbra condenou esta segunda-feira um armador de Caxinas, Vila do Conde, a uma pena de dois anos e seis meses de prisão, suspensa na sua execução, por quatro crimes de homicídio negligente na sequência de um naufrágio na Figueira da Foz, em 2013.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
P – 28/12	Acusado de corrupção passiva e burla qualificada, os seus crimes somaram cinco anos e três meses de prisão,	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e não tem explicitação

	transformados em cúmulo jurídico, numa pena única de três anos e nove meses de prisão suspensa, segundo o acórdão do tribunal de Aveiro, lido em 5 de Setembro de 2014.	contextual da terminologia jurídica empregue.
--	---	---

Identificação da Palavra	ROUBO	
	<b>Significado legal:</b> Acto de apropriação para si ou para outra pessoa de coisa alheia, sem que para tal se recorra à violência ou à coacção. A tónica do crime de roubo é o recurso à violência para apropriação ilegítima de um determinado bem.	
Fonte	Citação/Contexto	Análise
Inexistem registos para este descritor de acordo com as parametrizações definidas.		

Identificação da Palavra	VIOLAÇÃO	
	<b>Significado legal:</b> Acto através do qual alguém, com recurso à violência ou à coacção, constrange outro à prática sexual ou a sofrer introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objectos. Também, porque a palavra pode adquirir diversos significados consoante o jogo de linguagem em que esteja inscrita, pode significar violação de lei ou preceitos legais.	
Fonte	Citação/Contexto	Análise
P – 28/12	Ainda segundo o acórdão do tribunal de Aveiro, relativo ao processo <i>Face Oculta</i> , Abílio Guedes “mercadejou com a sua qualidade de funcionário da Refer, em flagrante violação das suas obrigações funcionais e com notório prejuízo para a sua entidade patronal”	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.
P – 19/12	O facto de nessa altura o ministério não ter avançado para a cassação dos diplomas fez com que, na opinião da procuradora, ficasse acrescida “a confiança dos destinatários daqueles actos de que dispunham de diplomas obtidos sem violação de qualquer disposição”.	Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

### **VII.3 - A performatividade do uso incorrecto do léxico jurídico e a necessidade da manutenção da integridade desse mesmo léxico**

O uso incorrecto do léxico jurídico por parte dos media tem ou não carácter performativo?

A questão subjacente ao presente subcapítulo desdobra-se em quatro questões principais:

1. O que se entende por uso incorrecto do léxico jurídico (?);
2. Como se afere esse uso incorrecto (?);
3. O que se entende por eficácia performativa (?);
4. Como se afere essa eficácia performativa (?).

Procurando responder às questões formuladas e tomando por base o corpus de análise definido no subcapítulo anterior procedeu-se, conforme a respectiva legenda cromática, à classificação dos elementos seleccionados de acordo com três vectores essenciais através dos quais se tentou, por um lado aferir primeiramente a correspondência do uso desse léxico à definição jurídica e, por outro lado, aferir esse grau de correspondência ou não correspondência. Assim, a análise feita procurou responder a três perguntas essenciais, sobre as quais foram desenvolvidas posteriormente respostas sistematizadas em torno de três níveis de uma escala gradativa de classificação da correcção ou incorrecção do uso do léxico jurídico, nomeadamente:

- Uso correcto da palavra genericamente considerada tomando por base a própria palavra e o texto como um todo;
- Correspondência ou não entre a palavra usada no texto, considerada per si, com o sentido jurídico que têm e com o significado que é extraído do texto;
- Clareza do texto do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue de modo a que o sentido que lhe cabe seja claro e tangível para o homem/leitor médio.

De acordo com estes parâmetros de análise, os excertos extraídos das diversas notícias que compõem o corpus de análise foram classificados da seguinte forma:

- A verde – todos os excertos onde a palavra do léxico jurídico é usada correctamente, onde essa palavra e a forma como é usada obedecem e tem correspondência ao léxico jurídico e onde o texto é claro do ponto de vista expositivo encerrando em si uma explicitação contextual da terminologia jurídica empregue;
- A amarelo – todos os excertos parcialmente correctos, ou seja, todos os excertos onde a palavra do léxico jurídico é usada correctamente, onde essa palavra e a forma como é usada obedecem e tem correspondência ao léxico jurídico, não sendo, todavia, o texto claro do ponto de vista expositivo ou não encerrando em si uma explicitação contextual da terminologia jurídica empregue;
- A vermelho - todos os excertos totalmente errados, ou seja, todos os excertos onde a palavra do léxico jurídico não é usada correctamente, onde essa palavra e a forma como é não obedecem e não tem correspondência ao léxico jurídico, não sendo o texto claro do ponto de vista expositivo e/ou não encerrando em si uma explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

Então, tomando por base esta escala gradativa, cabe responder a uma das questões erigidas: há ou não uma incorrecção no uso do léxico jurídico por parte dos media?

Do total de excertos analisado, verifica-se, primeiramente, a discrepância entre o número de ocorrências por descritor entre os dois jornais seleccionados. De um ponto de vista puramente quantitativo, o Correio da Manhã apresenta-se muito mais produtivo, do que o Público, sendo que em proporção directa com esta diferença produtiva encontra-se também a margem de erro da incorrecção do uso do léxico jurídico.

No total dos descritores seleccionados, entre ambos os jornais, foram geradas trezentas e sessenta e quatro ocorrências (364) que correspondem aos excertos constantes dos quadros apresentados no subcapítulo anterior. No Correio da Manhã foram registadas trezentas e vinte e cinco ocorrências distribuídas por todos os descritores seleccionados, por sua vez, no Público foram registadas 40 ocorrências distribuídas por apenas sete dos nove descritores previamente seleccionados e usados na composição do corpus de análise.

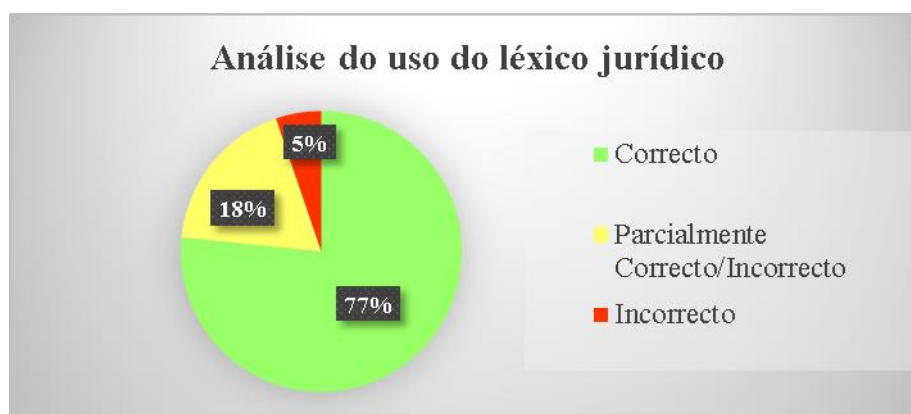


Das 325 ocorrências seleccionadas do Correio da Manhã, foram contabilizadas 17 ocorrências onde a palavra do léxico jurídico não foi usada correctamente, onde essa palavra e a forma como não obedeceu e não teve correspondência ao léxico jurídico, apresentando-se os excertos e as notícias, onde se inserem esses mesmos excertos, com uma redacção pouco clara do ponto de vista expositivo e/ou não encerrando em si uma explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

De igual modo, entre essas 325 ocorrências, foram registadas 59 ocorrências onde a palavra do léxico jurídico foi usada correctamente, onde essa palavra e a forma como foi usada obedeceu e tem correspondência ao léxico jurídico, apresentando-se, todavia, os excertos e as notícias, onde se inserem esses mesmos excertos, com uma redacção pouco clara do ponto de vista expositivo e/ou não encerrando em si uma explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

Por último, entre essas mesmas 325 ocorrências, foram registadas 249 ocorrências onde a palavra do léxico jurídico foi usada correctamente, onde essa palavra e a forma como foi usada obedeceu e tem correspondência ao léxico jurídico, apresentando-se, os excertos e as notícias, onde se inserem esses mesmos excertos, com uma redacção clara do ponto de vista expositivo e/ou que encerra em si uma explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

Tomando por base esta análise, é possível concluir que em cerca de um quarto do corpus de análise – correspondente às respectivas notícias – há uma incorrecção do uso do léxico jurídico, não obstante a variação da incorrecção entre parcialmente incorrecto ou totalmente incorrecto, porquanto nas 325 ocorrências registadas cerca de 76 se apresentam como totalmente erradas (a vermelho) ou parcialmente incorrectas (a amarelo) no que se refere ao uso do léxico jurídico.

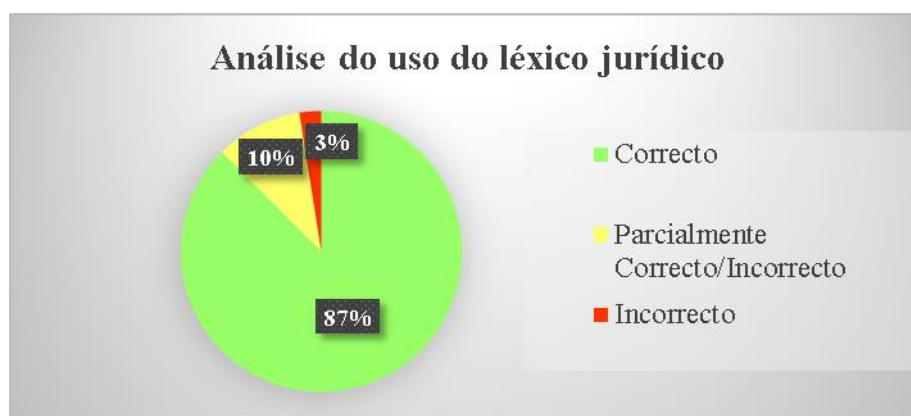


*Figura 10 – Representação gráfica dos resultados da análise do uso do léxico jurídico*

No que se refere ao jornal Público, numa amostra de 40 excertos, apenas foi contabilizada uma ocorrência onde a palavra do léxico jurídico não foi usada correctamente, onde essa palavra e a forma como não obedeceu e não teve correspondência ao léxico jurídico, apresentando-se os excertos e as notícias, onde se inserem esses mesmos excertos, com uma redacção pouco clara do ponto de vista expositivo e/ou não encerrando em si uma explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

Os restantes registos repartem-se entre 4 ocorrências onde a palavra do léxico jurídico foi usada correctamente, onde essa palavra e a forma como foi usada obedeceu e tem correspondência ao léxico jurídico, apresentando-se, todavia, os excertos e as notícias, onde se inserem esses mesmos excertos, com uma redacção pouco clara do ponto de vista expositivo e/ou não encerrando em si uma explicitação contextual da terminologia jurídica empregue, e entre 35 ocorrências onde a palavra do léxico jurídico foi usada correctamente, onde essa palavra e a forma como foi usada obedeceu e tem correspondência ao léxico jurídico, apresentando-se, os excertos e as notícias, onde se inserem esses mesmos excertos, com uma redacção clara do ponto de vista expositivo e/ou que encerra em si uma explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.

Tomando por base esta análise, é possível concluir que num oitavo (1/8) do corpus de análise – correspondente às respectivas notícias – há uma incorrecção do uso do léxico jurídico, não obstante a variação da incorrecção entre parcialmente incorrecto ou totalmente incorrecto, porquanto nas 40 ocorrências registadas cerca de 5 se apresentam como totalmente erradas (a vermelho) ou parcialmente incorrectas (a amarelo) no que se refere ao uso do léxico jurídico.



*Figura 11 – Representação gráfica dos resultados da análise do uso do léxico jurídico*

Da análise realizada, verifica-se que existe uma margem considerável onde ocorrem incorrecções no uso do léxico jurídico nas respectivas peças jornalísticas, bem como que o número de ocorrências dessas incorrecções variam de acordo com a linha editorial do jornal em causa – no jornal Correio da Manhã, com uma linha editorial mais sensacionalista, o número de incorrecções é em media de 4,75 por cada 20 ocorrências, por sua vez no jornal Público, com uma linha editorial mais sóbria, o número de incorrecções é em media de 2,5 por cada 20 ocorrências.

No total de ambos os jornais – Correio da Manhã e Público - é possível apurar os seguintes valores:

Análise Global – Registo de ocorrências do léxico jurídico	
Análise	Número de ocorrências
Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto é claro do ponto de vista expositivo com explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.	284
Palavra usada correctamente, com correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.	63
Palavra usada incorrectamente, sem cuidar da verdadeira correspondência ao léxico jurídico, o texto não é claro do ponto de vista expositivo e não tem explicitação contextual da terminologia jurídica empregue.	18

Figura 12 – Tabela de Análise total dos resultados da análise do uso do léxico jurídico

No total de ambos os jornais – Correio da Manhã e Público - é possível apurar os seguintes valores:

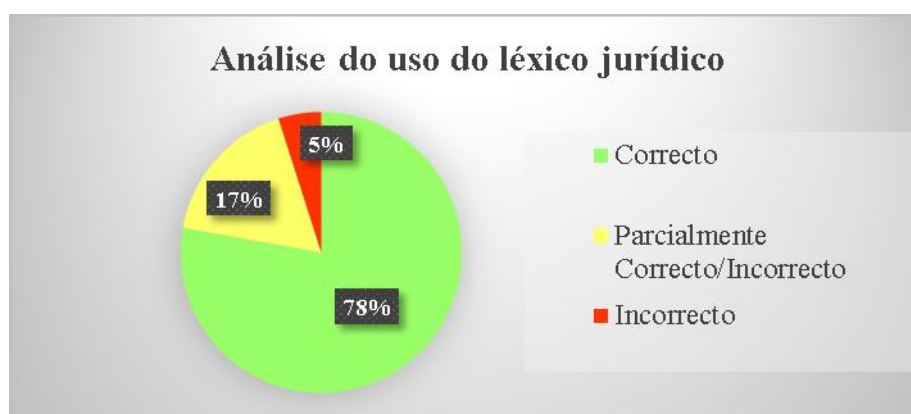


Figura 13– Representação gráfica dos resultados da tabela de análise total do uso do léxico jurídico

Verificando-se uma incorrecção do uso do léxico jurídico, qual é então o impacto, no cidadão, na opinião pública?

Tem o uso incorrecto do léxico jurídico carácter performativo?

O termo enunciado “performativo” ou “texto performativo” ganha luz pelas palavras de J.L. Austin nalgumas conferências realizadas por este autor, bem como através do livro *How to do things with words* (1962). Austin explora esta noção – enunciado performativo – cuja terminologia inglesa nasce do verbo *to perform* (fazer) - por oposição a outros tipos de enunciados. Linguisticamente, o enunciado performativo encerra e corresponde por si à acção que enuncia. O enunciado performativo ganha forma por via da acção que encerra em si, por oposição aos enunciados que simplesmente se limitam a constatar algo.

Tomando por base os ensinamentos de Austin, partimos desta noção de performativo, analisada sob um outro espectro, para indagar se o uso incorrecto do léxico jurídico tem carácter performativo. A performatividade dos enunciados jurídicos, corporizada nos amplos quadros legislativos e decisões judiciais, assume-se como óbvia face à sua capacidade transformadora e enformadora, por via da ordenação da vida em sociedade, da conduta do cidadão.

E má utilização de enunciados jurídicos e das noções que a estes se encontram subjacentes tem eficácia performativa?

Temos em crer que sim, ou seja, há semelhança de qualquer outro enunciado também, independentemente da sua correcção ou verdade, também estes assumem carácter performativo. E em que termos?

A 29 de Agosto de 2016 foi publicado o Decreto-Lei n.º 58/2016, que instituiu a obrigatoriedade do atendimento prioritário a pessoas com deficiência ou incapacidade, pessoas idosas, grávidas e pessoas acompanhadas de crianças de colo.

As notícias antes e após a publicação do Decreto-Lei, principalmente entre o início de Agosto até ao meio do mês de Dezembro de 2016, limitavam-se a enunciar de forma genérica a obrigatoriedade de conceder prioridade, sem cuidarem de informar que também esta legislação estabelecia critérios e formas de atribuição dessa prioridade,

bem como definia a forma de exercício da mesma. De facto, uma leitura da legislação em causa esclarece que nem todas as pessoas genericamente consideradas como idosas, com deficiência ou acompanhadas por uma criança de colo, bem como nem em todos os serviços e/ou locais de atendimento, poderiam beneficiar de atendimento prioritário por não reunirem ou não estarem reunidos os requisitos legais.

Da confusão generalizada que se seguiu imediatamente à publicação do Decreto-Lei, das notícias de cariz genérico sem densificação e explanação dos conteúdos jurídicos subjacentes e após a entrada em vigor do Decreto-Lei a 27 de Dezembro, surgiram diversas invocações, desta mesma legislação, em diversos espaços, gerando-se, como se constatou depois nalgumas peças jornalísticas, a confusão nalguns locais de atendimento. De igual modo, foram poucas as notícias ou peças jornalísticas que divulgaram, por exemplo, que o atendimento prioritário não prevalece, ao contrário do que se infere da maior parte do conteúdo jornalístico divulgado a este respeito, sobre marcações ou agendamentos prévios.

Invocando este exemplo, poder-se-ia invocar outros tantos, como por exemplo as notícias divulgadas a propósito dos contadores de água e o direito à devolução das respectivas cauções. Seja como for, a incorrecção do léxico jurídico, comprovado que está que se verifica essa incorrecção, ainda que num maior ou menor número consoante a linha editorial jornalística seguida, é capaz por via da divulgação de um conteúdo identificado ou passível de ser identificado como jurídico ou legal ter eficácia performativa sobre o seu destinatário impelindo-o à acção, seja para o exercício de um direito, seja para a negação desse direito a outrem por ausência de fundamentação jurídica, por transmissão errónea do conteúdo dessa fundamentação jurídica, seja até por uma errada densificação desse direito nos moldes em que é apresentado pelos media.

Assim como se fala em direitos, pode-se, de igual modo, falar em noções jurídicas mais amplas que enformam e conformam a vida em sociedade e consequentemente a conduta do cidadão que, uma vez informado pelos media, daquele determinado preceito ou noção jurídica, pautará a sua conduta em conformidade com o veiculado. Multiplicando e ampliando esta ideia pelos principais canais informativos, pelos principais media e pelo número de cidadãos portugueses o que sucederia, por exemplo, se surgisse uma notícia nos media com o seguinte título “Obrigatoriedade de pilhagem de vizinhança sob pena de aplicação imediata de pena de prisão perpétua”?

## **CAPÍTULO VIII - *Case-Study*: Miguel Relvas e a Licenciatura Mágica e Mãe para sempre**

Miguel Relvas e a Licenciatura Mágica e Mãe para sempre – Subjacentes à escolha destes dois casos para análise encontram-se três critérios essenciais:

- Que o crime/ilícito fosse diferente ou cometido por diferentes intervenientes;
- Que a motivação desse crime ou ilícito fosse de igual modo diferente nos dois casos seleccionados;
- Que o processo judicial que os crimes/ilícitos originaram já estivesse judicialmente encerrado.

Para os case-study escolhidos, à semelhança do que já ocorreu no capítulo anterior, foram seleccionadas as ocorrências verificadas nos dois principais jornais, nos termos definidos também no Capítulo VII – Correio da Manhã e Público.

Recorrendo à metodologia anteriormente usada foi criada uma grelha de análise que procurará, tomando por base as ocorrências registadas, analisar:

- 1- Número de ocorrências – número de notícias publicadas relativamente a esse case-study;
- 2- Tratamento jornalístico dado ao tema nas ocorrências registadas;
- 3- Acompanhamento/*Follow up* do acontecimento;
- 4- Explicação da *démarche* processual e/ou explanação de conceitos jurídicos subjacentes;
- 5- Informação do desfecho do caso judicial.

À semelhança da análise anterior, também a análise dos *case study* seleccionados será feita separadamente para cada uma das publicações escolhidas, bem como para cada um dos casos em concreto.

#### a) **Miguel Relvas e a Licenciatura Mágica**

Judicialmente encerrado, o caso Miguel Relvas fez correr muita tinta nos jornais portugueses devido, por um lado, ao mediatismo do arguido e às funções que desempenhava e, por outro lado, o insólito e inédito motivo subjacente ao pleito judicial: uma licenciatura ilegal.

De forma muito sucinta, é possível estabelecer a seguinte cronologia do caso Relvas:

- Julho de 2012 – é noticiada pela primeira vez, a primeira referência ao percurso académico de Miguel Relvas;
- Julho de 2012 – Ordenada auditoria à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), na sequência das suspeitas erigidas face à célere conclusão do curso por Miguel Relvas, bem como por outras situações suspeitas detectadas uns anos antes (2009) e referentes às mesmas questões – a atribuição de créditos para efeitos de concessão/ reconhecimento de grau académico;
- Outubro de 2012 – Finda a auditoria, um dos alunos visados é Miguel Relvas, que entre todos os alunos foi o que conclui o maior número de unidades curriculares por meio da atribuição de equivalências/ créditos – 160 num total de 180 créditos;
- Outubro de 2012 – A ULHT é interpelada para proceder à reanálise de alguns processos de equivalências, entre os alunos que iriam e foram efectivamente reavaliados encontrava-se Miguel Relvas;
- Janeiro de 2013 – é entregue pela ULHT à IGEC um relatório detalhado dos 398 processos de acreditação de diversos alunos – nos quais se inclui Miguel Relvas;
- Fevereiro de 2013 – o curso de Miguel Relvas e a forma como obteve aprovação numa disciplina em concreto – Pensamento Contemporâneo – suscitam diversas dúvidas aos auditores, a ULHT num a tentativa de salvar a situação faz aprovar retroactivamente um regulamento ratifica e algumas das decisões tomadas a este respeito;

- Abril de 2013 – o processo de avaliação académica de Miguel Relvas na ULHT é remetido para o Ministério Público;
- Abril de 2013 – Miguel Relvas demite-se o caso segue para o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, por iniciativa do MP, após despacho do Ministro da Educação e Ciência, de acordo com a proposta da IGEC;
- Junho de 2013 – MP defende a nulidade da atribuição do grau académico de licenciado a Miguel Relvas, por força da metodologia de avaliação duvidosa à unidade curricular de Introdução ao Pensamento Contemporâneo;
- Março de 2015 – a ULHT declara como nulos diversos processos académicos de acreditação, em nenhuma dessas anulações foi anulada a licenciatura de Miguel Relvas;
- Junho de 2016 – O processo judicial conhece o seu termo com a elaboração da sentença a decretar a nulidade da licenciatura de Miguel Relvas.

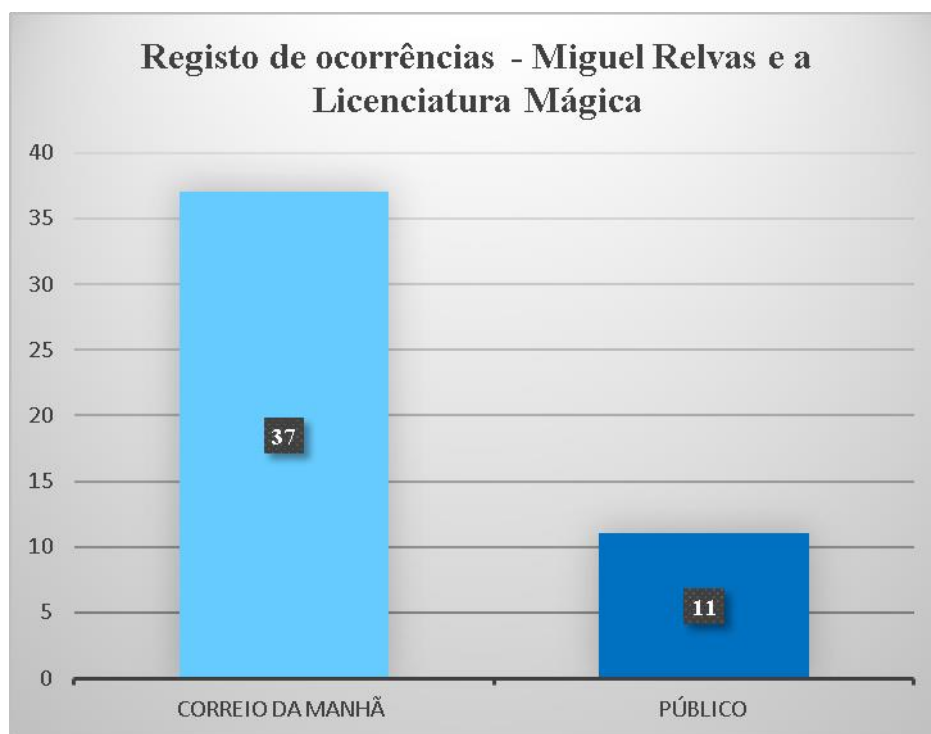
#### a.1) Critérios de Noticiabilidade

No caso Miguel Relvas é possível, com exceção do valor-notícia morte, encontrar praticamente todos os valores-notícia de cariz substantivo, contextual e de construção, nomeadamente: notoriedade; proximidade; relevância; novidade; tempo; notabilidade; o evento disruptivo; conflito ou controvérsia; disponibilidade; equilíbrio; visualidade; simplificação; amplificação; relevância; personalização; dramatização e por último a consonância.

#### a.2) Número de ocorrências

No total do universo de notícias publicadas pelo Correio da Manhã, cerca de 37 notícias foram referentes ao caso Relvas, por sua vez no total do universo de notícias publicadas pelo Público registam-se cerca de 11 notícias a propósito deste caso.





*Figura 14 – Representação gráfica do registo de ocorrências*

a.3) Tratamento jornalístico dado ao tema nas ocorrências registadas

<b>CrITÉrio de Análise</b>	<b>Correio da Manhã</b>	<b>Público</b>
Rigor Expositivo	Ocorrências com pouco rigor expositivo.	Ocorrências com maior rigor expositivo.
Rigor Factual	Factos apresentados com menor rigor e mais especulativos.	Factos apresentados com maior rigor e menos especulativos.
Qualidade linguística	Pobre, com incorrecções semânticas e de sintaxe.	Boa, genericamente correcta do ponto de vista da semântica e da sintaxe.
Clareza e cognoscibilidade para o leitor médio	Textos relativamente claros, mas que por vezes se tornam ligeiramente confusos.	Textos cuidados, com um registo acima da média que poderá dificultar a cognoscibilidade de alguns conteúdos por um leitor mais mediano.

#### a.4) Cobertura/*Follow up* do acontecimento

O Correio da Manhã faz uma cobertura mais cerrada dos acontecimentos em torno do deste caso, auscultando diversas personalidades, procurando e carreando todas as informações que possam de alguma forma estar relacionadas com esta temática para o respectivo conteúdo noticioso.

Por sua vez, o Público é mais sintético, faz uma cobertura mais comedida, mais circunscrita aos factos, ao invés de uma procura mais disseminada de informação e a uma produção noticiosa maior, como sucede com o Correio da Manhã.

#### a.5) Explicação da *démarche* processual e/ou explanação de conceitos jurídicos subjacentes

Nos artigos publicados pelo Correio da Manhã, são poucas as explicações relativas ao processo judicial em si que viria a determinar a nulidade da habilitação académica de Miguel Relvas. Surgem em cada notícia algumas referências a partes do procedimento, todavia, essas mesmas referências na maior parte das vezes não apresentam, ao leitor, um desenvolvimento esclarecedor da referida tramitação que lhe permita apreender o processo em causa, as fases e/ou o que lhe está subjacente.

Por sua vez, o Público evidencia maior rigor nas explanações dos procedimentos administrativos e judiciais, procurando acompanhar cada expressão judicial ou administrativa de uma explanação procedimental enquadrada.

#### a.6) Informação do desfecho do caso judicial

Ambos os jornais noticiaram o desfecho do caso Miguel Relvas, reiterando-se também neste aspecto as diferenças entre ambos no tratamento noticioso desta ocorrência.

## **b) Mãe para sempre**

Também judicialmente, o caso do homicídio das meninas – Viviane e Samira – na praia da Giribita, em Caxias, pela própria mãe (Sónia Lima), chocou um país inteiro, incrédulo com duas mortes causadas “por sangue do mesmo sangue e carne da mesma carne”:

- Novembro de 2015 – Sónia Lima e Nelson Ramos (o pai das crianças) separam-se;
- Véspera de Carnaval – última visita do pai às filhas, a mãe mostra-se agressiva e paranóica e uma das filhas indica ao pai que estava com medo;
- 15 de Fevereiro de 2016 – Sónia Lima, após a hora do almoço, sai de casa dos pais, situada na Amadora, acompanhada das filhas;
- 15 de Fevereiro de 2016, cerca das 20:00 horas – após várias horas de andar a passear com as crianças, Sónia Lima pára o carro no parque de estacionamento junto ao Forte da Giribita", sai com as filhas do carro e com ambas as filhas desce até às rochas e entra no mar revoltado e bravo – mata as duas filhas, cometendo um duplo homicídio de duas crianças uma de 19 meses (Viviane) e outra de 4 anos (Samira);
- 15 de Fevereiro de 2016 - Sónia Lima é salva por um taxista que ia a passar;
- 15 de Fevereiro de 2016 - o corpo da criança de 19 meses é encontrado - Viviane;
- 17 de Fevereiro de 2016 – após ter estado internada no Hospital Santa Maria, Sónia Lima é presa preventivamente recolhendo ao Hospital Prisional de Caxias – mais concretamente à ala psiquiátrica daquele Estabelecimento Prisional;
- 21 de Fevereiro de 2016 – Realizado o funeral de Viviane (a menina de 19 meses), neste mesmo dia é encontrado o corpo da criança de quatro anos – Samira;
- 25 de Fevereiro de 2016 – Realizado o funeral de Samira (a menina de 4 anos);
- 26 de Agosto de 2016 – Sónia Lima é formalmente acusada de dois homicídios qualificados *pelo* Ministério;

- Dezembro de 2016 – primeira sessão do julgamento, Sónia Lima é ouvida;
- Janeiro de 2017 – é ouvido o pai das meninas – Nelson Ramos, bem como a família de Sónia Lima, é também neste mês que o tribunal faz a reconstituição dos crimes no local onde ocorreram;
- 08 de Fevereiro de 2017 – Sónia Lima foi condenada a duas penas de prisão, cada uma de 22 anos pelo homicídio agravado de cada filha, o que em sede de cúmulo jurídico perfaz um total de 25 anos de pena de prisão, foi ainda condenada ao pagamento de uma indemnização cível superior a 103 mil euros ao pai das meninas.

#### b.1) Critérios de Noticiabilidade

Neste caso de duplo homicídio, é possível encontrar praticamente todos os valores-notícia de cariz substantivo, contextual e de construção, nomeadamente: morte; proximidade; relevância; novidade; tempo; o evento disruptivo; conflito ou controvérsia; disponibilidade; equilíbrio; visualidade; simplificação; amplificação; relevância; personalização; dramatização e por último consonância.

#### b.2) Número de ocorrências

No total do universo de notícias publicadas pelo Correio da Manhã, cerca de 15 notícias foram referentes ao duplo homicídio das meninas, por sua vez no total do universo de notícias publicadas pelo Público registam-se cerca de 5 notícias a propósito deste caso.

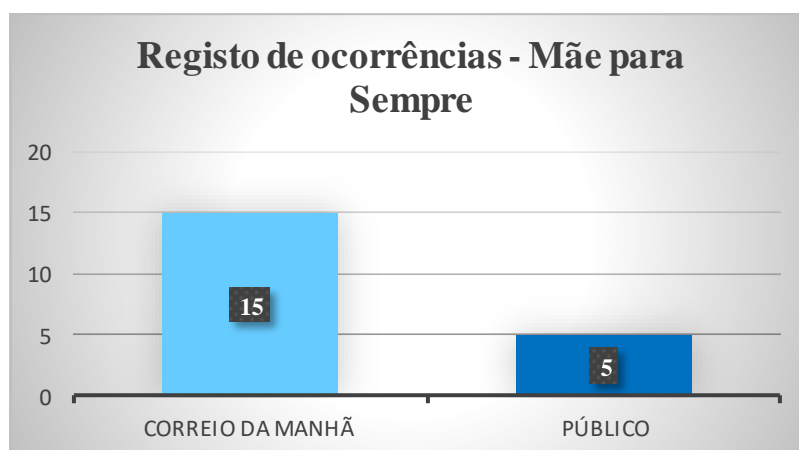


Figura 15 – Representação gráfica do registo de ocorrências

b.3) Tratamento jornalístico dado ao tema nas ocorrências registadas

<b>CrITÉrio de Análise</b>	<b>Correio da Manhã</b>	<b>Público</b>
Rigor Expositivo	Ocorrências com pouco rigor expositivo.	Ocorrências com maior rigor expositivo.
Rigor Factual	Factos apresentados com menor rigor e mais especulativos.	Factos apresentados com maior rigor e menos especulativos.
Qualidade linguística	Pobre, com incorrecções semânticas e de sintaxe.	Boa, genericamente correcta do ponto de vista da semântica e da sintaxe.
Clareza e cognoscibilidade para o leitor médio	Textos relativamente claros, mas que por vezes se tornam ligeiramente confusos.	Textos cuidados, com um registo acima da media que poderá dificultar a cognoscibilidade de alguns conteúdos por um leitor mais mediano.

b.4) Cobertura/*Follow up* do acontecimento

O Correio da Manhã faz uma cobertura mais cerrada dos acontecimentos em torno do deste caso, realizando diversas entrevistas e explorando o lado mais emocional deste caso, procurando e carreando todas as informações que pudessem de alguma forma estar relacionadas com este acontecimento para o respectivo conteúdo noticioso.

Por sua vez, o Público é mais sintético, faz uma cobertura mais comedida, mais circunscrita aos factos, mais técnica no que se refere ao puro relato factual, ao invés do recurso a muita informação e a uma produção noticiosa maior, como sucede com o Correio da Manhã.

#### b.5) Explicação da démarche processual e/ou explanação de conceitos jurídicos subjacentes

Nos artigos publicados pelo Correio da Manhã, denota-se algum esforço na clareza e no recurso a expressões jurídicas, todavia as explicações relativas ao processo judicial em si são meros apontamentos entre o manancial informativo. Surgem em cada notícia algumas referências a partes do procedimento, todavia, essas mesmas referências na maior parte das vezes não apresentam, ao leitor, um desenvolvimento esclarecedor da referida tramitação que lhe permita apreender o processo em causa, as fases e/ou o que lhe está subjacente.

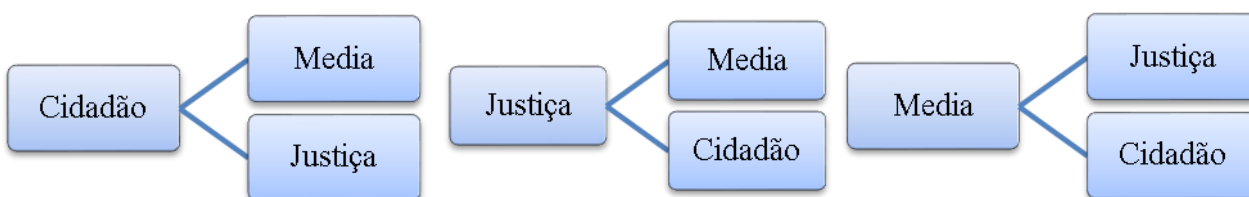
Por sua vez, o Público evidencia maior rigor nas explanações das terminologias jurídicas, procurando acompanhar cada expressão judicial ou policial de uma explanação procedimental enquadrada.

#### b.6) Informação do desfecho do caso judicial

Ambos os jornais noticiaram o desfecho do caso da mãe homicida de Caxias, referindo a condenação por 25 anos em sede de cúmulo jurídico, bem como o pagamento da indemnização cível ao pai. Todavia, nesta sede o Público vai um pouco mais longe que o Correio da Manhã explanando o argumento central subjacente à condenação da arguida e de igual modo, em jeito de encerramento deste mórbido caso, a invocação dos fins de prevenção geral, acompanhados de declarações do advogado do pai das meninas assassinadas – Samira e Viviane.

## **CAPÍTULO IX – Caracterização de um relacionamento triangular por via da notícia sobre o crime - media, campo judicial e cidadão: concepções e percepções mútuas**

Tendo o crime, simultaneamente, como pano de fundo e como elemento motriz, a dinâmica que se estabelece entre os media, o campo judicial e o cidadão, assume uma configuração triangular, desenhada ao longo de três linhas de força bilaterais estabelecidas da seguinte forma:



*Figura 16 – Representação gráfica das linhas de força da dinâmica triangular*

Na génese e subjacente às linhas de força que se estabelecem entre os três elementos que compõem esta dinâmica, encontram-se, para além das diferenças estruturais subjacentes, os diferentes objectivos, as diferentes metodologias e dinâmicas dentro do próprio campo em causa, a própria estrutura assumida, a forma da exteriorização dessas dinâmicas, da estrutura de cada campo e ainda a percepção que cada campo tem dos demais campos e a forma como percebe e opta por se relacionar ou não com os restantes campos sociais.

Graficamente a dinâmica estabelecida entre os campos enunciados – justiça, media e opinião pública<sup>139</sup> - assume-se como triangular, tendo, como se referiu anteriormente, como pano de fundo e força motriz o processo penal, seja na fase da investigação, seja na fase de julgamento:



*Figura 17 – Representação gráfica da dinâmica estabelecida entre a justiça, os media e cidadão.*

<sup>139</sup> A este propósito reportamo-nos indistintamente a opinião pública e cidadão, considerando, neste contexto, o cidadão enquanto elemento corporizador da opinião pública.

Num dos vértices deste triângulo encontra-se o cidadão, enquanto corporização da opinião pública, em directa e simultânea co-relação com a justiça e com os media.

O cidadão vê e percebe a justiça de forma negativa<sup>140</sup>, contribuindo para essa imagem diversos factores, conforme apontado por Pierre Guibentif no âmbito de uma comunicação no Congresso de Justiça que se realizou em 2003.

A este propósito, Guibentif escreve que o cidadão tem uma má imagem da justiça (2003) associando esta imagem, predominantemente negativa, a factores funcionais, culturais, institucionais e produtivos (2003: s.p.). Na mesma senda, Pedro Magalhães, um dos coordenadores do projecto “40 Anos de Políticas de Justiça em Portugal” (2017), frisa que as pessoas não têm confiança na justiça, apresentando esta conclusão como uma afirmação óbvia e comumente reconhecida.

Dos inquéritos realizados (disponíveis no Anexo II), numa amostra de 152 pessoas, cerca de um total de 67% dos inquiridos considera a imagem da justiça, junto do cidadão, como má ou péssima.

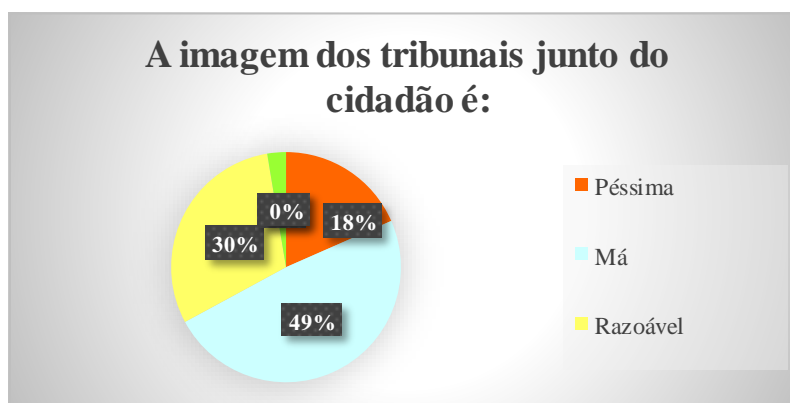


Figura 18 – Representação gráfica das respostas dos inquiridos relativamente à imagem dos tribunais junto do cidadão

Seguindo a linha de Guibentif e partindo desta conclusão óbvia, corroborada pelas respostas dos inquiridos, estamos em crer que a imagem que o cidadão tem dos tribunais não é, efectivamente, boa.

Mas que imagem é essa? O que contribui para essa imagem? E de que forma essa imagem influencia ou determina a dinâmica do cidadão com a justiça?

<sup>140</sup> Questionados, sobre a imagem dos tribunais, é de salientar a imagem criada, aquando da entrevista pela Dr.ª Isabel Horta, ao referenciar a imagem dos tribunais como “as fachadas, a coisa desumanizada que não tem pessoas” (cfr. Entrevista transcrita no Anexo I).



Guibentif aponta, como se referiu anteriormente, quatro tipos de factores que influenciam essa má imagem e consequentemente a forma como o cidadão se relaciona com a justiça, esses factores são funcionais, culturais, institucionais e produtivos.

No âmbito dos factores funcionais, Guibentif elenca a morosidade, a falta de meios materiais pelos magistrados judiciais e o custo da justiça para o cidadão (2003: s.p.).

A morosidade é garantida e amplamente sentida pelo cidadão, seja na própria vida, seja pela ausência decisória determinante na vida de um amigo ou até conhecida através dos media.

Nos inquéritos realizados, cerca de 67,8% dos inquiridos considerou que é lenta a resolução dos processos e das disputas judiciais e 26,3% dos inquiridos considerou um pouco lenta essa mesma resolução dos processos judiciais. Seja como for, é patente, na amostra, que a larga maioria dos inquiridos considera a justiça como globalmente lenta, revelando uma sintomatologia de insatisfação sistémica com a justiça.

Como factores culturais, Guibentif define todos aqueles que se relacionam com o modo de pensar do campo judiciário e que contribuem para o distanciamento do cidadão relativamente à justiça, nomeadamente o formalismo e a tecnicidade do discurso judicial<sup>141</sup>.

O formalismo subjacente ao campo judicial e empregue no exercício das funções deste campo é simultaneamente um garante do rigor, da independência e da imparcialidade, mas é de igual modo, um elemento distanciador entre a justiça e o cidadão que, perante a pouca flexibilização deste campo, pese embora reconhecendo a necessidade da existência desse formalismo, o considera como inacessível ou pouco acessível, conforme fica patente nas respostas dos inquiridos, onde cerca de 59,9%

---

<sup>141</sup> A este propósito invocamos parte da resposta do Dr. Edgar Lopes, quando questionado relativamente ao registo linguístico do campo judicial, invocando que “A linguagem do direito é necessariamente uma linguagem técnica. Tem de o ser. É da sua natureza. (...)”

Mas este facto, não implica que a linguagem utilizada nas decisões seja excessivamente hermética. (...) As decisões judiciais são peças de comunicação e, por isso têm de comunicar... Em primeira linha com os seus destinatários directos. Em segunda linha com a comunidade em nome da qual se exerce a função de julgar. E esse é um esforço que tem de ser feito por quem decide, de dentro do possível, procurar ser claro e perceptível. O que se decide e porque é que se decidiu assim” (cfr. neste sentido a entrevista disponível no Anexo I). Por sua vez e em sentido oposto, a Dr.ª Isabel Horta que classifica esse registo como “(...) é um registo linguístico para os inspectores. Os acórdãos, tudo isso devia ser para o cidadão primeiro que tudo para aquele que é condenado ou absolvido mas aquilo é um linguajar absolutamente incompreensível para o cidadão (...)” prossequindo indicando que “(...) tem de haver mais abertura da justiça aos media porque isso significa mais abertura ao cidadão. Ou a justiça é eficaz ou não é e se ela não é compreendida não tem eficácia nenhuma”.

considerou a justiça inacessível à maioria dos cidadãos (8,6%) ou pouco acessível à maioria dos cidadãos (51,3%).

Outro factor cultural apontado por Pierre Guibentif é a tecnicidade do discurso jurídico. Aos olhos do cidadão, o discurso jurídico apresenta-se como incompreensível (5,9%) ou pouco compreensível (46,7%), conforme resposta de cerca de 52,6% dos inquiridos. Novamente, também esta tecnicidade e hermeticidade, própria da linguagem jurídica, contribui para o crescimento do distanciamento entre o cidadão e a justiça.

Guibentif enuncia ainda, como factores que determinam esta imagem da justiça junto do cidadão, os factores institucionais que se reportam “ (...) à inserção dos tribunais e das profissões da justiça no actual contexto político-social” (2003: s.p.). Optamos, de forma muito consciente, por não explorar estes factores face à imensidão da temática subjacente, enunciando tão-somente que nos mesmos se incluem as questões relacionadas com a independência, a imparcialidade (anteriormente abordadas) e com os estatutos dos magistrados.

Por último, contribuindo para esta má imagem da justiça, Guibentif aponta um outro argumento relacionado com a produtividade. Denominamos este factor como assertividade produtiva porquanto se reporta à “brandura da justiça” em sede de processo penal e em matéria criminal (2003: s.p.).

Dos inquéritos realizados não é possível extrair esta percepção. Todavia não deixa de ser interessante de verificar que cerca de 70% dos inquiridos entende que as decisões dos tribunais são variáveis entre justas e injustas – não se registando por isso uma resposta cabalmente negativa ou cabalmente positiva no que se refere ao conteúdo decisório ou ao sentimento face à sua assertividade.

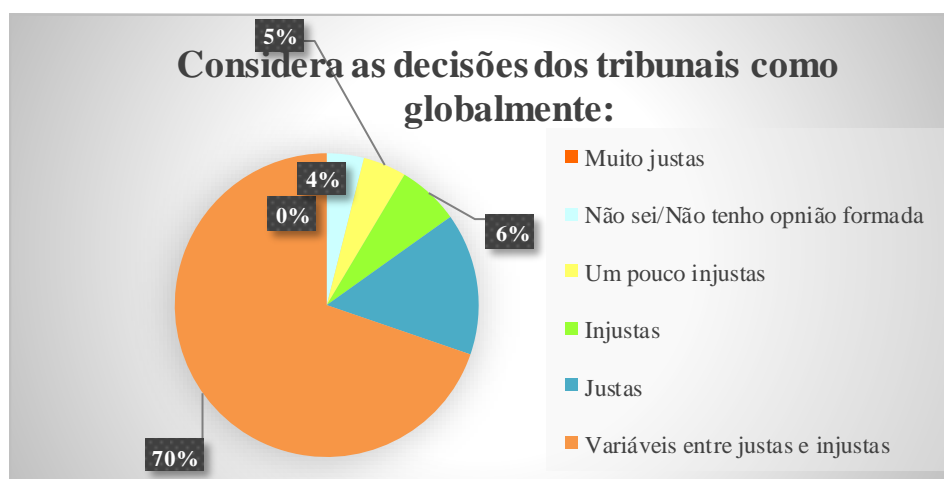


Figura 19 – Representação gráfica das respostas dos inquiridos relativamente às decisões dos tribunais

À luz do quadro traçado, como é que o cidadão se relaciona com a justiça?

O cidadão relaciona-se com a justiça em dois planos distintos ou através de duas formas distintas (Guibentif, 2003: s.p.)<sup>142</sup>:

1. Directamente – enquanto destinatário das decisões da justiça;
2. Indirectamente – enquanto visado ou potencialmente afectado, mas não destinatário, das decisões da justiça.

No primeiro plano apontado, encontram-se todas aquelas pessoas, que de uma forma ou de outra, já foram destinatários de uma decisão judicial e que conheceram essa mesma decisão judicial de forma directa, em imediato relacionamento com os tribunais ou com os operadores judiciários.

Por sua vez, no segundo plano referenciado encontram-se todas as pessoas, todos os cidadãos que são sempre, ainda que de forma indirecta, visados ou potencialmente afectados pelas decisões da justiça. Os fins de prevenção geral, consignados nas teorias de direito penal, como uma das finalidades da aplicação de uma sanção penal, comprovam o teor desta premissa. Neste segundo plano, perde-se o carácter mais imediato, ainda que por meio da sentença ou outro instrumento jurídico, emergindo como elemento de ligação os media.

Na opinião pública, forma-se a imagem dos tribunais por via dos media, conforme apontado por Pierre Guibentif em *Comunicação Social e Representações do Crime* (Guibentif *et al*, 2002). A este propósito, a ampla maioria dos inquiridos, cerca de 57,9%, considera de forma muito clara que a imagem dos tribunais transmitida pelos media é péssima ou má, adensando deste modo a percepção amplamente negativa que a opinião pública tem da justiça.

Mas então como é que o cidadão se relaciona com os media? Serão próximos ou distantes?

Genericamente o cidadão tem uma boa opinião dos media, não obstante o recente aumento de uma desconfiança generalizada por parte do cidadão, seja pela informação veiculada, seja pela noção cada vez mais presente dos interesses económicos subjacentes. No entanto, globalmente e tomando por referência a amostra

---

<sup>142</sup> Cfr. na mesma senda desta análise a resposta, do Dr. Edgar Lopes, à questão n.º 16, onde analisa em dois planos distintos a comunicação/relacionamento da justiça com o cidadão.

dos inquiridos, o cidadão considera a imagem dos media como boa ou razoável (cerca de 65,1%).

Para esta boa imagem dos media, e em pólo diametralmente oposto ao universo da justiça, contribui a clareza da linguagem acompanhada do sentimento de acessibilidade aos media por parte do cidadão. A este propósito, são de igual modo esclarecedoras as conclusões extraídas das respostas dos inquiridos, cuja grande maioria considera os media como relativamente acessível ou acessível aos cidadãos (59,2%) e com um registo linguístico compreensível ou relativamente compreensível (81%).

No outro vértice desta dinâmica triangular, surgem os media que se apresentam, face ao cidadão, simultaneamente como servos e senhores porquanto é o cidadão, que através das notícias, veiculadas pelos media que alimenta e gera o que se denomina de opinião pública, mas é também, esse mesmo cidadão, enquanto elemento estrutural da opinião pública que parcialmente define o que tem potencial para ser notícia.

Por último e talvez o mais importante, é o cidadão que legitima o exercício da liberdade de imprensa pelos media, porquanto é a sua existência que fundamenta o papel de *watchdog* assumido pelos media.

E os media relativamente à justiça? Como é que os media vêm a justiça?

Os media vêm e percebem a justiça como algo apetecível, face aos valores-notícia que encerra em si e “ (...) cedo perceberam que a justiça poderia constituir um filão inesgotável de notícias” (Camponez *et. al.*, 2013:23).

Mas será esta visão, tão redutora e economicista, que os media têm da justiça? Temos em crer que não. Tendemos a considerar que os media têm uma visão ambígua da justiça, porquanto se, por um lado, a percebem como uma fonte inesgotável, por outro lado, percebem essa mesma justiça como o maior obstáculo à obtenção de notícias.

E a justiça? Como é que a justiça olha para os media? E para os cidadãos?

Aos olhos da justiça, os cidadãos são simultaneamente a sua fonte de legitimidade, a sua legitimação mas são também os destinatários do seu labor reflexivo e os seus maiores críticos.

Por sua vez, os media são vistos pela justiça como um elemento intrusivo na sua rotina judiciária, procurando e “bisbilhotando, à caça da notícia perfeita”, podendo

inclusive colocar em causa, por via da procura de matéria-prima para a notícia, os valores que aquela mesma justiça pretende acautelar em defesa do cidadão.

Partindo destas percepções, qual é a dinâmica, tendo como dínamo o processo penal, a investigação criminal e o próprio crime, que se estabelece entre os três campos – justiça, media e cidadão?

Actualmente, a dinâmica que se estabelece entre o campo dos media e da justiça é uma dinâmica disfuncional onde impera uma comunicação igualmente disfuncional, quando a bem do cidadão, estes dois campos – justiça e media - deveriam comunicar bem ou então fazê-lo com mais frequência<sup>143</sup>.

De facto, de ambos os lados há críticas no sentido de uma surdez e mudez. Por um lado, os media tentam obter a notícia<sup>144</sup>, ignorando por vezes os preceitos legais e deontológicos, ensurdecendo perante os alertas do sistema judicial; por outro lado, o sistema judicial encontra-se acorrentado a velhos dogmas que na era da comunicação já não encontram grande justificação ou pertinência na sua existência.

Mas será que deveriam comunicar sobre tudo e a todo o momento?

Tendemos a considerar que não, colhendo parte do bom senso que se impõe na resposta a esta questão, quer nos preceitos legais, quer nas respostas no âmbito dos inquéritos realizados e se, por um lado, se impõe a consideração da fase processual em causa, por outro lado, impõe-se também a consideração da necessidade de informar o cidadão.

Dos inquéritos realizados, é possível perceber que a grande maioria dos inquiridos almeja uma justiça mais acessível e mais próxima, mas que de igual modo não quer uma justiça que se perca, perdendo por essa via o rigor, o formalismo, a independência e a imparcialidade que lhe cabe, mas que acima de tudo pode e deve ser exigida pelo cidadão e pela opinião pública.

---

<sup>143</sup> Neste aspecto é de salientar o entendimento similar de ambos os entrevistados, porquanto, se por um lado a Dr.<sup>a</sup> Isabel invoca que a justiça se fecha sobre si própria, por outro lado o Dr. Edgar Lopes invoca uma massificação com perda de rigor, referindo em sentidos opostos dois dos vértices desta dinâmica (cfr. Anexo I).

<sup>144</sup> A este propósito invocamos a expressão usada pela Dr.<sup>a</sup> Isabel, referindo-se ao trabalho do jornalista como um trabalho de descoberta de segredos, de “construção de puzzles”, pese embora reconheça que em Portugal existe um jornalismo de investigação pobre face à crescente redução de meios. Em sentido similar, pese embora com uma formulação, responde o Dr. Edgar indicando, quanto ao jornalismo de investigação, que o mesmo “ (...) é a excepção em Portugal, o que parece ser também um reflexo da crise económica que nos afecta. Investigação exige tempo, tem custos e não tem resultados imediatos.

No âmbito da investigação, conforme anteriormente referenciado, há uma área, hoje em dia já relativamente reduzida por força das alterações legislativas, que sob pena da não prossecução dos valores próprios da justiça, da boa condução do inquérito e do respeito dos direitos individuais de cada sujeito processual, não pode nem deve ser abalroada para a obtenção da matéria-prima para a notícia. Falamos do segredo de justiça.

No âmbito dos processos em segredo de justiça, muitas vezes os media, ávidos de matéria-prima para a notícia, cercam a justiça, seja na pessoa dos OPC, do magistrado do MP ou do JIC, ainda que isso possa ou venha a comprometer o desenvolvimento do inquérito ou da démarche processual. Por sua vez, em pólo oposto, a justiça tenta proteger, de acordo com os instrumentos jurídicos que tem ao seu dispor e através do silêncio, esse mesmo segredo de justiça, para através da sua manutenção assegurar os valores subjacentes.

No último vértice desta dinâmica, encontra-se o cidadão, ele próprio simultaneamente, o elemento de ignição da procura, por parte dos media da notícia ou da matéria-prima para a redacção dessa mesma notícia, mas também como elemento fundamentador da necessidade da existência do segredo de justiça<sup>145</sup>, seja com o fundamento da prossecução da justiça, seja com o fundamento de acautelar direitos individuais. A este propósito, não deixa de ser curiosa a posição assumida pelos inquiridos relativamente à manutenção do segredo de justiça e à protecção da investigação, porquanto quando confrontados com a questão “considera que os media devem divulgar notícias relativamente a processos que se encontram em segredo de justiça?”, a grande maioria dos inquiridos entendeu que não (65,8%) e cerca de 32,9% dos inquiridos entendeu que sim, mas apenas quando isso não prejudique a investigação ou o processo.

De igual modo, numa óptica de abertura do sistema judicial, mas sem perda do rigor e de todos os elementos estruturais do campo da justiça, cerca de 51,3% dos inquiridos entenderam que o Ministério Público/órgãos de polícia criminal ou os tribunais devem informar o cidadão relativamente a processos que se encontram em segredo de justiça, desde que isso não prejudique o processo, indo de encontro à

---

<sup>145</sup> A este propósito invocamos novamente a oposição subjacente, à posição assumida pelos entrevistados, se por um lado, encontramos a defesa do segredo da justiça por força da necessidade da protecção de investigação, nos termos enunciados na resposta do Dr. Edgar Lopes, por outro lado, encontramos a veemente defesa, por parte da Dr. Isabel da desnecessidade do segredo de justiça.

necessidade informativa do cidadão, e consequentemente da opinião pública, face à opacidade em torno de diversas investigações e/ou processos judiciais.

Já no âmbito do processo judicial, fora da investigação e do âmbito do segredo de justiça, o cidadão clama de igual modo uma maior abertura do campo judicial, que se exprime através da necessidade de uma descodificação linguística e de uma maior abertura. Esclarecedoras destas conclusões são as respostas dos inquiridos, nomeadamente, quando:

1. Questionados se os “Os tribunais deveriam ter uma linguagem mais clara e acessível ao cidadão?” – cerca de 86,8% respondeu que “Sim, mas apenas quando comunicam para os cidadãos em geral e para os media sem perderem o rigor na elaboração da documentação processual (sentenças, acórdãos, despachos, etc.);
2. Inquiridos se “os tribunais deveriam ter mais abertura ao cidadão?” – cerca de 75% respondeu que “Sim, mas desde que os tribunais se mantenham imparciais e independentes.

No que se refere aos media, não obstante o cidadão reconhecer-lhes rapidez na divulgação das notícias - cerca de 63,8% dos inquiridos considerou os media rápidos ou muito rápidos na divulgação das notícias – e que o seu registo linguístico é acessível, reconhece de igual modo que os media são pouco rigorosos quando usam conceitos jurídicos nas notícias são (cerca de 53,3% dos inquiridos) e que a linguagem que usam apenas transmite mais ou menos as noções jurídicas e o que se passa nos processos e nos tribunais.

A dinâmica triangular que se estabelece em torno do processo penal, do julgamento, da investigação e do crime encontra a sua força motriz no cidadão e na opinião pública e por via deste e desta, na legitimidade e legitimação que é conferida aos media para o cumprimento da sua função de *watchdog* e para o exercício de um dos direitos mais basilares numa democracia – a liberdade de expresso – e na legitimidade e legitimação que é conferida ao campo da justiça, aos tribunais, para o cumprimento da sua função social de administração de um dos bens mais preciosos de uma sociedade verdadeiramente democrática – a justiça.

## **CAPÍTULO X - Os modelos Holandês e Australiano de comunicação na justiça penal – uma eventual inspiração**

A escolha da análise destes dois modelos - o modelo holandês e o modelo australiano<sup>146</sup> - resultou da ponderação de diversos factores.

Desde logo, ambos os modelos seleccionados proporcionam um novo conhecimento ou uma nova forma de abordagem mútua entre o campo da justiça e o campo dos media. Enquanto nova abordagem ao relacionamento institucional entre o campo da justiça e os media, o modelo holandês e o modelo australiano representam, pelo menos assim temos em crer, uma evolução no paradigma na dinâmica institucional e de relacionamento institucional considerados como positivos.

A escolha destes dois modelos resultou ainda do facto de ambos se reportarem a exemplos oriundos de sistemas jurídicos diametralmente diferentes, demonstrando-se que até em sistemas jurídicos tão diferentes é possível equacionar soluções que, embora gizadas em planos diferentes, têm subjacente a mesma, ou as mesmas, ideias: comunicação, abertura, respeito e liberdade.

De igual modo, temos em crer que com as devidas adaptações, cautelas e salvaguardas que o contexto sociológico e que o ordenamento português impõem, se possa considerar a aplicabilidade dos modelos ora em análise, no contexto português, seja como uma inspiração, seja como um exemplo a seguir.

Não olvidamos, na invocação destes dois modelos, os esforços empreendidos por parte da Procuradoria-Geral da República, da PJ, da PSP e da GNR no sentido de melhorarem a comunicação com os media e com o cidadão em geral.

De facto, ao longo da presente reflexão tivemos o cuidado de referir, ainda que de forma dispersa, as medidas de cariz mais prático que têm sido implementadas por estes organismos. No entanto não podíamos deixar de referir que não obstante os esforços empreendidos, ainda há um longo caminho a percorrer, sendo que os exemplos ora enunciados poderão de alguma forma contribuir para o trilhar desse percurso.

---

<sup>146</sup> Inquiridos, ambos os entrevistados – Dr.<sup>a</sup> Isabel Horta e Dr. Edgar Lopes – reportam ambos os modelos como positivos, sendo todavia sublinhado pelo Dr. Edgar Lopes a importância de uma “(...) solução ser adaptável à nossa realidade”.



Em suma, a escolha destes dois modelos, deveu-se a diversos factores essenciais, nomeadamente:

1. serem inovadores e de sucesso;
2. pertencerem a famílias jurídicas diametralmente diferentes (*common law* e *civil law*);
3. terem subjacente uma filosofia comunicativa similar, no que concerne ao relacionamento organizado e pró-activo com os media.

Por último e não menos importante, a escolha destes dois modelos também se deveu ao facto de, não obstante serem inovadores e de sucesso no que se refere à dinâmica institucional entre o campo da justiça e dos media, serem praticamente desconhecidos em Portugal e no ordenamento jurídico português.

Os ordenamentos jurídicos português e holandês são sistemas de *civil law*, nos quais a direcção do inquérito fica a cargo ou à responsabilidade do MP. No pólo oposto surgem os sistemas de *common law*, onde a direcção do inquérito fica a cargo ou à responsabilidade das forças policiais.

O ordenamento jurídico australiano, conhecido também por ser um sistema anglo-saxónico, pertence a uma matriz de *common law*.

Herança do Reino Unido, o sistema de *common law* australiano não diverge da aplicação do direito no Reino Unido, onde o juiz é o intérprete e a lei aplicada ao caso concreto nasce do precedente estabelecido em julgamento anterior.

Em sede de inquérito, nos ordenamentos de matriz anglo-saxónica<sup>147</sup>, as forças policiais assumem o protagonismo e o papel de *dominus* processual, cabendo-lhes, como é tradição nestes ordenamentos, o domínio da fase de investigação, em preterição das figuras congéneres ao MP.

Assim, figuras congéneres ao MP, cujo papel é fundamental para ordenamentos jurídicos como o português, ficam, no ordenamento jurídico australiano, relegadas para uma segunda fase e um segundo plano, equacionado já não no âmbito da investigação (inquérito), mas numa fase em que há uma causa provável, devidamente documentada, pronta para ser levada a julgamento.

---

<sup>147</sup> Outros ordenamentos com a mesma matriz: inglês e norte-americano.

A figura do MP, ou o seu congénere (prossecutor), não surge por isso como *dominus* do processo, em sede de inquérito, mas antes como o instrumento que dará corpo e voz à investigação policial realizada.

Então, cabendo o papel principal, em sede de inquérito, às forças policiais, qual é a dinâmica que se estabelece entre estas e os media?

Existe um relacionamento entre ambos? Se sim, que tipo de relacionamento?

A este propósito impõe-se uma distinção decorrente da estruturação estadual da Austrália, também designada por *Commonwealth of Australia*.

A Austrália é um estado federal, constituído por estados (federados), ou seja, um estado composto por diversas entidades dotadas de autonomia, governo próprio, território e competências ou prerrogativas constitucionalmente definidas.

Neste contexto a dinâmica estabelecida com os media surge em dois níveis essenciais: ao nível federal, ou seja, ao nível da polícia do estado federal, e ao nível federado, ou seja, ao nível da polícia do estado federado.

Assim, focaremos a atenção primeiramente ao nível federal, invocando ainda que de forma breve a *Australian Federal Police* (doravante AFP) para posteriormente centrar a atenção na *New South Wales Police* (NSWP), ao nível do estado federado.

A nível federal a *Australian Federal Police*, além todas as competências que lhe cabem, assegura também, através *AFP National Media Team*, a ligação com os media<sup>148</sup>.

Neste âmbito a *AFP National Media Team* assume o compromisso de uma pareceria profissional com os media<sup>149</sup>, estabelecendo uma estreita ligação com estes, mediante a:

- Divulgação de informação aos media;
- Resposta aos pedidos de informação elaborados pelos media;
- Realização de operações conjuntas com os media;
- Realização de briefings para os media;
- Promoção da realização de entrevistas aos membros da AFP;
- Facultando um serviço de monitorização aos media;

---

<sup>148</sup> Tradução e adaptação nossa da informação disponível na página institucional da *Australian Federal Police*.

<sup>149</sup> *Ibidem*.

➤ Organizando diversas conferências de imprensa.

De igual modo, a página institucional da *AFP National Media Team*<sup>150</sup>, procura espelhar essa parceira profissional estabelecida com os media, nomeadamente através da respectiva estruturação e conteúdos.

Neste sentido e numa área inteiramente dedicada aos media, intitulada *News & Media*, é possível encontrar oito grupos principais de temáticas:

1. *Media releases* – área dedicada aos comunicados de imprensa, composta por diversas notícias relativamente à actividade desenvolvida pela *AFP* e que faculta ainda a hipótese de recepcionar no respectivo e-mail notificações dos comunicados de imprensa que vão sendo publicados;
2. *News stories* – Subdividida em duas áreas distintas, nomeadamente *News feeds and alerts* e *AFP response to MH17*, esta área, no seu todo, está concebida para funcionar como um conjunto ferramentas para os media, onde é possível subscrever conteúdos e alertas de conteúdos, visualizar e pesquisar conteúdos com recurso a agregadores de conteúdo e motores de pesquisa vocacionados;
3. *Fact Check* – nesta área que funciona um pouco como uma área de direito de resposta, a *AFP* partilha a visão e/ou opinião institucional relativamente aos conteúdos, referentes à própria *AFP*, publicados pelos media;
4. *National speeches* – esta área é essencialmente dedicada aos discursos e trabalhos escritos relevantes para a *AFP* e para o trabalho desenvolvido por esta autoridade;
5. *Facts and stats* – esta área contém essencialmente estatísticas relativas aos recursos humanos existentes, por um lado na própria *AFP* e por outro lado das diversas polícias dos estados federados;
6. *About AFP National Media* – esta área contém uma breve descrição da *AFP National Media*;
7. *AFP TV Series* – esta área é dedicada a um bloco de seis episódios que divulga o *modus operandi* e as principais áreas de actuação da *AFP*;
8. *AFP Museum* – área dedicada à divulgação do Museu da *AFP*.

---

<sup>150</sup> O endereço da página institucional da *AFP National Media Team* é: <https://www.afp.gov.au/>

Não obstante toda a abertura aos media, espelhada também na própria estruturação da respectiva página institucional, a *AFP* esclarece nessa mesma página que não comenta, nem presta esclarecimentos relativamente a:

- Operações em curso;
- Situações de protecção pessoal ou protecção de testemunhas.

Em virtude das funções próprias e muito características da *AFP National Media Team*, a equipa de trabalho deste “gabinete” é multidisciplinar, englobando profissionais de diversas áreas, nomeadamente: jornalistas e técnicos de relações públicas de diversos sectores governamentais.

Na senda do paradigma da *AFP National Media Team*, a NSWSP, adopta também um modelo de abertura para com os media australianos.

Todavia, as relações entre a polícia australiana e os media nem sempre foram pacíficas, nem tão pouco de acordo com o actual modelo de parceira profissional. De facto, na história da dinâmica estabelecida entre ambos os campos, outrora regeu um paradigma de manipulação dos media por parte da polícia australiana, onde os media eram usados de uma forma bastante negativa pela polícia<sup>151</sup>, ao invés de funcionarem como um veículo de comunicação com a população.

Assim, o actual relacionamento entre a *New South Wales Police*<sup>152</sup> e os media é fruto da maturação de um relacionamento que se iniciou na década de 50 do século passado.

Desde 1986, a *New South Wales Police* dispõe de um gabinete de imprensa, designado de *Police Media Unit (PMU)*, que trabalha em articulação com a polícia e os media, funcionado como elemento de ligação entre estes dois campos.

À semelhança da *AFP National Media Team* cabe a este gabinete de imprensa as seguintes competências<sup>153</sup>:

---

<sup>151</sup> A instrumentalização dos media pelas polícias foi o paradigma inicial de relacionamento entre a polícia australiana e os media, onde a polícia assumia um papel menos correcto e onde a informação existente e fornecida por essa mesma polícia obrigava, aos media, a cautelas redobradas e a procedimentos reforçados, face aos habituais procedimentos, de confirmação da informação fornecida.

<sup>152</sup> No texto consultado a referência é feita à *New South Wales Police*, sendo certo que não ignoramos o facto de a *Australian Federal Police* e a *New South Wales Police* serem órgãos diferentes, é de notar o esforço destas duas entidades, uma ao nível federal e outra ao nível federado, enquanto sido duas forças centralizadoras dos diversos tipos de polícia que existiam na Austrália no final da década de 50 do século passado.

- gestão da informação nas situações de crime ou desastre;
- resposta às questões colocadas pelos media;
- produção de comunicados de imprensa;
- coordenação e organização das conferências de imprensa;
- divulgação da informação e aconselhamento estratégico neste âmbito;
- maximização das oportunidades fornecidas pelos meios de comunicação social para efeitos de investigação policial.

Ainda no âmbito das suas competências, cabe também à *PMU* auxiliar a polícia australiana nas comunicações que a mesma estabelece com os media, promovendo uma relação e cooperação positiva, nomeadamente em situações de mortes suspeitas, urgências, grandes detenções e incidentes envolvendo figuras públicas.

Também numa área dedicada aos media, intitulada *Media* e à semelhança do que sucede na página institucional da *AFP National Media Team*, os jornalistas e as respectivas organizações têm acesso a um conjunto de ferramentas e informações necessárias para a satisfação do interesse público, no que se refere ao exercício da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa.

Na página institucional da *New South Wales Police* a área dedicada aos media<sup>154</sup> encontra-se em seis áreas principais:

- 1- *For the record* - área funciona como uma área de direito de resposta, onde é partilhada a visão e/ou opinião institucional relativamente aos conteúdos ou eventos referentes à própria *NSW Police* e ao seu funcionamento;
- 2- *Media Release Archives* - área dedicada aos comunicados de imprensa, composta por diversas notícias relativamente à actividade desenvolvida pela *NSW Police* e que faculta ainda a hipótese de recepcionar no respectivo correio electrónico notificações dos comunicados de imprensa que vão sendo publicados;

---

<sup>153</sup> Tradução e adaptação nossa da informação disponível na página institucional da *New South Wales Police*, em [http://www.police.nsw.gov.au/about\\_us/structure/corporate\\_services/public\\_affairs\\_branch](http://www.police.nsw.gov.au/about_us/structure/corporate_services/public_affairs_branch): “The unit manages the media at major crime scenes and disasters, provides a daily briefing to the senior executive service, manages media enquiries, produces media releases, coordinates press conferences, organises launches and provides strategic advice, focusing on how media opportunities can be best managed for investigative purposes.”

<sup>154</sup> A área dedicada aos media pode ser consultada em: <http://www.police.nsw.gov.au/news>

3- *News from the Force* – área dedicada à divulgação de publicações internas, nomeadamente da publicação *The Police Monthly*, quando devidamente autorizadas;

4- *Our Social Media Footprint* – esta área é dedicada à pegada internautica da *NSW Police* e enuncia todos os canais de comunicação usados por esta força policial, nomeadamente: *Facebook*, *Twitter*, *Linkedin*, *Instragram*, *Snapchat*, *Periscope*, *Youtube* e *Weibo*;

5- *Police Assistance Line - 131 444* – informações gerais de contacto telefónico com a *NSW Police*;

6- *Police Strength and Operational Capacity* - esta área contém essencialmente estatísticas relativas aos recursos humanos existentes.

No que se refere à sua composição, à semelhança do que sucede com a *AFP National Media Team*, a *PMU* é composta tanto por polícias como por civis, sendo que cada um dos seus elementos têm conhecimentos ou são especialistas na área do jornalismo, relações públicas, comunicação e operações policiais.

A *PMU* funciona continuamente, ou seja, a sua importância obriga a que seja um serviço contínuo, em laboração todos os dias da semana e a qualquer hora, o que justifica em parte o elevado número de comunicados de imprensa (cerca de dois mil e quinhentos só no ano de 2001) e ainda a resposta a um elevado número de telefonemas (cerca de cento e vinte e oito por dia).

Obviamente o modelo ora apresentado, quer ao nível federal, quer ao nível federado, não é isento de críticas, de facto, internamente, o modelo de comunicação australiano é por diversas vezes criticado e apontado como um elemento dissuasor da investigação jornalística verdadeiramente isenta e imparcial, bem como como uma forma de controlar e instrumentalizar os media, o modo como divulgam as notícias e o respectivo conteúdo.

Ainda que se considere passível de críticas, o que admitimos desde já, parece que, ainda assim, o modelo australiano pode ser apontado como um bom exemplo ou uma boa forma de se estabelecer a articulação entre a investigação criminal e os media.

O exemplo pode ser transponível para a justiça penal português. Todavia, e à semelhança do alerta anteriormente enunciado, a adaptação de modelos deste género ao ordenamento jurídico português terá de ser sempre com as devidas adaptações, em

particular pela diferença diametral existente entre o ordenamento jurídico australiano e o ordenamento jurídico português, onde ao contrário do que sucede no primeiro, o MP é o *dominus* do inquérito, logo da investigação criminal.

Invocamos como exemplo de uma boa dinâmica/relação entre os tribunais e os media, o caso holandês de forma a demonstrar que ambos os campos não carecem de estar de costas voltadas como sucede em Portugal.

São várias as similitudes entre o sistema judicial holandês e o sistema judicial português, mas de igual modo também são diversas as diferenças, não obstante a pertença de ambos a uma matriz de *civil law* ou germânica.

O sistema judicial holandês tem, entre outros, como corolário a independência e a imparcialidade dos juízes e à semelhança do que sucede em Portugal, os juízes são inamovíveis.

Ainda no âmbito das semelhanças com Portugal, também o sistema judicial holandês, mais concretamente os tribunais, encontram-se divididos, por um lado em matérias – direito civil, direito administrativo e direito penal, por outro lado em área geográfica de actuação – dezanove tribunais repartidos pelo mesmo número de distritos judiciais, cinco tribunais de recurso e um supremo tribunal<sup>155</sup>.

À semelhança do ordenamento português, o segredo de justiça também se encontra presente no sistema judicial holandês.

Precisamente pela existência do segredo de justiça na Holanda e pela própria concepção sistémica do sistema judicial holandês, a relação entre os tribunais holandeses e os media sempre foi distante.

Neste contexto, a dinâmica comunicacional estabelecida, dentro dos tribunais, entre os juízes, com o cidadão e com os media, relativamente aos casos que corriam termos nos respectivos tribunais pautava-se pelo silêncio ou pela resposta monossilábica, em obediência a um código de conduta informal de cumprimento do segredo de justiça (do Tribunal)<sup>156</sup>. Conforme salientado na análise sociológica da autoria de Niels F. van Manen, os juízes entre eles e dentro do tribunal não se permitiam, tão pouco, a questionarem fundamentos, decisões ou potenciais decisões,

---

<sup>155</sup> A par destes tribunais principais ou mais comuns, existem ainda dois tribunais especiais vocacionados para áreas do direito muito circunscritas e ainda o *Raad voor de rechtspraak* (Conselho da Magistratura) que não sendo um órgão administrador da justiça é ainda assim parte do universo judicial.

<sup>156</sup> A expressão ora traduzida e adaptada é “ (...) the secret of the court (...) ” (F. van Men, 2000:571).

quanto mais comunicar com o cidadão ou com os media. Neste sentido, a única pergunta permitida entre os juízes era se já tinham alcançado uma decisão, sendo a única resposta possível composta por um monossílabo – Sim ou Não (F.van Manen, 2000: 571).

As diversas instâncias e os respectivos tribunais consideravam desnecessária qualquer comunicação com os cidadãos e com os media, bastando que se fizesse justiça através da sentença, porquanto essa era entendida como apenas a única forma pela qual o tribunal deveria comunicar. De acordo com esta perspectiva, defendida pelos tribunais holandeses, os mesmos apenas deveriam comunicar pela sentença.

Assim, até ao biénio de 1999-2000, a relação entre os tribunais holandeses e os media foi e manteve-se distante.

A dinâmica actualmente estalecida entre o campo judicial holandês e os media é fruto de um amadurecimento que se iniciou sensivelmente em 2001, através do Supremo Tribunal Holandês.

Em 2001, dois homens condenados por homicídio negligente, que já tinham inclusive cumprido a respectiva pena, foram absolvidos em sede de repetição de julgamento. Esta situação, mais concretamente os contornos da mesma, originou uma grande curiosidade na população holandesa e o Supremo Tribunal Holandês foi obrigado a explicar-se, perante o cidadão comum, da motivação subjacente à decisão de absolver aqueles dois homens.

Assim como originou uma grande curiosidade na população holandesa, este caso também suscitou o interesse dos jornalistas que procuravam respostas junto do tribunal, consequentemente a máquina judicial ficou mais exposta, tornando-se alvo da curiosidade do cidadão e aumentando por essa via a curiosidade dos jornalistas.

Na altura, naquele país, à semelhança do que actualmente sucede em Portugal, a maior parte dos jornalistas responsáveis pela cobertura dos julgamentos não tinham formação específica na área do direito, da cobertura jornalística judicial ou similar.

Assim, considerando estes e outros factores, a máquina judicial holandesa foi compelida a desenvolver uma política/estratégia de abertura face aos media.



Essa política/estratégia de comunicação e abertura foi paulatinamente implementada com o recurso a diversas medidas e às ferramentas fornecidas pelas novas tecnologias.

A criação e reforço de uma política/estratégia de comunicação e abertura por parte do meio judicial holandês visou e visa essencialmente três objectivos:

1. promoção da confiança do público no sistema judicial, considerando a importante função dos tribunais em qualquer sociedade contemporânea;
2. explicação clara e objectiva, bem como o esclarecimento do público relativamente às tarefas, métodos de trabalho e importância dos tribunais;
3. fornecimento aos media e ao público em geral de informações sobre a administração da justiça naquele país.

A implementação desta estratégia comunicacional, coadjuvada de uma constante actualização, quer ao nível do plano estratégico, quer ao nível das novas tecnologias, originou e tem mantido o actual sistema que vigora na Holanda e que pauta em grande medida a dinâmica que se estabelece entre os media e os tribunais.

No topo desta organização para a comunicação com o cidadão e com os media encontra-se o Conselho da Magistratura, na directa dependência do Ministério da Justiça e acima deste do Parlamento Holandês:



Figura 20 - Representação gráfica abreviada do esquema gizado (Rechtspraak, 2010: 7)

Então como se desenvolve a dinâmica estabelecida entre os media e os tribunais holandeses?

A estratégia comunicacional dos Tribunais holandeses, inicia-se com a criação do Conselho de Magistratura e desenvolve-se, numa óptica de recursos humanos, a partir dos porta-vozes, dos *press judges* e dos assessores de imprensa.

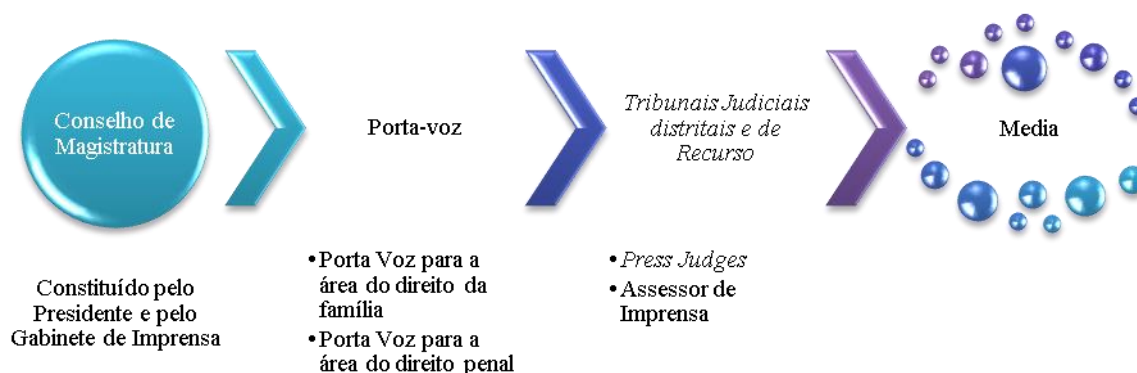


Figura 21 - Representação gráfica abreviada do esquema gizado (Rechtspraak, 2005: 7)

Quem é quem e com quais as respectivas competências?

O Conselho de Magistratura é responsável pela gestão orçamental e pelas questões qualitativas do modelo judiciário holandês, nomeadamente a definição dos quadros relacionais dos tribunais com os media.

O Presidente do Conselho de Magistratura actua como porta-voz nas situações em que esteja em causa o universo judiciário (tribunais) como um todo, reservando-se a sua actuação nesta qualidade apenas para estes casos em específico.

Ao Gabinete de Imprensa do Conselho de Magistratura cabe o papel de coordenação, na procura e recrutamento especializado de porta-vozes no universo judiciário.

Os membros do comité nacional de juízes de sector (ou área de direito) actuam como porta-vozes nacionais, comunicando com a imprensa e com o cidadão em geral, em nome de todo o sistema judiciário e dos respectivos colegas relativamente às temáticas da área de direito de especialidade – Direito Penal e Direito da Família.

Ao nível dos tribunais, cabe ao *press judge*, actuar como porta-voz do respectivo tribunal, após um contacto inicial feito pelo assessor de imprensa, a quem cabe para além desta tarefa, a comunicação interna e o fornecimento de informação ao público em geral.

Como se articulam estas competências?

Como se estrutura e desenvolve actualmente este plano comunicacional?

Este plano comunicacional desenvolve-se através de quatro linhas de força essenciais:

1. Comunicação através dos *press judges*
2. Publicação dos julgamentos e outros elementos informativos;
3. Criação de e cumprimento das *Press Guidelines*;
4. Criação de instalações próprias para os media;
5. Acordo entre as partes para a captura de som e imagem.

#### 1. Comunicação através dos *press judges*

Cada tribunal dispõe de um porta-voz, que é um juiz, a quem compete, sempre que devidamente autorizado explicar os julgamentos ou o julgamento em curso, bem como as decisões do tribunal, aos media e ao público em geral. À semelhança do que sucede no nosso ordenamento jurídico, os juízes não podem se pronunciar sobre um caso em concreto, podendo apenas explanar raciocínios abstractos.

No contexto dos julgamentos, em especial aqueles cuja matéria é particularmente densa e complexa, são organizadas conferências de imprensa/sessões de esclarecimento vocacionadas directa e essencialmente para as questões colocadas pelos jornalistas, onde o *press judge* assume o papel de porta-voz.

A pedido dos media, os tribunais também concedem entrevistas. Novamente actuando como porta-voz do tribunal, o *press judge* não se pronuncia sobre os casos concretos, tentando ao invés, explanar o raciocínio abstractamente considerável e enquadrável no caso concreto sem recurso a referências ao caso concreto.

#### 2. Publicação dos julgamentos e outros elementos informativos

A partir do ano de 1999, a maior parte das decisões dos tribunais começaram a ser publicadas nas respectivas institucionais dos tribunais e a partir do ano de 2005 começaram a publicadas acompanhadas de uma breve indicação do respectivo conteúdo.

Nas situações em que os julgamentos envolvem temáticas judiciais particularmente complexas são elaborados os boletins de imprensa, especialmente vocacionados para o uso dos media.

À semelhança de um *press-kit*, estes boletins de imprensa, elaborados pelo assessor de imprensa ou pelo *press judge*, são compostos por uma síntese da temática e uma explicação do julgamento numa linguagem acessível e clara no sentido de ser compreensível e apreensível por todos, jornalistas inclusive.

Para além das decisões e dos acórdãos, os tribunais publicam ainda, na respectiva página institucional, outro tipo de informações, nomeadamente os métodos de trabalho, os relatórios anuais, as regras internas do tribunal e ainda algumas informações sobre os juízes, nomeadamente, as suas actividades extrajudiciais e os discursos proferidos pelos mesmos.

### 3. Criação de e cumprimento das *Press Guidelines*

Até ao ano de 2000, cada tribunal tinha um conjunto de regras próprio que pautava o relacionamento com os media, o que potenciava a confusão, entre os jornalistas, de qual o protocolo aplicável no relacionamento com cada tribunal em concreto.

Na constatação desta realidade e face ao paulatino estreitamento da interacção entre os media e os tribunais, os *press judges* elaboraram um conjunto de regras aplicável à captura de som e imagem dentro do tribunal e em concreto dentro da sala de audiência, em contexto de julgamento. Adicionalmente em 2003 foram elaboradas outras directrizes.

Incorporadas num único documento, este conjunto de directrizes, denominado de *Press Guidelines*, encontra-se publicado nas páginas institucionais dos tribunais.

O *Press Guidelines* é um conjunto de directrizes para os media, no sentido de orientar os jornalistas de como funcionam ou como devem funcionar as relações entre os tribunais e os media, bem como quais os canais a privilegiar em termos de comunicação com o tribunal, mas é de igual modo um documento onde o campo judicial procura, relativamente a cada norma ou directriz, explicar, ainda que de forma breve o seu fundamento, assegurando a transparência dessas normas, o seu cumprimento e a sua interiorização.

#### 4. Criação de instalações próprias para os media

Cada tribunal holandês dispõe de uma sala de imprensa, equipada com mobiliário apropriado, telefone e ligação à internet, onde os jornalistas nos intervalos dos julgamentos podem trabalhar. Em casos particularmente mediáticos e caso o tribunal onde decorre esse julgamento entenda por necessário é por vezes disponibilizada uma segunda sala de imprensa, onde, através de um sistema de vídeo, é possível aos jornalistas acompanharem a audiência.

#### 5. Acordo entre as partes para a captura de som e imagem

Nos casos muito mediáticos, surge por vezes a impossibilidade de acomodar todos os jornalistas para que possam condignamente recolher imagem e som. Nestes casos os media, em acordo com o tribunal, definem uma ou duas equipas de recolha de imagem e som que posteriormente partilham o material recolhido com os demais jornalistas.

Para além destas medidas o campo judicial holandês adoptou ainda outras medidas adicionais, através das quais procurou desenvolver uma maior abertura do tribunal relativamente aos media. Mais recentemente é de destacar o uso de diversas ferramentas proporcionadas pelas novas tecnologias. Referimo-nos nomeadamente ao Twitter e ao Youtube. Sensivelmente desde Novembro de 2010, os tribunais disponibilizam através do Twitter (twitta) os elementos mais essenciais dos julgamentos considerados importantes. Adicionalmente, recorrem ainda ao Youtube, para de forma dinâmica e globalmente acessível possam explicar alguns processos complexos ou conceder explicações adicionais que não são possíveis através do Twitter.

No que se refere ao relacionamento entre o campo justiça e os media cumpre, ainda que de forma breve, referir um aspecto essencial no que concerne ao segredo de justiça.

À semelhança do ordenamento português, também no ordenamento holandês, existe o segredo de justiça. Referindo-se aos processos que se encontram em segredo de justiça e que por isso carecem de uma protecção acrescida relativamente a olhares indiscretos, explica Boaventura Sousa Santos que o sistema judicial holandês “definiu regras especiais de segurança para os processos polémicos, que vão desde a colocação de vidros especiais nas janelas das salas até ao fechamento dos processos em cofres-

fortes, à restrição do acesso de magistrados e funcionários a determinadas zonas, e à definição de regras rígidas para a rotina dos que têm acesso ao processo” (Santos, 2003).

Reconhecemos que o exemplo não se apresenta como devidamente fundamentado e explanado, mas ainda assim não deixa de ser interessante constatar que embora haja uma grande abertura dos tribunais holandeses relativamente aos media, os primeiros não descuraram o seu dever de protecção do segredo de justiça. Acresce ainda e como o próprio trecho indica, o segredo de justiça é protegido relativamente a todos e não apenas relativamente aos jornalistas. Um sistema evoluído é aquele que sabe respeitar a excepção tanto quanto respeita a regra e o grau de evolução dos cidadãos de um determinado país pode ser precisamente aferido pela capacidade de respeito da excepção quando esta é de facto necessária.

Referimo-nos claramente ao segredo de justiça, que no actual ordenamento jurídico configura a excepção: temos em crer que a justiça portuguesa beneficiaria em muito quer a si própria, por fomentar a clareza, a transparência e a confiança no ordenamento jurídico, quer o cidadão, ao informá-lo, ao esclarece-lo, bem como a demonstrar-lhe que as regras e as excepções (o segredo de justiça) são respeitadas por todos (jornalistas, advogados, juízes, procurados e funcionários forenses) ao adoptar um sistema similar ao holandês, no qual foi criado um justo equilíbrio entre a necessidade do segredo de justiça e a necessidade de comunicação tão presente na sociedade democrática contemporânea.

Os modelos ora apontados, ainda que não tão aprofundados quanto o desejável, podem perfeitamente servir como mote de inspiração para uma renovação na forma como se abordam mutuamente os media e o campo judicial. Reconhecemos que ambos os exemplos não estão isentos de críticas, mas ainda assim temos em crer que por muitas críticas que se possam erigir é preferível mais comunicação e de qualidade, do que a ausência total da mesma, ainda que essa comunicação ou relacionamento não seja isento de críticas, nem tão-pouco os mais perfeitos.

## **Capítulo Xi - Proposta para a construção de um entendimento mútuo – para a formação de uma melhor opinião pública e um exercício de cidadania informado e consciente**

O actual regime legal parece, à partida, não oferecer grandes soluções de cariz prático, para que a liberdade de imprensa e segredo de justiça possam “conviver” harmoniosamente, conforme se retira da análise dos relatórios da reforma, das duras críticas que ecoam vindas quer do campo da justiça, quer do campo dos media, bem como da institucionalização da violação do segredo de justiça, conforme apontado por Sandra Oliveira Silva (2010:4)<sup>157</sup>.

A constante violação do segredo de justiça resulta em larga medida da falta de comunicação, respeito e cooperação entre os campos da justiça (MP, juízes e OPC) e dos media, do desrespeito pelo próprio regime legal do segredo de justiça, da ausência de informatização processual, da diferente noção de tempo e ainda da diferença de objectivos entre ambos os campos, por um lado a administração da justiça, por outro a informação.

Do mesmo modo, o actual funcionamento institucional, pautado ainda por uma incompreensão mútua, contribui para a ausência de informação veiculada por parte de um *dominus* processual, a par do MP, igualmente importante – o juiz.

Em Portugal a recíproca surge e mudez, entre os media e a justiça é notória e tem conduzido a um extremar de posições.

Assim, o presente capítulo procura avançar um conjunto de sugestões que poderão auxiliar na boa resolução das problemáticas equacionadas em torno do segredo de justiça e da comunicação judicial, e cujas soluções passam em grande medida pela comunicação efectiva e cordial entre ambos os campos, pelo respeito efectivo do segredo de justiça, pela alteração do sentimento generalizado de impunidade face à tutela penal do segredo de justiça, bem como pela informatização processual.

As sugestões apresentadas, para a criação de uma dinâmica cordata e eficaz entre os media e a justiça (Juiz, MP e OPC), desenham-se ao longo de sete frentes essenciais:

---

<sup>157</sup> Neste sentido cfr. a veemência da defesa na desnecessidade do segredo de justiça pela Dr.ª Isabel, e em oposição a esse entendimento a defesa dessa necessidade pelo Dr. Edgar Lopes (cfr. entrevistas disponíveis no Anexo I).

- 1- Simplificação linguística;
- 2- Criação de Gabinetes de imprensa;
- 3- Formação específica;
- 4- Material informativo e de cariz pedagógico;
- 5- Aposta nas novas tecnologias;
- 6- Fornecimento de informação de forma permanente;
- 7- Informatização processual;
- 8- Criação de um manual de boas práticas e orientações para um entendimento mútuo.

A proposta que se apresenta nasce da inspiração extraída dos modelos australiano e holandês, colhendo também a devida aprendizagem na auscultação que foi feita através das entrevistas e dos questionários.

#### 1- Simplificação e rigor linguístico

A primeira sugestão apresentada surge na constatação, por um lado, de se tornar premente uma simplificação linguística, sem perda de rigor e objectividade, por parte da justiça (juiz, MP e OPC) e por outro lado, da necessidade de um maior rigor linguístico, com respeito pelo léxico jurídico em toda a sua amplitude e dimensões, por parte dos jornalistas.

Nas questões relacionadas com a justiça, esta necessidade torna-se mais gritante, quando se assiste a noticiários ou quando se lê alguma notícia onde é notória a confusão com determinados conceitos ou até com as consequências que advém de determinados institutos jurídicos.

O jornalista não deve nem tem de ter formação académica em Direito, mas deve ter rigor e conhecimento das noções básicas para se poder expressar correcta e devidamente sobre o tema que está a abordar, sob pena de eventualmente deturpar, ainda que inadvertidamente, a informação de que dispõe.



Não defendemos um rigor tecnicista ao ponto de o jornalista ser obrigado a ter de fazer uma “dissertação” sobre um determinado conceito ou instituto que esteja a noticiar, defendemos sim a necessidade de, por um lado, haver uma adaptação da linguagem técnico-jurídica e, por outro lado, o cuidado por parte do jornalista em descodificar para o público a informação jurídica sem lhe deturpar o sentido (ainda que inadvertidamente).

Se é exigível o mínimo de rigor linguístico, tem de ser de igual modo exigível e exigido uma simplificação linguística sem perda do rigor<sup>158</sup>.

Quem melhor que o próprio operador para explicar o significado do seu léxico? Afinal não é o médico-cirurgião a pessoa mais capaz para explicar de forma simples e sempre com muito rigor se a dita cirurgia correu bem?

Na justiça é aplicável o mesmo princípio: há alguém mais apto a falar ou a escrever acerca da justiça que não os seus “operadores”?

Assim, se por um lado tem de haver um esforço de maior rigor, por outro lado tem de haver um esforço de simplificar, esclarecer e elucidar o léxico jurídico, procurando, por via dessa simplificação jurídica tendente à cognoscibilidade, pelo cidadão médio, do léxico e dos mecanismos jurídicos existentes, conferir maior transparência à justiça.

## 2- Criação de Gabinetes de imprensa

Outra sugestão apresentada é a criação de gabinetes de imprensa junto dos respectivos organismos – tribunais e principais esquadras, que trabalhassem em conjunto e em articulação com os media, com os juízes, o MP e os OPC.

Numa primeira linha, invocamos a criação de gabinetes de imprensa junto do MP e dos OPC. A este propósito recordamos o exemplo australiano, anteriormente referido, que dispõe de uma unidade própria consignada a esta tarefa - a *Police Media Unit* – onde cooperação entre media e os órgãos de polícia tem auxiliado na descoberta da verdade ou na produção de informação de mais qualidade para o cidadão.

---

<sup>158</sup> A este propósito invocamos a ideia da necessidade da descodificação do registo linguístico do campo judicial tão presente na entrevista concedida pela Dr.ª Isabel Horta, mas também presente na entrevista do Dr. Edgar Lopes, pese embora reformulada com a ressalva da necessidade da manutenção do rigor.

Apesar de se reconhecer os esforços empreendidos pela Polícia Judiciária<sup>159</sup> e pela Polícia de Segurança Pública, no sentido de demonstrar e alcançar uma maior abertura, seja através de comunicados publicados nas respectivas páginas na internet ou através de conferências de imprensa, tendemos a considerar que deveriam ser criados gabinetes de imprensa especializados cuja competência única e exclusiva seria exactamente estabelecer a comunicação entre os media e o MP e os OPC (Freitas, 2003).

No âmbito do MP e dos OPC, os gabinetes de imprensa junto do tribunal, deveriam ser constituídos obrigatoriamente por um magistrado do MP, um profissional da área policial e um profissional com formação na área do Direito e da Comunicação, já no que se refere aos gabinetes de imprensa junto das esquadras e das polícias, bastariam apenas os últimos profissionais anteriormente enunciados para assegurar o seu funcionamento.

Ainda no âmbito dos gabinetes de imprensa, salientamos a necessidade de serem empreendidos esforços no sentido de se criar “Gabinetes de Imprensa junto dos Tribunais, a fim de garantir uma informação isenta, objectiva e responsável de modo a garantir uma salutar formação da opinião pública assente no princípio da liberdade de informação, isenta de influências ou manipulações” (*ibidem*).

Os referidos gabinetes de imprensa, junto dos tribunais, deveriam ser obrigatoriamente compostos por um magistrado, um profissional com formação na área do Direito e um profissional com formação na área da Comunicação, que exerceriam funções por um período máximo de dois ou três anos, data em que transitariam para um outro Gabinete de imprensa.

No que se refere aos elementos compósitos do gabinete, destacamos a imperiosa necessidade de um profissional na área da Comunicação. Este profissional teria como funções averiguar a inteligibilidade ou compreensão do ponto de vista do cidadão comum sobre determinado tema ou informação e quais as melhores formas para a respectiva transmissão ou divulgação. Não olvidando que a linguagem judicial, como já se referiu anteriormente, é uma linguagem muito formal e muito própria do Direito, não sendo por isso facilmente compreensível para o cidadão comum, havendo uma clara

---

<sup>159</sup> Salientamos o trabalho e o esforço empreendido pela Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas da PJ, cujas funções incluem a promoção e coordenação do relacionamento desta instituição com os media, bem como a promoção e dinamização da representação da PJ.

necessidade de tornar o discurso judicial mais acessível a todos os cidadãos de modo a evitar equívocos quanto ao conteúdo ou mensagem que quer ser transmitida.

A criação de gabinetes de imprensa junto dos tribunais seria ainda uma demonstração e promoção da transparência, da independência e da imparcialidade por parte dos tribunais, fomentando assim a confiança do cidadão no sistema judicial, que ao se tornar transparente deixaria de se tornar alvo da crítica fácil baseada na ignorância e no desconhecimento.

### 3- Formação específica

A noção de formação ora equacionada reporta-se tanto aos actores do campo judicial, como aos actores do campo dos media e abrange dois grupos de formação um mais genérico e um outro mais específico<sup>160</sup>.

No domínio da formação genérica, temos em crer que é essencial a criação de cursos ou formações profissionais que permitam, por um lado aos operadores judiciários e por outro lado quer aos jornalistas, a compreensão mútua das funções exercidas por cada um dos campos, fomentando por essa via o respeito e a compreensão mútuos.

Temos em crer que “a relação entre justiça e comunicação social exija, neste domínio, uma correcta e recíproca percepção dos papéis que cada um dos sistemas deve protagonizar” (Rodrigues, 1999:40), podendo a formação enunciada contribuir positivamente para essa percepção.

No que se refere à proposta de uma formação mais específica, tendemos a considerar importante a criação e implementação de cursos de especialização obrigatórios, de modo a que cada profissional pudesse pautar o respectivo exercício profissional coadjuvado de todo o conhecimento técnico pertinente para a respectiva área.

Neste contexto, equacionamos então uma formação específica para os operadores judiciários, de modo a que pudessem compreender a necessidade da abertura

---

<sup>160</sup> No que concerne à questão da necessidade da formação, as respostas dos entrevistados, foram unânimes no sentido de considerar que há de facto essa necessidade e que seria positiva a formação, seja para a descodificação linguística, quer para a ministração de técnicas para lidar com o bom e o mau jornalismo (cfr. as entrevistas disponíveis no Anexo I).

do mundo judicial ao cidadão comum e assim fomentar a transparência e a comunicação numa era em que a globalização e a comunicação ganham cada vez mais ênfase. Tais cursos ou seminários obrigatórios seriam ainda importantes na medida em que elucidariam os operadores judiciários relativamente à melhor forma de lidar com os jornalistas e com as respectivas estratégias de obtenção da informação por parte destes últimos, preparando-os desta forma para lidarem com os media.

Deveria ainda existir formação específica para os operadores judiciários, funcionários judiciais e polícias no sentido de fomentar a cultura cívica e o profissionalismo para o respeito pelo segredo de justiça.

Ainda no contexto da formação específica, mas no pólo oposto, seria também benéfica a aplicação ou ministração desses seminários ou cursos de formação aos jornalistas, para que pudessem entender melhor o sistema judicial e a forma de funcionamento do mesmo, fomentando-se, desta forma, a compreensão mútua e o verdadeiro esclarecimento do cidadão sem deturpações, ainda que involuntárias, de determinados institutos jurídicos ou da sua aplicação.

Deveria também, e à semelhança do sugerido para os operadores judiciários, existir formação específica para os jornalistas no sentido de fomentar a cultura cívica e o respeito pelo segredo de justiça em toda a sua plenitude.

Ainda no contexto desta formação específica, vocacionada para os jornalistas, deveria ser equacionada formação no âmbito do léxico jurídico, para uma melhor compreensão e descodificação desse mesmo léxico, com respeito pela sua significância e implicações processuais.

#### 4- Material informativo e de cariz pedagógico

Face ao quadro traçado nos capítulos anteriores, seria de igual modo essencial e positiva a criação de material informativo e de cariz pedagógico, nomeadamente, brochuras explicativas, *press kit*, folhetos informativos e publicações periódicas com o intuito de forma simples e prática, com uma descodificação linguística adequada divulgar a actividade da justiça, de forma particular (por organismo) ou de forma genérica (considerando a justiça como um todo) as alterações legislativas impactantes

no funcionamento da justiça e nas démarches processuais, o estado dos processos ou das investigações, a caracterização do sector da justiça no que se refere à caracterização dos recursos humanos e materiais e ainda as actividades desenvolvidas por este sector.

O registo linguístico deste material informativo deveria ser simples e prático, com respeito pelo léxico jurídico, mas devidamente descodificado de forma a permitir a apreensão dos conteúdos pelo cidadão e pelos jornalistas.

## 5- O investimento nas novas tecnologias

Cada vez mais é notório o investimento no recurso e na utilização das novas tecnologias por parte do sector justiça, sendo um bom exemplo desse investimento a página institucional da Procuradoria-Geral da República, da PSP e da GNR de ainda por exemplo, os perfis existentes no âmbito das redes sociais, como o Facebook, de Comandos Territoriais da GNR<sup>161</sup>.



Figura 22 – Detalhe de pesquisa na rede social Facebook

<sup>161</sup> A este propósito invocamos a referência feita pelo Dr. Edgar Lopes que em resposta a uma das questões elaboradas reportou que os “(...) OPCs (como a PJ, a PSP e a GNR) têm tido uma forma bastante eficaz de comunicar. Certeira e a merecer atenção”.

Não obstante o esforço empreendido e o investimento realizado, que pode e deve ser reconhecido e incentivado, porquanto se apresenta como uma mais-valia, temos em crer que ainda assim há um longo caminho a percorrer de modo a conseguir alcançar, por parte de todos os actores e sectores do campo da justiça, uma utilização e presença em todas as redes sociais – Facebook, Twitter, Instagram - e em todas as frentes comunicativas que potenciam a transparência e a comunicação com o cidadão e a comunidade que servem.

Novamente a este propósito colhemos ensinamentos dos exemplos australiano e holandês, onde em ambos os casos, a presença nos *social media* é permanente, notória e transversal, nomeadamente com recurso ao Facebook, Twitter, Instagram e inclusive ao Youtube (para divulgação de vídeos explicativos e/ou sessões de julgamento).



Figura 23- Frame extraído de um vídeo divulgado – Sistema judicial Holandês

## 6- Fornecimento de informação de forma permanente

Outro elemento essencial para a construção de um entendimento mútuo poderá ser o investimento no fornecimento de informação de uma forma permanente, 24 horas por sete dias de semana, à semelhança do que é feito por exemplo no ordenamento jurídico australiano, através das redes sociais e das páginas institucionais, mas também

através de uma ou diversas linhas telefónicas criada para o efeito, podendo-se assim garantir a qualidade da informação fornecida, a uniformização e consequentemente um a maior transparência.

#### 7- Informatização processual

Outra medida essencial neste processo de construção de um entendimento mútuo é a informatização e desmaterialização dos processos. Estando o processo informatizado, ficaria facilitado, por um lado o fornecimento da informação e por outro lado o controlo e a efectividade do respeito pelo segredo de justiça.

Com a informatização dos processos seria possível registar o acesso ou os acessos a esses mesmos processos, podendo-se através de uma consulta ao historial de consulta desses mesmos processos para aferir quem, como e em que circunstâncias ou com que fundamentos o mesmo tinha sido consultado, conferindo assim uma maior efectividade à tutela do segredo de justiça.

A informatização dos processos penais, acompanhados da criação de um sistema de identificação dos utilizadores e de palavras passe em muito contribuiriam para um efectivo controlo dos acessos aos processos que estão sob o desígnio do segredo de justiça.

#### 8- Criação de um manual de boas práticas

A criação de um manual de boas práticas, transversal e multidisciplinar, aplicável aos media e aos diversos actores do campo da justiça, apresenta-se também como um elemento essencial e estruturante para a criação do entendimento mútuo ora preconizado. Como matérias essenciais a incluir nesse manual surgem desde logo, o compromisso ético muito referenciado nos relatórios da reforma penal e ainda o compromisso da distinção, por parte dos jornalistas nas respectivas notícias, entre facto e opinião. Conforme referido pelos relatórios da reforma penal, um compromisso ético entre os media e o campo da justiça afigura-se como algo muito importante para garantir o respeito pelo segredo de justiça, mas também pela liberdade de imprensa.

Esse compromisso ético passaria, desde logo por assegurar uma verdadeira abertura do campo da justiça aos media, dentro do respeito pelos limites impostos pela lei, reforçando ou criando laços e plataformas de comunicação. Por outro lado, este compromisso ético poderia também funcionar como um tratado elementar entre cavalheiros para a adopção de uma melhor postura dos media face aos operadores judiciais, seja em sede de inquérito ou de julgamento.

Também deste manual de boas práticas poderia e deveriam constar directrizes ou sugestões relativamente à elaboração de artigos ou notícias, nomeadamente no cuidado em distinguir os factos das opiniões de uma forma muito clara, conforme enunciado nalguma jurisprudência do TEDH e à qual fizemos anteriormente referência.

Note-se ainda que o próprio Estatuto do Jornalista, na alínea a), do n.º 1, do artigo 14.º refere claramente a necessidade desta distinção ao referir que o jornalista deve demarcar “claramente os factos da opinião”. Esta distinção é importante a dois níveis. Por um lado, permite ao público e à opinião pública a fácil distinção entre facto e opinião, que devidamente informado do que é facto ou opinião, pode formar a sua própria opinião sem eventualmente ser induzido em erro ao considerar erroneamente uma opinião como um facto. Por outro lado, a distinção entre facto e opinião, poderia e deveria ainda ser vista como um modo de salvaguarda do próprio, pelo próprio, jornalista.

Como se referiu anteriormente, a opinião não carece de prova e por isso mesmo relativamente a estas (opiniões) não carece de ser nomeada qualquer fonte e ainda que haja fonte (por exemplo formar uma opinião com base em factos que foram relatados) temos em crer que tal nomeação é totalmente desnecessária. Uma opinião é o que é, subjectiva, um juízo pessoal, um modo pessoal de ver uma determinada questão, valendo por isso mesmo o que vale. Note-se que com isto não se quer significar que é possível emitir qualquer juízo de valor ou opinião sem ter em conta as eventuais consequências que daí possam advir.



## CONCLUSÕES

A dinâmica que se estabelece entre os media e a justiça no decurso do processo penal é complexa e pautada por uma surdez e mudez crónicas, provenientes de ambos os campos sociais em causa.

Por um lado, o campo da justiça fecha-se em si próprio, embora seja de louvar os esforços empreendidos e anteriormente referidos por parte de alguns intervenientes. Esse esforço contabilizado no cômputo geral, ainda não é o suficiente para que se possa afirmar, de forma assertiva, a abertura do campo da justiça ao universo dos media e, consequentemente, ao cidadão.

Por outro lado, a busca da notícia por parte dos jornalistas também torna o campo dos media surdo face aos alertas do sistema judicial relativamente às violações de bens constitucionalmente protegidos, entre os quais se incluem o segredo de justiça, a independência e a imparcialidade judicial.

O paradigma do regime legal do segredo de justiça mudou por completo com a reforma de 2007. Onde predominava o segredo de justiça, predomina agora o princípio da publicidade. Em quase todos os processos a fase de inquérito é agora pública e consequentemente a investigação criminal é feita “aos olhos do mundo”.

Não se defende que a fase de inquérito e consequentemente a investigação criminal, deva estar sob o desígnio do segredo de justiça em todos os casos, mas reconhece-se e defende-se a utilidade do segredo de justiça nas situações de protecção da investigação, protecção da reputação, bom nome e honra dos envolvidos, bem como na protecção da presunção da inocência do arguido.

Por outro lado, valoriza-se, defende-se e reconhece-se a função social dos media, da liberdade de imprensa e da liberdade de expressão, como pilares de uma sociedade verdadeiramente democrática, conforme reafirmado por inúmeras vezes na jurisprudência do TEDH.

Não olvidando nesta dinâmica triangular o papel fundamental do cidadão enquanto elemento dinamizador, estruturante, enformador e legitimador, impõem-se então as respostas a algumas das questões enunciadas no princípio desta reflexão.

Nesta dinâmica triangular, opõem-se três tipos de legitimidades, diferentes entre si, mas cujo papel essencial e o reconhecimento dessa essencialidade lhe confere uma legitimidade acrescida. Reportamo-nos à legitimidade dos media, da justiça e do cidadão, enquanto elementos originários desta dinâmica.

Ao poder judicial é reconhecida a legitimidade originária do poder judicial que se encontra sediada na Constituição da República Portuguesa, a legitimidade democrática do poder judicial por força da própria CRP e ainda a legitimidade do exercício do poder judicial por força da legitimidade por competência ou por procedimento.

A par da legitimidade do poder judicial também se equaciona a legitimidade dos media, que se encontram legitimados para o exercício da liberdade de imprensa, através da legitimidade histórica; legitimidade constitucional; legitimidade em virtude do contrato social e da função social desempenhada e legitimidade por via do processo.

Posicionando-se, face à justiça e aos media, a opinião pública, no respectivo espaço público assume, atendendo à sua actual configuração e consagração, uma dimensão ético-moral resultante do papel e intervenção política que têm através da exigência de uma racionalidade lógica colectiva e comumente aceite junto do Estado, enquanto ente colectivo. (*ibidem*: 198).

Então, se por um lado se encontra a legitimidade dos media, para informar, por outro a legitimidade do campo judicial para administrar a justiça e ainda por um terceiro lado a legitimidade do cidadão em procurar informação e em ser informado, como se posicionam entre si estas legitimidades e as funções de cada campo?

Em sede de inquérito, qual o posicionamento legal e social do segredo de justiça na sociedade de informação portuguesa dos nossos dias, onde o mediatismo da justiça é cada vez maior? Que tipo de dinâmica se estabelece entre os media e o MP? E entre os media e os OPC?

Quer a liberdade de imprensa, quer o segredo de justiça são bens constitucionalmente protegidos, tendo por isso uma dignidade acrescida face a determinados bens que não tem a mesma protecção constitucional. Em virtude dessa dignidade constitucional de ambos os bens jurídicos em causa, a sua harmonização não se apresenta como fácil e não raras vezes obriga ao sacrifício parcial de um bem ou de outro.

O âmbito objectivo do segredo de justiça, com a reforma de 2007, ficou reduzido a um núcleo praticamente residual, acrescendo que agora apenas mediante requerimento do MP, do arguido, do assistente ou do ofendido, devidamente validado pelo JIC, podem os processos ficar em segredo de justiça.

Na decorrência desta mudança de regime do segredo de justiça seria expectável um maior recurso ao instituto do segredo de justiça. No entanto, os relatórios de monitorização da reforma penal indicam que a imposição do segredo de justiça apenas se verificou num número reduzidos de processos, sendo que a estrutura bicéfala em sede de decisão de o processo ficar ou não sob o desígnio do segredo de justiça, acabou por não ter um impacto substancial nessa mesma decisão tendo em conta que na maior parte desses processos o JIC validou a determinação do segredo de justiça.

A reforma operou uma alteração substancial no regime do segredo de justiça, reduzindo o seu âmbito objectivo. Não obstante tal facto, o número de processos sujeitos a segredo de justiça é reduzido e apenas dentro do estritamente necessário, sendo que a validação por parte do JIC na maior parte dos casos, indica precisamente que os motivos subjacentes aos pedidos formulados pelo MP resultam de facto da necessidade da protecção da investigação.

Tendo em consideração a redução do âmbito objectivo do segredo de justiça, bem como o reduzido número de processos a que o mesmo é aplicável, porque é que ainda se verificam violações ao segredo de justiça?

Porque a justiça é um valor-notícia de valor acrescentado, porque a justiça é um filão inesgotável e precioso de matéria-prima noticiosa de grande valor, em virtude de num único acontecimento criminoso se poderem encontrar um grande número de valores-notícia. Não obstante representarem um valioso conteúdo, as notícias que versem sobre estes processos em segredo de justiça, não deixam de ser uma violação do mesmo, já tão reduzido no seu âmbito objectivo.

Para além da redução no âmbito objectivo, a configuração do segredo de justiça apenas representa um adiamento temporário do exercício da liberdade de imprensa e não uma derrogação *ad eternum* dessa liberdade, ou a violação da mesma enquanto direito constitucionalmente protegido. Este adiamento temporário justifica-se plenamente nos casos em que não estejam envolvidas figuras públicas, em que há uma necessidade imperiosa de proteger a investigação criminal ou em que a divulgação da

notícia pode colocar em causa a reputação, bom nome e honra dos envolvidos (quando sejam cidadãos comuns), bem como a protecção da presunção da inocência do arguido. Acresce ainda que decorridos os prazos legalmente enunciados, o processo deixa de estar sob o segredo de justiça, havendo desta forma uma garantia acrescida de que é assegurada a liberdade de imprensa, ainda que derogada por algum tempo.

Por força dos argumentos expostos, temos em crer que o segredo de justiça deve ser efectivamente respeitado, tendo em conta precisamente a redução do seu âmbito objectivo, a sua aplicação a um número reduzido de processos, a motivação subjacente ao mesmo e os interesses que visa defender, bem como o facto de representar apenas um adiamento temporário da liberdade de imprensa. Por isso, os media devem, nos processos em segredo de justiça, respeitar esse mesmo segredo, salvo no caso em que a informação obtida resulte de investigação jornalística, conforme oportunamente explanado.

Desta forma, fica assegurado o segredo de justiça mas também a liberdade de imprensa. A função social dos meios de comunicação social é de grande importância, afinal é através da publicação de informação por parte destes que é feito o escrutínio público da justiça. No entanto não se deve olvidar que o segredo de justiça defende também interesses públicos nomeadamente quando se trata de proteger a investigação criminal, que tem como fito a boa administração da justiça e a sua realização plena.

Assim como os jornalistas devem fazer um esforço para respeitar o segredo de justiça, da mesma forma. Os operadores judiciais deveriam tomar medidas acrescidas de controlo de acesso aos processos, bem como de protecção desses mesmos processos para evitar a fuga de informação. Deveriam ainda todos os intervenientes na violação do segredo de justiça, sejam eles operadores judiciais, jornalistas ou quaisquer outras pessoas ser efectivamente sancionados, apesar de reconhecermos a dificuldade no que se refere à prova neste âmbito.

A dinâmica que se estabelece entre os media e o MP caracteriza-se essencialmente por uma ausência de comunicação, pese embora tenha vindo a melhorar paulatinamente com recurso às novas tecnologias e à realização de algumas conferências de imprensa. No entanto, ainda na maior parte das vezes, o MP opta por se refugiar no silêncio, não comunicando, nem aproveitando a hipótese de comunicação com o cidadão em geral, que poderia ser conseguida através de uma cooperação com os media.

Este silêncio do MP presta-se e gera equívocos quer na redacção das notícias, por parte dos media, quer no entendimento que pode ser eventualmente retirado do texto noticioso. E uma vez interiorizado esse equívoco, decorrente da performatividade do uso incorrecto do léxico jurídico ou do próprio entendimento erróneo por parte do cidadão, dificilmente esse erro poderá ser rectificado posteriormente perante a opinião pública.

Ainda que se argumente que o segredo de justiça impede o MP de comunicar, demonstrou-se que tal argumento não é totalmente verdadeiro em virtude da redacção do n.º 13 do artigo 86.º do CPP, cuja utilidade se revela precisamente nestas situações.

O MP deve e tem de comunicar dentro da medida do possível e legalmente permitido. O cidadão clama esclarecimento e explicações e tem direito às mesmas. Por sua vez, o comportamento dos jornalistas é o da busca sequiosa da notícia, ainda que incorrendo na eventual violação do segredo de justiça.

Neste âmbito, defendemos a adopção de uma postura de abertura e de diálogo por parte do MP, mas também defendemos a necessidade de respeito pelo segredo de justiça, porquanto o fundamento da sua existência é também, à semelhança da liberdade de imprensa, a defesa dos direitos fundamentais de um cidadão a título individual ou de todos os cidadãos enquanto comunidade.

Por sua vez a dinâmica que se estabelece entre media e os OPC, já apresenta alguma evolução que se pode constatar através dos esforços comunicacionais empreendidos nomeadamente pela PJ e pela PSP, mas que ainda assim representam apenas o início, ou um primeiro passo, para se atingir uma comunicação plena elevada ao máximo do potencial desejável e legalmente admissível.

Quer o segredo de justiça quer a liberdade de imprensa são bens constitucionalmente protegidos e a harmonização de ambos terá de necessariamente pela criação de uma cultura de civismo e respeito pelo segredo de justiça por parte dos jornalistas, pela abertura do sistema judicial aos media e pela criação de infra-estruturas e sistemas que assegurem essa mesma protecção e abertura.

A devassa do segredo de justiça não deve ser aceite e a liberdade de imprensa deve ainda que temporariamente, ficar derogada o tempo necessário para a conclusão da fase de inquérito, ainda assim o MP e os OPC devem mostrar alguma abertura e

prestar, caso seja possível, os esclarecimentos necessários com base nos termos e fundamentos admitidos pelo n.º 13 do artigo 86.º do CPP.

Não é apenas em sede de inquérito que os media procuram material noticioso, ou passível de ter valor noticia. Também a fase de julgamento é alvo da atenção dos media. No actual panorama português, o poder judicial e as suas decisões são faladas, discutidas e analisadas em praticamente todos os cantos do país, em virtude da crescente mediatização de alguns processos.

Esta situação teve aspectos positivos, nomeadamente a dessacralização do poder judicial, operada através dos meios de comunicação social contribuiu para a aproximação do cidadão comum ao poder judicial, ou seja, o juiz enquanto figura representativa do poder judicial já não é mais o “monstro sagrado” de outrora, sendo visto também como um cidadão, o poder judicial já não é mais um poder sem rosto ou uma figura sagrada que se queda no seu pedestal distante e ausente do pulsar da comunidade.

Esta aproximação, não obstante ainda existir um distanciamento muito grande e amplamente sentido pelo cidadão, conduziu também a uma maior compreensão do funcionamento da máquina judicial por parte do cidadão comum e quiçá originou no próprio poder judicial uma maior consciência da necessidade da abertura ao cidadão. Afinal a justiça é feita em nome do povo, porquanto o cidadão tem o direito a que lhe seja explicado como é administrada a justiça.

No reverso da medalha encontram-se os aspectos negativos desta mesma mediatização.

Os julgamentos em praça pública, feitos através dos media, em permanente dialéctica com a opinião pública (*trial by newspaper*), agudizaram o sentimento vingativo da comunidade, bem como a desconfiança no poder judicial por falta de compreensão do seu respectivo funcionamento.

Com os julgamentos em praça pública, os arguidos, supostamente inocentes até ao trânsito em julgado, passam instantaneamente a culpados (ou em raras vezes passam a inocentes) consoante o que é transmitido pela comunicação social não se preocupa em explicar que arguido não é sinónimo de culpado, nem muito menos de preso ou recluso. A conotação negativa atribuída à palavra arguido originou no cidadão a ideia de que todo ou quase todo o arguido é culpado e que por isso mesmo tem de ser condenado,

quando tal não corresponde à verdade dos factos nem tão pouco à génese da própria palavra ou instituto. Arguido não é mais do que aquele que está acusado e que até ao trânsito em julgado pode ser declarado como inocente seja porque motivos forem.

Esta conotação negativa da palavra arguido e a deturpação do seu conteúdo e génese é igualmente acompanhado da deturpação, ainda que involuntária, de algumas situações ocorridas a nível judicial ou de alguns institutos jurídico-penais, aquando da sua divulgação noticiosa.

Reportamo-nos novamente ao uso incorrecto do léxico jurídico e que resulta geralmente da explicação demasiadamente simplificada e pouco rigorosa de determinados institutos jurídicos ou do seu funcionamento, feita pelos media que tentam descodificar o léxico jurídico de modo a potenciar a cognoscibilidade da informação pelo cidadão. Este uso incorrecto do léxico, desacompanhado de quaisquer outras explicações, gera, em torno da actuação do meio judicial, juízos paralelos ou até condenações paralelas à judicial.

A emissão de juízos de valor sobre determinada sentença ou o desenvolvimento de determinado processo (excluimos deste grupo as críticas fundamentadas), quando não acompanhado da devida explicação, fundamentação ou enquadramento, é passível de colocar em causa a independência e a imparcialidade judicial ao minar a confiança do cidadão no sistema judicial.

A oposição entre os dois valores constitucionalmente protegidos emerge novamente: por um lado, liberdade de imprensa e por outro, independência e imparcialidade judicial.

A liberdade de imprensa não é um direito absoluto, como oportunamente explanamos, pelo que deve ceder perante outros valores fundamentais existentes num Estado de Direito, nomeadamente a independência e a imparcialidade judicial.

Reiteramos a afirmação de que o poder judicial é passível de crítica, mas de crítica fundamentada e não a crítica “típica de esplanada de café” porque simplesmente não se concorda.

Equacionar dois valores constitucionalmente protegidos está longe de ser tarefa fácil e apenas pode ser devidamente empreendida à luz do caso concreto. Ainda assim temos em crer e concluimos pela necessidade de haver um maior respeito por parte dos media aos demais institutos constitucionalmente protegidos e não apenas à liberdade de

imprensa tão amplamente invocada. Concluimos ainda pela necessidade de um maior cuidado, ou seja, de um maior rigor na fundamentação das críticas apontadas ao sistema judicial pelos media, sendo, por outro lado, necessárias maior abertura e disponibilidade por parte dos tribunais.

Outro aspecto a considerar é que a distinção entre facto e opinião seja sempre feita de forma clara, que seja apreensível por todos, ainda que sem uma especial atenção ou sem especiais conhecimentos da área.

A dinâmica que se estabelece entre os media e o poder judicial está longe de ser harmoniosa.

O poder judicial refugia-se na sua tarefa solitária de julgar, olvidando que o faz em nome do cidadão e olvidando-se também que poderia encontrar nos media ou na cooperação com os media um importante veículo de comunicação com o cidadão.

Envolto nesta névoa misteriosa, o poder judicial queda-se para lá da compreensão do cidadão, sem ter a preocupação de esclarecer em nome de quem administra um bem tão precioso: a justiça.

Por outro lado, os media optam por diversas vezes em ignorar os alertas do sistema ou da “máquina judicial”, aquando da extrapolação ou da violação de preceitos ou bens constitucionalmente protegidos, em busca da notícia ou da matéria-prima da mesma.

O direito à informação não pode, nem deve sacrificar sem mais, outros bens constitucionalmente protegidos, mas o poder judicial deve também fazer um esforço no sentido de demonstrar mais abertura aos media, não se refugiando tanto em si próprio, no sistema judicial e na hermeticidade própria da linguagem jurídica.

Deve ser empreendido um esforço por parte de dois intervenientes nesta dinâmica, poder judicial e media, mas acima de tudo devem ser respeitados a liberdade de imprensa e os seus limites, bem como a independência e a imparcialidade judicial, cuja consagração constitucional lhes atribui uma dimensão e valor que não podem nem devem ser desrespeitados.

A adopção de um modelo como o usado na Holanda ou na Austrália, ou até a adopção paulatina de algumas medidas avulsas, mas constantes e gizadas em torno de um plano comunicacional estruturado, acompanhado pelo fomento de uma cultura



cívica de respeito pelos valores constitucionalmente consagrados e pelos direitos fundamentais, pode bem ser o início de uma nova era para os media e para o campo judicial em Portugal e, conseqüentemente, uma maior dignificação da função judicial adquirida por via de uma maior transparência e conhecimento, bem como uma maior dignificação da função dos media que em condições próprias e condignas poderão, garantidamente, exercer muito melhor as respectivas funções – em prol de um cidadão esclarecido e de uma opinião pública informada.

A dinâmica que se estabelece entre os media e a justiça tem de ser reformulada tendo em consideração a função social de ambos.

A justiça tem de mostrar mais abertura, diálogo e comunicação, e os media têm de acompanhar essa abertura demonstrando mais atenção aos valores constitucionais prosseguidos por ambos. É necessária uma maior abertura da justiça, ainda demasiado acorrentada aos dogmas que não lhe permitem uma comunicação efectiva com a comunidade que serve. Impõe-se a criação de infra-estruturas e sistemas de comunicação que permitam e assegurem uma efectiva comunicação, na realização e respeito dos direitos e bens constitucionalmente protegidos, como são as garantias da investigação criminal e do segredo de justiça a par da liberdade de imprensa.

Esta comunicação pode e deve ser formulada em cooperação com os media, transmissores e mediadores de informação por excelência, tendo em consideração a facilidade com que conseguem chegar ao cidadão e à opinião pública.

Todavia, também se impõe uma mudança de atitudes por parte dos media, sem atropelo à sua, que é “nossa”, liberdade de imprensa, mas no reconhecimento pleno dos demais direitos, liberdades e garantias constitucionais em presença.

Basta de uma justiça silenciosa, mas também basta de uns media que não respeitam os silêncios e os tempos da justiça. Abrindo-se, desta forma, as portas para um futuro em que o cidadão, através de uma aprendizagem e crescimento, a par e passo, com os media e com a justiça, poderá ter uma opinião mais informada e mais livre, sobre o funcionamento da justiça e das instituições penais do seu país.

O cidadão e a opinião pública clamam por uma informação verdadeiramente fidedigna, alicerçada numa liberdade de imprensa com limites, mas com respeito pela função essencial dos media e uma justiça clara, transparente e acessível, mas cujo rigor, a independência e a imparcialidade se mantenham intactas no exercício da função

jurisdicional – em prol e em defesa de uma opinião pública informada e de um cidadão devidamente esclarecido no exercício de um dos mais preciosos bens das democracias ocidentais: justiça e liberdade.

## BIBLIOGRAFIA

- ADDO, Michael K (1998), “Are Judges Beyond Criticism Under Article 10 of the European Convention on Human Rights?” In *International & Comparative Law Quarterly*. Vol. 47, p.425-438.
- AFONSO, Orlando Viegas Martins, (2001), “Poder judicial e opinião pública”. In VI CONGRESSO DOS JUÍZES PORTUGUESES, Aveiro, Novembro de 2001 – Justiça e Opinião Pública: “Tribunais e Comunicação social”, “Justiça e Serviço Público” e “Conteúdo e Fundamentação das Decisões Judiciais”. [Em linha]. Aveiro: Associação Sindical dos Juizes Portugueses, 2001. [Consult. 25-10-2015]. Disponível em <http://www.asjp.pt/wp-content/uploads/2010/03/Orlando-Afonso-Poder-judicial-e-opini%C3%A3o-p%C3%BAblica.pdf>
- AFONSO, Orlando Viegas Martins, (2004), *Poder Judicial – Independência in Dependência*. Coimbra: Livraria Almedina.
- AGUIAR, Odílio Alves (2011), “A dimensão constituinte do poder em Hannah Arendt”. In *Trans/Form/Ação, Marília*, Vol. 34, n.º 1, p. 115-130.
- ALEXANDRINO, José de Melo, (2009), “Problemas jusfundamentais emergentes da regulação da rádio e da televisão em Portugal”. In CONGRESSO LUSO-ITALIANO DE DIREITO CONSTITUCIONAL, LISBOA, Maio de 2009 - Comunicação Social e Direitos Fundamentais, As sentenças intermédias da Justiça Constitucional. Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Maio de 2009.
- ALLAN, Stuart (Ed.), (2005), *Journalism: Critical issues*. Open University Press
- ALTHUSIUS, Johannes, (1603), *Politica*. Editado e traduzido por Frederick S. Camey. Liberty Fund. Indianapolis (1995).
- ANJOS, Carlos, (2007), “Segredo de justiça” [Em linha]. In *Correio da Manhã*. Lisboa, 07 de Fevereiro de 2010. [Consult. 30-04-2015]. Disponível em <http://www.inverbis.net/opinioao/carlosanjos-segredo-justica.html>

- ARENDT, Hannah, (1958), *The Human Condition*. The University of Chicago Press. 2.<sup>a</sup> Ed. ISBN 0-226-02598-5 (1998).
- ASCENÇÃO, José de Oliveira (s.d), *Direito à informação e direito ao espectáculo*. [Em linha]. [Consult. 13-08-2015]. Disponível em [http://www.estig.ipbeja.pt/~ac\\_direito/OA88.pdf](http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/OA88.pdf)
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, (1985), *Estatuto dos Magistrados Judiciais, Lei n.º 21/85, de 30 de Julho*: D.R.: I Série, p. 2280-(2) – 2280- (23). Lisboa: Imprensa Nacional.
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, (1986), *Estatuto do Ministério Público, Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro*: D.R.: I Série, p. 3099 – 3124. Lisboa: Imprensa Nacional, 1986.
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, (1999), *Estatuto do Jornalista, Lei n.º 1/99, de 13 de Janeiro*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, (2008), – *Lei da Orgânica da Polícia Judiciária, Lei n.º 37/2008, de 06 de Agosto*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, (2008), *Lei da Orgânica da Polícia Judiciária, Lei n.º 37/2008, de 06 de Agosto*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, (2008), *Lei da Organização da Investigação Criminal, Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, (2008), *Lei da Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS JUÍZES PORTUGUESES, GABINETE DE ESTUDOS E OBSERVATÓRIO DOS TRIBUNAIS, (2011), *Linhas de reforma do processo penal - Relatório do grupo de trabalho*.
- AURÉLIO Diogo Pires (org.), *Representação Política Textos Clássicos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2009.

- AUSTIN, John Langshaw, (1955), *How to Do Things with Words: The William James Lectures delivered at Harvard University in 1955, 1962* (eds. J.O. Urmson and Marina Sbisa), Oxford: Clarendon Press. ISBN 0-674-41152-8
- AUSTIN, John Langshaw, (1962), "Performatif-Constatif," in *Cahiers de Royaumont, Philosophie No. IV, La Philosophie Analytique*, Les Editions de Minuit. Translated in 1963, "Performative-Constative" by G. J. Warnock, in C. E. Caton ed., *Philosophy and Ordinary Language*, University of Illinois Press
- AZEVEDO, Carlos A. Moreira; AZEVEDO, Ana Gonçalves, (2003), *Metodologia científica – Contributos práticos para a elaboração de trabalhos académicos*. 6.º Edição. Lisboa: UCE, ISBN 972-54-0069-0
- BARRETO, Irineu Cabral (2008), “As relações entre a Convenção, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e as Instâncias nacionais”. [Em linha] Lisboa, Supremo Tribunal de Justiça, 10 de Novembro de 2008. [Consult. 10-06-2014]. Disponível em [http://www.stj.pt/ficheiros/cerimonias/30anos\\_irineubarreto.pdf](http://www.stj.pt/ficheiros/cerimonias/30anos_irineubarreto.pdf)
- BAUMAN, Zygmunt, (2003), *Amor Líquido – Sobre a fragilidade dos Laços Humanos*, Tradução de Carlos Alberto Medeiros, Relógio D’Água Editores (2006).
- BEETHAM, David, (1990), *The legitimation of power*, Ed. Palgrave, 2.ª Edição, 2013, ISBN 9780230279728.
- BERNIER, Marc-François (2003). *L'ethique et la deontologie comme elements de la legitimité du journalisme*. X Colloque bilateral franco-roumain, CIFSIC Université de Bucarest, 28 juin. 3 juillet 2003, Oct 2003. [Em linha]. [Consult. 12-08-2015]. Disponível em [https://halshs.archives-ouvertes.fr/sic\\_00000643/document](https://halshs.archives-ouvertes.fr/sic_00000643/document)
- BERNIER, Marc-François. “Les conditions de légitimité du journalisme: esquisse d’un modèle théorique”, *Les Cahiers du Journalism*, n.º 2, Dezembro. p.176-192
- BOBBIO, Norberto (2000) *Teoria Geral da Política*, 8ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Campus, ISBN: 9788535206463.
- BORGES, Antonieta (2008), “Publicidade do processo penal e segredo de justiça: inquérito: aplicação do nº 6 do art 89º do código de processo penal”. In *Revista do Ministério Público*. Lisboa. A.29, nº114 (Abr. / Jun. 2008), p. 151-177.

- BORGES, Hermenegildo F., (1992), *Retórica, Direito e Democracia* ed. 48, 3500 vols. Lisboa: Boletim do Ministério da Justiça e Mirandela Artes Gráficas, S.A.
- BORGONOV, Frederico Poles, (s.d.), “Legitimidade e poder – do “Homo Sacer” à eficácia Horizontal dos Direitos Fundamentais no pós-positivismo”, [Em linha]. In *Revista âmbito jurídico* [Consult.07-08-2015]. Disponível em [http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=6709&revista\\_caderno=15](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6709&revista_caderno=15)
- BOTELHO, Marcos César., (s.d.), “Democracia e jurisdição: a legitimidade da jurisdição constitucional na democracia procedimental de Jurgen Habermas” [Em linha]. [Consult. 03-03-2015]. Disponível em <http://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/index.php/cadernovirtual/article/viewFile/38/15>
- BOURDIEU, Pierre, (1997), *Sobre a Televisão*, Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. ISBN 85-7110-411-5
- BRANDÃO, Nuno, (2007), “Medidas de Coacção: o procedimento de aplicação na Revisão do Código Penal”, In JORNADAS SOBRE A REVISÃO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, COIMBRA, LISBOA, Novembro de 2007. Lisboa, Centro de Estudos Judiciários, Novembro de 2007.
- BRANDÃO, Nuno, (2008), “A nova face da instrução”, In *Revista portuguesa de ciência criminal*. Lisboa. A 18, n. 2 e 3 (Abr./Set. 2008), p. 227-255.
- BRANTS, Chrisje; FRANKEN, Stijn, (2008), “The protection of fundamental human rights in criminal process”, In *UTrechth Law Review*, Volume 5, Issue 2 (October), [Em linha]. [Consult. 15-12-2015]. Disponível em <https://www.utrechtlawreview.org/articles/abstract/10.18352/ulr.102/>
- BRAVO, Jorge dos Reis, (2009), “Inquérito penal e publicidade: novas regras, menos segredos”, In *Revista do Ministério Público*. Lisboa. A.30, nº119 (Jul./Set. 2009), p. 05-50.
- BROERSMA, Marcel J. (2010). “*Journalism as Performative Discourse. The Importance of Form and Style in Journalism*”. In V. Rupar (Ed.), *Journalism and Meaning-making: Reading the Newspaper*. Cresskill, N.J.:Hampton Press.

- BUCHO, José Manuel Saporiti Machado da Cruz, (2010), *A Revisão de 2010 do Código de Processo Penal Português*. Guimarães, 8 de Novembro de 2010.
- CABRAL DE MONCADA, Luís, (s.d.), A intervenção do Prof. Dr. Luís Cabral de Moncada *in* Apresentação do Tratado de Argumentação Judiciária, de François Martineau. [Em linha]. [Consult. 02-08-2015]. Disponível em [http://www.oa.pt/cd/Conteudos/Artigos/detalhe\\_artigo.aspx?sidc=31765&idc=31890&idsc=21852&ida=50643](http://www.oa.pt/cd/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?sidc=31765&idc=31890&idsc=21852&ida=50643)
- CABRAL, Santos, (s.d.), “A prisão preventiva: análise do sistema”, In *Na Ordem do dia*, p. 12-15.
- CÁDIMA, Francisco Rui, (2010), “Jornalismo televisivo e crime violento, ou sobre um decisivo “não-dito”, [Em linha]. In Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós, Brasília, v.13, n.3, set./dez. 2010. [Consult. 08-05-2014]. Disponível em <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/500/464>
- CAMPBELL, Enid; WHITMORE, Harry, (1966), *Freedom in Australia*, Sydney University Press.
- CAMPONEZ, Carlos; PEIXINHO, Ana Teresa; SIMÕES, Rita Basílio (org.), (2013) *Justiça e Comunicação – O diálogo (im)possível*. Coimbra: Ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, ISBN 978-989-26-0543-1.
- CAMPOS, André Santos, (2010), “A União Europeia na filosofia da história”, In *Relações Internacionais* 2010, n. ° 26, p. 159-162. ISSN 1645-9199.
- CANOTILHO, J.J. Gomes – *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7.<sup>a</sup> Edição. Coimbra: Edições Almedina, 2003. ISBN 9789724021065. p. 663-665, 1277-1280
- CANOTILHO, J.J. Gomes; VITAL MOREIRA (2007) – *Anotação ao artigo 16º da Constituição*. In *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Coimbra, Coimbra Editora, 4<sup>a</sup> ed.
- CARMO, Pedro do (2010), “Investigação Criminal e Media”, Comunicação apresentada no Seminário Comunicação, Media e Justiça, no âmbito do Mestrado

em Comunicação, Media e Justiça, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 11 de Novembro de 2010. In *Revista do Ministério Público*, nº124 (Out./Dez. 2010), p. 115-124.

- CARVALHO, Américo A. Taipa, (2006), *Direito Penal - Parte Geral: Questões Fundamentais*. Reimpressão. Porto: Publicações Universidade Católica. ISBN 972 – 8069-54-5.
- CARVALHO, Paula Marques, (2008), *Manual Prático de Processo Penal*. 4.<sup>a</sup> Edição. Coimbra: Edições Almedina. ISBN 978-972-40-3558-1.
- CASTELLS, Manuel (2001), *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar (2003).
- CASTELLS, Manuel, (2008), “The New Public Sphere: Global Civil Society, Communication Networks and Global Governance”, In *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 616, 78- 93, DOI: 10.1177/0002716207311877. [Em linha]. [Consult. 09-04-2015]. Disponível em <http://annenberg.usc.edu/sites/default/files/2015/04/28/The%20New%20Public%20Sphere.pdf>
- CHARAUDEAU, Patrick, (2009), “Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional”, In: PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 309-326.
- COELHO, Sofia Pinto, (2005), *Jornalistas e Tribunais*. Lisboa: Quetzal Editores/Bertrand Editora, S.A., 2005, ISBN 972-564-626-6.
- COMMONWEALTH OF AUSTRALIA, (2009), *Australian Federal Police – The first thirty years*. Austrália. ISBN: 978-0-646-52588-4.
- CONSELHO DA EUROPA - *RESOLUTION 1003 (1993) ON THE ETHICS OF JOURNALISM* ( Recomendação 1003). Estrasburgo: Conselho da Europa.
- CONSELHO DA EUROPA, (1950), *Convenção Europeia dos Direitos do Homem*. Itália, Roma: Conselho da Europa.
- CORNU, Daniel (1994). *Journalisme et vérité*. Labor et Fides, Tradução de Armando Pereira da Silva, Instituto Piaget, ISBN 972-771-228-2.



- CORSTENS, (2010), “Media access to the judiciary in the Netherlands”, Discurso proferido na Cimeira Internacional dos Tribunais Superiores. In CIMEIRA INTERNACIONAL DOS TRIBUNAIS SUPERIORES, ISTAMBUL, Novembro de 2010.
- COUTINHO, Clara Pereira, (2011), *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e humanas: Teoria e prática*. 2.<sup>a</sup> Reimpressão. Coimbra: Editora Almedina. ISBN 978-972-40-4487-3.
- CRUZ, Antonino; ROSA, Vitoriano, (1974), *As mentiras de Marcello Caetano*. Lisboa: Agência Portuguesa de Revistas.
- CUNHA E CARDOSO, Tito; BORGES, Hermenegildo (org.) (2005), *Revista de Comunicação e Linguagens – Retórica*, n.º 36. [Em linha]. [Consult. 13-07-2015]. Disponível em <http://rcl.cecl.com.pt/edicoes/rcl-36-retorica>
- CUNHA, Rosa Maria Cardoso, (1980), “Legitimidade e Teoria Política Clássica”, In *Revista Sequência*, Ano I, 2.º Semestre, p. 93-111.
- DE RECHTSPRAAK, NETHERLANDS COUNCIL FOR THE JUDICIARY, (2010), *The Judiciary System in the Netherlands*, OBT Opmeer BV, [Em linha]. [Consult. 01-12-2015]. Disponível em <https://www.rechtspraak.nl/SiteCollectionDocuments/The-Judiciary-System-in-the-Netherlands.pdf>
- DE RECHTSPRAAK, NETHERLANDS COUNCIL FOR THE JUDICIARY, (s.d), *The judiciary and the media in the Netherlands*, OBT Opmeer BV, [Em linha]. [Consult. 01-12-2015]. Disponível em <https://www.rechtspraak.nl/SiteCollectionDocuments/The-Judiciary-and-the-Media-in-the-Netherlands.pdf>
- DE SOUSA, Américo, (2000), *A persuasão*. Tese de mestrado em Ciências da Comunicação, Universidade da Beira Interior.
- DELLASOPPA, Emilio E., (1900), “Hannah Arendt: Modernidade, Ciência e filosofia”, In *Tempo Social, Revista Sociol. USP*, S.Paulo, Vol. 1, p. 177-195.

- DIJK, TEUN V. (2009). “*News, discourse and ideology*”. In K. Wahl-Jorgensen & T. Hanitzsch, *Handbook of Journalism Studies*, London & NY: Routledge.
- DIJK, TEUN V. (2008). “*News as discourse*. University of Amsterdam. IM LAWRENCE ERLBAUM ASSOCIATES, PUBLISHERS. 1988 Hillsdale, New Jersey.
- DUTRA, Delmar José Volpato, (2006), “A teoria discursiva da aplicação do Direito: o modelo de Habermas”. In *Veritas*, Março 2006 Porto Alegre v. 51 n.º 1, p. 18-41.
- EDMUND, Burke, (1790), *Select Works of Edmund Burke*, vol. 2, (Reflections on the Revolution in France), Editado e traduzido por Francis Canavan. Liberty Fund. Indianapolis (1999).
- EDWARDS, R.A. (1996), "Bonham's Case: The Ghost in the Constitutional Machine." *Denning Law Journal* (annual): 63–90. [Em linha]. [Consult. 06-08-2015]. Disponível em [English Law - Dr. Bonham's Case - Coke, Parliament, Court, and Common - JRank Articles](#)
- ESTEVES, João Pissarra (org.), (2009), – *Comunicação e Sociedade – Os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa*. 2.ª Edição revista e aumentada. Lisboa: Ed. Livros Horizonte, ISBN 978-972-24-1643-6.
- ESTEVES, João Pissarra, (2005), *O Espaço Público e os Media - Sobre a Comunicação entre a Normatividade e a Facticidade*. Lisboa: Edições Colibri, 2005, ISBN 972-772-445-0.
- ESTEVES, João Pissarra, (2007), *A ética da comunicação e os media modernos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, ISBN 978-972-31-1223-8.
- ESTEVES, João Pissarra, (2011), *Sociologia da Comunicação*. Lisboa: Edição Fundação Calouste Gulbenkian, ISBN 978-972-31-1421-8.
- ÉVORA, Silvino Lopes, (2004), “*O segredo de justiça e a investigação jornalística: A problemática dos direitos fundamentais na democracia portuguesa*”. [Em linha] Lisboa:2004. Trabalho apresentado no âmbito da Pós-Graduação em Jornalismo Judiciário, na Faculdade de Direito da Universidade Católica. [Consult. 28-10-

2015]. Disponível em <http://www.bocc.uff.br/pag/evora-silvino-segredo-de-justica.pdf>.

- FABIANA, Rita, (2009), "Independência e imparcialidade do poder judicial". In *Revista Julgar*. Nº especial: O poder judicial numa democracia descontente: impasses, desafios e modernização da justiça, Coimbra, p. 49-55.
- FAIRCLOUGH, Norman (1992) *Discourse and social change*, Cambridge: Polity Press. ISBN 0-7456-1218-0.
- FAIRCLOUGH, Norman (1995) *Media Discourse*. London: Arnold
- FAIRCLOUGH, Norman (2003) *Analysing Discourse: Textual analysis for social research*. London: Routledge.
- FAIRCLOUGH, Norman (2001) "The discourse of new labour: Critical Discourse Analysis". In: M. WETHERELL, S. TAYLOR & S. J. Yates (eds.) *Discourse as data: a guide for analysis*. London: Sage, p. 229-266.
- FERNANDES, Plácido Conde, (2008), "Justiça e media: legitimação pela comunicação". In *Revista do CEJ: Dossier temático verdade, justiça e comunicação*. Lisboa. Nº 10, (2º semestre 2008), p. 311-346.
- FERREIRA, Bernardo, (2008), "O nomos e a lei: considerações sobre o realismo político em Carl Schmitt". In *Kriterion*, vol.49, n.118, pp. 327-366. ISSN0100-512X.
- FERREIRA, Flávio Pinto, (1986), "Reflexos na prática e na vivência judiciais das transformações e legislativas operadas em Portugal nos últimos 10 anos: testemunhos de um juiz". In *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra. N.º 18, 19 e 20 (Fev. 1986) p.282-290.
- FERRERO, Guglielmo, (1942), *The Principles of Power: The Great Political Crises of History*. New York: Putnam.
- FIDALGO, Joaquim e OLIVEIRA, Madalena, (2008), "Da justiça dos tribunais à barra da opinião pública - As relações entre a Justiça e a Comunicação Social", [Em Linha]. Texto elaborado no contexto do projecto colectivo de investigação Mediascópio – Estudo sobre a reconfiguração do campo da comunicação e dos

media em Portugal. [Consult. 02-05-2015]. Disponível em  
<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7438/1/Fidalgo,%20J.%20%26%20Oliveira,%20M.%282005%29-Media%20e%20Justi%C3%A7a.pdf>

- FIGUEIRAS, Rita, (2005), “Os Comentadores na Imprensa de Referência Portuguesa: 1980-1999”. In XVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - V ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM, BRASIL, Setembro de 2005 – Ensino e Pesquisa em Comunicação. Brasil: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- FIGUEIREDO DIAS, Jorge de, (1974), *Clássicos Jurídicos - Direito Penal Processual Penal*, Coimbra: Coimbra Editora, Re-impressão (2004).ISBN 9789723212501.
- FIGUEIREDO DIAS, Jorge de, (1996), “Do “Governo da Justiça” ao “Governo dos Juízes” no Portugal de Hoje”, in *El Gobierno del Poder Judicial*, Ed. Universidad Valladolid, p. 88.
- FIGUEIREDO DIAS, Jorge de, (2004), *Direito Penal – Parte Geral, Tomo I*. Coimbra: Coimbra Editora. ISNB 972-32-1288-9, p. 43, 47, 58
- FOWLER, Roger, (1991), *Language in the News: Discourse and Ideology in the Press*. London: Routledge
- FREITAS, Jerónimo, (2003) “Discurso proferido no âmbito do Congresso de Justiça”, [Em linha]. In I CONGRESSO DE JUSTIÇA, LISBOA, Dezembro de 2003. Lisboa: Reitoria da Universidade de Lisboa. [Consult. 01-02-2015]. Disponível em  
[http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe\\_artigo.aspx?idc=31559&idsc=55301&ida=17689](http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=31559&idsc=55301&ida=17689)
- F. VAN MANEN, Niels, (200) *The Secret of the Court in the Netherlands*, 24 *SEATTLE U. L. REV.* 569.
- GANS, H., (1979), *Deciding what's news: A study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time New York*: Vintage.

- GARAPON, Antoine, (1994), “La justice est-elle “délocalisable” dans les medias”. In *Droit et société*. Paris. N.º 26 (1994) p. 73-89.
- GASPAR, António Henriques, (2008), “A influência da CEDH no diálogo Interjurisdicional: A perspectiva nacional ou o outro lado do espelho”. In COLÓQUIO POR OCASIÃO DA COMEMORAÇÃO DO 30º ANIVERSÁRIO DA VIGÊNCIA DA CEDH, LISBOA, 10 de Novembro de 2008. Lisboa, Supremo Tribunal de Justiça.
- GIDDENS, Anthony, (2007), *A Europa na Era Global*, Tradução de Alberto Gomes, Editorial Presença (2007).
- GIL, Isabel Teresa Morais, (2004), “Retórica e Argumentação: continuidade e rupturas”, In XV Jornadas de Formação de Professores, em Homenagem ao Prof. Doutor Manuel Pulquério, Viseu, 29 e 30 de Abril de 2004. [Em linha]. [Consult. 23-07-2015]. Disponível em [http://z3950.crb.ucp.pt/biblioteca/Mathesis/Mat14/Mathesis14\\_69.pdf](http://z3950.crb.ucp.pt/biblioteca/Mathesis/Mat14/Mathesis14_69.pdf)
- GODINHO, Jacinto, (2011), “Com quantas imagens se faz um crime”, in *Imagem e Pensamento*, Coimbra: Grácio Editor, colecção Comunicação e Sociedade, 2011, pp. 57-63. ISBN 978-989-8377-12-8
- GREER, Chris, (s.d.), *News Media, Victims and Crime 2*. [Em linha]. [Consult. 10-04-2015]. Disponível em [http://www.uk.sagepub.com/stout/greer\\_news\\_media%20-%20vic\\_crime\\_soc.pdf](http://www.uk.sagepub.com/stout/greer_news_media%20-%20vic_crime_soc.pdf)
- GRIFFIN, Em; LEDBETTER, Andrew; SPARKS, Glenn (2009), *A First Look at Communication Theory (Conversations with Communication Theorists)*, 9.ª Edição, McGraw-Hill. ISBN 978-0073523927.
- GUEDES, Éllida Neiva, (s.d.) - *Espaço público contemporâneo: pluralidade de vozes e interesses* [Em linha]. [Consult. 12-08-2015]. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/guedes-ellida-espaco-publico-contemporaneo.pdf>
- GUIBENTIF, Pierre, (s.d.), “Tema H: O Cidadão Face à Justiça”, In Congresso da Justiça (s.d.). [Em linha]. [Consult. 16-03-2015]. Disponível em [http://cadeiras.iscte-iul.pt/SDir/2003\\_Guibentif\\_Cidadao\\_face\\_a\\_Justica.pdf](http://cadeiras.iscte-iul.pt/SDir/2003_Guibentif_Cidadao_face_a_Justica.pdf).

- GUIBENTIF, Pierre; GORJÃO, Vanda; CHETA, (2002), “Comunicação social e representações do crime”, In Cadernos do CEJ n. ° 20, Lisboa.
- GUIMARÃES, Deocleciano Torres (org.) (2004), *Dicionário Técnico Jurídico*, 6.<sup>a</sup> Edição revista e actualizada, São Paulo: Rideel. Lisboa, ISBN 85-339-0662-5.
- HABERMAS, Jurgen (1992), “L'espace public, 30 ans après.” In: *Quaderni*. N. 18, Automne 1992. Les espaces publics. pp. 161-191. [Em linha]. [Consult. 25-07-2015]. Disponível em [http://www.unige.ch/sciences-societe/socio/files/8814/0533/6061/Habermas\\_1992.pdf](http://www.unige.ch/sciences-societe/socio/files/8814/0533/6061/Habermas_1992.pdf)
- HABERMAS, Jürgen, (1988), “Cómo es posible la legitimidad por vía de legalidad?”, In Doxa. N. 05 (1988). ISSN 0214-8876, pp. 21-45.
- HABERMAS, Jürgen, (1988), *Theorie des kommunikativen Handelns*. ISBN 0-8070-1507-5 e 0-8070-1401-x
- HENRINQUES DA GRAÇA, António Pires, (2008), “Aspectos metodológicos do discurso judiciário”. Intervenção no CEJ, 7 de Março de 2008.
- HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam, (1988), *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media*. Pantheon Books, ISBN 0-3757-1449-9.
- HUYSMANS, Jef, (2008), “The Jargon of Exception—On Schmitt, Agamben and the Absence of Political Society”, In *International Political Sociology* (2008) p. 165–183.
- JASMIN, Marcelo Gantus, (1997), “Tocqueville, a Providência e a História”. In *Dados*, 1997, Vol. 40, n.º2, ISSN: 0011-5258
- JOHNSTON, Derek, (2006), *A brief history of philosophy – From Socrates to Derrida*. Editora Continuum, p. 82 – 95.
- JÚNIOR, Carlos Mauro de Oliveira, (2001), “A Idéia de Legitimidade como Critério de Adequação Funcional: Um Estudo sobre Alexis de Tocqueville”, In *Politeia: História e Sociedade*, 2001, Vol. 1, n.º1, ISSN: 2236-8094.
- KENNETH, Dowler, (2003), “Media Consumption and public attitudes toward crime and justice: the relationship between fear of crime, punitive attitudes and perceived police effectiveness” [Em linha]. In *Journal of Criminal Justice and*

*Popular Culture*, 10 (2): 109-126. [Consult.27-06-2015]. Disponível em <http://www.albany.edu/scj/jcipc/vol10is2/dowler.pdf>

- KELSEN, Hans (1934) *Reine Rechtslehre – Einleitung in die rechtswissenschaftliche Problematik*, Leipzig und Wien: Franz Deuticke, 1934.
- KIRBY, Michael, (2008), “Improving the discourse between courts and the media”. In *QLS Journal*, Dezembro 2008, p. 9-10.
- KRESS, GUNTHER and VAN LEEUWEN, THEO (2001) *Multimodal Discourse: The modes and media of contemporary communication*. London: Arnold.
- KÜHN, Vagner Filipe; HIROSHI, Celso, (2011), “A Legitimidade do poder jurisdicional sob a perspectiva de Jürgen Habermas”, In *Revista Jurídica Cesumar - Mestrado*, V. 11, n.º 1, (jan./jun 2011) p. 233-246. - ISSN 1677-6402.
- LAHIRE, Bernard (2001). *L’Homme pluriel*. Nathan/VUEF, Tradução de José Luís Godinho, Instituto Piaget, ISBN 972-771-664-4.
- LANGBROEK, Philip M, (2010), “Organization Development of the Dutch Judiciary, between Accountability and Judicial Independence”, In *International Journal For Court Administration*, Abril. [Em linha]. [Consult. 06-08-2015]. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/286091447\\_Organization\\_Development\\_of\\_the\\_Dutch\\_Judiciary\\_between\\_Accountability\\_and\\_Judicial\\_Independence?\\_sg=e\\_jzZvc1zNZkZnZsnu2NABegk3n35qpwpGnmKT5HcuYoODXJoxJitSCQ4mKju6MAoIliOGWCBaGfo6lVvTH12Pg](https://www.researchgate.net/publication/286091447_Organization_Development_of_the_Dutch_Judiciary_between_Accountability_and_Judicial_Independence?_sg=e_jzZvc1zNZkZnZsnu2NABegk3n35qpwpGnmKT5HcuYoODXJoxJitSCQ4mKju6MAoIliOGWCBaGfo6lVvTH12Pg)
- LEITE, André Lamas, (s.d.) “Segredo de justiça interno, inquérito, arguido e seus direitos de defesa”, In *Maia Jurídica*, ano IV, nº1, p.35- 53.
- LEITE, Inês Ferreira, (2010), “Segredo ou Publicidade? A tentação de Kafka na Investigação Criminal”. [Em linha]. In CONFERÊNCIA SOBRE O SEGREDO DE JUSTIÇA, LISBOA, 2010. Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2010. [Consult. 30-04-2015]. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/43630652/A-tentacao-de-Kafka>

- LIMA, Deyvison Rodrigues, (2011), “O conceito do político em Carl Schmitt”, In *Argumentos*, 2011, Ano 3, n.º 5, pp. 164-176.
- LOPES, Felisbela, (2000), “As fontes, os jornalistas e as leis”, In *Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação*, Vol. 14 (1-2), 2000, p. 339-349.
- LOPES, Rita, (s.d.) *O poder dos media na sociedade contemporânea*. [Em linha] [Consult. 07-05-2015]. Disponível em <http://www.labcom.ubi.pt/files/agoranet/04/lopes-rita-media-e-poder.pdf>
- LOURENÇO, Américo Augusto, (2007), *Justiça, dever de reserva e direito de informação*. Comunicação proferida na Escola Superior de Comunicação Social. [Em linha]. Lisboa: Escola Superior de Comunicação Social, 5 de Dezembro de 2007. [Consult. 04-10-2014]. Disponível em <http://www.trl.mj.pt/PDF/JusticaComunicacao.pdf>
- LUHMANN, Niklas (1969). *Legitimation durch Verfahren*. Tradução de Maria da Conceição Côrte-Real. Editora Universidade de Brasília (1980).
- LUHMANN, Niklas (2009). *Introdução à teoria dos sistemas*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MACHADO, Helena; SANTOS, Filipe (2009), “Justiça e a imprensa – construção de dramas públicos e projecção de julgamentos mediáticos”. In 6.º CONGRESSO SOPCOM, 8.º CONGRESSO LUSOCOM E 4.º CONGRESSO IBÉRICO, LISBOA, Abril de 2009. Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- MACHADO, Helena; SANTOS, Filipe (s.d.) *Justiça ambientes mediáticos e ordem social*. [Em linha]. Edições Húmus. [Consult. 09-04-2015]. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/14045/1/Machado%20e%20Santos%20-%20Justi%C3%A7a%20ambientes%20mediaticos%20e%20ordem%20social.pdf>



- MACHADO, Jónatas E.M., (2002), *Liberdade de Expressão - Dimensões Constitucionais da Esfera Pública no Sistema Social*. Coimbra: Coimbra Editora, ISBN 9789723211115. p. 59-61, 296-307, 370-387, 472-487, 504-531, 708-747
- MAGALHÃES, Pedro Coutinho, (1995), “Democratização e independência judicial em Portugal”, In *Análise Social*. Vol. XXX, p. 51-90.
- MARCELINO, Cristina Adelaide Pimentão, (2000), *A informação extralegal na formação de impressões e no julgamento do arguido*, Porto.
- MARCONDES, Constança César, (1998), “A ontologia hermenêutica de Paul Ricoeur”, In *Reflexão*, 71 pp. 11-17.
- MARCOS, Luís Humberto, (1989), “O poder dos media e o modelo do panóptico” In *Sociologia*, nº 6, 1989, p. 101-109.
- MARCOS, Maria Lucília (2011), “Comunicação, experiência e a questão do reconhecimento: a alteridade radical no pensamento de E. Levinas”, In *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 33, n.º 2, INTERCOM, S. Paulo.
- MARCOS, Maria Lucília, (2011), “Identidade narrativa e ética do reconhecimento”, in *Études Ricoeuriennes / Ricoeur Studies ERRS*, Vol 2, No 2, 2011.
- MARINHO E PINTO, António, (2009), “Manuela Moura Guedes e a liberdade de informação”, [Em linha]. In *Público* (11 de Set. 2009). [Consult.30-01-2016]. Disponível em <http://www.clubedejornalistas.pt/?p=349>.
- MARQUES DA SILVA, Germano, (2000), *Curso de Processo Penal I*, 4.ª Edição. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo.
- MARQUES DA SILVA, Germano, (2000), *Curso de Processo Penal III*, 2.ª Edição. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo.
- MARQUES DA SILVA, Germano, (2000), *Curso de Processo Penal III*, 2.ª Edição. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo.
- MARQUES DA SILVA, Germano, (2007), “Um olhar sobre o Projecto e o Acordo Político para a Revisão do Código do Processo Penal”, In *Revista Julgar*, n.º1, 2007. p. 137-153.

- MARQUES DOS REIS, Eurico José, (s.d.) *Tribunais e Órgãos de Informação*. [Em linha]. [Consult. 01-05-2015]. Disponível em <http://www.juizespelacidadania.eu/?p=74>
- MARQUES, Regina, (s.d.) *Retórica e argumentação: origens e territórios de acção*. [Em linha]. [Consult. 09-02-2015]. Disponível em [http://www.rhetorike.ubi.pt/00/pdf/regina\\_territorios\\_de\\_accao.pdf](http://www.rhetorike.ubi.pt/00/pdf/regina_territorios_de_accao.pdf)
- MARTINS, Jason da Silva (2010), “Estado de exceção e biopolítica no pensamento de Giorgio Agamben”, In *Revista Tessituras*, Novembro de 2010, n.º 2, ISSN: 2177-0441.
- MARTINS, Moisés de Lemos, (1996), “A racionalidade de linguagem humana: Aquilo que os discursos dizem e o que nos fazem com eles”, In III Congresso de Sociologia [Em linha]. [Consult. 04-06-2015]. Disponível em [http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR492fc4ed7ef5a\\_1.pdf](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR492fc4ed7ef5a_1.pdf)
- MATA-MOUROS, Maria de Fátima, (2003), “A Fundamentação da Decisão como Discurso Legitimador do Poder Judicial” [Em linha]. In I CONGRESSO DE JUSTIÇA, LISBOA, Dezembro de 2003. Lisboa: Reitoria da Universidade de Lisboa, 2003. [Consult. 25-07-2014]. Disponível em <http://www.crise-da-justica.com/A%20Fundamenta%C3%A7%C3%A3o%20da%20Decis%C3%A3o.htm>
- MATEUS, Samuel, (2013), *A Tele-Realidade: o princípio de publicidade mediatizado*, Covilhã, Labcom books, 2013, ISBN 978-989-654-112-5
- MATTOSO, José (org.), (2011), *História da Vida Privada em Portugal - Volume 4*. Lisboa. ISBN: 9789896441500.
- MCGOVERN, Alyce M., (2008), *Policing media: controlling representations of the New South Wales Police Force*. Sydney, 2008.
- MCGREGOR, Craig, (1968), *Profile of Australia*, Penguin Books.
- MEDIA ENTERTAINMENT & ARTS ALLIANCE, (2012), *Kicking at the cornerstone of democracy - The State of Press Freedom in Australia*, p. 18-30, 58 - 64.

- MESQUITA, Mário, (2004), *O quarto equívoco – O poder dos media na sociedade contemporânea*, 2.<sup>a</sup> Edição Revista e aumentada, Edições MinervaCoimbra, ISBN 972-798-083-X.
- MESQUITA, Paulo Sá, (2003), “Breves notas sobre o Segredo Interno do Inquérito Penal”, In CONFERÊNCIA NACIONAL DO SINDICATO DOS MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 29 de Março de 2003.
- MEDITSCH, Eduardo (1992) *Conhecimento do Jornalismo*. O Florianópolis, Editora da UFSC.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, (1999), *Decreto-Lei n.º 333/99, de 20 de Agosto: D.R.: II Série*, p. 8052 – 8063. Lisboa: Imprensa Nacional, 1999.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Direcção Geral da Administração da Justiça. Centro de Formação de Funcionários de Justiça, (2007), *Alterações: Código de Processo Penal – Apoio á Formação de Oficiais de Justiça*. Lisboa.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, DIRECÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA, (2013), *Processo Penal – A fase de Julgamento - Manual de Apoio – Formação de Ingresso na Carreira de Oficial de Justiça*. Lisboa. [Em linha]. [Consult. 16-01-2016]. Disponível em <https://e-learning.mj.pt/dgaj/dados/0F/003/0F003TEMA6.pdf>
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Ministério Público, Procuradoria-Geral da República (2004) *Parecer do Conselho Consultivo, de 04 de Março de 2004, N.º Convencional: PGRP00002317*, Relator Pinto Hespanhol.
- MINISTÉRIO PÚBLICO, Procuradoria-Geral da República, (2002), *Directiva n.º 1/2002 de 14 de Março de 2002. D.R.: II Série*, p. 6221 – 6224. Lisboa: Imprensa Nacional.
- MINISTÉRIO PÚBLICO, Procuradoria-Geral da República, (2003), *Parecer n.º 95/2003. In Diário da República n.º 54, II Série*, 04 de Março de 2004.
- MINISTÉRIO PÚBLICO, Procuradoria-Geral da República, (2009), *Parecer n.º 25/2009: D.R: II Série*, p. 46659 – 46667. Lisboa: Imprensa Nacional.

- MINISTÉRIO PÚBLICO, Procuradoria-Geral da República, Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República (1981), *Parecer n.º PGRP0006725*, Lisboa.
- MINISTÉRIO PÚBLICO, Procuradoria-Geral da República, Conselho Superior da Magistratura, (1998), *Boletim Informativo n.º 24*. Lisboa.
- MIRANDA, Jorge, (2000), *Manual de Direito Constitucional, Tomo IV - Direitos Fundamentais*. 3ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, ISBN 9723209357, p.453-462.
- MONTE, Mário Ferreira (s.d.), “O Segredo de Justiça - Algumas questões postas a propósito da anunciada alteração do seu regime”. In *Maia Jurídica*, Ano IV, nº1, p. 17- 34.
- MOREIRA, Adriano (1984), *Ciência Política*, Coimbra: Almedina, 1984.
- MORETZSOHN, Sylvia, (s.d.), *Jornalismo, mediação, poder: considerações sobre o óbvio surpreendente*. [Em linha] [Consult. 05-06-2015]. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-jornalismo-mediacao.html>
- MOUTINHO, José Lobo, (2011) “A limitação temporal do segredo do processo relativamente ao arguido. O pós- Acórdão nº 428/08 do Tribunal Constitucional”, In *Estudos dedicados ao Professor Doutor Luís Alberto Carvalho Fernandes*, Vol. I, 2011, Universidade Católica Editora, pp. 317-346.
- NASCIMENTO, Luís António Noronha, (2008), “Discurso proferido no 1.º Congresso sobre Gestão de Carreiras” In CONGRESSO SOBRE GESTÃO DE CARREIRAS, VILA DO CONDE, 11 de Abril de 2008.
- NASCIMENTO, Luís António Noronha, (2010), “Discurso proferido na VIII Conferência de Presidentes dos STJ da CPTLP”, In CONFERÊNCIA DE PRESIDENTES DOS STJ DA CPTLP, 30 de Novembro de 2010.
- NASCIMENTO, Luís António Noronha, (2011), *Justiça e Comunicação Social na óptica de Noronha Nascimento* (14-06-2011). [Em linha]. [Consult. 02-06-2015]. Disponível em <http://www.advocatus.pt/opiniao/3398-noronha-nascimento-discursa-sobre-qjustica-e-comunicacao-socialq.html>

- NETO, Cotrim A.B. (1993) – *Do conceito de poder* – e considerações sobre as formas não convencionais da sua conquista. In *Revista da Academia Brasileira de Letras Jurídicas*, Ano VII, n.º 4, Rio de Janeiro, 2.º Semestre.
- NEVES, Marcelo (1995) – *Luhmann, Habermas e o Estado de Direito*. In *Lua Nova*, n.º 37, p. 93-105.
- OLIVARES, Gonzalo Quintero, (s.d.), *Libertad de prensa Y protección de la independencia e imparcialidad judicial*. In *Revista del Poder Judicial*, Número Especial XVII.
- OLIVEIRA, Madalena, (2004), “A impiedade das críticas ou a consciência da auto-regulação? O processo Casa Pia e o julgamento metajornalístico.”, In CCCC 2004 - CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO EM CONGRESSO NA COVILHÃ [III SOPCOM, VI LUSOCOM, II IBÉRICO], COVILHÃ, 21-24 Abril 2004. *Actas do III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO*, Volume IV, p. 115-122. ISBN – 972-8790-39.
- OLIVEIRA, Maria Clara, (2006), “Segredo de Justiça – o mal amado!”, In *Maia Jurídica*, Ano IV, n.º 2, Julho-Dezembro 2006, p. 77-94.
- PALMA, Fernanda, (1983), *Lições de Direito Penal - Parte Especial*. Os crimes contra as pessoas (policopiado), 2 vols.
- PALMA, Fernanda, (1999), *Lições de Direito Penal - Parte Geral* (policopiado), 2 vols.
- PATRÍCIO, Rui; GERALDO, Tiago, (2009), “O crime de violação de segredo de justiça e a reforma penal de 2007: (algumas considerações e um caso-tipo de jornalistas)”, In *Revista do Ministério Público*. A.30, n.º119 (Jul./Set. 2009), p. 51-68.
- PATTO, Pedro Vaz, (s.d.), *O regime do segredo de justiça no código de processo penal revisto*. [Em linha]. [Consult. 27-04-2015] Disponível em [http://www.cej.mj.pt/cej/forma-continua/fich-pdf/formacao2007-08/jornadas\\_penal\\_textos/segredojusticacoimbra2007vp.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/forma-continua/fich-pdf/formacao2007-08/jornadas_penal_textos/segredojusticacoimbra2007vp.pdf)
- PEDRO, EMÍLIA RIBEIRO PEDRO (1998) *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho

- PENEDO, Cristina, (2003), “O Crime nos Media. Impacto e valor simbólico das histórias transgressivas”, In *MEDIA & JORNALISMO*, 2003, p. 89- 102.
- PEREIRA, Artur, (s.d.), *As Perícias na Polícia Judiciária*. [Em linha]. Porto. [Consult. 05-02-2015]. Disponível em <http://www3.bio.ua.pt/Forense/As%20Pericias%20na%20Pol%C3%ADcia%20Judiciaria%20ArturPereira.pdf>
- PEREIRA, Ivanaldo, (s.d.) *A legitimidade do poder politico sob o ponto de vista jurídico em governos democráticos*. In *Revista do Mestrado em Direito – UCB*, p. 158-165.
- PEREIRA, Miguel Baptista, (1994), “Retórica, Hermenêutica e Filosofia”, *Revista Filosófica de Coimbra*, n.º 5 - vol. 3, P. 5-70.
- PERELMAN, Chaïm, (1976), *Lógica jurídica*, Tradução de Vergínia K. Pupi, São Paulo, Martins Fontes, 1998. ISBN 85-336-0959-0
- PERELMAN, Chaïm/ OLBRECHTS-TYTECA, Lucie, (1958), *Tratado da Argumentação*. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira, São Paulo, Martins Fontes, 1996. ISBN 85-336-0473-4.
- PERISSINOTTO, Renato M, (2004), “Hannah Arendt, poder e a crítica da "tradição", In *Lua Nova*, São Paulo, n.º 61 (2004).
- PINA, Sara, (2004), “Justiça e media: da comunicação ao entendimento”, [Em linha]. In *Janus Online*. [Consult. 23-03-2015]. Disponível em [http://janusonline.pt/2004/2004\\_3\\_4\\_13.html](http://janusonline.pt/2004/2004_3_4_13.html)
- PINTO DE ABREU, Carlos (s.d.), *As Polícias, a Polícia Judiciária e o Sistema de Justiça Penal*. [Em linha]. [Consult. 03-05-2015] Disponível em [http://www.advogados.in/index.php?option=com\\_content&view=article&id=20:policias&catid=33:direito-disciplinar&Itemid=46#ftn105](http://www.advogados.in/index.php?option=com_content&view=article&id=20:policias&catid=33:direito-disciplinar&Itemid=46#ftn105)
- PINTO DE ABREU, Carlos, (2011), *Segredo de justiça revisitado*. (07 de Março de 2011). [Em linha]. [Consult. 06-08-2015]. Disponível em <http://www.advocatus.pt/opiniao/2717-qsegredo-de-justica-revisitadoq.html>

- PINTO DE ALBUEQUERQUE, Paulo, (2010), “Segredo de justiça e jornalistas”, [Em linha]. In *Diário de Notícias*. [Consult. 02-05-2015]. Disponível em [http://www.dn.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?content\\_id=1476080&seccao=Paulo%20Pinto%20de%20Albuquerque&tag=Opini%C3o%20-%20Em%20Foco](http://www.dn.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?content_id=1476080&seccao=Paulo%20Pinto%20de%20Albuquerque&tag=Opini%C3o%20-%20Em%20Foco)
- PINTO DE ALBUQUERQUE, Paulo, (2009), *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*. Lisboa: Editora Universidade Católica, 2009, 3ª Edição. ISBN 9789725402283, p. 248 – 255.
- PINTO, Fernando Valério, (s.d.), *Segredo de Justiça*. [Em linha]. [Consult. 03-02-2015]. Disponível em [http://www.trp.pt/mp\\_outros/segredojustica.html](http://www.trp.pt/mp_outros/segredojustica.html)
- PINTO, Frederico da Costa, (2008), “Publicidade e segredo na última revisão do código de processo penal”, In *Revista do Centro de Estudos Judiciários*: número especial. Lisboa. Nº9, (1º semestre), p. 7-44.
- PINTO, Manuel, (2007), *Nelson Traquina sobre o exercício do jornalismo – sociedade deveria exigir formação superior*. [Em linha]. [Consult. 07-03-2014]. Disponível em <http://mediascopio.wordpress.com/2007/05/15/nelson-traquina-sobre-exercicio-do-jornalismo-sociedade-deveria-exigir-formacao-superior/>
- PINTO, Mário (2011) *A liberdade de imprensa e a ditadura*. [Em linha]. [Consult. 04-06-2015]. Disponível em <http://teoriadojornalismo.ufp.edu.pt/11-outros-textos/a-liberdade-de-imprensa-e-a-ditadura>
- PINTO, Ricardo Leite, (1994), “Liberdade de Imprensa e Vida Privada”. In *Revista da Ordem dos Advogados*, Lisboa. Ano 54, Volume I, (Abr.), p.27-81.
- *POLÍCIA, Segurança e Media*. In SEMINÁRIO INTERNACIONAL “A POLÍCIA E OS MEDIA: A COMUNICAÇÃO DA INSEGURANÇA, LISBOA, Julho de 2008. [Em linha]. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Julho de 2008. [Consult. 31-04-2015] Disponível em <http://opiniao.mai.gov.info/2008/06/27/policia-segurancamedia/>
- PONTE, Cristina; PEDRO DE SOUSA, Jorge, (2005), “Caminhos da investigação em jornalismo: identidades, agendas, formatos e espaços sociais do jornalismo”, In

4.º CONGRESSO SOPCOM: AVEIRO - Repensar os Media: Novos Contextos da Comunicação e da Informação. Lisboa, Universidade de Aveiro, Outubro.

- POWELL, Jim, (2009), *Biografia: Edward Coke*. [Em linha]. [Consult. 02-12-2015]. Disponível em <http://www.ordemlivre.org/2009/08/biografia-edward-coke/>
- PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, (1999), *Estatuto Disciplinar dos Jornalistas: Aviso n.º 23504/2008 de 17 de Setembro*: D.R.: II Série, p.39507-39510.Lisboa: Imprensa Nacional.
- QUINTILIANO, Marcus Fabius. *Institutio Oratoria – A Retórica: Parte II*. Tradução de António Fidalgo (s.d.).
- RANGEL, Paulo Castro, (s.d.) *Estado Fraco, Tribunais Fortes: De novo as questões de legitimidade e função* [Em linha]. [Consult. 02-09-2015]. Disponível em [http://www.stj.pt/ficheiros/coloquios/jspp\\_paulorangel.pdf](http://www.stj.pt/ficheiros/coloquios/jspp_paulorangel.pdf)
- RAPOSO, Vera Lúcia, (2010), “Segredo de justiça: caixinha de segredos ou segredos à solta”, In *Revista do Ministério Público*. A.31, nº121 (Jan./Mar), p. 77-108
- RICHARDSON, JOHN E, (2007) *Analysing Newspapers: an approach from critical discourse analysis*. Houndmills: Palgrave.
- RODRICK, Sharon, (2009), *Open justice and suppressing evidence of Police methods: the position in Canada and Australia*, (PART TWO), p. 443 – 461.
- RODRIGUES DE FIGUEIREDO, Márcia Loureiro, (2009), *A (in)definição e a regulação do jornalismo*. Tese de Mestrado em Comunicação e Jornalismo, Especialização em Comunicação e Jornalismo Coimbra. [Em linha] p. 26 e seguintes. [Consult.15-07-2015]. Disponível em [https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/18170/1/Tese%20de%20Mestrado\\_Márcia%20Figueiredo.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/18170/1/Tese%20de%20Mestrado_M%C3%A1rcia%20Figueiredo.pdf)
- RODRIGUES, Adriano Duarte, (2011), *O paradigma comunicacional – Histórias e Teorias* Lisboa: Edição Fundação Calouste Gulbenkian, ISBN 978-972-31-1412-6.
- RODRIGUES, José Narciso da Cunha, (1997), “Justiça e comunicação social”, In *Revista portuguesa de ciência criminal*. A.7, nº4 (Out.-Dez. 1997), p.531-576.



- RODRIGUES, José Narciso da Cunha, (1999), *Comunicar e julgar*. Coimbra: Ed. Minerva.
- ROSA, Victor Castro, (2006), *Parecer sobre as actuais ameaças à Liberdade de Imprensa*. [Em linha]. [Consult. 24-05-2016]. Disponível em [http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe\\_artigo.aspx?idc=65640&idsc=9562&ida=44306](http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=65640&idsc=9562&ida=44306)
- ROSANVALLON, Pierre, (2008), *La Légitimité démocratique: Impartialité, réflexivité, proximité*. Ed. Les Livres du nouveau monde. EAN 9782021010572
- SANTOS, Boaventura de Sousa, (2003), “O Segredo de Justiça”. [Em linha]. In *Revista Visão* (06-03-2003). [Consult. 17-10-2015]. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/opiniao/bss/071.php>
- SANTOS, Boaventura de Sousa, (2005), “A Justiça em Portugal: diagnósticos e terapêuticas”. In *Revista Manifesto*, n.º 7, p. 76-78.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, (2005), “Os tribunais e as novas tecnologias de informação e comunicação”, In *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan/jun, p. 82-109.
- SANTOS, João Simas, (2008), “Processo penal: segredo de justiça: decisão do Ministério Público e validação pelo juiz de instrução”, In *Revista do Ministério Público*. Lisboa. A.29, nº113 (Jan. / Mar.) p. 131-144.
- SAUL, Renato P. (2003), “Giddens: da ontologia social ao programa político, sem retorno”, In *Sociologias*, n.9, pp. 142-173. ISSN 1517-4522.
- SCHNEIDER, Hans Joachim, (s.d.), “Crime in the mass media”, In *ILANUD*, Ano 9-10, N.23-24
- SCHUDSON, Michael, (1988), “Porque é que as notícias são como são?”, In *Comunicação e linguagens*. Lisboa. N.º 8, p.17-27.
- SILVA, Sandra Oliveira, (2007), “Um primeiro olhar sobre as alterações ao regime do Segredo de justiça”, In *Maia Jurídica*, ano V, nº2, (Julho-Dezembro), p.35- 53.

- SILVA, Sandra Oliveira, (2010), “O segredo de justiça no horizonte da reforma do código de processo penal: algumas reflexões”, In *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias*, Org. Manuel da Costa Andrade, Maria João Antunes, Susana Aires de Sousa. Coimbra: Coimbra Editora, 3º vol. p. 1155-1204.
- SILVA, M. T.. (2009), "Portuguese press and its public. Perceptions and motivations", *Media & Jornalismo* (edição digital especial) 8, 14: 0 - 0.
- SILVA, M. T.. (2008), "As cartas dos leitores no Público e no Diário de Notícias", *Observatório (OBS\*)* 2, 2: 263 - 275.
- SILVEIRINHA, Maria João, (2004), *Identidades, Media e Política: o espaço comunicacional nas Democracias Liberais*, Lisboa: Livros Horizonte.
- SILVEIRINHA, Maria João, (2005), "Democracia deliberativa e reconhecimento: repensar o espaço público" in João Carlos Correia (org.), *Comunicação e Política*, Covilhã: Estudos em Comunicação, pp.139-169
- SILVÉRIO, Paulo e AFONSO, Carlos, (2010), “Investigação Criminal: dos órgãos de polícia criminal à LOIC”, In *Revista Pela Lei e pela Grei*. Lisboa (Julho – Setembro), p. 52-61.
- SODRÉ, Olga, (2007), “Percurso filosófico para a concepção de alteridade”, In *Síntese*, v. 34, n.º 109, p.157-184.
- SOUSA, Jorge Pedro, (1999), *As notícias e os seus efeitos*. [Em linha]. Universidade de Fernando Pessoa. [Consult. 08-06-2015]. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html>
- TEIXEIRA DA MOTA, Francisco, (2009), *O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e a Liberdade de Expressão - Os Casos Portugueses*. Coimbra Editora. ISBN 9789723217223.
- TEIXEIRA DA MOTA, Francisco, (2012), *Uma advogada, o segredo de justiça e o interesse público*. [Em linha]. In *Público*. [Consult. 09-08-2015]. Disponível em <http://www.inverbis.pt/2012/artigosopiniao/advogada-segredojustica-interessepublico>

- TORRÃO, Fernando, (2010), “Admissibilidade da suspensão provisória do processo nas situações previstas pelo artigo 16º, nº 3, do CPP: (fundamentos de política criminal e caminhos técnico-processuais a partir de uma hipótese prática)”, In *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias*, Org. Manuel da Costa Andrade, Maria João Antunes, Susana Aires de Sousa. Coimbra: Coimbra Editora, 3º vol. p. 1205-1219.
- TRAQUINA, Nelson, (2005a), *Teorias do Jornalismo – Volume I: Porque é que as notícias são como são?*. Florianópolis, Insular, 2.ª Edição. ISBN 85-7474-204-X
- TRAQUINA, Nelson, (2005b), *Teorias do Jornalismo – A tribo jornalística*. Florianópolis, Insular,. ISBN 85-7474-245-7.
- TUCHMAN, G., (1978), *Making news: A study in the construction of realit*. New York: Free Press.
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA, Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais, (2008a), *Monitorização da Reforma Penal: o processo de preparação e o debate público da reforma*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA, Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais, (2008b), *Monitorização da Reforma Penal: Segundo Relatório Semestral*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA, Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais, (2009a), *A Justiça Penal – Uma reforma em avaliação*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA, Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais, (2009b) *Monitorização da Reforma Penal – Relatório complementar*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- UZGALIS, William, (2001), “John Locke” [Em linha]. In ZALTA, Edward N. - *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. [Consult. 02-07-2015]. Disponível em <http://plato.stanford.edu/entries/locke/#LocWor>
- VAN DUNEN, Francisca, (2004), *Organização da investigação criminal: modelos de interação* [Em linha]. In III CONGRESSO NACIONAL DA ASFIC/PJ,

COSTA DA CAPARICA, 27 de Março de 2004. [Consult. 07-08-2014]. Disponível em [http://www.asficpj.org/temas/diversos/intervcongresso/van\\_dunen.pdf](http://www.asficpj.org/temas/diversos/intervcongresso/van_dunen.pdf)

- VAN KEMPEN, Piet Hein, (s.d.) *The Netherlands: The Protection of Fundamental Rights in Criminal Process*. [Em linha]. [Consult. 08-04-2015]. Disponível em <http://dare.ubn.kun.nl/bitstream/2066/85653/1/85653.pdf>
- VICTOR, Sérgio António Ferreira, (2015), Considerações sobre a tradição jurídica do *common law* (parte 2), In *Observatório Constitucional* [Em linha]. [Consult. 16-03-2015]. Disponível em [http://www.conjur.com.br/2015-jun-06/observatorio-constitucional-consideracoes-tradicao-juridica-common-law-parte#\\_ftn2FirefoxHTML\Shell\Open\Command](http://www.conjur.com.br/2015-jun-06/observatorio-constitucional-consideracoes-tradicao-juridica-common-law-parte#_ftn2FirefoxHTML\Shell\Open\Command)
- VOORHOOF, Dirk, (2007), *European Court of Human Rights – Case of Dupuis and others v. France*. [Em linha]. [Consult. 12-08-2014]. Disponível em <http://merlin.obs.coe.int/iris/2007/7/article1.fr.html>
- WEBER, Max (1922), “Wirtschaft und Gesellschaft: Grundriß der Verstehenden Soziologie”, Tübingen, J.C. B. Mohr (Paul Siebeck), Karsten Worm - InfoSoftWare (1999) Alle Rechte vorbehalten. - Kap.-Nr. 550/1095 - Seite: 1.
- WEBER, Max (1956), “Die drei reinen Typen der legitimem Herrschaft.” In: *Wirtschaft und Gesellschaft*, 4.<sup>a</sup> edição, organizada e revista por Johannes Winkelmann. Tübingen, J.C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1956. v. II, p.551-58. Traduzido por Gabriel Cohn. Coleção grandes cientistas sociais, n.º 13. São Paulo: Ática, 1979
- WITTGENSTEIN, Ludwig, (2010), *Cultura e Valor*. Edições 70.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Ed. Nova Cultural (Col. Os Pensadores – trad.: José Carlos Bruni), 2000. - 1953
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Observações filosóficas*. São Paulo: Edições Loyola, 2005
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2001.

- WODAK, Ruth; MEYER, Michael (eds.), (2001), *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage
- WOLF, Mauro, (1995), *Teorias da Comunicação*. Tradução Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 8.<sup>a</sup> Edição.

## JURISPRUDÊNCIA CONSULTADA

- COUR EUROPÉENNE DES DROITS DE L’HOMME/ EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS, (2008), *Julgamento Campos Dâmaso c. Portugal*, de 24.04.2008, Queixa n.º 17107/05. [Em linha]. Estrasburgo: Cour Européenne Des Droits De L’Homme/ European Court of Human Rights. [Consult. 31-03-2015]. Disponível em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/portugal-dh/acordaos/traducoes/Acord%E3o%20Campos%20D%E2maso%20-%20trad0800420%20-%20revista.pdf>
- COUR EUROPÉENNE DES DROITS DE L’HOMME/ EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS, (2002), *Julgamento Colombani e outros c. França*, de 25 de Julho de 2002, Queixa n.º 51279/99, Queixa n.º 34000/96. [Em linha]. Estrasburgo: Cour Européenne Des Droits De L’Homme/ European Court of Human Rights. [Consult. 31-02-2015]. Disponível em <http://www.humanrights.is/the-human-rights-rproject/humanrightscasesandmaterials/cases/regionalcases/europeancourtofhumanrights/nr/472>
- COUR EUROPÉENNE DES DROITS DE L’HOMME/ EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS, (2007), *Julgamento Dupuis e outros c. França*, de 7 de Junho de 2007. [Em linha]. Estrasburgo: Cour Européenne Des Droits De L’Homme/ European Court of Human Rights. [Consult. 01-05-2015]. Disponível em [http://www.pgr.pt/Portugues/grupo\\_bases/jurisprudencia/2007/DUPUIS%20ET%20AUTRES%20c\\_FRAN%C3%87A.pdf](http://www.pgr.pt/Portugues/grupo_bases/jurisprudencia/2007/DUPUIS%20ET%20AUTRES%20c_FRAN%C3%87A.pdf)
- COUR EUROPÉENNE DES DROITS DE L’HOMME/ EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS, (2000), *Julgamento Du Roy and Malaurie c. França*, de 3 de Outubro de 2000. [Em linha]. Estrasburgo: Cour Européenne Des Droits De L’Homme/ European Court of Human Rights. [Consult. 03-09-2015]. Disponível em

[http://www.iidh.ed.cr/comunidades/libertadexpresion/docs/le\\_europeo/du%20roy%20and%20malaurie%20v.%20france.htm](http://www.iidh.ed.cr/comunidades/libertadexpresion/docs/le_europeo/du%20roy%20and%20malaurie%20v.%20france.htm)

- COUR EUROPÉENNE DES DROITS DE L'HOMME/ EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS, (2000), *Julgamento FITT c. Reino Unido*, de 16 de Fevereiro de 2000, Queixa n.º 29777/96. [Em linha]. Estrasburgo: Cour Européenne Des Droits De L'Homme/ European Court of Human Rights. [Consult. 01-03-2015]. Disponível em <http://sim.law.uu.nl/SIM/CaseLaw/hof.nsf/1d4d0dd240bfee7ec12568490035df05/41c31cc7dc1e45f8c125688d004d104b?OpenDocument>
- COUR EUROPÉENNE DES DROITS DE L'HOMME/ EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS, (2000) – *Julgamento Lopes Gomes Da Silva c. Portugal*, de 28 de Setembro de 2000, Queixa n.º 37698/97. [Em linha]. Estrasburgo: Cour Européenne Des Droits De L'Homme/ European Court of Human Rights. [Consult. 05-04-2014]. Disponível em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/portugal-dh/acordaos/traducoes/senten%E7a%20vicente%20jorge%20silva.pdf>
- COUR EUROPÉENNE DES DROITS DE L'HOMME/ EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS, (1997) *Julgamento Pragaer e Oberschlick c. Áustria*, de 28 de Julho de 1997, Queixa n.º. 47/1996/666/852. [Em linha]. Estrasburgo: Cour Européenne Des Droits De L'Homme/ European Court of Human Rights. [Consult. 01-09-2014]. Disponível em [http://www.hrcr.org/safrica/expression/oberschlick\\_austria.html](http://www.hrcr.org/safrica/expression/oberschlick_austria.html)
- COUR EUROPÉENNE DES DROITS DE L'HOMME/ EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS, (2001), *Julgamento Perna c. Itália*, de 25 de Julho de 2001, Queixa n.º 48898/99. [Em linha]. Estrasburgo: Cour Européenne Des Droits De L'Homme/ European Court of Human Rights. [Consult. 01-06-2014]. Disponível em [http://www.iidh.ed.cr/comunidades/libertadexpresion/docs/le\\_europeo/perna%20vs%20italy%202001.htm](http://www.iidh.ed.cr/comunidades/libertadexpresion/docs/le_europeo/perna%20vs%20italy%202001.htm)
- COUR EUROPÉENNE DES DROITS DE L'HOMME/ EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS, (1990), *Julgamento Weber c. Suíça*, de 22 de Maio de 1990. [Em linha]. Estrasburgo: Cour Européenne Des Droits De L'Homme/ European

Court of Human Rigths. [Consult. 07-08-2015]. Disponível em <http://sim.law.uu.nl/SIM/CaseLaw/hof.nsf/1d4d0dd240bfee7ec12568490035df05/41c31cc7dc1e45f8c125688d004d104b?OpenDocument>

- COUR EUROPÉENNE DES DROITS DE L'HOMME/ EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS, (2000), *Case Du Roy anda Malaurie V. France*, de 03 de Outubro de 2000. [Em linha]. Estrasburgo: Cour Européenne Des Droits De L'Homme/ European Court of Human Rigths. [Consult. 03-09-2015]. Disponível em [http://www.iidh.ed.cr/comunidades/libertadexpresion/docs/le\\_europeo/du%20roy%20and%20malaurie%20v.%20france.htm](http://www.iidh.ed.cr/comunidades/libertadexpresion/docs/le_europeo/du%20roy%20and%20malaurie%20v.%20france.htm)
- SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, (2006), *Processo n.º 06P3065, Rec. Penal, de 13 de Setembro de 2006*, Relator Silva Flor. [Em linha]. Lisboa: Supremo Tribunal de Justiça. [Consult. 09-12-2015]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/b4fa0d353355ea6a8025724600615251?OpenDocument>
- SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, GABINETE DOS JUÍZES ASSESSORES, (s.d.), *A liberdade de expressão e informação e os direitos de personalidade na jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça*. [Em linha]. [Consult. 10-05-2015]. Disponível em <http://www.stj.pt/ficheiros/jurisp-tematica/liberdadeexpressaodtospersonalidade2002-2010.pdf>
- TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO DO NORTE, (2005) *Acórdão de 10 de Novembro de 2005*, Processo n.º 00070/04, Relator Carlos Luís Medeiros de Carvalho. [Em linha]. Porto: Tribunal Central Administrativo do Norte. [Consult. 01-09-2015]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtcn.nsf/0/fbc5a155757ab746802570b7006e812d?OpenDocument>
- TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO DO NORTE, (2010), *Acórdão n.º 224/2010, de 02 de Junho de 2010*, Processo n.º 442/09, Relatora Conselheira Maria João Antunes. [Em linha]. Porto: Tribunal Central Administrativo do Norte, 2010. [Consult. 04-08-2015]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtcn.nsf/0/fbc5a155757ab746802570b7006e812d?OpenDocument>

[http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/jurel/cst\\_busca\\_palavras.php?buscajur=aferidor&ficha=48&pagina=1&exacta=&nid=9464](http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/jurel/cst_busca_palavras.php?buscajur=aferidor&ficha=48&pagina=1&exacta=&nid=9464)

- TRIBUNAL CONSTITUCIONAL, (2008) - *Acórdão n.º 428/2008, de 30 de Maio de 2008*, Processo n.º 520/08, Relator Conselheiro João Cura Mariano. [Em linha]. Lisboa: Tribunal Constitucional. [Consult. 05-08-2015]. Disponível em <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20080428.html>
- TRIBUNAL CONSTITUCIONAL, (2011), *Acórdão n.º 234/2011, de 04 de Maio de 2011*, Processo n.º 186/11, Relator Conselheiro João Cura Mariano. [Em linha]. Lisboa: Tribunal Constitucional. [Consult. 09-07-2015]. Disponível em <http://dre.pt/pdf2sdip/2011/06/110000000/2441124414.pdf>
- TRIBUNAL CONSTITUCIONAL, (2007), *Acórdão n.º 605/2007, de 11 de Dezembro de 2007*, Processo n.º 556/07, Relator Conselheiro João Cura Mariano. [Em linha]. Lisboa: Tribunal Constitucional, 2.ª Secção. [Consult. 18-03-2015]. Disponível em [http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/jurel/cst\\_busca\\_palavras.php?buscajur=crp&ficha=1468&pagina=57&exacta=&nid=8081](http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/jurel/cst_busca_palavras.php?buscajur=crp&ficha=1468&pagina=57&exacta=&nid=8081)
- TRIBUNAL CONSTITUCIONAL, (2006), *Acórdão n.º 433/2007, de 26 de Junho de 2007*, Processo n.º 830/06, Relator Conselheiro Pamplona de Oliveira. [Em linha]. Lisboa: Tribunal Constitucional, 2006. [Consult. 19-03-2015]. Disponível em <http://w3.tribunalconstitucional.pt/acordaos/Acordaos07/401-500/43307.htm>
- TRIBUNAL CONSTITUCIONAL, (1997), *Acórdão n.º 121/97, de 19 de Fevereiro de 1997*, Processo n.º 601/96, Relator Conselheiro Ribeiro Mendes. [Em linha]. Lisboa: Tribunal Constitucional. [Consult. 21-04-2015]. Disponível em [http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/jurel/cst\\_busca\\_actc.php?ano\\_actc=1997&numero\\_actc=121](http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/jurel/cst_busca_actc.php?ano_actc=1997&numero_actc=121)
- TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE COIMBRA, (2004), *Processo n.º 1224/04, Rec. Penal, de 27 de Outubro de 2004*, Relator Orlando Gonçalves. [Em linha]. Coimbra: Tribunal da Relação de Coimbra. [Consult. 10-10-2015]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/b4fa0d353355ea6a8025724600615251?OpenDocumenthttp://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/30b0d589c00ebf4e80256f54003c640d?OpenDocument>



- TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE ÉVORA, (2008), *Processo n.º 2234/08-1, de 12 de Fevereiro de 2008*, Relator Carlos Berguete Coelho. [Em linha]. Évora: Tribunal da Relação de Évora. [Consult. 12-07-2015]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/7809164d70b260e7802576d50055b09f?OpenDocument>
- TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA, (2003), *Processo n.º 8136/2002-3, de 22 de Maio de 2003*, Relator Carlos Almeida. [Em linha]. Lisboa: Tribunal da Relação de Lisboa. [Consult. 01-09-2105]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/e6e1f17fa82712ff80257583004e3ddc/e865e7713de4740880256f4d0044538c?OpenDocument>
- TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA, (2004), *Processo n.º 9777/2004-6, de 02 de Dezembro de 2004*, Relator Urbano Dias. [Em linha]. Lisboa: Tribunal da Relação de Lisboa. [Consult. 12-05-2015]. Disponível em [www.dgsi.pt/jtrl.nsf/e6e1f17fa82712ff80257583004e3ddc/c69ca57b1e0ccdfc80256f7f003e7e1d?OpenDocument](http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/e6e1f17fa82712ff80257583004e3ddc/c69ca57b1e0ccdfc80256f7f003e7e1d?OpenDocument)
- TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA, (2008), *Processo n.º 8361/2008-8, de 18 de Dezembro de 2008*, Relator Teresa Prazeres Pais. [Em linha]. Lisboa: Tribunal da Relação de Lisboa. [Consult. 03-08-2015]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/e6e1f17fa82712ff80257583004e3ddc/0e846c70b827802c8025754500556c54?OpenDocument>
- TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA, (2011), *Processo n.º 168/10.8, de 23 de Fevereiro de 2011*. [Em linha]. Lisboa: Tribunal da Relação de Lisboa, 3.ª Secção. [Consult. 06-06-2015]. Disponível em [http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/jurel/jur\\_mostra\\_doc.php?nid=4917&codarea=57](http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/jurel/jur_mostra_doc.php?nid=4917&codarea=57)
- TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA, (2004), *Processo n.º 5137/2004-3, de 10 de Novembro de 2004*, Relator António Simões. [Em linha]. Lisboa: Tribunal da Relação de Lisboa. [Consult. 18-08-2015]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/0/45965ca66aad0bbe802570b60059cca8?OpenDocument>
- TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA, (2010), *Processo n.º 5392.07.8TVLSB-A.L1-7, de 20 de Abril de 2010*, Relator Maria Rosário Morgado. [Em linha]. Lisboa: Tribunal da Relação de Lisboa. [Consult. 18-03-2015]. Disponível em

<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/5813fdb9df72ab30802577210039c92a?OpenDocument>

- TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA, (2006), *Processo n.º 06P3065, de 13 de Setembro de 2006*, Relator Silva Flor. [Em linha]. Lisboa: Tribunal da Relação de Lisboa. [Consult. 18-03-2015]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/b4fa0d353355ea6a8025724600615251?OpenDocument>.
- TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA, (2006), *Processo n.º 06P3065, de 13 de Setembro de 2006*, Relator Silva Flor. [Em linha]. Lisboa: Tribunal da Relação de Lisboa. [Consult. 30-05-2015]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/b4fa0d353355ea6a8025724600615251?OpenDocument>.
- TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO, (2007), *Processo n.º 3371/07-2, de 15 de Outubro de 2007*, Relator Anabela Dias Silva. [Em linha]. Lisboa: Tribunal da Relação do Porto. [Consult. 15-07-2015]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/d1d5ce625d24df5380257583004ee7d7/1c4eb136ceecf9588025738d005acdfc?OpenDocument>.
- TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO, (2004), *Processo n.º 4491/08, Rec. Penal, de 24 de Setembro de 2008*, Relator Joaquim Correia Gomes. [Em linha]. Porto: Tribunal da Relação do Porto, 1.ª Secção. [Consult. 13-07-2015]. Disponível em [http://www.trp.pt/jurisprudenciacrime/crime08\\_4991.html](http://www.trp.pt/jurisprudenciacrime/crime08_4991.html).
- TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO, (2009), *Rec. Penal n.º 6093/08, de 04, de Março de 2009*, Relator Jaime Paulo Tavares Valério. [Em linha]. Porto: Tribunal da Relação do Porto, 1.ª Secção. [Consult. 29-09-2015]. Disponível em [http://www.trp.pt/jurisprudenciacrime/crime08\\_6093.html](http://www.trp.pt/jurisprudenciacrime/crime08_6093.html)
- TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO, (2008), *Processo n.º 2007/08-4, Rec. Penal, de 28 de Maio de 2008*, Relator Maria Elisa Marques. [Em linha]. Porto: Tribunal da Relação do Porto, 4.ª Secção, 2.ª Secção Criminal, 2008. [Consult. 24-09-2015]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/d1d5ce625d24df5380257583004ee7d7/8dcd79b33914a7158025745d0034aa9d?OpenDocument>

- TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO, (2010), *Processo n.º 242/08.0GBVNF.P1, Rec. Penal, de 05 de Maio de 2010*, Relator Lígia Figueiredo. [Em linha]. Porto: Tribunal da Relação do Porto, 1.ª Secção Criminal. [Consult. 12-08-2015]. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/d1d5ce625d24df5380257583004ee7d7/fa5505644e716b008025773c0038ae9e?OpenDocument>